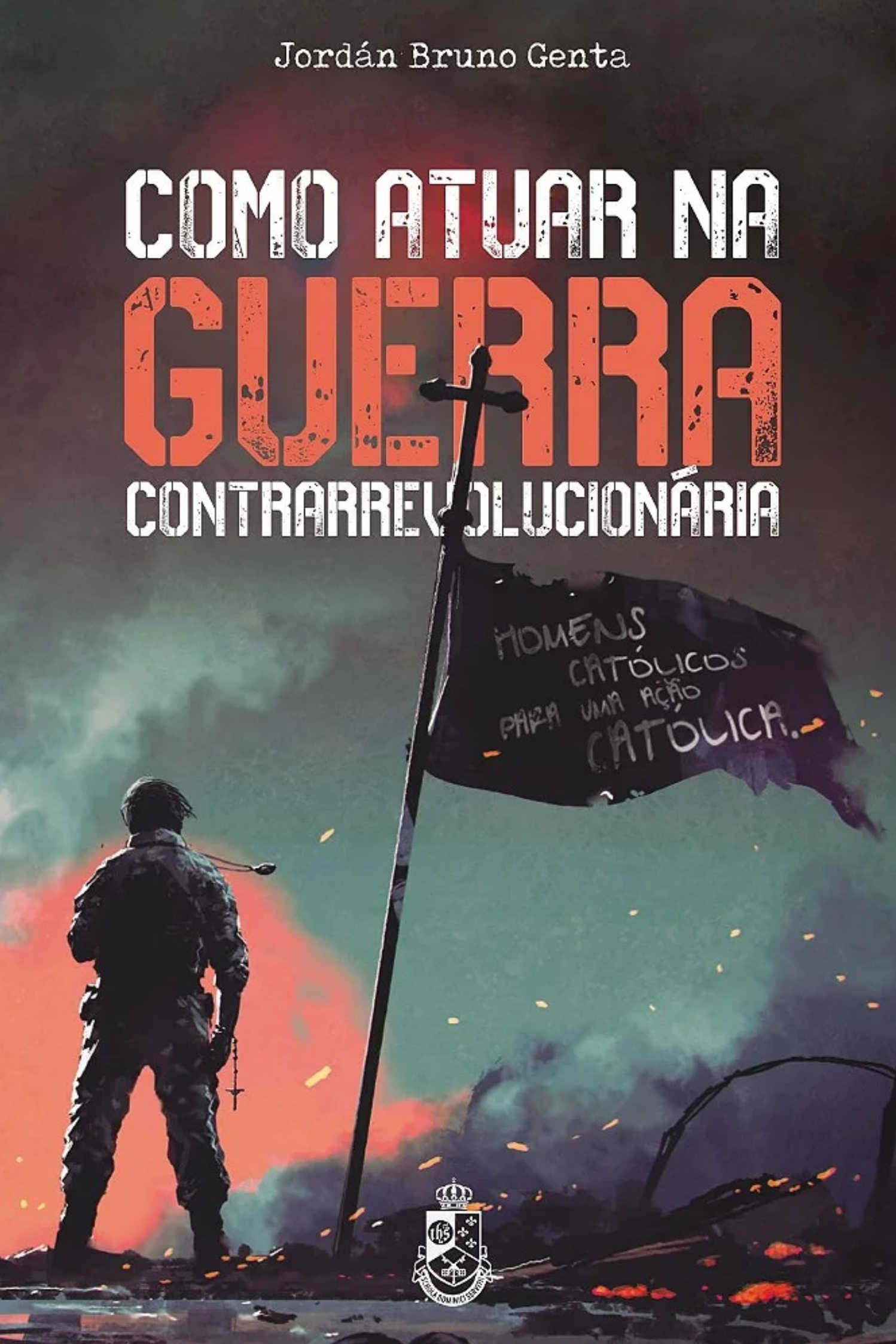
Jordán Bruno Genta

COMO ATUAR NA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA



COMO ATUAR NA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA

Jordan Bruno Genta

COMO ATUAR NA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA

Doutrina política antissubversiva

COMO ATUAR NA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA
Jordán Bruno Genta

EDIÇÕES ANTERIORES
El fin de los tiempos y seis autores modernos
(Dostoiévski, Soloviev, Benson, Thibon, Piepper, Castellani)
1ª edição: Gladius, Buenos Aires, Argentina, 1996
2ª edição: Gladius, Buenos Aires, Argentina, 1996
3ª edição: A.P.A.C, Guadalajara, México, 1997
El fin de los tiempos y siete autores modernos
(Dostoiévski, Soloviev, Benson, Thibon, Piepper, Castellani, Wast)
4ª edição: Gladius, Buenos Aires, Argentina, 2008 fim dos tempos e sete autores modernos

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio.

EDITOR E COORDENADOR EDITORIAL Alvaro Mendes
REVISÃO Marlene Mendonça e Omar Mansour
CAPA Carlos Lourenço
DIAGRAMAÇÃO Audrey O.

A257t

Afonso Maria de Ligório, Santo, 1696-1787
Teologia moral : tomo I : da regra dos atos humanos / Santo Afonso Maria de Ligório ; tradução William Bottazzini Rezende, Tiago Gadotti. – Rio de Janeiro : Ed. CDB, 2017.
328 p. ; 21 cm

Tradução de: Theologia moralis.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-94424-00-6

1. Ética cristã – Escritores católicos. I. Título.

CDD – 241.042

Os direitos desta edição pertencem à EDITORA CDB
Praça Olavo Bilac 28, sala 1817 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20041-010 - Telefone: (21) 98807-7676
E-mail: contato@centrodombosco.org

Para minha esposa.

"Atualmente só existem dois tipos de guerra:
a Guerra Revolucionária e a Guerra Contrarrevolucionária."
(Mao Tse-Tung)

"O problema é, antes de tudo, doutrinário."
(B. Lefevre)

ÍNDICE

ESTUDO PRELIMINAR
11

INTRODUÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO
23

PREFÁCIO
65

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA E À SEGUNDA EDIÇÃO
65

TEMA I
73

TEMA II
105

TEMA III
125

TEMA IV
153

TEMA V
189

TEMA VI
211

TEMA VII
227

TEMA VIII
257

TEMA IX
283

TEMA X
311

ESTUDO PRELIMINAR

É necessário esclarecer que Genta não foi uma inteligência principalmente especulativa, no sentido em que o foi P. Meinvielle, por exemplo. Suas condições e sua vocação – inclusive seu sentido do dever – o impeliram por outros caminhos que ele somente soube percorrer até seus últimos extremos e consequências. A seu modo, Genta foi um mestre para a ação.

Ele não tomou a seu encargo a tarefa de "criar" um pensamento novo, original ou diferente. Certamente, não foi tampouco um repetidor. Propôs-se a difusão do pensamento tradicionalista, e a isto se limitou. Na Argentina, isso se chama Nacionalismo. Mas esta tarefa de difusão foi rica, dinâmica e criadora, porque se dirigiu à formação de homens.

Para dizer tudo, Genta se dedicou a formar homens cristãos para a ação, para uma política cristã. E por isso o assassinaram.

Genta propôs-se preparar um programa para situar os soldados argentinos – quase os últimos aristocratas, os últimos dispostos a servir, até com a vida, o bem comum nacional, os últimos aristocratas se não contássemos com homens como Genta, exatamente – no complexo e obscuro processo em que se vive. Este processo se aproxima de seu ponto culminante, que é o Reino do Anticristo. Seu sentido último é, portanto, religioso; e seu estudo deve ser realizado à luz da teologia. Ademais, é

sabido que a vida expõe seus segredos e chaves somente quando é considerada *sub specie aeternitatis*.

O que acontece na Argentina é um processo universal. Trata-se da descristianização do país e do mundo, de sua dessacralização e de sua apostasia.

A Argentina e o mundo abandonaram a ordem cristã, cederam à Revolução. Mais ainda: repudiaram esta ordem. Em certa medida, tornaram-na impossível. A inteligência moderna desmontou ponto por ponto, peça por peça, todos os artefatos do mundo clássico cristão. Esta tarefa, ainda hoje, é levada a cabo até os limites mais profundos, até a construção do homem novo – marxista ou niilista -, que constitui a maior heresia, aquela que destrói o ser de maneira mais total e o afunda no vazio do mal: a heresia de não servir a Deus porque se aspira a ser como Deus.

Vamos repetir: *homens cristãos para uma ação cristã*. Esta fórmula, que Genta ergueu como uma bandeira e praticou como um programa, fixa com exatidão as fronteiras de uma generosa empresa pedagógica, assim como o seu conteúdo. Genta jamais se sentiu tentado a repensar nem a adaptar a cristandade, como tentou Maritain. Aspirou, sim, a resgatar seus elementos permanentes e universais, arrastados pela tormenta revolucionária. Este foi um dos limites que ele se impôs: não se permitiu nem a originalidade audaciosa nem a imaginação frívola, duas constantes da "nova teologia". Tampouco cedeu ao humanismo equívoco, nem multívoco, nem naturalista, nem horizontalista, nem sincretista. Seu humanismo foi cristocêntrico, onde o homem atualiza, recuperada e ordenada, a sua natureza por meio de um único foco central: a Cruz. Seu humanismo reconhecia como

substantivo o cristianismo – entendido como o agir de Cristo e de sua Graça no homem e na história -, isto é, o cristianismo como o especificante e como a única possibilidade de o homem reconquistar e sanar sua natureza. Para o homem, inclusive para andar neste mundo, não existem outros caminhos que os do Senhor, porque aquele que busca por si mesmo, perde-se.

Ou seja, ele não admitia que o cristianismo fosse uma opção a mais, cultural ou política; nem que para um cristão fosse indiferente ou igualmente válido transitar por esta ou aquela trilha, comprometer-se com um programa ou com outro diferente, perseguir esta ou aquela meta, exaltar este ou aquele valor. A intencionalidade não nos resgata do mal. Genta viu e afirmou que o cristianismo é o grande e único drama que se desenvolve através da História e através de todos os homens. Um drama em que todos são protagonistas, embora não o saibam ou não o queiram.

O cristianismo, sem ser imóvel, é definitivo. Isto porque encerra a última palavra, a última solução, o último amor. Ele está formulado para sempre e marca os homens para sempre. E é assim que o cristianismo está capacitado – somente ele – para desenvolver seus próprios princípios e suas próprias fórmulas, e para esclarecer – na medida em que isso é possível – os seus próprios mistérios. A consequência é óbvia: o cristianismo não necessita de nenhum movimento exterior para aperfeiçoar-se – porque tudo lhe vem de seu fundador -, nem de nenhuma força extrínseca para avançar, nem de nenhuma interpretação estranha para definir-se. O cristianismo pode progredir sem se mudar, evoluir sem contradizer-se e esclarecer-se sem se depreciar. Tudo o que lhe pertence está nele.

Genta vê isto com uma clareza incomum, com a clareza de um profeta. Ele denuncia e descreve o processo de descristianização da inteligência, processo que se reproduz na Argentina nestes dias.

Esse movimento, que se conhece pelo nome genérico de Revolução, começa com o liberalismo filosófico, que por sua vez se inicia com a Reforma de Lutero na religião (protestantismo) e de Descartes na ordem especulativa (idealismo). Mas o sentido último deste movimento só se alcança no marxismo. "*A doutrina e a prática comunistas não são mais que o liberalismo moderno levado até suas últimas consequências na negação da ordem ocidental e cristã.*" Por seu lado, o marxismo, cuja essência é dialética – isto é, essa espécie de dinâmica criadora que se estende e se explica pela negação -, é, no fundo, um absoluto niilismo. "*De negação em negação, o processo dialético... conclui inevitavelmente, inexoravelmente, na suma de negações que é o comunismo marxista...*"

Porém, como foi dito, a Revolução é a contradição pontual e sistemática da ordem cristã. "*A doutrina positiva do Ocidente cristão se fundamenta na Verdade de Deus de ordem sobrenatural, ou Revelação, e de duas verdades objetivas de ordem natural: a filosofia do ser com sua lógica de identidade e o direito romano como estrutura jurídica básica do Estado ou Poder Político.*" A partir destes dois pressupostos se constrói toda essa riquíssima trama de instituições culturais, políticas, sociais e jurídicas que ainda nos maravilha, e da qual ainda vivemos, a cristandade: Pátria, família, profissão, propriedade, o Estado a serviço do Bem Comum, corpos intermediários... Forças Armadas, que são as encarregadas de defender essa ordem.

Em contraposição, o demônio edifica a Cidade do Homem sobre os restos da Cidade de Deus. E começa pela inteligência: "*Contra os direitos da afirmação da identidade e da fidelidade, o liberalismo exalta a prioridade dos direitos da dúvida, da crítica, da negação e da mudança. Contra a Cátedra de Deus, o livre exame; e contra a lógica da identidade fundamentada na essência realíssima daquilo que é, a lógica da contradição ou dialética...*" Estamos na raiz da inteligência modernista. Estamos no centro da dialética. Não é o caso de deter-se nela, mas devemos denunciar seus efeitos que se registram em todas as áreas, um pouco por toda parte.

A dialética, em seu sentido moderno – que em nada coincide com o modo como este termo é entendido em Platão e Aristóteles – manifesta uma indubitável origem idealista. O idealismo, como observa Cornelio Fabro, é mais uma atitude metafísica do que uma instância gnoseológica. E assim se compreende a afirmação de sua essência: as leis imanentes da coincidência se transformam nas leis do ser. E é assim que a natureza deriva do espírito e se produz uma confusão total entre o pensar e o ser, entre o absoluto e o relativo, o infinito e o finito, a unidade e a multiplicidade.

As consequências são várias e profundas. Pela dialética, o homem faz o mundo, mas o faz por um irrenunciável – e incontrolável – processo de contradição. Portanto, tudo se alcançará por oposição, que é luta e destruição. A história e a vida serão, para sempre, revolução. E é claro que, com base em semelhante mistura de imanentismo e voluntarismo, ficam derrogadas as leis universais e necessárias. A lógica se dissolve juntamente com o ser e, diríamos, a seu próprio ritmo. Todo

este processo de destruição, todo este processo prometeico se consuma, então, na grande fogueira em que ardem a lógica, a metafísica e a religião, Deus e o homem, o senso comum, a liberdade e a verdade objetiva.

Esta "contradição infinita" se alimenta da paixão pela liberdade e se sustenta pela negação radical das essências. Tudo se torna opcional e crítico, já não haverá mais valores objetivos – posto que não existem substâncias – nem deveres transcendentes. Resta somente o homem, fim e medida de todas as coisas e de si mesmo. Um homem biológico que, de degradação em degradação, cada vez mais corre o risco de fundir-se no não-ser. Por isso, Genta aponta que "*o liberalismo levado até suas últimas consequências é puro niilismo*".

A partir daqui, então, se contempla e se percebe a íntima conaturalidade que une o liberalismo filosófico com o político, e a estes com o atual processo niilista que destroça o Ocidente e ameaça fazer o mesmo com a Igreja.

Isto é, no começo foi o liberalismo – Lutero, Descartes, Kant. O marxismo não é mais que o liberalismo sistematizado, extremado, por assim dizer, tornado metafísico e convertido em práxis. E no começo foi também a trilogia naturalista de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que dá origem à Democracia como forma religiosa "*que pode ser o caminho que leva ao comunismo*".

Se o liberalismo enlouqueceu a liberdade a ponto de desaparecer a realidade, na medida em que esta significa um limite, uma norma ou uma sujeição, torna-se possível a redenção do homem pelo homem. Uma vez mais, repetindo suas origens, a nova moral, a nova psicologia e a nova arte baseiam a objetivi-

dade (a norma ética, o mundo interior do homem, a beleza) na consciência. A liberdade do liberalismo não se detém diante de nada, e o marxismo simplesmente lhe atribui um sentido redentor.

Esta redenção se realiza por meio da desalienação. Desalienar significa libertar, mas com uma dimensão "ontológica", para que o homem volte a ser ele. Libertá-lo da religião, da família, da classe social, do Estado, da propriedade. Uma vez desalienado, o homem voltará a ser ele mesmo, em sua unidade e totalidade. E nele, pela negação das metafísicas, ficarão soterradas as essências. O homem – que começou a divagar com o liberalismo e que se perde na obscuridade do marxismo – submerge no abismo do contingente: "*a evasão de seu caráter dialético nesse sentido de eternidade e o que é eterno nas coisas*". Assim, o liberalismo, como o marxismo, identifica ser e liberdade, até o momento e a instância em que dissolvem aquele nestas, para finalmente precipitar-se no nada da contradição, recomeçar infinitamente um processo que começa e termina no niilismo e do qual o homem, cada homem, é apenas um ponto contingente de referência.

Na Argentina, tudo isto ocorreu, ocorre, ainda que de forma menos radical. Mas a inteligência marxista e a guerrilha trabalham para aprofundar o processo.

Seus nomes: a organização pensada por Sarmiento e Alberdi, lei 1420, Reforma Universitária. E, claro, todo o aparato cultural da esquerda: positivismo, sociologismo, freudismo...

Todo o resto do livro é uma descrição, quase um cântico, à civilização católica. A Cidade Católica é sacramental, eterna, transcendente, de uma beleza bem determinada; tudo se harmoniza nela, a unidade, a totalidade, o permanente e o contingente,

o passado, o presente e o futuro. E assim, em termos cristãos, não faz sentido falar de progresso, e ainda menos de progresso indefinido, porque o progresso não pode continuar, a não ser na perfeição do encontro do homem com Deus em Cristo, em um conhecimento cada vez mais próximo e amoroso, sem saltos dialéticos, sem surpresas, sem armadilhas.

Na Cidade Católica tudo tem seu fundamento em Cristo. Por exemplo, a dignidade do homem deriva de sua condição de filho de Deus e se efetiva pelo amor ao próximo. A verdadeira liberdade feminina toma seu arquétipo e sua força da Virgem, Mãe e Corredentora. A educação se ordena segundo a Verdade, e a política segundo o Bem Comum.

Ao contrário, tudo se torna confuso e, sobretudo, contraditório na Cidade do Homem. Assim, o Livre Exame substitui a Autoridade da Verdade e o princípio de dúvida fundamenta esse pluralismo relativista ou agnóstico, ao qual, infelizmente, parece ter-se aberto a própria Igreja e a Cátedra de Pedro, outrora sede da Verdade e da unidade na verdade (*Tema II*).

O mesmo ocorre no plano da filosofia. O homem cristão, herdeiro de Platão e de Aristóteles, integrou a razão natural com a fé sobrenatural, síntese que se destrói a partir de Descartes; esta ruptura primeiramente tornou desnecessária a teologia, e depois tornou impossível a metafísica (*Tema III*). E aqui se volta ao núcleo da inteligência modernista, a negação da entidade do ser, pois "*nada é o que é*".

No campo do direito, o cristianismo também integra a justiça natural com a caridade sobrenatural. Esse formoso edifício composto pela justiça distributiva e comutativa, cuja expressão é o Contrato, se realça, se completa e chega ao extremo na Ca-

ridade. Nada pode substituir o amor, a generosidade, a capacidade de sacrifício. O amor está na base da Pátria e da Família. Mas a Revolução Francesa alterou esta ordem e destruiu esses pressupostos. Dessacralizou a sociedade, secularizou o poder, impôs a soberania popular sobre a de Deus, e os direitos do homem contra os do Criador (*Tema IV*). Por sua vez, a generosidade – manifestação do amor – foi violentamente suplantada pelo egoísmo individualista, cuja raiz psicológica é o prazer desordenado, sua explicação biológica é o darwinismo e sua expressão socioeconômica, o capitalismo.

A Pátria. Que é a Pátria? É aquela porção espiritual que faz do homem um ser com raízes no passado, um fidalgo, um herdeiro – como disse Maurras, o homem é antes de tudo um herdeiro. A Pátria não é um feito voluntário, nem o seu ser deriva da convenção, nem seus caracteres do consentimento ou do capricho dos homens. É um fato da natureza, da história e do espírito. É um fato político, geográfico, emocional, cultural e econômico. A Pátria não é escolhida, é recebida; não a criamos, nós a continuamos; não a inventamos, nós a admitimos. Como a família, o sangue e o nome. É uma ordem onde, longe de ser retalhada, a liberdade do homem se engrandece e, por assim dizer, se enriquece, dignifica e significa.

Portanto, a Pátria não é uma reunião de indivíduos agregados, não é um conglomerado de vontades isoladas, mas, antes, um corpo orgânico que "*tem a missão de resistir às tormentas do Tempo*", para citar de novo a Maurras.

O amor pela pátria é ou supõe o amor ao passado, porque o elemento vivo da Pátria é a Tradição, aquilo que foi, que se fez e se transmite. E nesse ato de entrega e de recepção, nessa

passagem é que consiste a concepção dinâmica da Pátria. Porém, a Pátria também é uma essência fixa, como diz Genta. "*As pátrias são eternas*", segundo dizia Barrès e repetia Maurras.

Este amor ao passado envolve um ato de piedade. O cristianismo sempre está reparando com seu sangue fecundo os sentimentos do homem ocidental. E é um dever "*de piedade para com o passado*" voltar-nos para a Espanha, a Mãe, aquela que nos incorpora ao Império das Duas Romas e nos torna universais. Tudo recebemos dela, desde a Verdade que nos redime e nos torna livres até as instituições que nos ordenam e o idioma que nos vincula.

A dispersão dessa herança produziu a dispersão do ser nacional, do ser da Pátria. Por isso, a solução é não tanto política, nem tão somente moral, mas espiritual, o que significa dizer total e primordial. Voltar a uma terra de senhores, "*cavalheiros bons de sela como aqueles manchegos*".

A Pátria não é sustentada pelos votos, mas por uma vontade de ser que se encarna nas Forças Armadas e nos partidos. A Pátria nasceu com as Forças Armadas, às quais, portanto, é devida à soberania nacional, e não à soberania popular.

O liberalismo que as coloca a serviço da democracia e que identifica Pátria com povo ou com soberania popular distorce tudo e cria situações históricas, políticas e sociais tão prementes e angustiantes como a atual. E a mesma coisa que faz o liberalismo, também a esquerda o faz quando encarrega as Forças Armadas de se porem à frente de um processo de mudança indeterminado em sua extensão.

Dramas como este que vive a Argentina, nossa Pátria, originam-se não só da perversidade dos corações e dos sensua-

lismos dos corpos, mas dos erros filosóficos, dos equívocos da inteligência.

Não queremos postergar mais a leitura do livro de Genta, cujo prólogo fazemos com mais audácia e boa vontade do que com idoneidade.

Este é um livro de um mestre, de um chefe e de um profeta. E de um mártir. Hoje sabemos que todo ele se encontra avalizado pelo testemunho do sangue derramado. Em Genta, todas essas vertentes – mestre, mártir... – se uniram como vocação e destino. Vincularam-se em sua morte católica, espanhola e argentina. Uma morte assim, martirológica, não procurada, mas secretamente esperada.

Talvez valha como experiência transmissível a impressão que deixou no autor destas linhas a leitura de "*Guerra Contrarrevolucionária*". É um desses livros que podem mudar uma vida, que podem resgatar uma alma, podem orientar uma geração.

Não sabemos se é possível dizer algo mais ou algo melhor sobre um livro. Só que não é uma obra isolada; está precedida e continuada por outros títulos: *O Nacionalismo Argentino, A Opção Política do Cristão, o Manifesto Comunista* etc. O livro que segue talvez não seja o ponto culminante, mas o resumo de um extenso e intenso magistério, que não terminaria senão com o crime. Magistério às vezes coloquial, mas sempre enérgico.

Genta jamais vacilou. Inundada a sua inteligência com a luz da Revelação, ele pôde escrever – agora sabemos que com seu sangue – duas frases que de um modo quase místico descreveu seu destino: "*Nem Deus, nem a Pátria, nem a Família são bens que se escolhem. Pertencemos a eles e devemos servi-los com fidelidade até a morte. E desertar, esquecê-los, voltar-se contra*

eles é traição, o maior dos crimes...” “É justo e belo morrer pela Pátria e por tudo o que nela é essencial e permanente: unidade de ser, integridade moral e natural, a soberania nacional, a Igreja de Cristo.” Estas frases estão escritas com o estilo militar da exatidão. Não houve tempo nem lugar para a retórica. E se não fosse vulgaridade, poder-se-ia dizer que Genta teve sua morte apropriada. Este livro no-lo explica.

Ninguém, na Argentina, caminhou com seu passo de mártir, de frente para a morte justa e bela, como Jordán Bruno Genta.

Somente Carlos Alberto Sacheri.

Victor Eduardo Ordoñez
Buenos Aires, 20 de outubro de 1975

INTRODUÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO

I
A SITUAÇÃO ATUAL

Os agitados começos do ano de 1971 encontram a Argentina empenhada em manter a todo transe a imagem de um país estável, seguro, otimista, caminhando alegremente para um futuro de grandeza. Algumas medidas corretas, mas limitadas aos magros saldos de uma riqueza nacional alienada, mais o difundido *slogan* "compre nacional", não conseguiram atenuar sequer a desproporção entre as rendas e a elevação galopante dos preços; isto, além da constante redução do produto nacional bruto e o crescente aumento das perdas econômicas, não contribui para prestigiar essa imagem oficial de uma Argentina feliz.

O mais grave é que a persistência dessa falsa imagem somente serve para distrair a atenção pública e justificar aparentemente a inoperância dos responsáveis. A verdade é que não se vê a realidade porque não se quer ver, para não ter de assumir as responsabilidades emergentes de uma situação de extremo perigo nacional. Fecham-se os olhos diante da evidência de um imperialismo internacional do dinheiro que nos está envolvendo; de um imperialismo ideológico do materialismo ateu que confunde a mente e envenena o coração; de uma pavorosa corrupção dos costumes e das instituições básicas por obra da propaganda e do

espetáculo público; e de uma guerra subversiva desencadeada pelo Comunismo mundial, em pleno auge e que emprega com crescente eficácia todas as formas do Terror.

Fecham-se os olhos diante dessas evidências e se insiste no diálogo e na integração com homens acessíveis dos diversos partidos populistas, como um sucedâneo da democracia em suspenso, enquanto se prepara a saída eleitoral em um prazo que não suporta a impaciência de seus beneficiários.

Trata-se da entrega democrática da Pátria ao Comunismo ateu por meio de eleições livres; não será à sombra da União Popular, como no Chile, mas sim do peronismo e do radicalismo em concerto na Hora do Povo.

Um Governo militar que não se decide a enfrentar a violência subversiva do Comunismo se dispõe a entregar-lhe pacificamente o Poder.

Vamos examinar, em seguida, as forças financeiras e ideológicas que nos estão destruindo, e que não se querem ver em sua real gravidade e magnitude:

1. *A submissão da economia nacional e a mediatização dos poderes públicos – Governo, Administração, Justiça – pelo Imperialismo Internacional do Dinheiro*. É o regime da usura e do lucro sem limites, regulando a moeda, a produção e o consumo, a comercialização interna e externa dos produtos nacionais, a administração do crédito, a transferência e esvaziamento de empresas, a evasão de divisas e o contrabando etc.

2. *A corrupção dos costumes, por obra dos meios de difusão e os espetáculos públicos, que acossa a população*. Submerge-se a infância e a juventude em uma turva atmosfera pansexualista que a estraga e exaspera. Um de seus frutos de

morte é a legião de *hippies* com sua rebeldia estéril, sua extravagância e abandono, sua liberdade sexual sem vãos escrúpulos, seu horror ao esforço e à disciplina, sua vulgaridade e presunção inesgotáveis. Estão contra tudo, mas para nada.

Existe outra juventude rebelde e premida pela justiça social que se deixa seduzir facilmente pelas ilusórias promessas do Comunismo ateu. Sua opção é a violência e a destruição, necessárias para instaurar a fraternidade universal. Pretendem chegar ao triunfo do amor entre os homens por meio do ódio e do ressentimento sem limites; chegar à plenitude humana pelos meios mais desumanos. Na verdade, é uma forma de niilismo sistemático camuflado de messianismo terreno. O niilismo *hippye* é uma forma de desintegração por abandono, indiferença ou dissipação.

3. *A perversão, pelo materialismo dialético, da Doutrina de Cristo e de sua Igreja até sua total dessacralização*. Apresenta-se o Divino Redentor na figura de um reformador socialista através da alienação do pecado e da culpa: o mal que não tem sua raiz na alma, nem é originalmente uma desobediência da criatura ao Criador; ele é erradicado do homem interior e se faz com que ele surja de uma atitude do homem em relação aos bens materiais e da relação social consequente a essa atitude: "*O primeiro que, tendo cercado um terreno, descobriu a maneira de dizer: isto me pertence, e achou pessoas bastante simplórias para acreditarem nele, foi o verdadeiro fundador da Sociedade Civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teria evitado para o gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado para seus semelhantes: guardem-se de escutar este impostor. Estão*

perdidos se esquecerem que os frutos pertencem a todos e que a terra não é de ninguém"[1]

Quer dizer que o Pecado Original não surgiu no interior do homem e de uma questão teológica ou religiosa (relação do homem com Deus), mas no exterior e de uma questão econômico-social (relação do homem com o homem). Daí resulta que o Pecado Original é a instituição da Propriedade Privada.

Esta é a posição de Rousseau e de Marx. Se a colocação é correta e todos os males sociais procedem da instituição e desenvolvimento da Propriedade Privada, a solução e superação de tais males será conseguida com sua abolição e a implantação do Socialismo ou Coletivismo; isto é, a solução consiste em uma reforma social que os homens podem e devem realizar, assim como a origem do mal foi uma questão estritamente humana. O Manifesto Comunista de Marx e Engels é o evangelho verdadeiro; a Revolução Comunista de Lenin, Tito, Mao, Castro e Allende é a aplicação prática do evangelho marxista.

E que acontece com Nosso Senhor Jesus Cristo, que é a Encarnação e a Redenção na Cruz? Que são os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Cartas paulinas e as outras, e o Apocalipse?

Uma grande impostura, a maior impostura da História Universal, a menos que nos empenhemos em uma interpretação demasiado humana da Pessoa, da Palavra e do Testemunho de Cristo; tão humana, que deixemos de lado o divino, o sobrenatural, a interioridade do Pecado e a natureza ferida, a neces-

1 ROUSSEAU, *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens,* Parte II.

sidade da Graça e a Encarnação do Verbo de Deus, o Sacrifício da Cruz para a Redenção que devolve ao homem a unidade com Deus e a vida eterna. É preciso eliminar tudo aquilo que faz da Religião "o ópio do povo". Cristo não veio para servir a todos os homens de ontem, de hoje e de amanhã, a todos os pecadores; veio para os pobres de dinheiro, para os proletários, isto é, para a classe mais numerosa, a única que se justifica e se salva. Os ricos estão excluídos e condenados por serem ricos. A rigor, o messianismo cristão, ainda que culmine na eternidade, tem uma etapa prévia e necessária que é a felicidade terrena da futura humanidade. A de ontem passou e ficou definitivamente para trás. A de hoje tem de aguentar o inferno em que se está convertendo a terra, sustentada pela esperança do que irão gozar as gerações vindouras sob o regime socialista ou comunista, que foi a verdadeira promessa de Cristo.

Se vocês insistem, também nos aguarda o Reino dos Céus; mas este é para depois. Enquanto houver necessitados, famintos, marginalizados, não é oportuno falar de salvação das almas, nem do pecado, nem do inferno, nem do céu. É claro que Nosso Senhor Jesus Cristo insistiu em falar do pão do céu antes que do pão da terra. Foi uma grave imprudência e é por isso que o Cristianismo, em vinte séculos, não conseguiu tantos adeptos como o Comunismo marxista em apenas cem anos. Agora, o movimento de sacerdotes para o Terceiro Mundo está remediando este erro. Transforma a Teologia Sagrada em uma sociologia científica e em vasto programa de socialização da riqueza, da produção e distribuição dos bens materiais e culturais. Não surpreende que, nesta promoção evangélica do Socialismo, o cardeal Silva Henríquez, arcebispo de Santiago do Chile, tenha

celebrado a Santa Missa e cantado um Te Deum em ação de graças pela ascensão ao Governo do comunista, ateu e maçom doutor Allende. Não surpreende que ele tenha ordenado, em seguida, o estudo da ideologia marxista nos seminários e círculos eclesiásticos em busca dos pontos de contato com a Doutrina de Cristo. Quiséramos estar equivocados, mas temos a obrigação inescusável de denunciar a inspiração diabólica dessas lamentáveis tentativas de acomodar Cristo com o Anticristo, a Verdade com a mentira, o Amor de Deus com o ressentimento niilista. Faz pouco mais de 30 anos, o Papa Pio XI qualificou o Comunismo marxista como "*doutrina intrinsecamente perversa*". E agora um cardeal arcebispo, primaz da Igreja Católica, Apostólica e Romana no Chile se dedica a uma suja e desprezível composição.

Envergonha-nos este viés classista, demagógico e oportunista que se pretende imprimir ao apostolado da Igreja de Cristo; esta adulação das massas e a idolatria do êxito temporal. Não julgamos as intenções, mas os fatos objetivos e os resultados concretos: os sacerdotes para o Terceiro Mundo estão na vanguarda da Subversão Comunista.

4. *A mentalidade marxista ou pró-marxista da classe dirigente, por obra da Reforma Universitária de 1918*. São mais de 50 anos de ação continuada sobre as sucessivas gerações argentinas e da América Latina. A mentalidade dos profissionais, magistrados e educadores, salvo as exceções que confirmam a regra, está diminuída para as verdades transcendentais e essenciais; é uma mentalidade sem teologia nem metafísica, reduzida à consciência externa, vulgar e pragmática. Destituída do sentido do ser, vê tudo em função do devenir, do processo, da mudança, em uma perspectiva de sucessivos deslocamentos; subverte a ordem das

causas, dando a primazia à mais ínfima e subalterna, que é a causa material. Desconhece a arte da definição e a hierarquia na ordem dos fins. Nos níveis mais relevantes, manifestam-se os hábitos do cálculo e da experimentação científica e de habilidades técnicas.

Isto nos explica que a política não seja entendida como uma sabedoria, nem praticada como uma prudência. É uma habilidade a mais e se exerce como função administrativa e tecnológica, com base em planejamentos, pesquisas de opinião, estatísticas e organogramas.

Quanto à mentalidade popular, está informada pelo evolucionismo universal e uma antropologia zoológica, radicalmente subversiva, posto que o fazem vir do mais baixo e inferior, por um processo gradual, cego e sem sentido. A educação comum, pública e privada, assim como a cultura que se propaga pelos meios de difusão, inspira-se em uma visão exclusiva do homem como animal superevoluído; e na História, como a trajetória do domínio instrumental sobre o universo exterior. Sobre o fundo desse evolucionismo materialista, rasteiro e igualitário, levanta-se a consciência marxista de classes, a luta de classes e o messianismo do reino temporal dos pobres, ou seja, a humanidade feliz da promessa comunista. É a corrente ideológica dominante até na Igreja de Cristo, como declara satisfeito o atual primeiro mandatário chileno em uma entrevista ao *New York Times*: "*Durante séculos, a Igreja Católica defendeu os interesses dos poderosos. Desde João XXIII, ela se orienta para transformar o Evangelho de Cristo em realidade, ao menos em alguns lugares*".

O popular sacerdote argentino Padre Mujica proclama com íntima convicção que "*O Manifesto Comunista de Marx e Engels não faz mais que parafrasear os Evangelhos de Cristo*".

Nem o evolucionismo cristianizado de Teilhard de Chardin, nem a adulação populista dos sacerdotes para o Terceiro Mundo podem servir para levar a Cristo as massas urbanas alienadas em um ateísmo de indiferença e na vida banal. Tampouco estimulam a religiosidade da juventude a música *beat*, nem a missa *criolla* nos templos. Não pretendemos condenar tais inovações, mas cada coisa tem seu lugar próprio.

5. *A Subversão interna que se vem desenvolvendo e generalizando faz três anos, em favor da penetração ideológica do marxismo no povo, sobretudo na juventude universitária e na massa proletária e burocrática das grandes urbes que acabamos de detalhar*. Por outro lado, a infiltração da dialética marxista na Igreja de Cristo e a ausência de uma doutrina da Verdade, do Sacrifício e da Hierarquia nas Forças Armadas, reduzidas a um profissionalismo estéril, vão debilitando e anulando as forças de resistência. Ainda nos falta somar às condições da Subversão nacional a podridão moral nos costumes e instituições básicas, como já temos denunciado.

A Subversão nacional estimulada espiritualmente por sacerdotes para o Terceiro Mundo em uma juventude impaciente pela Justiça Social a qualquer preço, alcançou sua etapa decisiva. Sua ideologia, sejam quais foram as motivações circunstanciais, é o Comunismo ateu e apátrida, ainda que apareça atrás da cruz e da Bandeira de Belgrano. Seus objetivos são os de Lenin, Mao, Castro e Allende, mesmo que os ídolos invocados sejam Perón e Evita.

A Subversão nacional é inseparável daquela que está envolvendo o Continente e o mundo inteiro. Somente um cúmplice ou um imbecil pode afirmar que é cristã e argentina. O governo

paralelo atua com a mais ferrenha unidade de ação; dispõe de um exército de guerrilheiros urbanos, cujo Estado Maior pode-se supor que esteja integrado por soldados profissionais marginalizados ou universitários altamente adestrados. Seus comandos são estudantes ou egressos das Universidades oficiais e privadas, autênticos viveiros do Comunismo dirigente. O mais grave é que *fubistas*, peronistas e humanistas estão de acordo na ação subversiva. A tropa é recrutada na massa operária e burocrática, cujas principais associações estão comprometidas na condução marxista. De acordo com o lema de Lenin, o Comunismo está ali onde está a massa; isto nos explica o fato de que a ação comunista aproveita amplamente o peronismo das bases, inclusive o campesinato proletário das províncias do norte que se vai agrupando em ligas agrárias com aparentes traços cristãos. Na primeira quinzena de fevereiro de 1971, reuniu-se em Rosário o Congresso da UPARA (União de Produtores Agropecuários da República Argentina), cujas orientações ideológicas e programa de luta o situam na linha da Subversão nacional.

A colaboração mais eficaz para o avanço da Guerra Revolucionária é aquela que oferece o próprio Governo da Nação, envolvendo ministérios, governanças e magistraturas com militantes conhecidos do peronismo e do radicalismo que se prestam para integrar o elenco oficial. É fácil compreender que homens de mentalidade populista e esquerdistas não querem nem podem empenhar-se em demasia para enfrentar os agentes da subversão tão próximos de suas próprias convicções e seus entusiasmos. Por outro lado, são eles os que mais contribuem para o desconhecimento oficial da magnitude e gravidades alcançadas pela ação subversiva, retardando as medidas radicais

cada dia mais urgentes, sobretudo depois do triunfo democrático do Comunismo no Chile.

6. *O perigo que o Chile Comunista significa para nosso futuro imediato merece uma consideração especial.* Nenhum argentino honesto e preocupado com o destino da Pátria pode deixar de pensar neste problema crucial que vem se somar aos outros fatores externos que definem uma situação de extremo perigo nacional.

A região patagônica montanhosa, que se estende de norte a sul, abarca um milhão de quilômetros quadrados. É um imenso deserto, e a insignificante população existente não é argentina, mas chilena ou boliviana. Cerca de 70% dos povoadores patagônicos são chilenos e muitos latifúndios são de propriedade chilena de um lado e do outro da fronteira, até a província de San Juan. O texto original da lei de criação da *Gendarmería*[2] previa a vigilância e também a colonização da zona fronteiriça, com base na distribuição de terras entre os policiais para o desenvolvimento de economias familiares. Mas nada foi feito no sentido de fixar a população argentina na fronteira patagônica. Meditem no que vai significar para nossa Segurança a pressão do Poder Comunista Mundial, à medida em que se vai consolidando o regime no país vizinho; e isto, além da instrumentação dialética das aspirações chilenas sobre nossa Patagônia, cujo território ocupam povoadores pacíficos em tão elevada porcentagem.

Sabemos que existe uma consciência clara sobre este problema e das medidas militares que estão em curso de execução;

2 Guarda nacional argentina [N. do R.]

mas a Segurança não se resolve exclusivamente na ação militar, ainda que seja o primeiro e principal passo. *Urge a nacionalização da Patagônia e da extensa faixa montanhosa a leste da Cordilheira dos Andes*. É preciso povoar com argentinos esse imenso deserto. É preciso iniciar a colonização e a radicação de famílias no território, e ainda melhor se forem soldados da guarda nacional. É preciso transferir os lavadeiros de lã e a industrialização da lã e da carne ovina, com o pessoal de técnicos e operários, para as zonas de produção, com prévia edificação das residências familiares e das unidades fabris.

Enquanto isso, os responsáveis pela Segurança devem encarar urgentemente uma questão delicada em extremo, e que por si só pode chegar a comprometer a frente interna. Trata-se da política de amizade franca, de intercâmbio relativo à cultura e, em particular, às expressões folclóricas e recreativas que o Governo Comunista do Chile iniciou até a Argentina. Foram realizados e multiplicados em cidades das províncias patagônicas – Neuquén, Chubut, Santa Cruz – os primeiros festivais folclóricos argentino-chilenos, logo que começou o governo do doutor Allende. O diretor de Turismo do Chile visitou seus colegas de Mendoza e San Juan com a intenção de facilitar e intensificar o intercâmbio turístico entre ambos os países. Grupos de estudantes universitários argentinos viajaram ao Chile para trabalhar gratuitamente em obras sociais e são esperados contingentes estudantis do país irmão para tarefas análogas. Até o coral polifônico Valdívia, onde atuam grupos guerrilheiros oficiais, apresentou-se graciosamente nos festivais organizados em San Martín e em Junín de los Andes, nos dias 8 e 9 de janeiro de 1971, respectivamente.

Somente um cúmplice ou um imbecil pode deixar de perceber o significado desta manifestação de uma irmandade fraternal que se alia a uma corrente sentimental de *chilismo* nos meios estudantis e proletários argentinos, inclusive nas Forças Armadas.

Estimamos que é sumamente perigosa essa impregnação afetiva de *chilismo*, já que pode chegar a comprometer gravemente a unidade e a consistência da Frente interna nacional, no caso de ter que assumir um conflito.

A irmandade e a compreensão habilmente promovidas irão facilitando a aceitação da instauração do regime comunista, sem que se percebam sequer as violências e saques consumados contra inumeráveis chilenos inermes e indefesos. E a atitude ulterior e final de muitos argentinos, universitários e operários, sacerdotes e militares, pode ser uma tendência a reconhecer que nossa Patagônia é, afinal, um espaço vital para os chilenos e que a coletivização da terra apaga as fronteiras, as quais são pura convenção e um preconceito burguês, incompatíveis com a nova consciência dos povos.

Convidamos nossos leitores a prestar atenção a estes fatores ideológicos que comprometem gravemente o futuro imediato de nossa Pátria. Estamos convencidos de que a nenhum argentino honesto e preocupado à vista do que está ocorrendo no país, possa faltar objetividade a nossos juízos ou acusar-nos de alarmistas.

É nosso dever alertar os compatriotas para que despertem a consciência sobre o perigo mortal que ameaça a Pátria.

Todos aqueles que veem e medem a gravidade da situação hão de perguntar-se:

- Que fazer?

A única resposta que julgamos prudente e ainda factível de realizar é:

1. *Implantar de imediato um Estado Militar e uma política de guerra para enfrentar a Subversão interna.*

2. *Doutrinar as Forças Armadas em uma consciência lúcida e no entusiasmo de sua missão política.*

3. *Mobilizar a população inteira para a Guerra Contrarrevolucionária.*

4. *Libertar a Nação da servidão ao Poder Internacional do Dinheiro e pôr a economia a serviço do homem e do Bem Comum.*

5. *Instaurar tudo em Cristo; isto é, restabelecer as hierarquias naturais nas instituições e fundamentar a Justiça da Nação na caridade de Deus.*

Compreende-se que o Estado Militar é uma solução de emergência, mas inadiável. Não estamos em paz, mas em meio a uma implacável guerra continental e nacional. A subversão está nas almas e nas instituições, até em nossa Santa Igreja; o inimigo nos rodeia e está do lado de dentro. O Terror físico, financeiro e psicológico golpeia de forma constante e amplia seu raio de ação a cada dia. A guerra se combate verdadeiramente com a guerra e com os meios adequados para superar o inimigo. Não se trata de um adversário, mas do inimigo do gênero humano, que é o Anticristo. A guerra que devemos fazer é para instaurar a Paz de Cristo. A Argentina oficial pratica a coexistência pacífica com a Guerra Subversiva desencadeada pelo Comunismo ateu. É a reação do medo diante de um inimigo que nos ataca sem trégua e em uma escalada do terror. Os responsáveis pela condução política não reconhecem,

nem estão dispostos a reconhecer, que estamos em guerra; necessitam continuar mantendo a imagem de um país estável, seguro, próspero, a qualquer preço e sejam quais forem as consequências de semelhante engano. É como se dissessem: "*aqui não acontece nada que possa inquietar nem comprometer um futuro feliz; a política e a justiça ordinária são suficientes para assegurar a ordem. Será cumprido o prazo político da Revolução Argentina que finalizará com eleições livres num prazo de quatro ou cinco anos*". Agora será em dois anos, sob a Presidência do tenente general Lanusse.

É difícil de acreditar, mas o atual Governo continua sua gestão conversadora e sua integração peronista, apesar dos assassinatos e do desarme diário de policiais, dos assaltos a bancos, agências do correio, hospitais, depósitos de armas, caminhões com explosivos ou artigos de consumo; apesar das bombas, das sabotagens e dos atentados contra pessoas e bens, apesar dos ataques a guardas militares, da agitação estudantil sob qualquer pretexto e da agitação operária. Apesar de todas estas evidências de um terror organizado e implacável que nos está assolando, é preciso seguir com o regime demoliberal e com a anarquia institucionalizada, porque assim o exige o Poder Internacional do Dinheiro que explora a Nação, financia a Guerra Subversiva e não permite uma reação adequada.

Duas declarações sintomáticas, neste mês de junho, permitem antecipar o que nos espera se nos atemos a uma perspectiva demasiado humana: a primeira é o anúncio oficial do primeiro magistrado acerca de que se entregará o Governo a uma frente esquerdista se ela triunfar nas próximas eleições, ajustando-se

às regras do jogo político. "*Não há problema* – reiterou o presidente da Nação – *se os esquerdistas são argentinos*."

Convém recordar que, faz 25 anos, os marxistas arvoram em toda parte as bandeiras nacionais. Castro é comunista cubano e Allende comunista chileno; mas o Comunismo é um e o mesmo, ateu e apátrida, mesmo que marche atrás da Cruz e da Bandeira.

Quer dizer que a decisão oficial é transitar o caminho para o Chile.

Por outro lado, o conhecido dirigente de associação Taccone declarou que aos operários não interessa a participação ativa no governo empresarial, mas *a tomada do Poder*, todo o Poder, clara e simplesmente, ou seja, a *Ditadura do Proletariado*. Não há dúvida de que ele falou com clareza. O futuro da República se configura, quer pela via democrática, quer pela via subversiva, na irremediável servidão ao Comunismo – as intenções não contam em política, mas somente os resultados.

A verdade é que não se faz nada, ou quase nada, para libertar o país da escravidão da Usura Internacional, nem para combater a sério a Subversão interna.

A constante deterioração da autoridade do Estado, a inoperância do Direito penal e processual vigentes, a desmobilização ética das Forças de Segurança, a atitude expectante e a defesa das Forças Armadas documentam a falta de uma vontade disposta a resistir e uma disposição conformista e claudicante.

Estamos nos aproximando rapidamente da borda do abismo e não há sinais de reação, mas chegamos ao limite e o tempo é escasso. Até os mais preconceituosos contra os excessos da autoridade se aterram diante da anarquia, da insegurança e da inquietude que vão configurando o caos. Sente-se a necessidade

peremptória de uma mão forte e vigorosa que empunhe o timão desta nave à deriva, sem controle, e sacudida cada vez com maior violência pela maré subversiva.

Sejam quais forem as medidas que se ensaiem dentro do regime demoliberal, assim como os acordos retóricos dos políticos fracassados, esta não é a hora do povo, mas de um Estado Militar e de uma mobilização militar da população inteira para a Guerra Contrarrevolucionária.

Ainda há tempo para que todos os argentinos e estrangeiros honestos acudam ao chamado das Armas nesta hora de perigo nacional. Se as Forças Armadas não se dispõem a assumir sua responsabilidade, que é decisiva e premente, seremos arrasados pela Guerra Revolucionária que ganha terreno na população a cada dia e opera impunemente graças a um Estado inerme e inerte. E teremos merecido a derrota e a servidão sob o Terror sistemático do Comunismo ateu que nos aguarda em brevíssimo prazo, se Deus não arrebata um punhado de soldados até a altura da Verdade, do Sacrifício e da Hierarquia para reconstruir a Pátria em Cristo.

II
O ESTADO MILITAR

A doutrina de Guerra Contrarrevolucionária reconhece e demonstra que o militar é o primeiro na Política. No advento histórico de uma Nação à Soberania Política, há normalmente uma guerra justa de independência ou de libertação, de tal modo que a primeira forma de existência do Estado Nacional é um Estado Militar ou a Nação em Armas.

E em toda época de decisão histórica, quando está em perigo a própria existência, a integridade e o decoro da Nação, o militar reassume sua prioridade natural e a responsabilidade suprema da condução política. Compreende-se claramente que não é possível encarar um estado de guerra a não ser com uma política de guerra.

E esta Guerra Revolucionária ou Subversiva que se alça em todos os terrenos interiores e exteriores, tanto em cada alma quanto na população inteira, em cada casa, escola ou empresa como na rua, na cidade ou no campo; esta guerra total exige a mobilização íntegra e integral de todos os habitantes, sem exclusão de sexo, idade ou condição. O inimigo utiliza anciãos, mulheres e crianças, por cujo intermédio comete os crimes mais horrendos. A mentira se apresenta na figura da verdade, o inimigo como amigo, o ódio como amor, a violência como mansidão, o Anticristo se reveste com a aparência de Cristo.

A História Universal jamais contemplou uma guerra semelhante à que a Humanidade sofre hoje: não reconhece limites morais nem naturais, realiza-se além do bem e do mal, inspirada por um espírito diabólico que excede o nível humano, ainda que sejam homens os que se enfrentam e destroem. Não ver ou não querer ver esta pavorosa realidade não é simplesmente uma cegueira, mas o maior dos crimes contra Deus e contra a Pátria.

Urge que as Armas se definam e se decidam na linha do espírito guerreiro e heroico, não na habitual frustração do espírito civilista e burguês. O insondável vazio de autoridade e a falta de reação que denunciam o Estado inexistente reclamam a plenitude do Estado militar de emergência para alçar a grande batalha contra:

a. O inimigo exterior que é a Usura Internacional, cuja espoliação nos está esmagando.

b. O inimigo interno, aliado do primeiro, que o está socavando tudo para entregar-nos à escravidão sob o terror comunista.

A primeira coisa que deve compreender todo argentino honesto e patriota é que não se pode enfrentar de verdade a subversão comunista sem libertar a Nação da Usura externa e interna.

Estudos sérios e bem documentados estimam que o dano feito contra nossa Pátria, seja por exações ilícitas no comércio exterior, seja por ganhos também ilícitos e geradas inteiramente por empresas estrangeiras, seja por evasão de divisas em serviços da dívida pública e privada, mais o produzido pela usura interna em suas diversas formas; o dano anual contra a Pátria, repetimos, soma em todos esses conceitos ao redor de 4.000 milhões de dólares.

E ainda devemos acrescentar aquilo que uma aplicação honrada e eficiente desse imenso caudal de recursos – 4.000 milhões de dólares – permitiria obter para o país e seus habitantes.

Somos o principal explorador de capital do mundo inteiro. Não existe empresa que resista a semelhante descapitalização ano após ano. Tampouco uma política nacional, mediatizada pela Usura que sangra a Nação, jamais poderia controlar, nem conter, nem superar a subversão ideológica e social que cresce dia a dia.

Estamos amarrados e inermes, traídos e engaiolados. A questão é clara e simples: rompemos com esse cerco da Usura que nos está estrangulando ou perecemos como Nação e como pessoas.

Aqueles que dizem que não é possível, que somos fracos e incapazes para enfrentar tão grande Poder, são cobardes e vis traidores da Pátria. Recordemos o tempo das Invasões Inglesas, da Independência Nacional e da Confederação Argentina: éramos muito menos e muito mais pobres, não tínhamos nenhuma ou quase nenhuma força material, mas sobrava a vergonha nos filhos e enraizados nesta terra.

Hoje, como então, os argentinos necessitamos que a vergonha nos ilumine a mente e nos inflame o coração para sermos plenamente viris.

Quando Santa Catarina de Sena exigia dos Papas, dos Reis, dos prelados e dos grandes senhores: "*Sejam mais viris!*", ela não se referia ao valor físico, que também pode possuir um ignorante ou um criminoso. Queria significar, acima de tudo, o valor cristão e civil que se exercita nas coisas de Deus e da Pátria, isto é, o valor no testemunho da Verdade e no exemplo do esforço e do Sacrifício. O valor cristão e civil feito de coragem e de paciência – fortaleza de ânimo – significa viver em subordinação e enquadrados nas hierarquias naturais e espirituais que constituem a ordem da Verdade, da Justiça e do Amor.

O Estado Militar se fundamenta no Sacrifício e despreza o egoísmo, vive e sustenta-se no homem essencial que não busca o êxito nem o proveito pessoal, mas faz o dom de si mesmo para servir a Deus e ao próximo. E sabe que, depois de Deus, é a Pátria o que está mais próximo do homem verdadeiro.

A política de guerra mobiliza a todos os homens hábeis, varões e mulheres, na consciência e na paixão do serviço da Pátria em perigo. A política de guerra é necessariamente uma política nacionalista em Economia, no Direito e na Educação.

Entenda-se que nacionalista não quer dizer estatista, mas defesa do ser, da integridade e da Soberania da Nação; recuperação de tudo o que foi entregue, transferido ou adulterado do patrimônio espiritual e material; de tudo o que é e deve ser da Nação e estar ao serviço de todos os habitantes e do Bem Comum.

A mobilização integral tem de atender tanto à Segurança quanto ao Desenvolvimento, com a prioridade devida à primeira, sobretudo em tempo de guerra. Deve ser uma mobilização obrigatória de todas as pessoas aptas para a Defesa Nacional e para o serviço do trabalho socialmente útil.

É um imperativo desta hora crucial despertar na juventude e, antes de tudo, na juventude militar, a vocação de grandeza e de heroísmo. Ensinar e exaltar nas almas, por meio da escola, da Universidade e de todos meios de difusão, que somente os senhores podem conquistar, consolidar e continuar um Senhorio político, uma Pátria soberana sobre a terra.

Senhor é o homem essencial que existe para a Verdade e que está disposto a dar a vida pela Verdade e por aqueles que estão na Verdade: Deus, a Pátria, a Família, os amigos.

Todo aquele que se elevou ao senhorio de si mesmo sabe que a lei natural e sobrenatural é o Sacrifício, sabe também que o egoísmo é a lei do homem do pecado e da morte.

Está escrito que somente aquele que perde a vida é quem a ganha de verdade. Dar e saber dar-se é o estilo dos Senhores.

A história é feita pelos Senhores, e não pelas massas. Os povos se enobrecem e se aviltam, se elevam ou se degradam conforme são e valem seus condutores. Uma herança torpe, tanto faz que seja de origem Suarista ou jacobina, generalizou através de ideólogos e vendedores de utopias demagógicas o fetichismo da imaculada

concepção dos povos no sentido vulgar de multidão, de número, de expressão massiva. O pecado original não os lesou, tampouco os pecados que se foram acrescentando. O homem como indivíduo é pecador, mas como multidão permanece intacto e íntegro. Um infantilismo endêmico entre os doutores, educadores e políticos profissionais mantém essa ficção populista que não resiste à mais leve confrontação com a experiência.

Somos devedores à Verdade e não ao êxito. E a Verdade que se manifesta a todo argentino preocupado com o destino nacional é:

1. *Que não constituímos um verdadeiro povo organizado, hierarquizado e ordenado ao Bem Comum, mas uma massa inorgânica, subvertida, envenenada pelas ideologias e entregue às paixões mais vulgares.*

2. *Que o solo argentino é, em sua maior parte, sobretudo a região montanhosa e fronteiriça, um imenso deserto. Até o Pampa úmido vai-se despovoando em favor de uma monstruosa concentração urbana, sobretudo a Grande Buenos Aires, a Grande Rosário e a Grande Córdoba.*

3. *Que os vizinhos, Uruguai, Bolívia e principalmente Chile Comunista constituem um verdadeiro perigo para nossa Segurança. Basta meditar no fato de que a maior proporção de habitantes nas zonas de fronteira não é de argentinos, mas de chilenos, bolivianos e paraguaios.*

A "Política" de Aristóteles ensina, há vinte e quatro séculos, que *os três fatores principais que devem ser considerados para a Constituição do Estado são a população, o solo e os vizinhos.*

Existe na Pátria um resto de Senhores, uma reserva de qualidade humana em todos os estratos sociais. Essas legítimas

superioridades, com o apoio das Armas e a força do Estado Militar, têm de elevar a massa até o nível de um povo verdadeiro, restabelecendo as hierarquias naturais em todas as ordens da vida nacional: familiar, escolar, universitária, profissional, empresarial, laboral, administrativa, judicial etc.

As exigências a serem cumpridas para a hierarquização institucional são, em todos os casos: tratamento de honra para a pessoa, cuidado com o Bem Comum.

Depois da doutrinação nacional e da libertação financeira para pôr a economia a serviço do homem e do Bem Comum, são objetivos imediatos da Política de guerra:

a. aA descentralização da população, da indústria e do comércio dos centros urbanos absorventes, principalmente da Grande Buenos Aires, radicando-a nas zonas de produção da matéria-prima, com a prévia construção de bairros residenciais e de unidades industriais.

b. A mobilização militar das centenas de milhares de menores abandonados, sem um lar propriamente dito, em todo o país (há 500.000 somente em Buenos Aires), para ordená-los, educá-los e prepará-los em ofícios e profissões socialmente úteis. Trata-se de uma mobilização obrigatória para o serviço do trabalho até conseguirem a idoneidade no ofício.

c. Suspender toda edificação suntuosa ou de veraneio até edificar e habilitar os dois milhões de moradias necessárias que faltam no país, direcionando para onde for exigido o cumprimento de tal plano, as equipes de técnicos e operários qualificados, os materiais de construção e os créditos do Estado de fácil amortização, de longo prazo e com os mais baixos juros.

d. Colonização e fomento da região fronteiriça com famílias argentinas, se possível com militares argentinos da reserva com raízes por terem prestado serviço em tal zona, como ocorre com o pessoal da Gendarmería. Compreende-se a prioridade que deve ser dada, nas atuais circunstâncias, à fronteira com o Chile. No capítulo seguinte, nos ocuparemos da projeção sobre o destino argentino que terá o Regime Comunista no país vizinho.

III
A QUESTÃO CHILENA

A política demoliberal, em seus 120 anos de vigência em nossa pátria, foi uma evidente contradição com a realidade argentina. Com base no homem egoísta, promulgou-se uma Constituição Nacional, copiada quase totalmente da que imperava nos Estados Unidos da América do Norte, e sem a menor preocupação com a realidade. A Argentina Oficial não se conformou ao ser da Nação, em nenhum momento e em nada que fosse de significação vital para a Segurança e o Desenvolvimento.

No que se refere à População, procurou-se realizar o lema de Alberdi: governar é povoar. Promoveu-se a imigração massiva de italianos e espanhóis, mas a distribuição geográfica foi deixada entregue ao esquema colonial do país produtor de matérias-primas para exportar e importador de produtos fabricados na Metrópole. Assim se explica que toda a vida da Nação se deslocasse e concentrasse no grande porto de Buenos Aires.

A política colonial do *deixar fazer* e *deixar passar* aos interesses egoístas em jogo e ao espírito de lucro jamais se ocupou de garantir um tratamento de honra a cada um dos habitantes,

nem cuidou do Bem Comum, nem buscou a grandeza da Nação. A Soberania, que é a expressão do senhorio real, foi substituída progressivamente pela ficção da Soberania Popular, declamatória, fraudulenta ou exercida em eleições garantidas, mas em todos os casos uma ficção de senhorio para encobrir uma real submissão ao Poder Internacional do Dinheiro.

Não se entende, não se pode entender nada do que está acontecendo na Pátria se não se leva em conta que a pretensa soberania popular é a máscara do servilismo dos poderes públicos ao Imperialismo Financeiro.

Os pais da Constituição Nacional de 1853 aceitaram integrar o nosso imenso país dentro da economia britânica, como agroexportador. Por isso, valorizou-se exclusivamente o Pampa úmido e a confluência das vias de comunicação para os grandes portos de ultramar; foi uma nítida demonstração de que as exigências do Bem Comum e os supremos interesses da Nação não tinham nenhum valor na Argentina Oficial.

A região montanhosa que abarca a terça parte de nosso território continental foi abandonada à sua sorte e acabou por ser um deserto argentino. Os poucos habitantes que ali residem são, hoje, em sua maioria, chilenos ou bolivianos.

A Patagônia "*não valia um barril de pólvora*" na imagem depreciativa de Sarmiento, fiel intérprete nos anos 80 da consciência pública. Não fosse a descoberta acidental das jazidas de petróleo de Comodoro Rivadavia, em começos do século, teria ficado à margem das atividades nacionais, ou pouco menos.

A industrialização iniciada no início da Primeira Guerra mundial não só modificou o esquema anterior, mas aumentou a concentração da população nas cidades e, sobretudo, na Grande

Buenos Aires, mas este processo de concentração demográfica adquiriu um ritmo vertiginoso nestes últimos 25 anos. Perón foi o principal artífice dessa monstruosa acumulação urbana da escassa população argentina, cujo índice de natalidade é um dos mais baixos do mundo.

Quanto ao território nacional, o resultado inevitável dessa distribuição antinatural, antinacional e antieconômica foi o avanço do deserto na maior parte de sua extensão. E o mais grave é que a zona fronteiriça, ao longo da Cordilheira dos Andes, particularmente na Patagônia, é um deserto humano, mas ainda é deserto argentino.

Diante da rápida consolidação do Regime Comunista no Chile, são positivas as medidas militares que foram previstas nas três Armas e que já se encontram em execução. Mas as armas não são suficientes, embora sejam o principal meio para garantir a Segurança Nacional. Nenhuma guerra, sobretudo a Guerra Subversiva, que é a mais radical e total, se faz somente com as armas.

Chegou o momento de denunciar o crime de lesa Pátria cometido no país quando não se completou e ampliou o propósito de colonizar e fomentar o desenvolvimento de uma população estável na região fronteiriça, tal como se concretizou na primeira Lei de Criação da *Gendarmería* Nacional nº 12.367, sancionada pelo Congresso argentino em 2 de agosto de 1938.

Reveste-se de uma admoestação atual a leitura do Capítulo VI, particularmente os artigos 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53.

O artigo 46 estabelece:

"*O Ministério da Agricultura porá à disposição do Ministério do Interior e do Ministério da Guerra, conforme necessário*

e à medida que estes requeiram, as seguintes frações de terras fiscais:

'a. Duas frações de 10.000 hectares cada uma no território de La Pampa.

'b. Três frações de 10.000 hectares cada uma no território de Rio Negro.

'c. Três frações de 10.000 hectares cada uma no território de Neuquén.

'd. Três frações de 10.000 hectares cada uma no território do Chubut.

'e. Três frações de 10.000 hectares da uma no território de Santa Cruz.

'f. Uma fração de 10.000 hectares no território da Terra do Fogo.

'g. Duas frações de 5.000 hectares cada uma no território de Missiones.

'h. Duas frações de 5.000 hectares cada uma no território de Formosa.

'i. Duas frações de 10.000 hectares cada uma no território do Chaco.

"O Poder Executivo regulamentará a proporção destas terras que correspondam a cada um dos ministérios mencionados".

"Artigo 47.A localização de cada uma das frações de terra a que se refere o artigo anterior será determinada no terreno por uma comissão constituída pelo diretor geral da Gendarmería, um oficial e um veterinário designado pelo Ministério da Guerra, um Engenheiro Agrônomo e um Engenheiro da Diretoria de Irrigação, designados pelos ministérios da Agricultura e de Obras Pública, respectivamente.

"A escolha das terras se fará de acordo com os seguintes requisitos:

'a. Serem aptas para estabelecer nelas colônias familiares e possuir, se necessário, facilidades para irrigação no momento em que forem escolhidas;

'b. A localização deve corresponder aos fins da Gendarmería Nacional;

'c. As destinadas ao Ministério da Guerra deverão satisfazer as condições especiais que o Poder Executivo determine.

"Artigo 49. Cada uma das frações de terras indicadas no artigo 46 servirá de base para a formação de uma colônia familiar, conforme o estabelecido nos artigos 5 e 9 da lei 10.284. Será reservada uma parte das mesmas à disposição do Ministério da Guerra para o estabelecimento de campos de manobras de tiro, de remonta e outra à disposição da Gendarmería Nacional.

"Artigo 51. Os Suboficiais e classes do Exército e da Armada, os ex-classes, os ex-conscritos dos territórios dos territórios nacionais e o pessoal de tropa de Gendarmería que sejam casados, e os herdeiros naturais dos membros do exército e da armada que solicitem lotes nas colônias familiares, terão direito preferencial à sua concessão, e para os chefes estabelecidos no artigo 14 da lei 10.284.

"Artigo 52. A cada proprietário de um lote familiar que se comprometa a construir uma casa de moradia para si e para a família, ser-lhe-á concedido também um lote de frações para povoado.

"Artigo 53. O diretor geral de Gendarmería e os oficiais de Gendarmería terão direito a um único lote familiar e em apenas uma colônia, mas não poderão adquirir outro durante seu serviço."

Ao final do Capítulo V, no artigo 45, já se antecipa que "*o pessoal de tropa da Gendarmería, casado, terá direito à concessão de lotes familiares nos termos que se estabelece na presente lei e na lei 10.284.*"

Nós nos alongamos no texto pertinente à Lei de Criação da *Gendarmería* para que o leitor possa comprovar que o objetivo vital na mesma era a iniciação de um plano de colonização e fomento de nossa região fronteiriça, principalmente a patagônica, com famílias argentinas e de origem militar. Se esta primeira etapa tivesse sido executada, é de se prever sua progressiva ampliação; e na atualidade não teríamos que enfrentar um imenso deserto argentino, a expansão ideológica do Chile Comunista, com base na realização de um plano de fomento e desenvolvimento em setores cordilheiranos e pré-cordilheiranos, nas províncias de Malleco, Cantín e Valdívia. E os motivos de preocupação aumentam se consideramos que a maior parte da população de nossa Patagônia e em particular da região fronteiriça é chilena ou de origem chilena.

Insistimos em que as previsões militares são imprescindíveis, mas insuficientes em grau extremo para enfrentar a Guerra Subversiva que nos está assediando por dentro e por fora.

Assim como não fizemos nada ou quase nada para povoar e colonizar com famílias argentinas nossa região montanhosa, assim como não fomos capazes de aproveitar o Golfo Novo, único porto natural de nossa costa patagônica, para ali estabelecer a principal de nossas Bases Navais, tampouco previmos e nos preparamos na doutrina e disposição para o sacrifício que são requeridos nesta hora de extremo perigo nacional.

A verdade é que ainda hoje – junho de 1971 – não se quer ver oficialmente nada que possa comprometer o esquema

demoliberal, pluralista, populista, descuidado e suicida que se pretende, mais uma vez, culminar em uma saída eleitoral que nos precipitará pela mesma escarpa comunista do Chile.

Faz tremer a cegueira voluntária e a insensata despreocupação tanto dos responsáveis pela condução política como dos órgãos da opinião pública. Cegueira e despreocupação argentinas no mesmo momento em que o Chile nos invade e nos sufoca "fraternalmente" com festivais folclóricos argentino-chilenos, com intercâmbios cada vez mais cheios de grupos estudantis, com visitas de reitores de universidades e funcionários da Diretoria de Turismo para organizar planos de conjunto, com campos de treinamento para nossas voluntárias brigadas de jovens que vão trabalhar gratuitamente para a revolução social chilena, com conferências amplamente propagandeadas pelo poeta Neruda ou pelo ministro Chonchol, principal gestor da Reforma Agrária em Cuba e no Chile.

Isto, além do sentimento chilista que se vai cultivando rapidamente no coração da juventude universitária, da massa operária, da clientela dos partidos populistas, dos sacerdotes para o Terceiro Mundo e, inclusive, dos quadros das Forças Armadas.

Toda essa paixão ideológica chilena, em favor do comunismo chileno, soma-se ao processo da Guerra Subversiva e vai solapando a Pátria por meio do Terror e da podridão das almas feita pelos espetáculos públicos.

A hora que vivemos reclama urgentemente uma paixão afirmativa, construtiva, avassaladora, que arrebate um punhado de soldados, civis e sacerdotes na tarefa de restaurar a Pátria em Cristo e no Senhorio sobre tudo o que é dela.

Exige-se o sentido heroico e a renúncia total a si mesmo para ter liberdade de ação e de decisão, sejam quais forem as consequências pessoais e familiares.

Estão em perigo as almas e a Pátria. O preço do resgate é oferecer tudo sem se reservar nada, até dar a vida, que é o modo de ganhá-la para a eternidade.

Foram hasteadas todas as falsas bandeiras, foram proclamadas as palavras de ordem do idealismo utópico e das ideologias materialistas. Não há mito demasiado humano que não tenha sido ensaiado politicamente. É hora de sair com Cristo e com Maria, desfraldando a bandeira de Belgrano; não existe outra política nacional, a não ser a Verdade, o Sacrifício e a Hierarquia. Trata-se de segurar as almas e a Pátria, para arrebatá-las para Cristo por Maria, sabendo que fracassar temporalmente na luta ainda é vencer, ainda é a glória no tempo histórico que reflete a eternidade de Deus. *O lema supremo do Nacionalismo argentino: adorar a Cristo contra a idolatria do dinheiro e a adulação das massas.*

Marx envenenou o mundo inteiro com a divisa do ressentimento social: *Massas, não heróis.*

Nós, ao contrário, proclamamos a divisa do homem essencial: *Heróis, não massas.*

IV
QUE FAZER?

A resposta deve ser clara. Não existe possibilidade alguma de uma saída institucional, nem de propostas eleitorais pluralistas. Não é uma questão de prazos, mas que o jogo democrático

não pode ser mais ensaiado, a menos que os militares argentinos queiram entregar a Pátria ao Comunismo, tal como acaba de ocorrer no Chile.

A única alternativa, hoje, é que as Forças Armadas assumam a responsabilidade de uma Ditadura Militar, capaz de servir ao Bem Comum na Verdade, no Sacrifício e na Hierarquia. Do contrário, a República irá terminar na Tirania Comunista, seja por via democrática, seja por via revolucionária.

O que não pode continuar é esta "Ditamole", vergonhosa, civilista, burguesa e conservadora, que não faz outra coisa, senão pôr em ridículo as Forças Armadas.

A verdade é que não são amadas, nem respeitadas, nem temidas pelas massas estudantis, operárias e burocráticas em estado de rebelião permanente.

Não se pode prosseguir na gestão pueril e suicida de integrar a equipe de governo com militares peronistas, radicais ou democráticos, os quais adotam invariavelmente uma atitude complacente, quando não de manifesta cumplicidade, diante de depredações, ataques, incêndios e violências dos comandos da guerrilha urbana, apoiados por uma parte tumultuosa da população.

O segundo "cordobazo" produzido na segunda-feira, 15 de março de 1971, de maior envergadura e duração que o primeiro, realizou-se na mais absoluta impunidade e diante do olhar impassível da polícia provincial. As forças militares da Guarnição Córdoba tampouco julgaram oportuno intervir. Os aviões da Força Aérea se limitaram a contemplar a partir do ar os brutais desmandos e as destruições que se foram acumulando durante mais de dez horas, à luz do dia.

As autoridades nacionais avaliaram que não havia necessidade de declarar Córdoba como zona de emergência. Sua única preocupação é "*continuar o esforço de conseguir um desenvolvimento com justiça, em ordem e liberdade*", segundo expressou um comunicado do ministério do Interior. O episódio ocorrido seria apenas um retrocesso na ação de todo um país "*empenhado na busca do caminho válido para o reencontro nacional*".

É uma linguagem inadmissível que evidencia a falta de autoridade e o medo de enfrentar a realidade. Os responsáveis pela condução política estão atados a compromissos e carecem de liberdade de ação diante da Guerra Subversiva que nos está assolando,

Os militares não podem continuar apoiando o infantilismo político do atual Governo da Revolução Argentina; nem tampouco qualquer outro governo semelhante que pretenda amáveis conciliações com forças populares comprometidas abertamente com a Guerra Subversiva. Não existe compromisso possível; e o dever ineludível das Forças Armadas da Nação é reconhecer e enfrentar a guerra, a menos que se tenham resignado a desaparecer sem pena nem glória. Não é a passagem para a reserva que os aguarda, mas o paredão.

Não há tempo a perder. A Nação trinca e desmorona rapidamente, saqueada pela Internacional do Dinheiro, sacudida violentamente pela Subversão Interna e acossada pela fraternidade chilena a partir da instauração democrática do Governo Comunista.

Estão nos envolvendo a partir do interior e do exterior. Seguimos com a guarda baixa, suportando os golpes que logo, bem depressa, nos transformarão em um paralítico. É óbvio que as disposições militares e a preparação antiguerrilha em nível estritamente profissional são absolutamente insuficientes.

Os Quadros de oficiais e praças das unidades militares acham-se submetidos a uma esgotante tarefa técnico-profissional que não lhes deixa tempo nem disposição para pensar. É assim que se preparam para o fracasso e a liquidação.

Seus Chefes consideram que desse modo se limitarão a cumprir as ordens que receberem sem a menor vacilação; mas é fácil antecipar a reduzida disposição e a moral precária dessa Oficialidade e Suboficialidade carentes de uma doutrina nacional, de uma reta consciência católica, nacionalista e hierárquica, sem a menor preocupação com as questões candentes da política.

Os Comandos Guerrilheiros têm uma ideologia e uma paixão; são fanáticos e têm a iniciativa em todos os terrenos; sabem aonde vão e quais são os seus objetivos.

As Forças Regulares, que são a expressão carnal da Pátria, não sabem nem devem saber outra coisa, a não ser cumprir a ordem superior. Não têm doutrina, nem devem ler nada que os afaste do trabalho profissional. Respondem ao critério que a sagacidade do marxista doutor Arturo Frondizi soube inspirar aos mandantes militares e que foi posto em prática pelos "azuis", a partir de setembro de 1962.

Forças Armadas estritamente profissionais jamais podem prevalecer frente a uma Guerrilha Urbana que não só está animada por uma paixão ideológica, mas que vai conquistando ideologicamente a população.

Por outro lado, a cada ano incorporam-se às fileiras milhares de jovens estudantes e operários para cumprir o serviço militar, entre os quais se infiltram numerosos ativistas comunistas, intensamente treinados na Ideologia Marxista e em suas táticas de luta.

Não existe torpeza comparável à que propõe afrontar umas Forças Armadas profissionais, sem doutrina, sem paixão, sem ideal e sem consciência, com a Guerra Subversiva desencadeada na Pátria pelo Poder Comunista Mundial infiltrado nas massas peronistas.

Belgrano, em uma carta muito conhecida, recordava a San Martín que "*a guerra não se faz somente com armas*". Nós acrescentamos que na Guerra Revolucionária e na Guerra Contrarrevolucionária contam muito mais as almas que as armas.

Saber o substancial, isto é, *aquilo que se vai defender e combater até a morte*; apreciar em cada momento as circunstâncias cambiantes *para saber adequar, na ação, o permanente ao mutável.* Aqui está a verdadeira prudência no exercício do mando e da condução em todos os níveis hierárquicos.

Por iniciativa do Serviço de Inteligência da Força Aérea, empreendemos a doutrinação política para a Guerra Contrarrevolucionária em começos do ano de 1962. Em princípio de setembro iniciava-se sua extensão ao exército de Campo de Maio. O falso enfrentamento entre Azuis e Colorados trouxe como consequência a substituição da doutrina da Guerra Contrarrevolucionária pelo profissionalismo militar, que comporta o desarme intelectual e moral das Forças Armadas.

Temos suportado difamações e calúnias sucessivas por este empenho docente de vital importância para as Armas da Pátria. Os autores são os mesmos que inspiraram a funesta ideia do *profissionalismo castrense*.

Foi assim que se introduziu o espírito de derrota nas Armas. De maneira análoga, o movimento de sacerdotes para o Terceiro Mundo introduziu a contradição e a confusão na Igreja de Cristo.

As duas forças de resistência, vinculadas às origens da Pátria e à afirmação da Soberania Nacional, sofreram considerável deterioração que compromete gravemente o cumprimento de sua respectiva missão. Dói em nós a confusão imperante na Igreja de Cristo. Dói em nós a Força Militar por seu vazio de doutrina e a indecisão de seus comandos superiores na hora da provação.

É lamentável que somente atuem e clamem os sacerdotes para o Terceiro Mundo; também o é que a Guerrilha Urbana tenha atuado durante dez horas em Córdoba – desmandos e saques – sem que os comandantes militares deixassem de lado em nenhum momento a sua atitude expectante e passiva.

Assistimos com verdadeiro estupor à total resignação dos militares. *Nota-se uma pressa desesperada para livrar-se do peso da condução política, descarregando-o sobre a multidão anônima e irresponsável que vota*. Não sabem o que fazer, nem estão dispostos a fazer. O que eles querem é uma saída eleitoral o quanto antes, mas garantindo algumas condições que lhes permitam orientar um processo que, de um modo ou de outro, conduz inexoravelmente ao Comunismo.

Recusaram a elementar e obrigatória proteção à população de Córdoba, evitando o enfrentamento com a Guerrilha Urbana, em plena ação televisada e observada, hora após hora, a partir do ar, por aviões e helicópteros militares. E, para completar sua deserção, eles se propõem apressar "*a hora do povo*", que é a de sua própria sentença de morte.

Pretende-se justificar o retorno à vida democrática em um prazo mais ou menos breve, minimizando a Guerra Subversiva e negando sua importância no curso dos acontecimentos nacionais. Segundo o critério oficial, trata-se de grupos minoritá-

rios organizados que atuam aqui e ali, mas incapazes de trazer perigo para o cumprimento dos objetivos desta segunda etapa da "Revolução Argentina". Aqui está um claro testemunho do infantilismo político que preside o destino da República.

Quiséramos estar equivocados em nossa apreciação da situação nacional, mas os fatos comprovam a cada dia as nossas previsões. Se não crêssemos firmemente na Divina Providência, uma perspectiva demasiado humana só permitiria esperar o pior, à vista do que está ocorrendo na Pátria e no Continente.

A Fé em Cristo e em Maria que vive profundamente em um punhado de argentinos – sacerdotes, religiosos, militares e civis – vai suscitar e presidir a reação que exige esta hora de decisões heroicas e de responsabilidades extremas. Trata-se de *um resto de argentinos com força que saiba o que fazer e esteja disposto ao sacrifício para fazê-lo:*

1. *Declarar zona de emergência todo o território do país, instaurando o Estado Militar e uma política de guerra em todas as ordens da vida nacional: economia, direito, educação.*

2. *Iniciar de imediato a doutrinação de todos os quadros e classes das Forças Armadas, para conseguir uma consciência lúcida e uma entrega apaixonada ao serviço da Guerra Contrarrevolucionária, análogas às que demonstram os ativistas da Guerra Revolucionária na luta por seus claros objetivos.*

3. *Mobilizar a população inteira, em particular a juventude argentina, na mesma consciência doutrinal e em funções socialmente úteis (ofícios, profissões, estudos e treinamentos) que servem, ao mesmo tempo, para a subsistência da família e da Segurança Nacional,*

4. *Libertar o país da escravidão da Usura externa e interna, proibindo a exportação de capitais, seja no conceito de dividendos de empresas estrangeiras radicadas no país ou de monopólios de qualquer tipo; incluída uma moratória tanto a respeito da dívida externa quanto da interna, até que seja restabelecida a economia nacional e assegurado um nível de vida decoroso para todos os habitantes do solo argentino.*

5. *Intervenção do Estado tanto na comercialização externa e interna de nossos produtos como na administração do crédito. Aplicação da enorme disponibilidade de capital, retido pelas medidas que acabam de ser expostas, no estímulo da produção privada, no desenvolvimento da classe substancial (agropecuária) e da industrialização do país. É claro que a proteção do consumidor deverá ser o principal cuidado do Estado no plano econômico.*

6. *O potencial da indústria de alimentos, de vestuário e da construção fazem da República Argentina uma fortaleza relativamente invulnerável a qualquer medida internacional de pressão econômico-financeira.*

7. *Proibição da exportação de profissionais e técnicos argentinos, a menos que o pessoal contratado ou a empresa contratante abonem ao Estado argentino o custo que exige a formação de um profissional ou de um técnico. É vergonhoso que um clube estrangeiro pague milhões ao clube local pela transferência de um jogador de futebol, enquanto empresas e serviços radicados no exterior levam gratuitamente aquilo que custou milhões para ser formado em nossas Universidades.*

8. *Compreende-se, como foi indicado nas páginas anteriores, que é uma medida vital para a Segurança e o Desenvolvimento da Nação a descentralização da população das grandes*

concentrações urbanas para radicá-las no deserto argentino do interior e da zona fronteiriça.

Se não somos capazes, com a ajuda de Deus, de empreender esta política da Caridade, do Sacrifício e da Hierarquia para construir a Ordem Cristã na vida da Nação, não será possível enfrentar a Guerra Revolucionária que nos está paralisando com seu terrorismo implacável em escala galopante.

O mito populista, que promove uma subversão da mente e envenena o coração de nossa classe ilustrada e das massas insufladas, é o maior obstáculo que se opõe a uma restauração hierárquica da Pátria.

O espírito demagógico, inerente à onipotência do número, penetrou tanto na Igreja de Cristo como nas Forças Armadas. A adulação das massas estudantis e operárias leva muitos sacerdotes a uma vulgar manipulação do Evangelho de Cristo, assim como a proposta de um messianismo dos pobres em lugar do messianismo para os pecadores, que são todos os homens. Os sacerdotes para o Terceiro Mundo configuram uma Igreja classista e transformam a divina Revelação em uma consciência e luta de classes, tal qual se expõe no MANIFESTO COMUNISTA de Marx e Engels, lançado ao mundo em 1848. É preciso primeiro garantir o pão terrenal para depois pregar o pão da vida eterna. E na solução da questão social, cristãos e ateus podem trabalhar juntos e entrar em acordo quanto aos métodos de luta revolucionária, sejam eles quais forem, pois tudo está permitido quando se trata de conquistar a "felicidade do pasto verde" para o proletariado, a verdadeira humanidade que, do nada, deve passar a ser tudo. Isto nos explica que hoje a subversão do Comunismo Ateu avance por trás da Cruz.

O populismo das Forças Armadas, reduzidas a uma profissão a mais entre as profissões socialmente úteis, afoga a vocação e degrada o estilo militar da vida. Chega-se a desvirtuar em sua própria raiz a virtude do valor ou fortaleza no soldado, assim como se chegou a confundir o valor físico, comum ao militar, ao guerrilheiro, ao assaltante, ao acrobata, ao corredor de automóveis etc., com o valor guerreiro *que é essencialmente moral e político*.

O valor físico ocorre em todo homem capaz de enfrentar serenamente um perigo pessoal e a morte violenta. Aqui, o principal é o valor para assumir uma responsabilidade perante Deus e a Pátria, que se define na intrepidez do soldado capaz de ir ao sofrimento e à morte, ao mesmo tempo que conduz e provoca o sofrimento e a morte em outros homens, em defesa da Pátria atacada a partir do exterior ou do interior de seu território.

Mas, caso se trate de um soldado com critério estritamente profissional e com mentalidade populista, diante de um aparelho subversivo em que participam comandos guerrilheiros e multidões entregues à pilhagem, ele não terá a fortaleza de ânimo para sair em repressão sangrenta; não terá a convicção íntima, nem o valor militar necessários para assumir a responsabilidade de ruas semeadas de cadáveres. É por isso que ele prefere deixar que a besta seja solta *e ordena patrulhar as ruas quando já não existem comandos nem hordas em ação*. As tropas patrulham a cidade e os bandos inclementes se sucedem quando as ruas estão desertas.

O soldado democrático, legalista e populista não se sente capaz de enfrentar o "povo", a quem reconhece como seu legítimo soberano: teme que chegue a "hora do povo" e não suporta a ideia de ver-se submetido a um tribunal popular.

A impunidade com que foram produzidos os "cordobazos" em 1969 e 1971, assim como fatos análogos em diversas cidades, evidencia a convicção dos condutores da Guerrilha Subversiva de que não haverá repressão a sério, e de que todas as violências lhes serão permitidas.

Como é diferente o espírito e o calor guerreiro em tempos já remotos, por exemplo, o de um general Levalle! Desprovidas as tropas a seu comando, sem os abastecimentos indispensáveis e sem a possibilidade de que estes chegassem, diante da iminência do combate, o general os incitava nestes termos do valor guerreiro: "*Soldados, não temos tabaco, nem erva, nem pão, nem charque, nem roupa, mas temos deveres a cumprir!*"

Acaba de produzir-se uma nova mudança palaciana no Governo militar, lamentável em seus trâmites, tanto pela imagem que a Argentina Oficial oferece ao mundo, como pela grave deterioração que sofrem as Forças Armadas. Não nos interessam as pessoas em jogo, mas sim, o desgaste acelerado das Forças de resistência, evidenciado na pressa dos responsáveis pela saída eleitoral. Cada nova mudança significa a promessa imediata de acelerar o retorno à legalidade, com os mesmos partidos e com os mesmos elencos de profissionais da política populista do regime demoliberal. O novo Governo, presidido pelo tenente general Lanusse, resolveu queimar etapas para a saída eleitoral. A pressão para voltar à *democracia representativa* é tal, que se apela, sem rubor, a políticos expulsos de seus cargos e aos partidos dissolvidos pela chamada Revolução Argentina. Os comandantes das Forças Armadas não suportam mais o peso da responsabilidade política; necessitam transferi-la às forças populistas do peronismo e do radicalismo, em acordo na *Hora do Povo*.

A rigor, trata-se de uma demissão da responsabilidade política nos militares, em meio à Guerra Subversiva em operação dentro e fora das fronteiras nacionais. E o mais grave é que, sejam quais forem as regras do jogo democrático, assistiremos ao triunfo político das forças populistas; isto é, um processo análogo ao do Chile, que nos precipitará irremediavelmente para o Terror Comunista.

Inicia-se o último ato da tragicomédia nacional. Sejam quais forem as reformas constitucionais e eleitorais que se preparam, o desenlace inevitável é o mesmo do Chile. Todos os caminhos que estão sendo ensaiados, pacíficos ou violentos, conduzem ao *Terror Sistemático do Comunismo*.

Por outro lado, a Guerra Revolucionária irá ampliando seu raio de ação, tanto pela subversão proletária e burocrática como pela estudantil e universitária.

É assim que nos vamos entregando inermes, para cima e para baixo, pela via democrática e pela via da violência subversiva, à escravidão do Comunismo Ateu e Apátrida.

Apesar de tudo, esperamos com Fé inquebrantável que Deus queira suscitar a única saída de honra cristã e argentina: a Ditadura Militar fundamentada na Verdade, no Sacrifício e na Hierarquia. Insistimos em que esta é a hora das Armas, e não das massas.

Jordán B. Genta
Buenos Aires, junho de 1971

PREFÁCIO

Em princípios do ano de 1962, foi solicitada a minha colaboração para redigir uma *Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária* destinada à Aeronáutica Militar. Assumi a tarefa como um ato de serviço à Pátria, de forma gratuita e disposto a prescindir de meu nome para evitar prevenções e sobressaltos.

O primeiro folheto com o plano geral e o desenvolvimento dos princípios da Doutrina, incluindo o *nihil obstat* do Arcebispo de Buenos Aires, foi aprovado, publicado e distribuído oficialmente a todo o pessoal da Arma. Uma semana depois, a Maçonaria deu a voz de alarme por meio de um de seus órgãos profanos da imprensa. Produziu-se a previsível marcha à ré; *o folheto foi desaprovado oficialmente e ordenou-se a devolução imediata de todos os exemplares.*

Apesar desse contratempo, resolvi continuar o trabalho por considerá-lo necessário e imprescindível, tanto para militares como para civis, dispostos a lutar por Deus e pela Pátria, contra os inimigos e renegados do Ocidente Cristão.

Aquilo que aprendi ensinando durante trinta anos está registrado nestas páginas que querem contribuir para a formação política de uma verdadeira Milícia que saiba o que deve defender e o que deve combater até a morte.

Doutrina Nacionalista e Hierárquica, reconhece que tudo depende da Vontade de Deus, *mas ensina que os homens devem empenhar-se como se tudo dependesse deles*. É o que Deus quer e espera dos seus; em primeiro lugar, da juventude capaz de uma fidelidade heroica, disposta a manter o compromisso dos preclaros varões, como León Degrelle:

"*Renovo minha promessa de intransigência. Mais do que nunca irei reto, sem ceder em nada, duro com minha alma, duro com meus desejos, duro com minha juventude.*"

Jordán B. Genta

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA E À SEGUNDA EDIÇÃO

A PREPARAÇÃO ADEQUADA E EFICIENTE DOS MILITARES ARGENTINOS para enfrentar a Guerra Revolucionária, atualmente em sua etapa decisiva na América, exige uma dupla disciplina formativa:

1. A *Doutrina Positiva*, que compreende os princípios, valores e instituições fundamentais que se devem afirmar, servir e defender em todos os terrenos teóricos e práticos.

2. A *Doutrina Negativa*, que desencadeou a Guerra Revolucionária total – o Comunismo -, assim como seus antecedentes e aliados ideológicos; sua estratégia, tática e armas dialéticas. Seu conhecimento e domínio é indispensável para superá-lo na luta.

Em síntese: *trata-se de saber o que é preciso defender e o que é preciso combater nesta guerra religiosa, mental, moral, política e física, de todo o homem e de todos os dias, de todos os ambientes e em toda a Pátria, até o triunfo ou a derrota totais*.

O primeiro passo é formar uma consciência lúcida, firme e inabalável da *Doutrina Positiva*, que é a da Cristandade ou do Ocidente Católico e Romano.

Saber o que é definir-se como cristão e ocidental para evitar confusões, equívocos e desvios ideológicos que quebram a unidade espiritual e debilitam gravemente nossa frente. Essas confusões, equívocos e desvios são promovidos ou utilizados

amplamente pelo inimigo na propaganda, na educação e na ação cultural, no direto e na economia, na política e na religião.

A concepção doutrinária do Ocidente Católico e Romano – que nós chamamos de *Doutrina Positiva* – se desenvolverá através do seguinte temário:

1. *Linhas essenciais da Doutrina Católica, Ocidental e Argentina.*

2. *A Fé Católica na formação da Civilização e das Nações do Ocidente.*

3. *A Filosofia na Civilização Ocidental. Integração da razão natural e da Fé sobrenatural na Filosofia cristã: Santo Agostinho e Santo Tomás. Filosofia do Ser e lógica da identidade com relação ao Senso Comum.*

4. *O Direito romano. Poder ordenador e assimilador da Civitas. O Império Romano e a expansão do Cristianismo. Integração da justiça natural na Caridade sobrenatural para presidir a Cidade Cristã.*

5. *A Pátria é a história verdadeira da Pátria. O Império Católico e Romano da Espanha: sua obra missionária e civilizadora na América. O território estável e as legítimas tradições de nossa Pátria.*

6. *A Família Cristã fundamentada no matrimônio indissolúvel e no pátrio poder.*

7. *A Propriedade Privada: posse e uso. O capital e a extensão da Propriedade Privada ao trabalho produtivo. Encíclica Mater et Magistra de João XXIII.*

8. *A Educação cristã e nacional. A Escola e a Universidade a serviço da Verdade e da Pátria.*

9. *O Estado: organização jurídica da Soberania política e governo para o Bem Comum. O Estado de Direito e os supremos interesses de uma nação católica e ocidental. Relações entre o Estado e a Igreja Católica. Relação do Estado com as Sociedades Intermediárias.*

10. *As Forças Armadas da Nação. Sua missão específica: a defesa dos valores essenciais e permanentes da Nação, isto é, daquilo que os Regulamentos Militares denominam Supremos Interesses da Nação.*

O temário correspondente à doutrina anticristã, antiocidental e antiargentina do Comunismo Marxista – que nós chamamos *Doutrina Negativa* – deve ser desenvolvido em forma paralela e em contraposição expressa com as posições afirmativas. É o procedimento didático mais eficaz para aguçar e agilizar a mente no sentido crítico e polêmico.

1. *A Revolução Liberal contra a Ordem Católica e Ocidental, em suas etapas religiosa, filosófica e política, até culminar na Revolução Social do Comunismo Marxista. O processo do Liberalismo na Argentina.*

2. *A Reforma Protestante e a ruptura da unidade católica do Ocidente. O Livre Exame contra a autoridade da Verdade e sua Cátedra da unidade.*

3. *A revolução cartesiana da filosofia com a teoria da dupla verdade e da separação entre Razão e Fé. O novo ponto de partida da filosofia: idealismo, racionalismo, empirismo, criticismo, panteísmo e niilismo materialista. Eliminação da Teologia e da Metafísica do campo das ciências. Filosofia do vir a ser e dialética da contradição infinita.*

4. *A Revolução Liberal na política. Secularização radical do Poder e a substituição da Soberania de Deus pela Soberania Popular. O laicismo maçônico na Revolução Francesa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão contra seus deveres prévios para com Deus, a Pátria e a Família. O Direito Liberal contra o Direito Católico Tradicional em nosso país.*

5. *Ruptura Liberal da Pátria com o passado e sua mediatização pela liberdade individual. O obscurantismo medieval e a Legenda negra sobre a Espanha. A Ruptura Liberal com o passado na História Pátria: Civilização e Barbárie. A Maçonaria na historiografia argentina.*

6. *Dissolução Liberal da Família. O matrimônio civil em lugar do Grande Sacramento. O divórcio e a indiscriminação dos filhos. A situação atual da família em nosso estado de Direito.*

7. *O absolutismo da Propriedade Privada no direito liberal e a crítica marxista da Propriedade Privada, completando sua crítica da Religião e do Estado. Estrutura econômica da sociedade e superestrutura ideológica: religiosa, filosófica, jurídica etc., na concepção do Comunismo.*

8. *A reforma laicista da Educação em todos os seus graus. A proposta de uma Escola sem Religião e sem Tradição. Descristianização e desenraizamento progressivo das nações ocidentais. A reforma educacional de 80 em nosso país e a Reforma Universitária de 18: Laicismo e marxismo na formação das gerações argentinas e, em particular, de sua atual classe dirigente. Consequências para a luta contra o Comunismo.*

9. *Concepção Liberal do Estado: Contrato Social, Direitos Individuais e Soberania Popular. Mediatização do Bem Comum pelo interesse individual, de classe ou de partido. O*

Estado sem Religião não é um Estado neutro, mas irreligioso, contra a Religião Católica, Apostólica e Romana. Crítica marxista e sua proposta utópica da abolição do Estado na futura sociedade comunista.

10. *Concepção antimilitarista do liberalismo burguês e proletário. Crítica marxista das Forças Armadas da Nação como "instrumento pretoriano do Estado a serviço da classe exploradora". Substituição revolucionária das Forças Regulares pelas milícias populares.*

TEMA 1

DOUTRINA POSITIVA

Linhas essenciais da Doutrina Católica, Ocidental e Argentina.

O enfrentamento eficaz da Guerra Revolucionária desatada pelo Comunismo nos impõe saber, em primeiro lugar, aquilo que nos identifica como ocidentais e cristãos. Trata-se de adquirir uma consciência lúcida e distinta dos conteúdos de valor que são essenciais e permanentes, isto é, que definem a Cristandade Ocidental ou Civilização Ocidental.

A posse da *Doutrina Positiva* em suas linhas essenciais é o único meio eficiente para combater e superar a confusão ideológica que nos envolve e é como uma cortina de fumaça, através da qual avança impunemente o inimigo dentro de nossa mente, de nossos lares e de nossa Pátria.

São três os conteúdos de valor, os pilares sobre os quais se levanta a Civilização Ocidental, Cristã e, portanto, Argentina:

1. *A revelação Cristã e sua Igreja Católica, Apostólica e Romana.*
2. *A filosofia grega clássica: Sócrates, Platão e Aristóteles.*
3. *O Direito Romano e sua Política Arquitetônica.*

O primeiro é de ordem sobrenatural, divina. Os outros dois são de ordem natural, humana.

Vamos começar pelos conteúdos naturais e humanos, examinando em primeiro lugar aquilo que significa a Filosofia na vida do homem e da civilização:

a) A Filosofia Grega Clássica: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Etimologicamente, Filosofia quer dizer amor (filo) ao saber (sofia). É a ciência por excelência na ordem natural. Sócrates, Platão e Aristóteles denominam-se "clássicos" porque seu pensamento é sempre atual, seu magistério sempre contemporâneo, apesar de terem vivido entre os séculos V e IV antes de Cristo. Em Platão e Aristóteles, aprendemos a pensar, a definir, a distinguir, a discutir com razões, a dialogar na verdade.

Devemos a Sócrates a libertação do pensamento em relação à sensação e sua elevação à altura do conceito e da definição.

O conceito refere aquilo que uma coisa é, sua essência fixa e imutável, o que faz com que a água seja água, o pão, pão, e o vinho, vinho.

A essência ou forma constitutiva das coisas é a razão de ser, aquilo que permanece sempre igual a si mesmo, o que nos permite identificar uma coisa com ela mesma, apesar de todas as suas mudanças sensíveis, aparentes.

O conceito ou definição, tal como se diz da *essência*, é único como ela mesma; assim, a definição de homem afirma que é um *animal racional*. Hoje e sempre, o conceito de homem será o mesmo.

Em troca, as *opiniões* acerca de algo são inumeráveis, porque a opinião encara um aspecto de uma coisa, aquele que nos interessa ou nos impressiona; e podem haver múltiplos enfoques de uma mesma coisa, a partir de muitos ângulos.

Ciência, para os clássicos do pensamento, significa conhecimento do que existe por meio de suas causas ou razões.

A Filosofia é a ciência por excelência, a ciência soberana, porque estuda a causa primeira e o fim último de tudo o que existe ou pode existir.

No mesmo sentido, podemos definir a filosofia como a ciência das essências e do fim da existência.

Também é definida como a ciência da Verdade a que o homem deve servir.

As ciências empíricas e as ciências exatas e experimentais que estudam as leis dos fenômenos físicos ocupam-se de verdades que são para usar.

A ciência que estuda o permanente, o essencial e o eterno dos seres e o fim para que existem, culmina em Deus, causa primeira e fim último.

A razão humana se remonta pela exigência de encontrar a causa e a razão (o quê, o porquê e o para quê) até demonstrar a necessidade de uma razão primeira ou causa. Mas entregue somente a suas forças naturais, sua razão não lhe permite ter acesso à vida íntima de Deus; o infinito e o transcendente não podem ser abarcados pela razão finita e discursiva do homem.

Tem de ser o próprio Deus a se manifestar e se revelar ao homem; e essa Revelação se manifestou em Jesus Cristo, Nosso Senhor, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. E tem que ser o próprio Deus que nos infunda a Fé em sua Palavra para que possamos entender o que Deus é em Si mesmo e o que nós somos e relação a Deus.

Por isso, a verdadeira Sabedoria necessita da integração da razão natural na Fé sobrenatural, isto é, da filosofia humana com a Divina Revelação para constituir a Teologia Sagrada. Foi

esta a obra dos Padres e Doutores da Igreja, principalmente de Santo Agostinho e Santo Tomás.

A filosofia não difere do Senso Comum em suas afirmações essenciais; é o próprio Senso Comum assumido reflexivamente. É o Senso Comum reajustado com espírito crítico.

A lógica que se fundamenta na filosofia é aquela que rege o discurso pelos princípios de identidade e de não contradição.

Compreende-se que a lógica da identidade se fundamenta na filosofia do ser, das essências e do fim da existência.

A filosofia, que é o pilar do Ocidente Cristão, é a ciência da eternidade e daquilo que é eterno nas coisas.

A lógica que define a mentalidade ocidental é a lógica da identidade essencial do que existe, isto é, o discurso que conclui que a água é água, e não é vinho; e que o vinho é vinho, e não é água, embora o vinho contenha água.

É a lógica que discorre em função de verdades essenciais e da Verdade Absoluta que compreende todas as outras.

b) O Poder Político e o Direito Romano

A vida política dos gregos circunscreveu-se à Pólis (cidade); não chegou a ter dimensão imperial até Alexandre, mas essa vontade de domínio não se tornou estável, não se constituiu em império. Seria preciso esperar por Roma para que se realizasse a primeira expansão verdadeiramente política, sabiamente organizadora da autoridade. Essa capacidade inigualada para o mando fez de uma pequena cidade o maior e o mais duradouro Império conhecido até então.

Roma é a organização perfeita do poder político. Fez cumprir suas leis até nos lugares mais remotos.

Roma nunca se impõe de imediato a povos que não a amam, não a compreendem nem a admiram. Primeira, cria uma colônia romana onde estimula o espírito de Roma; e é esta colônia que vai realizando a difícil conquista que as legiões só poderiam iniciar e sustentar com as Armas.

Uma cidade sob o despotismo de um inimigo vitorioso, que sustenta o desenvolvimento de seu poderio, a ostentação de sua autoridade, o peso de seus impostos e serviços, não é uma cidade realmente conquistada.

Roma sabe muito bem que não é este o caminho da conquista segura. Sua política tem algo de sua arquitetura: a coluna romana, firme e rigorosa, pode ser o símbolo desse povo que soube fundar uma dominação de doze séculos.

Frente a esses povos da antiguidade que estabeleciam com os vencidos relações de domínio estrito e que fechavam aos subjugados o acesso à dignidade civil, Roma traz uma contribuição nova que explica sua expansão territorial e sua unidade política.

Lentamente, ela vai consentindo que os filhos dos povos subjugados que deram prova de adesão e souberam interpretar o sentido da *paz romana*, são elevados à dignidade não só de cidadãos, mas até de membros da minoria reitora do Senado.

A conquista romana que traça tão rapidamente caminhos e rotas por entre as montanhas, até as zonas mais afastadas, é a conquista realizada não só pelo gênio de um homem, um condutor genial, mas pelo gênio de todo um povo.

Como Roma pôde manter a coesão e a unidade em tão dilatada extensão e em tão grande variedade de povos?

Por meio do Direito.

Os romanos levavam a toda parte a ordem, uma regra estável de convivência; e a tranquilidade nessa ordem jurídica rígida e precisa: a *paz romana*.

A vigência do Direito vai eliminando as discórdias e contradições internas nos povos conquistados; a língua vernácula vai cedendo seu lugar à língua latina; também vão desaparecendo os aspectos mais cruéis e perversos das religiões bárbaras.

As etapas da conquista romana são:

1. A Paz, a tranquilidade na ordem por meio do Direito.
2. A prosperidade material que é resultado da ordem política.
3. A elevação e riqueza de cultura.

Os povos bárbaros (estrangeiros) acatam finalmente a lei romana, porque ela os eleva ou suscita neles a esperança de terem outorgada a *cidadania romana*.

Em qualquer lugar do império, mesmo o mais remoto, o cidadão romano continua vivendo em Roma – como o inglês de hoje na City.

O melhor ser de Roma se expressa nesta conquista, cuja divisa não é somente a de César vencedor: "*veni, vidi, vici*", pois em seguida àquela admirável conquista das armas, completava-a com a codificação do Direito.

É claro que a indiferença do romano em relação ao que era estranho à sua dignidade civil no próprio âmbito tem sua personificação cabal em Pôncio Pilatos – no final, ele lava suas mãos. Além disso, são conhecidos a rigidez, o excesso, as dis-

criminações arbitrárias – a condição da mulher, a escravidão, a propriedade, o poder pátrio etc.; mas seus defeitos e excessos, inclusive as aberrações próprias de seu paganismo, não anulam a grandeza nem a validade substancial do Direito Romano, fundamento natural de todo Direito justo do Ocidente.

Impõe-se reconhecer a capacidade superior e o sentido universal que era necessário para legislar sobre um vasto império que foi cimentado na objetividade do Direito, em função da Justiça, apesar das limitações apontadas.

O Código de Justiniano representa a síntese de toda uma longa elaboração jurídica, e é o fundamento do Direito Positivo do Ocidente, porque nele se concretizam e legislam as principais instituições humanas na ordem privada: Família, Propriedade, Direitos Patrimoniais, dentro da grande concepção do Município e do Estado Romanos.

O legado definitivo de Roma ao Ocidente Cristão são esses fundamentos do Direito, em ordem à Justiça natural de caráter ético essencial.

O próprio helenismo, a herança imortal e inesgotável da Sabedoria Humana, isto é, da Filosofia Grega projetada na contemplação e na ação, entra na formação do Ocidente através de Roma. Sem a longa paz romana, conquistada pelas Armas e estabilizada pelo Direito, não teria sido possível o meio adequado, o repouso que exige o estudo da filosofia das essências e do fim do que existe, a *contemplação da verdade*, a mais nobre e mais pura atividade humana.

Reveste-se decisiva importância entender que nem a filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, nem o Direito da paz romana teriam durado e transcendido na História Universal sem o Cristia-

nismo que une ao conceito da universalidade política do Império a missão divina da Redenção de todos os homens. A Cristandade potencializa e engrandece tudo quanto existe de verdadeiro e justo na Filosofia Grega; assim como tudo quanto há de nobre e ordenado na política romana. E realça a filosofia natural na Fé Sobrenatural, e a justiça humana na Caridade Sobrenatural.

Constantino inicia o Império Romano Cristão, cuja codificação é obra de Justiniano. Carlos Magno o restabelece, e em Carlos V culmina e se interrompe sua gestão ecumênica, católica, até o dia de hoje.

A dignidade da pessoa humana; a igualdade essencial dos homens; a elevação da mulher até ser contemplada em seu paradigma: a Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus e de Nossa Pátria; o verdadeiro sentido social da Propriedade Privada; a origem e a legitimidade do Poder; a necessidade da Fé para entender as coisas de Deus e o destino das almas e das Nações; o auxílio da Graça para ser livres no bem; a Caridade de Deus para perfeição da Justiça – tudo isto e muito mais é o que significou a integração da filosofia natural dos gregos e da ordem política romana na Revelação Cristã, cujo fruto é a Civilização Ocidental.

c. Projeção espiritual e política da Igreja Romana Católica no Ocidente

O Ocidente Cristão, os Impérios e Estados nacionais Católicos da Europa e da América foram construídos ao redor da Igreja Católica, Apostólica e Romana. O Papa Leão XIII o destaca em sua encíclica *Immortale Dei*: "*Houve um tempo em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Naquela época, a eficácia*

própria da Sabedoria Cristã e sua virtude divina haviam penetrado nas leis, nas instituições, na moral dos povos, infiltrando-se em todas as classes e relações da Sociedade. A Religião fundada por Jesus Cristo via-se colocada firmemente no grau de honra que lhe corresponde, e florescia em toda parte, graças à adesão benévola dos governantes e a tutela legítima dos magistrados. O Sacerdócio e o Império viviam unidos em mútua concórdia e amistoso consórcio de vontades. Organizado deste modo, o Estado produziu bens superiores a toda Esperança... Se a Europa Cristã dominou as nações bárbaras e as fez passar da ferocidade à mansidão, e da superstição à Verdade; se rechaçou vitoriosa as invasões muçulmanas, se conservou o cetro da civilização e se manteve como mestra e guia do mundo na descoberta e no ensino de tudo quanto podia redundar em prol da cultura humana; se proporcionou aos povos o bem da verdadeira liberdade em suas mais variadas formas; se com sábia providência criou tão numerosas e heroicas instituições para aliviar as desgraças dos homens, não se duvide: a Europa tem por tudo isso uma enorme dívida de gratidão para com a Religião, na qual sempre encontrou uma inspiradora de seus grandes empreendimentos e uma ajuda eficaz em suas realizações."

Em conclusão: a *Doutrina Positiva* do Ocidente Cristão é aquela que se fundamenta na Palavra de Deus, cujo magistério divino reside na Igreja Católica, Apostólica e Romana, fundada pelo próprio Cristo: "*Deus instituiu a Doutrina da Verdade na Cátedra da Unidade*".[3]

3 Santo Agostinho

Não há, não pode haver outro princípio de unidade espiritual e moral para os homens e as nações do Ocidente, a não ser esta Palavra de Deus e sua Cátedra infalível, que é a Igreja Romana.

É mister que nos edifiquemos na Unidade Verdadeira, para não cair na separação, na divisão, na pluralidade, que são os princípios de negação e de morte.

E sobre essa rocha imutável que o próprio Deus estabeleceu, se potencializam, realçam e prestigiam na divina luz a Filosofia Clássica dos gregos e o Direito e a arquitetura do Poder dos romanos, pilares do Ocidente Cristão.

A partir de Cristo, toda elevação humana na História do Ocidente prossegue *na* e *pela* Igreja Católica, que se abre a todos e abraça a todos os homens de boa vontade, que são aqueles que fazem a vontade de Deus.

DOUTRINA NEGATIVA

A Revolução Liberal contra a Ordem Católica e Ocidental, em suas etapas religiosa, filosófica e política, até culminar na Revolução Social do Comunismo Marxista. O Processo do Liberalismo na Argentina.

A *Doutrina Positiva* do Ocidente Cristão se fundamenta na Verdade de Deus de ordem sobrenatural ou Revelação Cristã, e em duas verdades objetivas de ordem natural: a Filosofia do Ser, com sua lógica da identidade, e o Direito Romano, como estrutura básica do Estado ou Poder Político.

As instituições da Fé e da Tradição que derivam destas afirmações fundamentais são: a Igreja Católica, Apostólica e Romana, a Pátria, a Família, a Propriedade, a Profissão, o

Município e o Estado servidor do Bem Comum, mais as Forças Armadas da Nação, cuja missão específica é a defesa desses princípios e instituições permanentes da Cristandade Ocidental.

A defesa exige, por sua vez, combater lúcida e energicamente toda doutrina negativa, toda posição ou ideologia que nega, debilita, tergiversa, desvia, confunde ou compromete a validez desses fundamentos e a existência das instituições em sua devida ordem.

A Doutrina Liberal é fonte de sucessivas negações seculares que a partir de dentro vêm solapando os pilares e desvirtuando as instituições para terminar com sua abolição radical.

O processo do Liberalismo se inicia no Ocidente com a Reforma de Lutero em começos do século XVI; continua com a divisão entre a razão natural e a Fé sobrenatural, mais a crítica negativa da Filosofia do Ser, no século XVII; com a crítica do Direito Romano-cristão e a revolução política do século XVIII; e culmina com a Revolução Social ou Guerra Revolucionária desencadeada pelo Comunismo Marxista no século XIX, em sua fase decisiva atual.

A crítica marxista comporta um extremo niilismo, o programa da destruição total, teórica e prática, da Ordem Ocidental e Cristã. É por isso que ele faz sua e radicaliza a crítica da Religião, da Teologia e da Filosofia cristãs, do Direito Romano e do Estado; completando a soma de negações liberais com a crítica da Propriedade Privada tal como a define o direito liberal-burguês. Quando às Forças Armadas da Nação, a crítica marxista as reduz ao papel de uma guarda pretoriana a serviço da classe exploradora, que será abolida definitivamente junto com o Estado de Classes.

A Doutrina e a Prática comunistas não são mais que o liberalismo moderno levado até suas últimas consequências na negação da Ordem Ocidental e Cristã.

Não se pode, pois, separar comunismo de liberalismo; e a doutrina liberal é, ponto por ponto, a negação dos princípios e instituições da Cristandade Ocidental. A crítica negativa e as demolições práticas do liberalismo, que se extremam no materialismo dialético de Marx, têm sua origem e raiz no Livre Exame, no suposto direito a discutir tudo, que Lutero reivindica perante a Cátedra da Unidade Católica, o magistério infalível do Papa Romano em relação à Palavra Revelada, isto é, no Dogma da Fé e na moral.

Augusto Nicolás demonstra em seu livro PROTESTANTISMO E COMUNISMO: "*Toda interpretação exige o conhecimento adequado de seu objeto – o sobrenatural, que é próprio da Revelação, implica, pois, o sobrenatural no agente de sua interpretação* (a Cátedra de Pedro instituída pelo próprio Deus)... *Assim, o protestantismo, ao atacar o princípio da autoridade visível e docente do cristianismo, e opondo o princípio oposto do Livre Exame, matou de um só golpe a autoridade da própria Verdade do Cristianismo e da ordem sobrenatural revelada. Por conseguinte, destruiu a fé nesta ordem sobrenatural, a qual não pode subsistir sem uma autoridade de magistério igualmente sobrenatural.*

Não conhecemos a Deus, a não ser por Jesus Cristo, assim como não conhecemos realmente a Jesus Cristo, a não ser pela Igreja."[4]

4 P. 26 a 28.

O processo inexorável, implacável do Livre Exame, depois da negação da Cátedra da Unidade Católica, da própria Palavra de Deus, aplica-se sucessivamente à negação e à destituição de toda autoridade humana.

"Consumada a máxima subversão, confundida a Palavra de Deus com a de um homem qualquer que se acredita iluminado do alto, todas as outras subversões e confusões que estão compreendidas na primeira irão seguir-se inexoravelmente. Se, em princípio, todo

mundo é sacerdote e traz o Evangelho em seu coração, também pode sentir-se rei, sábio, artista, general, magistrado, educador, empresário etc."[5]

Lutero "*instituiu a si mesmo na Cátedra de Deus e acreditou que seu juízo era maior, muito maior que o dos papas e bispos, que o dos teólogos e filósofos. Nem a cátedra romana, nem os concílios ecumênicos, nem os Padres e doutores da Igreja, 'nem as ridículas regras dos lógicos', 'nem as fantasias dos filósofos, nem o mago Aristóteles' têm a autoridade de seu sentimento interior e de sua própria experiência para estabelecer a validade de um testemunho, de uma afirmação ou de uma sentença*".4

Assim se consumou a Revolução Liberal no plano religioso, através das variações do Protestantismo, quebrando a unidade católica do Ocidente Cristão, com a multiplicação indefinida dos "cristianismos" até promover a indiferença religiosa e finalmente o ateísmo ou anticristianismo agressivo que é a própria substância do Comunismo Marxista.

---

5 J. B. GENTA, *Livre exame e comunismo*, cap. I, pp. 178 e 184 desta edição.

Depois da Religião Católica, o Livre Exame aplicou sua crítica negativa e corrosiva à filosofia do ser e à lógica da identidade. Assim Descartes, para justificar o Livre Exame, o direito de cada indivíduo discutir tudo, duvidar de tudo e exigir que seu assentimento a algo dependa da sentença de seu próprio juízo, inicia seu DISCURSO DO MÉTODO (ano de 1637) com esta falsa e demagógica sentença: "*O bom senso é a coisa mais bem repartida do mundo*". É notório que o bom senso ou a capacidade de julgar retamente é a coisa menos bem repartida. O juízo reto acerca de determinada questão supõe a autoridade e a ponderação do saber, isto é, o árduo e longo estudo da questão. Só é verdadeiramente livre em uma matéria aquele que a domina com perfeição.

Descartes, que é o pai da filosofia moderna, desloca *a verdade fundamental do ser* e, em seu lugar, coloca o *eu que pensa*.

O ponto de partida do pensamento filosófico já não é *o ser é o ser, cada coisa é o que é:* a água é água, o pão é pão, a alma é alma, Deus é Deus.

Agora, o ponto de partida é: *Penso, logo existo*; isto é, o *eu pensante*, a autocerteza de seu existir enquanto pensa, como a verdade primeira e fundamental sobre a qual se ergue todo o edifício da nova filosofia.

Assim como Lutero faz residir a interpretação válida da Palavra de Deus no *sentimento interior*, Descartes radica no *eu pensante* o princípio de toda verdade. Um e outro são *subjetivistas*, sustentam a primazia do sujeito, de sua inspiração, de seu pensar como supremo critério de validade, o que se chama *protestantismo* no plano religioso e *idealismo* no plano filosófico. Ambos, expressões do Livre Exame, princípio do Liberalismo em todas as suas formas.

O liberalismo moderno é o processo infinito da crítica negativa e da negação prática de tudo o que existe. Tal como adverte o judeu marxista Bernstein, "*o objetivo final não é nada, o movimento é tudo*". Em linguagem mais prática, quer dizer que o objetivo final é o nada e o movimento é a revolução permanente.

De negação em negação, o processo dialético – a alma da dialética é a negação – conclui inevitavelmente, inexoravelmente, na soma de negações que é o Comunismo Marxista, niilismo puro, teórico e prático. Por isso, é que Pio XI o declarou "*intrinsecamente perverso*".

Contra os direitos da afirmação, da identidade e da fidelidade, o Liberalismo exalta a prioridade dos direitos da dúvida, da crítica, da negação e da mudança. Contra a Cátedra de Deus, o Livre Exame; e contra a lógica da identidade fundamentada na essência realíssima daquilo que é, a lógica da contradição ou dialética fundada na aparência sem ser, o devenir de tudo o que existe.

É claro que o direito de duvidar de tudo ainda implica a suposição de algo indiscutível, que é o próprio juízo individual. Lutero duvida da infalibilidade da Cátedra de Pedro nas coisas de Deus, mas pretende que seu próprio juízo na matéria seja infalível.

Heráclito, para ilustrar o eterno vir a ser, a mudança de todas as coisas, afirmava que "*não é possível banhar-se duas vezes na mesma água de um rio*". É verdade, mas sempre que nos banhamos nós o fazemos na água; não poderia ser numérica ou materialmente a mesma água, mas sim, em essência, é a mesmíssima água que nos lava e mata a sede.

Mudam as águas e permanece a água; passamos de uma água para outra água, e ainda para outra... é o acidental que muda. O que importa é contar sempre de novo com a mesma essência, com aquilo que faz com que água seja sempre água, e não outra coisa.

E assim como, para não morrermos de sede, temos necessidade da essência, que não passa na água corrente, ainda mais necessidade temos, para a vida eterna, da Palavra que não passará nunca.

O Liberalismo não suporta a existência das essências; e menos que qualquer outra, da Essência que é sua própria Existência. Não suporta, pois, a eternidade de Deus e aquilo que é eterno nos seres criados.

Compreende-se que se o homem faz de sua liberdade o próprio fundamento da existência, seu princípio primeiro e seu último fim, a dinâmica dessa liberdade tem de ser a negação de todos os limites divinos, naturais e históricos; isto é, só poderá reconhecer-se e afirmar a si mesma como libertação de toda dependência ou obrigação externa: toda heteronomia[6], como diz Kant, o filósofo do liberalismo.

Ao contrário, se o homem reconhece que não é seu princípio nem seu fim, que vem de outro e é herdeiro; se reconhece que é fidalgo como criatura e como filho, então não é livre para escolher, não tem opção em relação a Deus, a sua Pátria e sua família; assim o homem pertence a eles e lhes deve amor filial.

---

6 Heteronomia: significa autoridade externa, assim como autonomia, a própria autoridade sobre si mesmo.

Não lhe resta mais que a livre obediência e a liberdade de servir. Pode desobedecer, desertar, negar-se a servir, mas esse estado de baixa rebeldia não é liberdade, mas escravidão do pecado, como diz Leão XIII em sua encíclica *Libertas*.

O Liberalismo é pecado porque postula uma liberdade que quer libertar-se de toda sujeição e ser inteiramente para si; é o homem quem faz, e o próprio Deus é obra sua; ele também é a medida de todas as coisas, seja como indivíduo, número, classe, massa, nação ou humanidade.

Colocada esta falsa liberdade, uma liberdade aparente como princípio, sua lógica tem de discorrer necessariamente na aparência sem ser, na negação do que é e na negação da negação. Esta lógica da contradição infinita é a dialética. Seu fundamento ontológico não é a essência imutável, mas o mutável vir a ser, ou o não ser; não procede do mesmo para o mesmo, mas vive da negação daquilo que é.

A dialética marxista ou existencialista não leva a contradição ao plano da essência, mas nega de modo simples e raso que existam essências. Em Marx e Sartre[7], é o resultado de sua negação de Deus, porque não pode haver essências sem o Deus que as conceba, e tudo está permitido se Deus não existe.

Levado até suas últimas consequências, o liberalismo é puro niilismo. Se assume a forma de um empreendimento coletivo, acaba no Comunismo Ateu de Marx ou de Bakunin[8]. Se

7 Sartre: filósofo e literato existencialista francês de nossos dias.

8 Bakunin: revolucionário de origem russa que causou a divisão da Primeira Internacional de Trabalhadores com sua oposição a Marx. É o chefe do Comunismo Anárquico ou Anarquismo

se limita a um programa individual, manifesta-se finalmente no tipo dos demônios de Dostoievsky ou no existencialismo ateu de Heidegger[9] ou de Sartre.

É que o Liberalismo moderno é proposto na divisão de Cristo, na desencarnação do Verbo de Deus que o homem opera por si mesmo, libertando sua razão natural da Fé sobrenatural, sua liberdade humana da Graça Divina, suas obras do mérito de Cristo. Em lugar da civilização do homem unido a Deus em Cristo, a do homem que nega ou renega Cristo: humanismo judeu, maçônico, comunista ou existencialista.

Trata-se de um humanismo demasiado humano, cuja recuperação a partir das sucessivas alienações ou alheamentos – religioso, metafísico, político, social – é realizada no ritmo dialético da negação da negação. Tese, antítese e síntese totalmente negativas; a liberdade livre de toda limitação que nivela o ser com o não ser – ciências, opiniões, valores etc. – através da igualdade promotora da fraternidade.

A diferença gera o ódio; e da abolição de todas as distinções e hierarquias pelo igualitarismo massificador procede o espírito de irmandade, a fraternidade universal.

Em lugar do mistério da Santíssima Trindade, o homem moderno confessa a trilogia de negações dialéticas – liberdade, igualdade, fraternidade – em que se fundamenta a religião civil da Democracia. Não se trata de uma das formas de governo, mas de um ideal e estilo de vida que alguns filósofos católicos

9 Heidegger: filósofo alemão contemporâneo.

como Maritain não vacilam em proclamar como "*o ideal da Cristandade*".

Esta democracia exaltada idolatricamente como a nova divindade é o caminho que leva, queiram ou não, pela via pacífica do sufrágio universal ou pela violência revolucionária, até o Comunismo.

A crítica da Religião de Cristo, a crítica da filosofia das essências e do fim, a crítica das hierarquias sociais e a crítica da Propriedade Privada são as etapas dialéticas em que se completa esse processo de recuperação teórica e prática de sua humanidade[10], pelo homem alheado de si mesmo ao longo da história universal.

Que é a Religião? A primeira e a principal das alienações do homem. O homem projeta em Deus e na vida do além as suas necessidades e aspirações defraudadas por sua condição real nesta vida. Busca no sobrenatural e na ideia da divindade aquilo que lhe falta na realidade. Quer dizer que a relação existente entre o real e o ideal é aquela que media entre uma negação e a negação dessa negação. Segundo esta teoria materialista que Marx recolhe de seu mestre Feuerbach, "*os deuses apareceram sobre a terra... para aplacar a fome, para matar a sede, em uma palavra, para remediar a miséria humana*".

Por isso, é que a Doutrina Marxista sustenta que, quando o homem tiver alcançado a felicidade real nesta vida, já não terá necessidade da ilusão religiosa para viver. Quer dizer que

10 Este humanismo tipicamente liberal e marxista pretende que o homem é o mais alto para o homem, e a medida de todas as coisas; é o humanismo anticristão ou ateu de nossos dias.

já não terá de alienar-se, de buscar fora de si, em um suposto além, a satisfação de suas necessidades reais: "*A religião* – conclui Marx - *não é mais que o sol ilusório que gira em torno do homem, até que o homem gire ao redor de mesmo como de seu próprio sol*".

O mesmo ocorre com a alienação metafísica que significa a fixação da mente em verdades essenciais: isto é, a evasão de um caráter dialético nesse sentido da eternidade e do que é eterno nas coisas.

As hierarquias sociais, assim como os antagonismos de classe entre proprietários e proletários, são outras tantas formas de alienação; isto é, de uma humanidade dissociada, desgarrada, dividida de si mesma. A abolição de todas as hierarquias e privilégios, das próprias classes por meio da supressão da Propriedade Privada, trará a recuperação do homem total; a reintegração de sua humanidade lacerada pela sociedade capitalista, prevista na revolução social.

A necessidade do Estado na Ditadura do Proletariado é transitória e responde ao propósito exclusivo de esmagar seus adversários burgueses; mas o Estado como forma de coerção do homem ir-se-á extinguindo à medida que a perfeição do regime comunista "*vá substituindo o governo das pessoas pela administração das coisas e pela direção dos processos da produção*".[11]

O proletariado consciente de sua missão é o encarregado de reivindicar à humanidade. Sua ação histórica consistirá na

11 ENGELS, *Antidühring*.

superação definitiva de toda moral de classe, para alcançar, pela primeira vez, uma moral verdadeiramente humana sobre o desaparecimento de toda desigualdade social.

Este processo de libertação social do homem, através do nivelamento dialético que se inicia com a crítica da religião e acaba com a crítica da Propriedade Privada, será consumado pelo proletariado.

"*A alma* – sustenta Engels - *não se reforma com a religião, mas com a práxis... não ideias, mas práxis. Não heróis, mas massas.*"

A passagem da sociedade feudal para a burguesa, e desta para a sociedade sem classes, não é mais que o cumprimento dialético dessa libertação da liberdade humana de suas cadeias tradicionais: "*Assim a burguesia, em virtude das necessidades de seu desenvolvimento, opostas aos privilégios e vínculos feudais, é levada a reivindicar a liberdade e a igualdade sob a forma universal dos Direitos do Homem. O proletariado, depois de acompanhar a burguesia como a sombra ao corpo, a partir da abolição dos privilégios de classe, passa a exigir a abolição das próprias classes... reivindicando além de igualdade formal* – jurídico-política, *a substancial* - socioeconômica."

"*É a missão histórica do proletariado* – continua Engels11 – *reivindicar o direito do trabalhador sobre sua pessoa e atividade livre, face à condição de mercadoria sob o regime burguês. Seu objetivo final é a conquista de um ideal humano de liberdade e desenvolvimento da personalidade.*"

O movimento proletário mundial parte do fim da Filosofia da História Universal de Hegel, transformando sua dialética

ideal da liberdade na realização dialética da liberdade, isto é, em libertação efetiva e total do homem.

Por isso é que Engels insiste[12]: "*Hoje existe pela primeira vez o desenvolvimento e a realização absolutamente livre de suas aptidões físicas e intelectuais. Quando tal possibilidade se converter em realidade, o homem sairá verdadeiramente do reino animal, iniciará uma vida verdadeiramente humana, não mais alheio à sociedade e às forças que nela operam, mas fator consciente de sua história.*"

Ocorre, pois, que o proletariado, a partir da extrema desumanidade de sua condição econômico-social, desde o nada que é na sociedade burguesa, passará a ser o tudo no salto para a liberdade que vai ser o Comunismo.

Se passamos deste canto de sereia da utópica panaceia libertária para a real condição humana sob as tiranias comunistas, nós nos encontramos com pobres animaizinhos aterrados em seu extremo desamparo e indigência ou com autômatos eufóricos da tecnocracia.

As sucessivas revoluções "libertadoras" vieram despojando o homem ocidental de todos os seus apoios e proteções, de todos os bens espirituais e estabilidades sociais que lhe havia proporcionado a Civilização Cristã; e depois que o Liberalismo esvaziou sua alma e os proletarizou, já não constituem verdadeiros povos, mas massas informes e tumultuosas, presas fáceis da Tirania Comunista.

---

12 *Antidühring*, Terceira parte, Capítulo III.

a. O Processo do Liberalismo na Argentina

A Argentina faz parte do Ocidente Cristão porque seu patrimônio espiritual, intelectual, político e social foi constituído em seus princípios e instituições fundamentais, através da obra da Espanha na América e das primeiras gerações patrícias que conquistaram a soberania e realizaram sua unidade nacional.

A Espanha dos Reis Católicos, de Carlos V e Felipe II, é a mais ampla expressão política da Cristandade Ocidental. As fundações do Descobrimento e da Conquista responderam a um sentido católico e romano da Política. A cidade e a civilização indígenas foram construídas ao redor da Igreja, na forma de cabildos (municípios), governos e reinos. Codificou-se o direito espanhol, ajustando-o às condições existenciais da América. Levantaram-se universidades teológicas e jurídicas, conventos e mosteiros, magistraturas e instituições de governo conforme o modelo da metrópole. E a pátria, no sentido da tradição viva e do território estável, em que nasceram os fundadores de nossa soberania política – Saavedra, San Martín, Belgrano, Deán Funes – era católica e hispânica, ou seja, ocidental.

A ruptura com essa tradição mantida e enriquecida ao longo de 300 anos de vida espanhola e com os primeiros 50 anos de vida argentina foi a obra da geração liberal triunfante em Caseros.

FACUNDO de Sarmiento e as BASES de Alberdi documentam essa ruptura total com o passado, que o primeiro apresenta no esquema dialético ou na antítese: "*Civilização ou Barb*árie".

Alberdi, no capítulo XIV das BASES, declara categoricamente: "*Com a revolução americana acabou a ação da Europa espanhola neste continente; mas tomou seu lugar a ação da Europa Anglo-saxã*".

E no capítulo XV ele acrescenta: "*Queremos plantar e aclimatar na América a liberdade inglesa, a cultura francesa, a laboriosidade do homem da Europa e dos Estados Unidos*". "*O povo da caldeira foi improvisado ao redor de uma estrada de ferro, assim como em outra época ao redor de uma igreja*".

No capítulo XXX, insiste em que: "*Necessitamos mudar nossa gente incapaz de liberdade por outra gente hábil para ela, sem abdicar do tipo de nossa raça original... suplantar nossa atual família argentina por outra igualmente argentina, porém mais capaz de liberdade, de riqueza e de progresso...*"

"*A América do Sul possui um exército para este fim, e é o encanto que suas formosas e amáveis mulheres receberam de sua origem andaluz, melhorada pelo céu esplêndido do Novo Mundo. Removei os impedimentos imorais que tornam estéril o poder do belo sexo americano* (refere-se ao matrimônio católico), *e tereis realizado a mudança de nossa raça...*"

"*A Constituição deve ser feita para povoar o solo solitário do país com novos habitantes, e para alterar e modificar a condição da população atual. Sua missão, de acordo com isto, é essencialmente econômica.*"

"*A próxima Constituição* – refere-se à que foi sancionada em 1853 – *tem uma missão de circunstâncias, não se deve esquecer isso.*"

Quer dizer que as BASES de Alberdi postulam a mudança do ser nacional como condição imprescindível para a civilização

e o progresso da Nação. *A organização constitucional deve ser feita para assegurar a ruptura e o desprendimento com o passado histórico.*

Em lugar de propor a integração do ser nacional com aquilo que faz falta na ordem material – ciência, técnica, indústria – deseja-se substituir o homem que fez a Pátria soberana por outro tipo de homem, diferente até na religião e na raça.

E quanto à aluvião migratória, em lugar de propor uma escola nacional, profundamente católica e tradicionalista, para assimilar o ser nacional às novas gerações, implantou-se em 80 o laicismo escolar – Lei de educação comum 1420 -, que significou o desarraigamento, o desgaste e a descristianização das massas argentinas.

b. A Educação na República Argentina

Toda revolução, assim como toda restauração (reação) começa pela inteligência. A inteligência não é tudo, mas é quase tudo; no homem. É o princípio e o fim, porque o homem tem seu princípio e seu fim na VERDADE. O conhecimento e a verdade essenciais não são *meios*, mas têm valor de fim. Por isso, não são verdades para usar, mas para *servir*. No ano 80, coloca-se o problema da educação em todos os seus graus. Com a lei 1420, introduz-se o laicismo escolar no primário; na ordem do ensino médio, o normalismo laicista e cientificista de Sarmiento se estende à formação oficial dos futuros mestres e professores argentinos. No bacharelado, prescinde-se de todo conteúdo religioso e humanístico, com um plano de estudos vertebrado nas matemáticas e nas ciências naturais. Dessa feita, o bacha-

relado veio a resultar no cultivo de um enciclopedismo oficial que se esgota nas ciências do cálculo e que finalizam no uso das coisas.

A Universidade, com a vigência da Lei Avellaneda, se reduz cada vez mais a um conjunto de escolas profissionais. Procede-se radicalmente à eliminação da teologia e da metafísica. Pode-se dizer, sem medo de enganos, que a partir de 1880 a educação oficial argentina, em todos os seus graus, deixa de ser em absoluto o estudo da eternidade e daquilo que existe de eterno nas coisas, para resumir-se no cultivo exclusivo da ciência da quantidade e do acidente. Confirma-se, assim, o pensamento de Estrada, publicado no diário católico LA UNIÓN de 1883: "*demolir e improvisar são dois vícios essencialmente revolucionários e, por desgraça, essencialmente argentinos*".[13]

Por essa mesma época, em *Le Play e o Liberalismo*, LA UNIÓN, 1880, já citava como consequência da educação liberal, implantada no país através do normalismo positivista, do laicismo escolar, do bacharelado enciclopédico e da universidade meramente profissional: "*jovens que formareis amanhã as classes governantes da sociedade argentina, enferma sob a influência de várias e depravadas tradições: o autoritarismo laico do Rei Carlos III, a onipotência plebeia de Robespierre e o utilitarismo metódico do bom homem Ricardo* (livro de Benjamin Franklin). *Acrescentai a esta tríplice introdução de extravagâncias o desdém pelas ciências morais e o voo crescente do ceticismo*".

13 Extraído de *Miscelâneas*.

Somente a título de recordação, mencionaremos que a primeira escola normal foi aberta em 1870, com Sarmiento, em Paraná, para formar mestres capazes de desenvolver o *novo plano educacional*. Para isso, ele trouxe mestres americanos e protestantes.

Todo esse processo culmina lógica e fatalmente na reforma bolchevique da Universidade Nacional em 1918, projeção em nosso país e em toda a América Latina da Revolução Comunista triunfante na Rússia em outubro de 1917.

A Reforma Universitária comporta, por um lado, uma subversão total da ordem hierárquica natural, com a implantação do governo tripartite que subordina a autoridade do professor à dos licenciados e estudantes, o que é um atentado contra a natureza das coisas e contra o senso comum, que não se concebe nem mesmo na União Soviética e se explica que seja assim *porque essa subversão pertence à etapa de decomposição das nações cristãs, prévia ao assalto comunista do Poder.*

E junto com essa subversão no governo da Universidade, a indiferença religiosa e o caráter antimetafísico que definiam a Universidade de 80, extremam-se no ateísmo e no materialismo que domina a mentalidade atual da classe dirigente argentina. A imensa maioria dos licenciados universitários, faz mais de 40 anos, acusam nítida mentalidade de viés marxista, ainda que seus titulares pretendam ser anticomunistas.

A Reforma Universitária de 1918 foi um acontecimento americano, como repetem seus líderes desde então, e o que estamos dizendo para nosso país vale para toda a América Latina. É por isso que devemos enfrentar esta lamentável conclusão: *o*

Comunismo controla a mentalidade da classe dirigente intelectual de toda a América Latina.

Desde o Rio Bravo até a Terra do Fogo, as equipes governantes estão forjadas nessa mentalidade liberal ou marxista que é inevitavelmente pré-comunista, salvo as exceções que confirmam a regra. É por isso que, na revolução comunista de Cuba, coincidem o universitário e desertor argentino Guevara com os universitários cubanos Dórticos e Castro, para citar apenas as personagens mais conhecidas.

Desgraçadamente, a influência negativa do espírito liberal de nosso normalismo e do espírito marxista de nossa Universidade se faz sentir agudamente mesmo na educação intelectual que se fornece nos colégios particulares, inclusive católicos, onde a religião é uma matéria a mais, porém as disciplinas restantes se cultivam no mesmo sentido laicista dos colégios oficiais. Exemplo: o senhor Castro é egresso do colégio jesuítico, e Dórticos do colégio marista de Cuba. Temos de destacar também que a formação intelectual dos Quadros de Oficiais e Suboficiais das Forças Armadas tampouco escapa a essa funesta influência do magistério oficial.

Conclusões: "*Para enfrentar o comunismo com verdade e eficácia, o primeiro passo que se deve dar é a renovação da mente dos cidadãos, e principalmente daqueles que se preparam para a função dirigente. Essa renovação da inteligência é peremptória, em relação à qual todas as outras não são mais do que acréscimos. A inteligência não é tudo, mas é o primeiro e o principal, porque do contrário o problema do anticomunismo se limita a uma simples repressão policial, absolutamente inoperante por si só. A inteligência dirige, orienta*

e regula a ação. Trata-se de assumir consciência de qual é a mentalidade que preside à vida da Nação e de todas as funções responsáveis por seu destino: Educação, Cultura, Forças Armadas etc.

"Tal como ensinava o Cardeal Pie, na França do século passado, a tarefa urgente, peremptória, imprescindível, é restaurar em Cristo as inteligências, os corações e as instituições; do contrário, se omitimos as instituições civis, aquilo que se constrói pela manhã é destruído à noite. Compreende-se que seja assim porque as instituições – família, escola, universidade, Forças Armadas, forças do trabalho, Estado – devem ser a expressão objetiva da mente restaurada em Cristo; se não é Cristo quem preside, seu vazio é ocupado pelo anticristo, e o Comunismo é a doutrina e a práxis do anticristo.

"E não se trata do retorno a uma vaga espiritualidade cristã ou a um Cristo desencarnado do Verbo de Deus em todo o humano, mas da união do sobrenatural com o natural, a união da graça e da liberdade em toda a vida e em toda a obra do homem, tanto na ordem individual quanto política.

"Ao recordar a importância da luta educacional, não esqueçamos que as massas miserabilizadas e proletarizadas nunca são protagonistas da subversão; somente são movidas instrumentalmente por dirigentes intelectuais e financeiros que procedem das camadas sociais superiores. Por exemplo, Revolução Francesa, Russa, Brasil, Argentina, etc."[14]

14 QUEROL; *El comunismo en el campo educacional*.

Ficam expostos, neste esquema, as linhas gerais da doutrina negativa que o liberalismo moderno veio desenvolvendo contra os princípios e instituições fundamentais do Ocidente Cristão nos planos mundial e nacional. Tratou-se de demonstrar que o processo dessa crítica negativa e dessas demolições liberais culmina na guerra revolucionária total que é o Comunismo.

TEMA II

DOUTRINA POSITIVA

A Fé Católica na formação da civilização
e das nações do Ocidente.

O CATÓLICO VÊ E VIVE A PARTIR DE DENTRO, DE SUAS PRÓPRIAS ENTRAnhas, a civilização do Ocidente, tanto na História Universal como na História Pátria. É a substância de seu ser e de seu destino pessoal.

Cristo, o Verbo Encarnado, e sua Igreja que prolonga no tempo a Encarnação e a Redenção são a raiz mais íntima da alma e da cidade, da mente e das instituições sociais, da política e da cultura ocidentais.

O não católico – liberal, judeu, maçom ou marxista -, todo aquele que renega ou nega a Cristo e sua Igreja Católica, Apostólica, Romana, vê e vive a partir de fora, na perspectiva do progresso que vai deixando para trás, definitivamente atrás, as idades que se vão sucedendo por uma superação constante, em seu avanço até uma meta de perfeição sempre futura.

O católico vê e vive sua existência pessoal, política e histórica em função da Redenção, isto é, da unidade com Deus em Cristo – segundo palavras de Pio X -, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Seu ideal humano é o *varão justo*, aquele em quem "a justiça é mais abundante que nos escribas e fariseus".

O não católico – liberal, judeu, maçom ou marxista – tem somente uma perspectiva demasiado humana; vê e vive sua existência pessoal, política e histórica no esquema dialético de uma suposta evolução que parte da nebulosa incandescente através do mineral, da planta e dos animais inferiores; e a partir

do animal irracional, por um processo gradual de humanização, chega-se ao homem das cavernas. E já na pré-história, através das idades da pedra, entra-se no tempo histórico, com as sucessivas idades do bronze, do ferro, do vapor, da eletricidade e da energia atômica de nossos dias. Medido pela técnica em seu nível de humanidade, medido pelas verdades úteis e seus instrumentos de domínio exterior das forças cósmicas, astronauta do Progresso, ele voa até o céu vazio e morto do super-homem, seu próprio nada.

Ele não tem, como o católico, o sentido da eternidade e daquilo que é eterno no homem e em tudo o que existe. Não compreende o significado do nome de Cristo, apesar de ter nascido na Era Cristã; nem tampouco o significado do *clássico*, da idade de ouro, da tradição que dura porque tem uma vitalidade perene. Não compreende o claro significado desta página de Péguy: "*A humanidade deixará para trás os primeiros dirigíveis, como já deixou para trás as primeiras locomotivas. Deixará para trás o senhor Santos Dumont, como já deixou Stephenson. Depois da telefotografia, continuará encontrando grafias, fonias e patias, cada qual mais tele, e se poderá dar a volta ao mundo em pouco menos que nada. Mas será somente o mundo temporal, aquele que morre... Porém, nenhum homem, nenhuma humanidade jamais pôde gabar-se de ter deixado Platão para trás. Vou mais longe e acrescento que um homem cultivado, verdadeiramente culto, não compreende, não pode sequer imaginar o que se quer significar ao dizer que se deixou Platão para trás*".

É que aprendemos a pensar, a distinguir e hierarquizar em Platão e Aristóteles, hoje como há vinte séculos: o sentido do ser, da causa, do fim e dos meios, da essência e da existência, do

que é substancial e do que é acidental em tudo. Por isso é que Péguy – poeta e filósofo francês contemporâneo – acrescenta que "*Homero, Platão e Aristóteles são novos esta manhã, mas o jornal de hoje já envelheceu*".

O católico sabe que a Civilização Ocidental está construída sobre fundamentos de eternidade. Sabe que a Igreja é promotora de Civilização.

"*A consciência católica da História não se inicia com o desenvolvimento da Igreja na bacia do Mediterrâneo. Antecede-a em muito. O católico entende o terreno em que cresceu a planta da Fé. De um modo como nenhum outro homem se atreve, ele entende como o esforço militar romano, a causa de seu choque contra o tosco e mercantil império asiático de Cartago; os frutos obtidos da luz ateniense; a nutrição proporcionada pelo irlandês e pelo britânico; as tribos gaulesas com suas ideias terríveis, apesar de sua confusão a respeito da imortalidade; o parentesco que nos une ao ritual de religiões profundas, apesar de sua falsidade, e até o antigo Israel – o povinho violento, antes de envenenar-se, e enquanto ainda era nacional nas montanhas da Judeia – foram, ao menos na antiga Revelação, coisas principais e – como dizemos os católicos – sagradas, dedicadas a uma Missão peculiar.*

"Para o católico, toda esta perspectiva se acha em harmonia. O quadro é normal. Para ele, não existe deformidade. O processo de nossa grande história é fácil, natural e total. Também é definitivo, terminante."[15]

15 HILAIRE BELLOC, *Europa e a Fé*, Introdução.

Todos esses acontecimentos históricos e plenos de valor, aparentemente dispersos e desconexos para uma perspectiva demasiado humano, vieram a conjugar-se e foram assimilados pelo Império Romano, cuja maturidade e plenitude se consegue apenas um século depois da Encarnação do Verbo de Deus – o nascimento de Cristo, Nosso Senhor. Nesse imenso espaço de vida comum, unificada, organizada e hierarquizada em um grande Estado, pregou-se a Verdade de nossa Fé Católica, não como uma religião a mais entre aquelas que se mesclavam e confundiam no paganismo romano.

Os deuses das antigas religiões, onde os restos da Revelação primitiva se cruzam com as mais grosseiras idolatrias e superstições, haviam sido acolhidos e oficializados, por assim dizer, no seio da *paz romana*. Cristo, a própria Verdade de Deus feito homem verdadeiro, apresentou-se como um "sinal de contradição", como uma "pedra de escândalo", em meio às falsas divindades. A Verdade não podia misturar-se, nem acomodar-se, nem conviver, nem coexistir com o erro; não podia admitir que a Religião instituída por Ela mesma fosse nivelada e posta em pé de igualdade com as mais grosseiras fraudes, tal como ocorre hoje com a democrática liberdade de cultos, que iguala, em nossa Constituição Nacional, a Religião Católica com a aberração espiritista.

"*Aquele que não está comigo, está contra mim*", é a definição e a única opção livre quando Cristo está realmente presente com seus discípulos e confessores. Não haverá compromisso possível, e é por isso que o paganismo oficial de Roma iniciou a mais cruenta e implacável perseguição contra os cristãos. Desde o princípio, e por instituição divina do próprio Cristo, os fiéis integram uma doutrina fixada pela autoridade do Sumo Pontífice, exatamente

a mesma de dois mil anos depois. Não havia, não há, nem haverá outro meio de manter a unidade da Palavra de Deus, a não ser a Cátedra da Unidade, a Roma de Pedro; somente a Palavra que não passará nunca e que ensina a mesma Verdade em todas as línguas e em todos os lugares, nas sucessivas épocas e em circunstâncias variáveis, pois convocar e reunir os defensores do ocidente Cristão é obra fundamental dessa unidade de Magistério e de Vida.

A prova da Verdade crucificada multiplicou-se nos primeiros mártires. A invencível obstinação no testemunho da Fé, a intrepidez em denunciar a pavorosa corrupção dos costumes pagãos, a capacidade de sofrer e de morrer, promoveram a rápida propagação do Cristianismo no mundo romano.

Aos mártires, seguiram os apologista, cuja missão foi preparar as mentes e os corações para receberem a ação da Graça e elevar-se à compreensão do sobrenatural, dessa irrupção do divino no humano, da eternidade no tempo histórico, em que consiste a Encarnação do Verbo de Deus. Muitos entre eles foram também mártires para a plenitude do testemunho. É assim que o Cristianismo continuou crescendo em extensão e profundidade.

"*Padres da Igreja, é como são chamados. Seria necessário chamá-los Pais da Cristandade, da Civilização Ocidental, Pais da Civilização, simplesmente.*"

Eles foram os precursores da admirável síntese que Santo Tomás de Aquino levará ao cume dez séculos mais tarde: a mensagem da antiga sabedoria greco-romana posta a serviço da palavra de Deus.

O Cristianismo não privou seus fiéis das fontes da Sabedoria antiga. Depois de São Justino, São Clemente de Alexandria, São Basílio, Santo Ambrósio e Santo Agostinho, a exemplo do próprio

rigorista São Jerônimo, que se acusava de ser abjeto, São Germano de Auxerre, São Sidônio Apolinário, São Paulino de Nola, São Remígio, São Cesário e o próprio São Bento, patriarca dos monges do Ocidente, foram conservadores da sã cultura clássica.

Em começos do século III, Tertuliano pôde lançar aos pagãos esta apostrofe: "*Chegamos apenas ontem, e já enchemos tudo, vossas cidades, vossas casas, vossas fortalezas, vossos municípios, vossos conselhos, vossos campos, vossas tribunas, o palácio; não vos deixamos outra coisa a não ser vossos templos*".[16]

Até o ano 303, sob Diocleciano, a propagação do Cristianismo havia alcançado tais proporções que, para satisfazer as necessidades do Estado, o Imperador teve necessidade de chamar os cristãos para importantes funções, inclusive como governadores de províncias, dispensando-os de oferecerem seus sacrifícios aos deuses pagãos.

A Igreja Católica foi revolucionária no campo religioso e destruiu o paganismo; mas não foi revolucionária nem destruidora no político. Tanto na função pública como no Exército, os cristãos foram os funcionários mais conscientes e os soldados mais disciplinados e valorosos.

No ano 312, sob Constantino, o Império Romano fez oficialmente a profissão de Fé Católica. A conversão do príncipe cristianizou a todo o povo; assim como a heresia ou o ateísmo do príncipe – atesta a História – afasta da Fé ou precipita o povo no ateísmo.

---

16 JEAN MARIALS, *D'où vient la France*.

A gravitação da política na vida religiosa dos povos ou nações é decisiva. A levedura fermenta a partir do interior da massa, a partir de baixo; mas o Estado não se torna religioso, neste caso, católico, até que o Governo não se defina como católico. Do mesmo modo, a heresia ou o ateísmo começam por segregar ou envenenar as almas; mas não acontece a separação ou o envenenamento coletivo enquanto o Estado não faz profissão oficial da heresia ou do ateísmo.

Não existe Estado nem política neutros, indiferentes, como pretende o liberalismo moderno. O Estado é religioso ou irreligioso, católico ou anticatólico.

É claro que, frente à confusão entre o religioso e o político, o sagrado e o profano que acusava a cidade pagã, o Cristianismo impôs a distinção mais rigorosa e estrita: "*Dai a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César*", sentença de Jesus Cristo Nosso Senhor e Senhor da Pátria.

Distinção e autonomia de cada um dos Poderes – espiritual e temporal – em sua respectiva ordem; mas subordinação da política à Religião no que se refere ao fim último do homem, isto é, a salvação de sua alma imortal e do homem inteiro na vida eterna.

Analogamente, o Cristianismo distingue entre a Fé sobrenatural e a razão natural; fixa sua respetiva autonomia, mas reconhece a necessária subordinação da razão à Fé para integrar a filosofia grega na Revelação divina, a teologia natural na teologia sagrada, transformando-a em Saber de Salvação.

Saber de Salvação ordenado à contemplação de Deus, a Visão de sua própria luz divina, que é o fim último do homem e sua eterna bem-aventurança, impossível de alcançar nesta vida

mortal, mas para onde nos encaminha a fé, que é para entender as coisas de Deus e as coisas do homem que se relacionam a Deus.

Leão XIII, em sua encíclica *Libertas*, esclarece com suma precisão aquilo que a Civilização Ocidental deve à Igreja Católica: "*A Igreja Católica, instruída pelos ensinamentos e exemplos de seu divino Fundador, definiu e propagou por toda parte estes preceitos de profunda e verdadeira doutrina (o fim supremo ao qual deve aspirar a liberdade humana não é outro senão Deus), conhecidos inclusive pela simples luz da razão. No tocante à moral, a lei evangélica não só supera em muito toda sabedoria pagã, mas além disso chama abertamente o homem e o capacita para uma santidade desconhecida na antiguidade, e aproximando-o mais de Deus, coloca-o na posse de uma liberdade mais perfeita. Desta maneira brilhou sempre a maravilhosa eficácia da Igreja em ordem à defesa e manutenção da liberdade civil e política dos povos... A escravidão, essa antiga vergonha do paganismo, abolida principalmente pela feliz intervenção da Igreja. Foi Jesus Cristo o primeiro a proclamar a verdadeira igualdade jurídica e a autêntica fraternidade entre os homens... O poder legítimo vem de Deus, e aquele que resiste à autoridade, resiste à disposição de Deus, diz São Pedro. Desta maneira, a obediência fica dignificada de um modo extraordinário, pois se presta obediência à mais elevada e justa autoridade. Porém, quando não existe o direito de mandar, ou se manda algo contrário à razão, à lei eterna, à autoridade de Deus, é justo, então, desobedecer aos homens para obedecer a Deus. Assim fechada a porta à Tirania, o Estado não o absorverá por completo. Ficarão a salvo os direitos de cada cidadão, os direitos da família, os direitos de todos os membros do Estado, e todos terão partici-*

pação na liberdade verdadeira, que consiste, como já demonstramos, em poder viver cada um segundo as leis e segundo a reta razão".[17]

A Fé católica ensina, há 2.000 anos, que o homem tem dignidade de pessoa e é sagrado porque está ordenado para Deus, mas perde esse caráter sagrado quando incorre em pecado ou em delito, porque se separa de Deus ou atenta contra o próximo, e se torna passível da justiça divina e humana.

A Fé católica elevou a mulher à altura de companheira fiel e colaboradora do varão, assim como a Virgem Santíssima, Mãe de Deus, é corredentora e o arquétipo da mulher.

A Fé católica nos manda amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos. O próximo é aquele a quem a natureza ou s circunstâncias colocaram mais perto de cada um de nós; é aquele que mais precisa de nós: nossa Pátria, nossa família, nossos amigos.

O mais ínfimo de nossos semelhantes é credor de um tratamento de honra, tanto maior quanto menos ele tem em riquezas ou poder.

As nações ocidentais – França, Espanha, Portugal, Inglaterra -, as grandes nações que foram gestadas lentamente depois da desagregação do Império Romano do Ocidente, foram obra da Igreja Católica e da língua latina em sua unidade espiritual; assim como foram obra da Espada e da Monarquia em sua unidade política. Nossa Pátria, a Nação Argentina, surgida da desagregação do Império Espanhol, também é obra da Igreja Católica

17 Encíclica *Libertas*.

e da língua castelhana – um romance latino – em sua unidade espiritual; da Espada e dos Caudilhos, em sua unidade política.

Quem recolheu as pedras da Cidade Antiga para reconstruí-la, ou melhor, para edificar a Cidade Nova? Somente a Igreja. Concretamente, os bispos e os monges. Assim sendo, nada há de extraordinário em que o estilo da Cidade Nova – a civilização medieval em que se gestaram as grandes nações ocidentais – fosse tipicamente, quase exclusivamente, eclesiástico.

"*Mosteiros e catedrais são as colunas onde se apoiaram os arcos da nova cultura, muitas vezes lavrados por mãos consagradas... Carlos Magno propôs-se converter sua corte em uma Atenas de Cristo... Os monges foram os transmissores do saber antigo aos séculos futuros. Além de missionários e civilizadores, eles foram mestres.*"[18]

E em nossa Pátria, apesar das destruições liberais, apoiam-se sobre igrejas e conventos os arcos de nossa Cultura Católica, Romana e Hispânica.

DOUTRINA NEGATIVA:

A Reforma Protestante e a ruptura da unidade Católica do Ocidente. O Livre Exame contra a autoridade da Verdade e sua Cátedra da Unidade.

Equivocam-se gravemente aqueles que pretendem interpretar o Comunismo como um fenômeno asiático. A verdade é que ele não procede do Oriente, mas do próprio seio da Cristanda-

18 *História da Igreja Católica*, II, capítulo 12.

de Ocidental e por obra de cristãos renegados, pelo menos os seus primeiros ensaios históricos. O atual predomínio judeu na direção comunista e na exploração financeira se explica pelo processo de descristianização das nações ocidentais sob a ação desagregadora do Livre Exame.

Para os cristãos reformadores (Lutero, Calvino, Zwinglio) que se rebelaram contra a autoridade de Roma e sua cátedra da Unidade, caindo na anarquia e na separação, vale a tremenda imputação de São João aos judeus: "*Estava no mundo e o mundo foi feito por Ele, mas o mundo não o conheceu. Veio aos seus e os seus não o receberam*".

Depois de mil e quinhentos anos de ação redentora e civilizadora da Igreja de Cristo, houve cristãos que a desconheceram, rechaçaram e tentaram destruí-la. As gentes e as nações afastadas do Divino Reformador começaram a seguir os reformadores improvisados, que brotavam em todas as classes sociais, particularmente nas menos favorecidas e cultas, outros tantos "Cristos" demasiado humanos, nivelados na vulgaridade em que ousaram confundir-se com o único Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem...

Isto quer dizer que o Livre Exame é o princípio do Comunismo... porque é o princípio da crítica de toda autoridade divina e humana; da Revolução Permanente contra toda distinção e hierarquia.

Em vão pretenderá Descartes frear seus discípulos da dúvida metódica – fórmula técnica do Livre Exame -, prevenindo-os que não "*apoiaria de modo algum esses espíritos turbulentos e inquietos que, não sendo chamados nem por nascimento nem por fortuna ao manejo dos negócios públicos, não deixam ja-*

mais de maquinar alguma nova fórmula; e se eu imaginasse que neste escrito existe algo que me fizesse suspeito dessa loucura, lamentaria muito que fosse publicado. Jamais meus desígnios foram além da reforma de meus próprios pensamentos"[19]

Ocorre que Lutero é precursor tanto de Thomas Müntzer, ideólogo do Comunismo anabatista, como de René Descartes, pai de todas as formas do idealismo moderno, inclusive do materialismo mecanicista de Rousseau e do materialismo histórico de Marx.

O grande humanista espanhol Juan Luis Vives, testemunha e comentarista anabatista da Baixa Alemanha, deixou-nos um esquema do processo dialético que, desde o Livre Exame aplicado à Verdade da Fé, leva até a comunidade dos bens materiais; um esquema objetivamente válido para todos os ensaios históricos, inclusive para explicar a Revolução Comunista Mundial de nossos dias: "*Em outra época, na Alemanha, as coisas da piedade estavam constituídas de tal sorte que se mantinham firmes e estáveis... Mas veio alguém que se atreveu a discutir algumas, de início moderada e medrosamente, e em seguida sem reservas... para negá-las, suprimi-las ou rechaçá-las, mostrando tanta segurança como se o objetante baixasse do céu, conhecendo os desígnios secretos de Deus, ou se tratasse de costurar um sapato ou um vestido...*

"Das discrepâncias de opiniões surgiu a discórdia da vida... e então, aos que haviam incitado a guerra no falso nome da liberdade e da injustíssima igualdade dos inferiores com os

19 DESCARTES, René. *Discurso do Método*, segunda parte.

superiores, sucederam aqueles que decretaram, pediram ou escolheram não já aquela igualdade, mas a comunidade de todos os bens."

Com esta síntese luminosa, Vives inicia seu opúsculo acerca "*Da comunidade dos bens*", escrito em latim, na cidade de Bruges, onde residia. A revolução comunista dos camponeses alemães acabava de ser esmagada a sangue e fogo em Münster, Westfália, cidade que durante mais de um ano havia suportado um severo regime de terror, saques e extermínio, sob a tirania dos amigos do povo, o padeiro Johann Mathys e o alfaiate Johann de Leyden, precursores de Hébert e Saint-Just, de Lenin e Trotsky, de Stalin e Kruschev, de Azaña e Negrín, de Castro e Guevara.

O esquema de Vives descreve as etapas de um processo ideológico e político que veio repetindo-se em diversos cenários históricos, com diversa amplitude e duração, mas que se inicia invariavelmente *com a crítica da Religião, prossegue com a crítica das hierarquias intelectuais, políticas e sociais, para finalizar com a crítica da Propriedade Privada e a pretensa implantação da comunidade de bens*. A História Universal documenta a influência decisiva do Poder Político na propagação da verdadeira Fé ou de falsas crenças: a conversão de Constantino tornou católico o Império Romano; a do príncipe Vladimir fez católico ortodoxo o Império Russo. Os príncipes alemães que abraçaram a Reforma avalizaram o protestantismo em seus súditos; o triunfo político da Revolução Francesa contaminou de laicismo maçônico todas as nações católicas...

Não entende absolutamente nada de Comunismo aquele que não vê que a questão fundamental não reside na economia, nem na organização social, nem na política, nem na filosofia,

mas reside na Religião; mais exatamente, na negação de Cristo e da Igreja Católica que prolonga no tempo a Encarnação e a Redenção.

Somente o enfoque teológico, cristológico, ilumina o pano de fundo satânico do Movimento Comunista e nos dá a chave de sua expansão avassaladora nas almas e nas nações cristãs, ou melhor, descristianizadas pelo Livre Exame.

O Livre Exame é avareza intelectual, subjetivismo da Verdade Teológica, metafísica e moral, suficiência do próprio juízo com desprezo por toda autoridade. Em lugar da ironia socrática que leva à consciência da própria ignorância ou da humildade como princípio de Sabedoria, o direito à dúvida universal, de julgar toda palavra divina e humana. O direito de reservar exclusivamente para si mesmo aceitar ou repelir toda autoridade exterior.

A Verdade é uma, indivisível, imutável; é idêntica através da diversidade das línguas, raças, nacionalidades, épocas, idiossincrasias e outras peculiaridades.

A Verdade é docente por natureza; por isso Cristo, a Verdade de Deus, é o Mestre. E seus discípulos, para ensinarem às gentes, tinham necessidade de que o Mestre instituísse uma Cátedra que continuasse a unidade e a integridade de seu magistério divino. Esta Cátedra de definição é a rocha sobre a qual está edificada sua Igreja.

Lutero se rebelou contra a Cátedra da unidade e seu magistério divino; e em seu lugar, para interpretar a Palavra de Deus, colocou seu próprio juízo, seu sentimento interior e sua experiência pessoal. Estas são palavras dele: "*Nem o Papa, nem um Bispo, nem homem algum têm o direito de impor uma úni-*

ca sílaba ao cristão sem o seu consentimento". E em relação à Palavra de Deus, ele sentencia: "*Já que todos somos sacerdotes, não se pode negar a faculdade de dissentir e de julgar o justo e o infinito segundo a Fé*".

É assim que a Palavra, que é "*Caminho, Verdade e Vida*", é lançada aos cães para ser despedaçada pelo arbítrio, pela ignorância, pelo ressentimento e pela vulgaridade dos intelectuais e manuais populares.

Devemos a Lutero a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, isto é, do Livre Exame aplicado às coisas de Deus: "*Liberdade do indivíduo e direito de cada uma a guiar-se pela experiência de seu próprio espírito"*. *"Se recebeste a Palavra pela Fé, considera cumpridos todos os preceitos e considera a ti mesmo como livre de tudo." "Todos os sacramentos ficam entregues à tua liberdade pessoal..."*

Em lugar do Papa, legítimo sucessor de Pedro, autoproclama-se o papa Lutero, o papa Müntzer, o papa Zwinglio, o papa Calvino e tantos outros papas quantos se sintam inspirados e chamados do alto.

O Livre Exame é, pois, a origem desta horrenda confusão de Cristo e da autoridade delegada por Ele com cada um dos inumeráveis cristianismos particulares (seitas protestantes) que se propagaram pelas nações ocidentais, provocando a quebra de sua unidade espiritual, a separação e a subversão. Em lugar do homem velho, renovado pelo sangue de Jesus Cristo e pela Graça santificante, o homem do pecado, tornado cego e enamorado de sua liberdade e seu poder, que finge um estado de saúde (bondade natural), com um bom senso ilimitado e uma liberdade inteiramente senhora de seus atos e capaz de tudo ousar.

Lutero é precursor desse homem novo dos tempos modernos, com sua famosa tese sobre a justificação exclusivamente pela Fé, sem as obras.

No século XVIII, chamado das Luzes, completa-se a imagem do homem novo, inteiramente fictício e pré-fabricado; seus traços distintivos são:

1. *Suficiência do juízo individual*, conforme a tese cartesiana de que "*o bom senso é a coisa mais bem repartida do mundo*".

2. *A bondade natural* que encobre a cínica exaltação do egoísmo, simulando que sempre "*são retos os primeiros movimentos da natureza*".

3. *A igualdade completa de todos os homens* que por "*lei são tão iguais como os animais de cada espécie*".

4. *O Progresso indefinido*, sem fim, da humanidade até a super-humanidade.

Eis aqui a ficção do homem novo que é a suposição de todas as ciências do comportamento que são elaboradas há dois séculos: ética, psicologia, política, ciências sociais e jurídicas, pedagogia, economia e história.

São ciências da realidade humana que desconhecem o Pecado Original e suas consequências penais, assim como a Divina Redenção e a ação da Graça sobrenatural. Todas elas são propostas sobre uma falsa consciência de si mesmo no homem, que adultera quase toda a literatura e a cultura de nossos dias.

Na perspectiva da Nova Ciência deste Homem Novo, a história das sociedades "*não manifesta outra coisa senão a violência dos poderosos e a opressão dos fracos*"22; ou "*a his-*

tória de qualquer sociedade até nossos dias é a história da luta de classes... opressores e oprimidos, em constante oposição".

Nota-se a absoluta coincidência entre Rousseau, doutrinário da Democracia do Número, da vontade popular, e Marx, doutrinário do Comunismo Ateu e Materialista.

No "*Contrato Social*", Rousseau nos deixou as bases dessa constituição civil ou estrutura jurídica da democracia abstrata, mecânica e majoritária. O Manifesto Comunista de Marx e Engels, publicado em 1848, não é outra coisa senão o plano executivo da Democracia Jacobina, e assim o declara expressamente: "*O primeiro passo da revolução operária é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia*".

"*O proletariado se valerá de sua dominação política para despojar a burguesia de todo capital, para centralizar todos os meios de produção em mãos do Estado.*

"*É óbvio que a democracia baseada no sufrágio universal ou soberania popular é o meio eficaz para promover a subversão legal.*"

O Comunismo está chegando visivelmente ao poder em nossa Pátria pela via pacífica do comício livre e garantido.

Convém que o leitor medite acerca da estreita vinculação que existe entre Liberalismo, Protestantismo e Comunismo, através deste texto de Louis Blanc em sua "*História da Revolução Francesa*".

"*O individualismo que Lutero inaugurou desenvolveu-se com uma força irresistível e, desprendendo-se de seu elemento religioso, triunfou na França* – e também nossa Argentina –*; com os redatores da Constituinte, ele reina no presente e é a alma das coisas.*"

A Reforma protestante quebrou a unidade espiritual e moral das Nações do Ocidente Cristão. O Livre Exame com sua dialética de contradição infinita promoveu todas as divisões, oposições e subversões na ordem nacional e internacional.

Diante do avanço avassalador do Comunismo monolítico – que tem a unidade, a coesão e a força satânicas da negação – não resta mais que a única fórmula vital de nosso tempo, a única divisa que tem a nitidez de uma afirmação soberana: o Ocidente, ou melhor, aquilo que resta do Ocidente Cristão, e nossa Pátria em primeiro lugar, devem voltar à Fé Católica, à ordem Católica, à unidade católica da política. Do contrário, irão perecer irremissivelmente, inexoravelmente.

TEMA III

DOUTRINA POSITIVA

A Filosofia grega na Civilização Ocidental. Integração da Razão Natural e da Fé Sobrenatural na Filosofia Cristã. Santo Agostinho e Santo Tomás. Filosofia do ser e lógica da Identidade em relação ao Senso Comum.

A FILOSOFIA FUNDAMENTADA E ELABORADA SISTEMATICAMENTE COMO ciência – conhecimento pelas causas ou razões do que existe – é um produto original da Cultura Grega dos séculos V e IV antes de Cristo. *Não possui precedentes históricos e não é o resultado de uma acumulação gradual e progressiva de grãos de areia.* É Sócrates que, depois de algumas tentativas frustradas, libera a inteligência abstrativa e discursiva de suas ataduras sensíveis e imaginativas para alçá-la à sua vida própria, pura e separada da inteligência, isto é, do ato de conceber, e afirmar o que é a definição.

A definição ou conceito de um ser determinado – homem, cavalo, água, etc. – é a afirmação de sua essência fixa e imutável, do que faz com que seja o que é, e não outra coisa; aquilo que estabelece sua identidade e sua distinção. E a primeira afirmação objetiva, universal e necessária da inteligência racional que torna possíveis todas as outras é o princípio de identidade; a afirmação de que cada coisa é o que é: o homem é homem, o cavalo é cavalo, a água é água.

Não se trata de redundância, mas de que nos indivíduos existentes, nas coisas reais que existem aqui e agora, existe algo que não muda e permanece igual a si mesmo; algo que me permite identificar o homem como homem nos indivíduos da

espécie: a essência ou a ideia na linguagem de Platão, discípulo de Sócrates.

"*Assim como a Luz permanece una e idêntica, e está ao mesmo tempo em muitos lugares diferentes, sem estar separada de si mesma, assim cada ideia ou essência está ao mesmo tempo de muitas coisas, e nem por isso deixa de ser uma única e mesma ideia.*"[20]

Sócrates é o primeiro dos filósofos do Ocidente e seu maior acontecimento pedagógico na ordem natural e humana. Desde ele e para sempre, a filosofia é ciência da definição, a ciência da essência e do fim daquilo que existe.

Definir é distinguir e hierarquizar; é estabelecer o lugar e a categoria de cada coisa na ordem do universo. A definição é a soberania da mente, o senhorio do homem sobre si mesmo e sobre as coisas, é uma real e verdadeira liberdade:

"*A filosofia é a única moeda de boa lei pela qual se devem trocar todas as outras. Com ela se adquire e se obtém tudo: fortaleza, temperança, justiça; em uma palavra, a virtude só é verdadeira se unida à sabedoria, independentemente das voluptuosidades, tristezas, temores e todas as demais paixões... a verdadeira virtude é uma purificação de todo tipo de paixões.*"[21]

Aristóteles é a culminação e a síntese do pensamento filosófico grego, o grande ordenador e sistematizador das ciências humanas. Aquilo que depois se chamou Metafísica e é o título de uma de suas obras, Aristóteles denominava como Filosofia

20 PLATÃO, *Parmênides*.
21 Ibid.

Primeira ou Teologia. *Filosofia Primeira*, porque seu objeto é o ser, o primeiro de nossos conceitos; *Teologia*, porque seu último objeto é Deus. Ser primordial e supremo.

"*Metafísica é a ciência do ser enquanto ser; a que estuda as causas últimas (o quê, o porquê e o para quê ou fim), e os primeiros princípios (o que vem primeiro no ser, o conhecer e o fazer), ou seja, as razões abstratíssimas das coisas, cujo objeto material é o mundo, a alma e Deus.*[22]

O conceito de ser é universal e penetra todos os demais. É por isso que afirmamos que todas e cada uma das coisas existentes ou que podem existir são isto ou aquilo. Assim, por exemplo, dizemos que o homem é um animal racional ou que a Política é a ciência prática do Bem Comum.

"*É evidente que este conceito é imediato; de maneira que se pode falar de uma 'intuição intelectual' no homem, como falam alguns modernos. Não no sentido de que seja uma ideia inata ou que esteja na mente antes do conhecer sensível – pois nada há no intelecto sem antes passar pelos sentidos -, mas como uma percepção intelectual necessária, transcendente e simultânea à percepção do quê (o que elas são, a essência) das coisas sensíveis, que é o objeto próprio do intelecto humano.*"[23]

Todas as outras ciências – matemáticas, física, biologia, etc. – são particulares diante da universalidade da Filosofia. Estudam um ser determinado: quantidade, movimento, vida, etc. A Filosofia, ao contrário, estuda todos os seres enquanto

22 CASTELLANI, padre Leonardo. *Elementos de Metafísica*.
23 CASTELLANI, Padre Leonardo. *ibidem*.

são ser e a partir de seu princípio primeiro e fim último. Quer dizer que ela é duplamente universal: por seu objeto – todos os seres – e porque os considera em suas razões ou causas primeiras.

A verdade é o que é; afirmar no pensamento aquilo que é na realidade; dizer que o que é, é; e o que não é, não é. Estar na verdade é identificar o pensamento com a realidade. O princípio de identidade rege o discurso lógico, porque é o princípio mesmo do ser, daquilo que é, da realidade.

A fidelidade é a conduta que faz a verdade, o que é, em identidade com o que é essencial e nos compromete para sempre: Deus, a Pátria, a família, a amizade, a profissão.

O princípio de identidade rege o ser, o conhecer e o agir.

A filosofia primeira ou metafísica se divide em:

1. *Ontologia* ou Ciência do Ser;
2. *Lógica* ou Ciência do Pensamento e da Verdade.
3. *Moral* ou Ciência da conduta.

A inteligência filosófica se eleva pela via causal até a existência necessária de uma Causa Primeira, que é Deus. Platão o chama de Bem Absoluto; Aristóteles, de Motor Imóvel, Ato Puro, Inteligência Perfeita.

É claro que nossa inteligência, nossa razão natural não pode ir além da demonstração da existência de Deus e de um conhecimento indireto e negativo que diz antes aquilo que Deus não é, por contraste com as coisas visíveis e proporcionadas a nossa limitação.

O conhecimento de Deus no que Ele é, em sua intimidade essencial, em sua própria vida, só pode chegar até nós por uma revelação do próprio Deus e pela Fé sobrenatural na Palavra revelada, em Cristo, Nosso Senhor.

Leão XIII, em sua encíclica *Aeterni Patris*, ensina-nos com magistral nitidez a virtude e os limites da razão natural, assim como sua elevação pela Fé no conhecimento de Deus e daquilo que, no homem, se ordena para Deus: "*Mas nem por isso se deve desprezar nem deixar de lado os meios naturais com que, graças à sabedoria divina, que ordena todas as coisas com suavidade e eficácia, o gênero humano é ajudado, entre cujos auxílios consta ser geralmente o principal o reto uso da filosofia. Deus não adornou em vão a mente dos homens com a lei da razão, a qual, longe de ser extinta nem diminuída pela luz acrescentada da Fé, é antes aperfeiçoada por ela e aumentada a sua virtude, e tornada capaz de coisas maiores... Assim, está muito de acordo com a ordem estabelecida pela Divina Providência para converter os povos à Fé e à salvação, recorrer também às ciências humanas em busca de auxílio; recurso razoável e prudente, usado pelos Padres mais ilustres da Igreja, segundo consta dos antigos documentos. Na verdade, não foi um só, mas muitos e sérios os serviços que a razão costumava exercer neles, compreendidos pelo grande Agostinho ao dizer: 'Que com esta ciência é gerada a fé tão saudável, e por ele se nutre, se defende e se confirma'*".

"*Pois se a razão natural deu à terra uma ótima semente de doutrina antes de ser fecundada pela virtude de Cristo, muito mais ricas terá de produzi-las depois de terem sido restauradas e engrandecidas pela graça do Salvador todas as forças do entendimento humano.*"

Santo Agostinho fez sua a sentença do profeta Isaías: "*Se não crerdes, não entendereis*". Em sua *Epístola a Consentio*, do ano 410, ele nos esclarece o verdadeiro sentido de filosofar na Fé: "*Deus está muito longe de odiar em nós a faculdade pela qual*

nos criou superiores ao restante dos animais. Ele nos livre de pensar que nossa Fé nos incita a não aceitar nem buscar a razão, pois não poderíamos crer se não tivéssemos almas racionais...A Fé purifica a razão para que capte e suporte a luz da Grande Razão... Quem nem mesmo deseja entender e opina que basta crer nas coisas que devemos entender, ainda não sabe para que serve a Fé. Não é pequeno princípio de conhecimento de Deus o conhecer já aquilo que Deus não é, antes que possamos conhecer o que Ele é. Ama intensamente o entender... Nem mesmo as Sagradas Escrituras – que impõem a Fé em grandes mistérios antes que possamos entendê-los – poderiam ser-te úteis se não as entendes corretamente".

Santo Agostinho é um momento decisivo no lento, seguro e finíssimo trabalho de integrar a filosofia clássica dos gregos, particularmente a de Platão, na Fé em Cristo, "*em quem estão encerrados todos os tesouros da sabedoria e da ciência*", como disse São Paulo.

Nenhum gênio sobre a terra, nem antes, nem depois de Santo Agostinho, penetrou tão profundamente no estudo da alma humana, do problema do mal e da liberdade.

Em A Cidade de Deus, nos deixou a primeira interpretação católica da História Universal.

A obra dos Padres da Igreja – Santo Agostinho é o maior entre eles – foi continuada e aperfeiçoada pelos Doutores da Idade Média, chamados escolásticos. No século XIII, culmina na *Suma Teológica* e na *Suma Contra os Gentios*, de Santo Tomás de Aquino, a integração da sabedoria humana dos antigos filósofos da Revelação; a Filosofia se eleva sobrenaturalmente no serviço da Sagrada Teologia, cujo fim último é a Salvação do homem.

As conclusões da razão natural – filosofia – e as certezas da Fé Sobrenatural concordam e se harmonizam em perfeita adequação. A colocação e as soluções dos problemas filosóficos aproximam tanto a razão das verdades da Fé, que aquela termina por pressentir aquilo que não é capaz de alcançar por si mesma.

Na encíclica *Aeterni Patris*, Leão XIII nos recorda "*Tomás de Aquino, sobre quem observa muito bem Caetano que, pela mesma veneração com que honrou os doutores sagrados, recebeu de certo modo o entendimento de todos eles. As doutrinas destes, dispersas à maneira de membros separados de um mesmo corpo, Tomás as uniu e ligou em um feixe, dispondo-as com ordem admirável, e em tais níveis as enriqueceu, que com justa razão o santo Doutor é considerado como auxílio e honra da Igreja... Não há parte alguma da filosofia que ele não tratasse ao mesmo tempo com solidez e agudeza; tratou das leis do raciocínio, de Deus e das substâncias incorpóreas, das outras coisas sensíveis, dos atos humanos e de seus princípios*".

Cristo não veio abolir a lei natural, nem o saber, nem as virtudes naturais, nem o senso comum. Ao contrário, veio confirmar, depurar, aperfeiçoar e prestigiar na divina luz que Ele é, tudo o que está conforme a natureza humana, ferida, mas não aniquilada pelo Pecado.

Cristo veio preencher, cumular o vazio – escuridão da mente, deficiência da vontade para o bem, a dor, a decrepitude e a morte corporal – feito pelo Pecado Original e pelos que se somam individual e coletivamente.

Cristo é o Ser realíssimo, a Verdade realíssima e o Amor realíssimo. É por isso que todo o real, verdadeiro e amável nesta

vida se confirma e se aperfeiçoa sobrenaturalmente na Fé, na Esperança e na Caridade de Deus.

A síntese prodigiosa de todo o saber essencial na divina Sabedoria Revelada, da filosofia na Fé, que é a *Suma Teológica* de Santo Tomás, responde ao mesmo sentido da Encarnação do Verbo, da união do sobrenatural e do natural, que se evidencia na *Divina Comédia* de Dante, nas Catedrais Góticas – Chartres, Reims, Estrasburgo -, na política de missões e cruzadas de São Luís ou na viva chama de amor que abrasava o coração de São Francisco de Assis; todas estas expressões monumentais de uma época áurea, definitivamente clássica e exemplar, na Civilização Ocidental, onde todas as coisas humanas, a alma e a Cidade, as instituições e os costumes, as obras da sabedoria, da piedade, da beleza, das ciências e das artes úteis, da paz e da guerra, tinham seu fundamento em Cristo e em sua Igreja Católica, Apostólica e Romana.

Conclusões: A filosofia cristã que nasce e se desenvolve do filosofar na Fé, é natural e sobrenaturalmente realista: Deus é aquele que é, e cada coisa é o que é: a água é água, o pão é pão, o vinho é vinho.

Deus é indefinível, inconcebível em si mesmo, porque *é* simplesmente; e sua simplicidade infinita é inabordável pela razão finita, abstrativa e discursiva do homem.

Nossa razão natural entende, explica, compreende as coisas por meio da análise e da síntese; precisa dividir o objeto em suas partes constitutivas, sejam elas essenciais ou acidentais, para em seguida compô-las mentalmente em seus juízos e discursos demonstrativos ou indutivos. Abstrair quer dizer separar, dividir e generalizar, ou seja, analisar na mente. A abstração é

a própria vida de nossa inteligência; por sua virtude, eleva-se da sensação individual, subjetiva e contingente para o conceito universal, objetivo e necessário das coisas reais; isto é, para a definição de sua essência, de seu ser isto ou aquilo, água ou alma, por exemplo.

O universo criado é um conjunto ordenado e hierarquizado de seres, em cuja escala vertical os inferiores são partes constitutivas, matéria da forma superior de ser: o mineral da planta, a planta do animal, o animal do homem, por cuja melhor parte sua alma inteligente e capaz de querer é imagem e semelhança de Deus.

O inferior está ordenado e a serviço do superior; o mineral inerte para o que tem vida; a vida vegetal para a animal; esta, para a vida racional do homem, e o homem para Deus, princípio e fim último de tudo o que existe.

Definir é distinguir. O conceito ou a definição de um determinado ser – homem, cavalo ou maçã – tende a fixar sua última diferença, aquela distinção essencial que o identifica e separa daquilo que ele não é especificamente. Assim, por exemplo, na definição de homem, animal racional, o que mais importa é sua distinção racional, pois ser animal lhe é comum com os irracionais, e não o distingue em si mesmo.

A lógica desta filosofia cristã é a lógica da identidade e da não contradição: a afirmação e a negação da mesma coisa não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. E é na lógica que o terceiro está excluído: somente existe a afirmação e a negação, ser ou não ser. Não é verdadeiro, nem honesto, nem viril navegar em duas águas, isto é, a indefinição, a ambiguidade, a duplicidade em qualquer terreno teórico ou prático.

Por último, é a lógica da razão suficiente. Quer dizer que tudo o que existe ou é verdadeiro tem uma razão ou fundamento suficiente, com a única exceção de Deus, que é o Princípio, a Razão e a própria Verdade de tudo o que tem princípio, razão de ser, e é verdadeiro na medida de seu ser: ou seja, todo o criado.

Toda obra humana, teórica ou prática, deve refletir essa unidade, ordem, hierarquia, serviço do inferior ao que é superior e irmandade dos iguais em sua essência e categoria, que manifesta o universo criado em ordem a seu Criador.

Esta filosofia do ser e sua lógica da identidade coincidem com a posição ingênua e espontânea do Senso Comum. O homem comum, que não está intoxicado pela literatura e imprensa vulgares, é realista em seu pensamento e exige a identidade no discurso, mesmo que jamais tenha ouvido a palavra filosofia, nem a palavra lógica. Ele tende espontaneamente para a Verdade e não quer ser enganado, embora ele engane a outros por interesse, por temor ou prazer. Ele quer ir diretamente às questões colocadas, e não quer que lhe vendam gato por lebre. Preocupa-se com a identidade e não admite que seu interlocutor se desvie do assunto; exige que chamem o pão de pão, e ao vinho de vinho. Assim como não gosta que o enganem, embora ele engane a outros, tampouco lhe agrada que sejam injustos com ele, mesmo que ele, por seu lado, cometa injustiças com outros.

O Senso Comum é a vida espontânea, ingênua, sem exame crítico, da inteligência natural: afirma aquilo que é e reclama a identidade das essências no discurso. É realista e coloca a verdade na identidade do ser; não suporta o contraditório nem o ambíguo.

A filosofia verdadeira, a filosofia cristã, é o Senso Comum assumido reflexiva e criticamente; examinado em seus fundamentos e estrutura de categorias mentais; potenciado e elevado sobrenaturalmente na Fé, para entender as coisas de Deus e as coisas humanas em vista de Deus e da vida eterna: a Fé Ilustradíssima.

DOUTRINA NEGATIVA

A Revolução Cartesiana da Filosofia com a teoria da dupla verdade e a separação entre razão e fé. O novo ponto de partida da Filosofia: idealismo, racionalismo, empirismo, criticismo, panteísmo e niilismo materialista. Eliminação da Teologia e da Metafísica do campo das ciências. Filosofia do vir a ser e dialética da contradição infinita.

a. A Filosofia Cristã, Ciência do Ser e de Deus, é obra da Razão Natural fecundada pela Fé Sobrenatural.

Descartes, pai do idealismo filosófico, padecia de incurável cegueira metafísica que o levou a desprezar como vão e inútil todo o empenho da razão humana assistida pela Fé no estudo de Deus e daquilo que é de Deus nas criaturas; isto é, a especulação teológica e filosófica que os Padres da Igreja haviam restaurado em Cristo, integrando a Filosofia Grega na divina Palavra; e que os doutores da Escola sistematizaram e aperfeiçoaram cientificamente, até culminar nas monumentais Sumas do Saber que vieram a lume no século de Santo Tomás.

Na primeira parte do "Discurso do Método", o ex-aluno dos jesuítas no Colégio de la Flèche se refere à sua malograda formação escolástica: as definições e os silogismos haviam resvalado sobre sua mente, impermeável à assimilação das essências e das analogias transcendentais do Ser. Somente as matemáticas o haviam impressionado como ciência, pela solidez de seus fundamentos, o rigor do raciocínio e a exatidão de suas conclusões; a elas se havia dedicado com entusiasmo; e o domínio dessa disciplina era a única aquisição positiva de sua passagem pelas aulas, embora não percebesse, então, a universalidade de suas aplicações práticas.

Deixando de lado a crítica ligeira e improvisada que Descartes faz da história, da retórica, da poesia e dos livros de moral como fonte de saber e de verdade, vamos deter-nos em seu juízo acerca da Teologia e da Filosofia especulativa: "*Eu reverenciava* – diz ele – *nossa teologia e pretendia, tanto como qualquer outro, ganhar o Céu; mas tendo aprendido como coisa bem segura que o caminho não está menos aberto aos ignorantes que aos mais doutos, e que as verdades reveladas que a ela conduzem estão acima de nossa inteligência, não teria ousado submetê-la à debilidade de meus raciocínios: pensava que para empreender seu exame e ter êxito era necessária alguma extraordinária assistência do Céu e ser mais que um homem*".

Eis aqui um testemunho irrecusável de que a sabedoria demasiado humana não é mais que pura ignorância. É uma grosseira ironia inclinar-se reverente diante da ciência de Deus para imediatamente voltar-lhe as costas como a uma disciplina imprestável para o assunto da salvação. Por outro lado, é indesculpável que Descartes ignore que a fé é uma assistência

extraordinária do Céu para sanar, iluminar e robustecer nos débil razão; ele sequer reparou que pela fé em Cristo nos tornamos mais homens, filhos de Deus em seu Divino Filho. O princípio gnosiológico que inspira, fundamente e justifica a Sagrada Teologia é aquele que Santo Agostinho recolheu do profeta Isaías.

Crer para entender. E é por isso que a verdadeira piedade só respeita a razão absolutamente verdadeira.

Para aqueles que se declaram católicos e se gabam de tão supina ignorância, como Descartes, das coisas da Fé, é que Santo Agostinho ditou esta dura sentença em sua *Epístola a Consentio*: "*Aquele que sequer deseja entender e opina que basta crer nas coisas que devemos entender, ainda não sabe para que serve a Fé, já que a Fé piedosa não quer estar sem a esperança e sem a caridade. O crente deve crer aquilo que ainda não vê, mas esperando e amando a futura Visão*".

O desprezo cartesiano pela vida contemplativa se faz ainda mais claro ao referir-se à filosofia especulativa, que desde os grandes mestres gregos se ocupa da essência e do fim da existência, além de servir fielmente à Sagrada Teologia em sua constituição e desenvolvimento como verdadeira ciência.

A passagem dedicada à crítica da filosofia, que vamos transcrever integralmente, põe em evidência a cegueira metafísica que Descartes transmitiu aos modernos, provocando uma irreparável redução das verdades essenciais nas novas filosofias que, sob o pretexto de emancipação, voltam-se contra a Fé e veiculam todas as formas de niilismo intelectual e moral. Em lugar da necessidade da Fé, os modernos reivindicam o infinito direito à dúvida, como princípio da verdadeira liberdade do homem: discutir tudo, problematizar tudo, é a nova postura do

homem que gira em torno de si mesmo, fazendo do próprio eu o verdadeiro sol. Descartes, que faz da autocerteza do eu pensante a verdade primeira e principal da sabedoria moderna, não pode deixar de ver o passado filosófico até o advento de seu eu, como o Campo de Marte de intermináveis disputas e controvérsias, onde as teses e as antíteses se resolvem em sínteses, unicamente para reaparecerem como novas teses que geram inevitáveis antíteses, e assim ao infinito negativo pelo caminho da conjectura e do meramente provável, por mais alarde dogmático que ensaiem seus obstinados defensores:

"Não direi nada sobre a filosofia, senão que, vendo que foi cultivada pelos mais excelentes espíritos que viveram faz muitos séculos, e que ainda não se encontrou coisa alguma que não seja disputada e, portanto, não seja duvidosa, não tinha suficiente presunção para esperar por um resultado melhor que os outros; e considerando quantas opiniões diferentes podem haver acerca de uma mesma matéria, as quais são sustentadas por pessoas doutas, sendo que apenas uma pode ser verdadeira, eu reputava como quase falso tudo o que não fosse mais que verossímil.

"E a respeito das outras ciências, na medida em que extraem seus princípios da filosofia, eu julgava que não se podia ter edificado nada sólido sobre fundamentos tão pouco firmes."

Somente a mais completa cegueira especulativa pode explicar esta impressionante ligeireza em pensador que foi genial em outros ramos do saber humano. Ocorre que, a juízo de Descartes, a Teologia e a Metafísica escolásticas não são verdadeiras ciências, mas meras opiniões; e todo saber particular que se apoia em seus fundamentos não passa de opinião sobre opinião. Finalmente, os maiores gênios que existiram – Platão,

Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás – não são mais que dialéticos da mera aparência e construtores de vãs conjecturas.

Em lugar do hábito metafísico da mente, como princípio diretor da ciência e sentido de real universalidade para restabelecer a justa proporção de cada ser, Descartes coloca o hábito matemático como princípio regulador de todo saber com pretensões científicas e faz da universalidade vazia e indiferente do um numérico a medida do ser.

É por isso que, desde então, em forma cada vez mais exclusiva, a mentalidade moderna resolve o processo unificador da inteligência racional no denominador comum da unidade quantitativa que faz abstração de todas as distinções essenciais e de todas as distâncias de valor entre os seres e a realidade: unidade que é antes separação, que confunde e nivela em vez de distinguir e hierarquizar para unir real e verdadeiramente. A unificação exterior, artificiosa, convencional, que impõe a máquina de terraplenagem do denominador comum, reduz toda a diferença entre uma qualidade e outra, toda a distância entre superior e inferior, entre melhor e pior, à diferença indiferente do mais ou menos; é assim que se substitui a riqueza ontológica do real por uma paupérrima representação esquemática, mecânica e informe, onde nada é o que é, e tudo se aniquila no mesmo barro "substancial", a matéria naturalmente indeterminada, com seu próprio nome ou qualquer outro que signifique algo equivalente.

"*Eu sentia prazer* – diz Descartes – *com as matemáticas por causa da certeza e da evidência de suas razões; mas ainda não reparava em sua verdadeira utilização, e pensando que serviam somente para as artes mecânicas, surpreendia-me que sendo os*

seus fundamentos tão firmes e tão sólidos, não se tivesse edificado nada de mais relevante sobre eles."

Estava reservado ao próprio Descartes o privilégio de erguer o edifício da Nova Ciência com base na aplicação universal das matemáticas para analisar todos os fenômenos físicos, estabelecer as leis exatas que regulam sua composição ou a sucessão dos mesmos, e provar experimentalmente a sua validade.

A hipótese de trabalho que inspira esta matemática universal ou físico-matemática é a de que todos os fenômenos do mundo exterior – macroscópicos e microscópicos – se estendem sobre essa matéria inteligível que é a quantidade indiferente, o espaço homogêneo, como sobre um fundo comum e os limites que separam e distinguem sensivelmente uns fenômenos de outros são exteriores e acidentais; algo assim como as cercas de arame que se estendem sobre o campo que continua debaixo delas.

A sentença mais usada no campo da ciência positiva: "*Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*" se justifica na perspectiva da ciência que finaliza na utilização das coisas. A verdade é que essa técnica prodigiosa que tal ciência proporcionou ao homem não cria nada, nem pode tampouco devolver coisa alguma ao nada; somente pode passar de umas coisas para outras, seguindo o curso legal das séries fenomênicas. O sentido dessas transformações operadas experimentalmente nos efeitos sensíveis corresponde ao melhor aproveitamento das coisas materiais para satisfazer às necessidades da vida.

Descartes não reconhece outro emprego razoável da razão humana fora dessa prática. Na sexta parte de seu *Discurso do Método*, ele nos deixou o programa da revolução intelectual que executaram seus continuadores até as extremas consequências:

"*Tão logo adquiri algumas noções gerais sobre a Física, e tendo-as experimentado em diferentes dificuldades, percebi até onde pode conduzir e quanto ela difere dos princípios utilizados até o presente; eu julguei que não podia mantê-los ocultos sem pecar gravemente contra a lei que nos obriga a buscar, tanto quanto nos seja possível, o bem geral da humanidade, pois elas me fizeram ver que se pode chegar a conhecimentos muito úteis para a vida; e que em lugar da filosofia especulativa que se ensina nas escolas, pode-se encontrar uma prática pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente como conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, poderíamos empregá-las do mesmo modo em todos os usos que lhe são próprios, e nos tornarmos senhores e dominadores da natureza. Isto se deve desejar não só para a invenção de uma infinidade de artifícios que nos farão gozar sem o menor esforço dos frutos da terra e de todas as comodidades possíveis, mas principalmente para a conservação da saúde que é, sem dúvida, o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida; pois o próprio espírito depende tão estreitamente do temperamento e da disposição dos órgãos do corpo, que, se é possível encontrar algum meio que torne os homens comumente mais sábios e mais hábeis, creio que é nessa medida que se deve basear*".

Prolongamos a citação para que não reste dúvida alguma acerca do propósito de substituir a antiga ciência por uma nova ciência.

Não se trata de completar um sistema do saber, mas de substituir aquele que os filósofos gregos fundaram, e os Padres e

Doutores da Igreja Católica integraram na Fé, por outro sistema inteiramente diferente e em contradição com o anterior. O regime teológico e metafísico da antiga Suma do Saber é substituído por um regime empírico-matemático que não busca a contemplação do ser, mas a utilização das coisas.

O estudo da Eternidade Criadora – e daquilo que é eterno nas criaturas – deixa de ser uma ocupação séria da razão em relação ao critério da ciência que há três séculos veio estendendo-se e impondo-se à mentalidade ocidental. Especular à luz da Fé sobre os mistérios divinos é supérfluo, inclusive para o crente, pois lhe basta crer e praticar os preceitos da religião para salvar-se. Especular sobre as essências em busca da Essência é perder tempo nas areias movediças das meras conjecturas e das soluções encontradas.

Em consequência, a Metafísica, antes proclamada e acatada como rainha das ciências, não é sequer uma ciência para os modernos cartesianos.

Seus grandes temas – Deus, a alma, a liberdade – voltam sempre de novo a inquietar a razão humana, mas não é possível elaborá-los cientificamente ao modo das matemáticas ou das ciências exatas e experimentais da natureza.

As quatro regras do método para bem conduzir a razão e buscar a verdade nas ciências correspondem exatamente à intuição e à dedução próprias do conhecimento matemático. Somente o que possa ser representado ou reconstruído experimentalmente se constitui em objeto de ciência e de verdade científica. O próprio Descartes declara expressamente ter-se inspirado nas matemáticas: "*Essas longas cadeias de razões tão simples e fáceis de que costumam servir-se os geômetras para chegarem às suas mais difíceis*

demonstrações me haviam dado a oportunidade de imaginar que todas as coisas que podem cair sob o conhecimento dos homens ocorrem do mesmo modo; e que, desde que se abstenha de tomar por verdadeira uma que não o seja, e se guarde sempre a ordem necessária para deduzir umas das outras, não podem existir coisas tão afastadas que não sejam alcançadas, nem tão escondidas que não cheguem a ser descobertas".[24]

Ocorre que as coisas divinas não podem ser intuídas, nem representadas, nem analisadas, nem reconstruídas mentalmente, à maneira das coisas corpóreas que nos rodeiam. Tampouco as coisas da alma e da liberdade, nem sequer as paixões e necessidades corpóreas podem ser adequadamente estudadas no método cartesiano, cuja eficácia se limita ao campo dos fenômenos da natureza.

Somente o livro da Física Matemática, essa prática que Descartes postula como a verdadeira ciência, se escreve em caracteres geométricos; mas a linguagem matemática e experimental é absolutamente imprópria para falar de Deus e da alma, inclusive da essência constitutiva dos próprios seres corporais.

O grave é que desde Descartes até Kant, vai-se desenvolvendo o novo critério científico que limita o conhecimento objetivo da realidade ao plano da experiência externa, até culminar na eliminação da metafísica tradicional do registro das ciências, ao mesmo tempo que se tenta substituir a antiga Teologia Sagrada por uma teologia moral, etapa intermediária no processo da secularização total da Religião Cristã e de seu Divino Fundador.

---

24 DESCARTES, René. *Discurso do Método,* Segunda Parte.

A dúvida metódica vai-se estendendo a todas as ordens da atividade humana e Kant celebra como uma conquista emancipadora e progressista do século esse direito da razão à crítica universal:

"*Nosso século é o verdadeiro século da crítica: nada deve escapar. Em vão a Religião, por causa de sua santidade, e a legislação, por causa de sua majestade, pretendem subtrair-se. Por isso, elas suscitam justas suspeitas contra si mesmas e perdem todo direito à essa sincera estima que a razão só concede àquilo que pôde sustentar seu exame livre e público.*"[25]

Esta proclamação da absoluta eficiência da razão humana comporta a mais extrema negação da necessidade da Fé para entender o divino e o fim último da existência.

A dialética interna do racionalismo cartesiano, com sua dúvida metódica e sua crítica universal, não se detém na posição agnóstica de Kant, mas conduz finalmente à deificação da razão humana e do método todo-poderoso em Hegel. A religião cristã é absorvida no processo interno da razão divinizada, como um momento da realidade e da verdade absoluta da ideia. Daí resulta que a religião é um produto da razão, cujo significado eterno no idealismo hegeliano se transforma em puramente temporal e circunstancial através da crítica materialista de Feuerbach e de Marx.

Em seu opúsculo "Para uma crítica da filosofia do Direito de Hegel", Marx nos deixou em fórmulas exatas as conclusões finais a que chega necessariamente a razão de Descartes, o seu "eu penso" erigido em Verdade fundamental e armado com

25 KANT, Emmanuel. *Crítica da Razão Pura*, Prefácio da 1ª edição, 1781.

a dúvida metódica, em seu processo de libertação da Fé e do hábito metafísico das essências. É como uma nova queda da verdade em vaidade, de Deus no próprio eu, suposto criador e messias de si mesmo.

"*A destruição da Religião como felicidade ilusória do povo é uma exigência de sua felicidade real... a crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja e forje sua realidade como homem desenganado que chegou à razão, a fim de que gire em torno de si mesmo, seu verdadeiro sol.*

"*A religião não é mais que o sol ilusório que gira em torno do homem até que o homem gire ao redor de si mesmo.*"

Aqui está a própria figura do pecado, desta vez na imagem do Anticristo que promete o paraíso terrenal do Comunismo, desenlace necessário da dialética materialista da História. O princípio dinâmico da redenção humana não é a Caridade Divina de Cristo, mas o ódio da classe explorada, o ressentimento demasiado humano dos pobres que agora se sentem miseráveis deserdados da riqueza material, a única que existe, e para ser desfrutada nesta vida também única.

"*A religião de Cristo é o ópio do povo*", sublinha Marx com irônica insistência; precisam despertar de seu pesado sono para se constituírem em seus próprios e exclusivos libertadores. Não têm necessidade de um Libertador divino, não têm necessidade de Cristo. Assim como a razão encontrou em algo inteiramente novo, na dúvida metódica, o caminho de sua emancipação do jugo da Fé sobrenatural, também os povos encontraram na organização de suas próprias forças proletárias o caminho da justiça social e da libertação definitiva. Libertação de quê? Ora, do jugo da Pobreza, cuja imagem pavorosa é o Cristo crucificado.

Tal é o itinerário dos modernos em seu empenho obstinado para livrar-se de Cristo, do Verbo Encarnado, da Verdade de Deus que nos fez o dom de Si mesmo, para tirar-nos de nossa escravidão e levantar-nos até sua Liberdade. "*Chegaremos a ser grandes n'Ele, se permanecermos sempre pequenos junto a Ele*", escreveu Santo Agostinho em "*Enarrationes in Psalmos*".

Mas os modernos pretendem ser grandes sem Ele e, antes, contra Ele; pretendem que a liberdade mediatizada pela Verdade não é Liberdade, mas servidão da obediência. Tal como conclui Heidegger em nome deles: a liberdade é o fundamento da Verdade. Desde o liberalismo até o bolchevismo, adverte-nos Pio XI, em sua encíclica *Quadragesimo Anno*, passando pelo socialismo, cumpriram-se as etapas de uma escravidão universal sem que jamais caia dos lábios de seus empresários a palavra liberdade. A história se repete: quando o homem pretende ser mais do que ele é, acaba em menos, em muito menos do que ele deve ser.

Santo Agostinho nos deixou uma explicação definitiva da ironia que encerra todo humanismo demasiado humano: "*A verdadeira honra do homem consiste em ser imagem e semelhança de Deus; e só quem a imprimiu pode guardá-la. Quanto menos eles amem o que é deles, mais amarão a Deus. Se o homem cede à apetência de experimentar seu próprio poder, por esse motivo cai em si mesmo, como em seu centro. E assim, não querendo estar abaixo de ninguém, como se fosse Deus, como pena de sua presunção é precipitado de si mesmo para o abismo; isto é, ao deleitoso prazer do animal; e sendo a semelhança divina a sua glória, é sua infâmia a semelhança animal. O homem criado com tanta dignidade não o entendeu assim, comparou-se aos asnos estúpidos e se fez semelhante a eles.*"

b. Filosofia do vir a ser e Dialética da contradição infinita.

A negação da filosofia cristã pela divisão e pela posição de autonomia da razão em relação à Fé, operada pelo Liberalismo Moderno, foi seguida pela divisão da razão em relação ao ser e da posição do eu pensante como fundamento da Verdade. Por último, a vontade e a ação se dividiram da razão, mediatizando-a em instrumento ideológico do egoísmo do indivíduo, da classe, do partido, da nação, do Estado, da raça etc.

O Comunismo e a dialética materialista da contradição infinita, da crítica infinitamente negativa daquilo que é, são a resolução final de uma civilização que quis ser exclusivamente do homem; não só sem Cristo, mas contra Cristo.

Os supostos ideólogos do Comunismo Marxista sustentam que nada é o que é; tudo está sujeito à mudança, a um perpétuo via a ser.

"*Não existe eternidade, não há nada que seja eterno no céu nem na terra. Não existe Deus, nem existe essência nos seres existentes; isto é, não existem formas nem tipos fixos, nada que seja definitivo e insubstituível.*

"*Se tudo está submerso na torrente do devenir, então não existe ser, nem unidade, nem verdade, nem bondade absolutas; e tudo tem de ser visto e entendido em uma perspectiva de sucessivos deslocamentos, de chegar a ser para deixar de ser, da caducidade irremediável do existir, da contradição e da revolução infinitas.*"[26]

26 GENTA, Jordán Bruno. *Libre Examen y Comunismo.*

Por isso, o marxista Lenin insiste em que os limites da natureza e da sociedade são todos variáveis e, até certo ponto, convencionais.

O companheiro inseparável de Karl Marx e seu principal colaborador, Friedrich Engels, deixou-nos um texto definitivo acerca do verdadeiro caráter da dialética ou lógica da contradição infinita, que é o instrumento ideológico do Movimento Comunista.

"*A grande ideia cardeal de que o mundo só pode ser concebido como um conjunto de processos, no qual as coisas que parecem estáveis, tal como seus reflexos mentais em nossas cabeças, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de mudanças, por um processo de gênese e caducidade através do qual, apesar de seu aparente caráter fortuito e de todos os retrocessos momentâneos, acaba impondo sempre uma trajetória progressiva... Se em nossas investigações nos colocamos sempre neste ponto de vista, daremos fim, de uma vez para sempre, com o postulado de soluções definitivas e de verdades eternas; teremos a todo momento a consciência de que todos os resultados que obtenhamos serão forçosamente limitados, e se acharão condicionados pelas circunstâncias nas quais os obtemos; mas já não nos infundiram respeito essas antíteses irredutíveis para a velha metafísica ainda em voga: do verdadeiro e do falso, do bom e do mau, do idêntico e do diferente, do necessário e do fortuito; sabemos que essas antíteses só possuem um valor relativo.*"[27]

27 ENGELS, Friederich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, capítulo IV.

Estendemos a citação para que o leitor compreenda as consequências funestas para o destino das nações ocidentais e, em particular, de nossa Pátria, se essa mentalidade, essa maneira de julgar e de raciocinar chega a dominar em sua classe dirigente, nos profissionais universitários e nos intelectuais que constituem as equipes governantes. Pior ainda se, como já é notório, a concepção zoológica do homem e a hipótese materialista de uma evolução e progresso indefinidos se convertem em crença popular.

Quarenta e cinco anos de Reforma Universitária em toda a América Latina. Tanto na Argentina como em Cuba, estiveram preparando a mentalidade subversiva da classe dirigente através das três bandeiras negativas que proclamaram os reformistas de 1918: *anticatolicismo, antimilitarismo e anti-imperialismo ianque*.

Esclarecemos que, com a última bandeira, pretende-se encobrir a Plutocracia ou Poder Financeiro Internacional, integrado principalmente por judeus, que tanto oprime o povo ianque como o argentino. O Comunismo Internacional e o Poder Financeiro Internacional constituem com a Maçonaria Internacional os três instrumentos ideológicos da Revolução contra o Ocidente Cristão, isto é, da Guerra Revolucionária em pleno desenvolvimento e a ponto de lançar-nos ao inferno comunista.

Se nossa Pátria sucumbisse ao Comunismo, a Cordilheira dos Andes se converteria de imediato na Sierra Maestra de toda a América Latina.

TEMA IV

DOUTRINA POSITIVA

O Direito Romano. Poder ordenador e assimilador da Civitas. O Império Romano e a expansão do Cristianismo. Integração da justiça natural na caridade sobrenatural para presidir a Cidade Cristã.

A Monarquia se extinguiu em Roma com o último dos Tarquínios. Em seu lugar, estabeleceu-se a República com o governo inicial do Senado patrício e a dignidade consular.

A luta dos plebeus por uma participação ativa no governo e o reconhecimento de seus direitos finalmente se traduziu na instituição dos tribunos da plebe. Nas crises graves, apelava-se a um Ditador (*Magister populi*), escolhido entre os patrícios, cujo poder era absoluto, mas temporário.

Em meados do século V antes de Cristo, promulgou-se o primeiro Código de Roma, a Lei das Doze Tábuas.

As três primeiras Tábuas regulam a tramitação dos julgamentos, designação do juiz, citação do acusado, regime de fianças, direito do credor sobre o devedor. Aqui evidencia-se o traço característico do Direito Romano, tanto mais acusado quanto mais antigo: rigor e formalismo extremos.

A Tábua IV fixa o *direito da família*, na *gens*, núcleo fundamental da sociedade romana. O *pater famílias* é investido da mais absoluta autoridade sobre a esposa, os filhos, os libertos e os escravos; até mesmo está facultado a matar o filho que nasce deformado.

A Tábua V ocupa-se de *heranças e tutelas*. A sucessão se estabelece, em primeiro lugar, por via paterna, depois pela *gentilícia*. Os consanguíneos (*cognatos*) estão excluídos.

As Tábuas VI e VII prescrevem sobre a *propriedade*, a *posse* e as *obrigações*. Neste ponto, ressalta o caráter absoluto da propriedade privada, tanto no domínio quanto no uso, até ser considerada como algo inerente a seu titular. A propriedade *mancipi* (que se pode tomar com a mão) abarca tanto a terra e a casa quanto a servidão que lhes esta anexa.

A Tábua VIII ocupa-se dos *delitos*. A pena é concebida como uma reparação privada antes que como castigo público. Busca-se a compensação material do dano causado, antes que a repressão ou a prevenção. Falta todo sentido purgativo, expiatório da condenação para a alma do réu.

A matéria da Tábua IX é o *direito público*. Proíbe-se legislar para casos particulares. A sentença de morte se aplica tanto para delitos privados como públicos.

Na Tábua X, regulamenta-se o *direito sagrado*: cerimônias rituais, funerais, tratamento dos cadáveres etc.

As Tábuas XI e XII são suplementares às anteriores.

Esta é a primeira compilação e promulgação de leis em Roma, gravadas toscamente em pranchas de bronze; algo assim como a fonte histórica de toda a imensa obra legislativa que se foi preparando na República para culminar no Império. O direito civil (*jus civile*) sempre foi o cuidado principal dos romanos, verdadeiros artífices da dignidade do cidadão, perfeição natural do homem. É claro que, na antiga Roma, foi privilégio de uma minoria, tanto na República aristocrática dos patrícios quanto na oligarquia dos plebeus. Ainda que, a cidadania se

estendesse às províncias, sobretudo na época imperial, nunca foi o estado da multidão de habitantes livres, para os quais existia uma legislação positiva comum (*jus gentium*).

Os escravos ficavam fora do direito, já que não passavam de coisas para usar, uma propriedade dos donos como os animais domésticos, e dos quais não se podia dispor a seu arbítrio.

As inevitáveis discriminações e aberrações do paganismo constituem o fundo abissal sobre o qual se destaca, com a nitidez de uma afirmação da razão, o assombroso trabalho dos jurisconsultos romanos da República e do Império para configurar juridicamente as relações humanas, assim como sua participação cada vez mais ampla na administração da justiça. A Jurisprudência, a ciência e a profissão do Direito alcançaram sua mais acabada expressão, maturidade clássica e definitiva exemplaridade no esplendor da República, e ainda mais na época do Império, desde Constantino até Justiniano.

O nome de Quinto Mucio Cévola, pai e filho, resume todo o valor e transcendência desse paciente trabalho jurídico da República.

A universalidade do Direito Romano só podia lograr sua objetividade formal no Império; ou seja, com o poder político estendido aos mais remotos confins e com sua assimilação pelos mais diferentes povos. A façanha imortal de Roma foi justamente essa força unificadora, ordenadora e pacificadora de sua *Civitas*, sob a estabilidade do Direito, isto é, a tranquilidade na ordem jurídica.

Assim como a razão teórica (filosófica) se aperfeiçoa no conceito ou definição, a razão prática se aperfeiçoa no direito ou lei justa.

O direito primitivo de Roma, fixado nas Doze Tábuas, foi-se temperando paulatinamente com o contato dos povos conquistados e, sobretudo, quando começou a gravitar a influência helênica através de seus filósofos e poetas. O rigorismo extremado e o inexorável formalismo tiveram de ceder às exigências da razão e da justiça. O pátrio poder e sua autoridade sobre a esposa e os filhos deixaram de ser absolutos. O vínculo de sangue (*cognatio*) foi adquirindo força e reconhecimento jurídico. O direito de propriedade e de herança fez-se cada vez menos arbitrário e exclusivista: a esposa e os filhos começaram a participar da posse dos bens e das sucessões. Ampliaram-se as relações contratuais. A intervenção progressiva da jurisprudência e dos peritos em Direito foi aperfeiçoando os trâmites dos julgamentos e tornando a justiça mais equitativa. Por último, sob a influência do Cristianismo, o peso da Misericórdia começou a gravitar na apelação da sentença perante o Imperador.

A historiografia liberal prodigou-se em lendas com aparência de verdade histórica par obscurecer ou diminuir a obra civilizadora da Igreja Católica e do Império Romano. Foi assim que isto se difundiu nos últimos séculos, e todos temos lido em tratados e manuais de História Universal que as invasões dos germanos provocaram a queda do Império Romano do Ocidente.

A verdade é que "*não houve conquista de povos mediterrâneos decadentes por bárbaros vigorosos. O grande número de bárbaros que vivia na condição de escravos dentro do Império; o número muito menor dos recrutados à força ou voluntariamente para o serviço militar do Império, a quantidade ainda menor daqueles que penetravam em seu território como andarilhos, aproveitando a debilidade do governo central, próximo a seu*

fim, não foram da espécie dessa lenda, trocando seus desejos em realidade.

"Os bárbaros não foram somente germanos. Estavam constituídos por várias raças que, se julgamos pela linguagem – mau sinal em referência à raça -, eram alguns da língua germana, outros da eslava; alguns, ainda, eram mongóis; outros, berberes; outros, das velhas raças – os pictos, por exemplo, e os obscuros indivíduos do extremo norte e oeste.

"Eles não tinham esse surpreendente respeito pela mulher, tal como aquele que poderia gerar o ideal cavalheiresco.

"Não formavam sociedades livres, mas de donos e escravos.

"Não desejavam, nem tentavam, nem sonhavam com a destruição do poder imperial; essa desgraça – que foi gradual, e nunca total – quando sobreveio, não foi devida em absoluto aos bárbaros, e ocorreu apesar deles, e não por seus esforços conscientes.

"Não eram numerosos; pelo contrário, agrupavam-se em punhados de homens, mesmo quando apareciam nas fronteiras como invasores e salteadores triunfais, Quando vinham em grande número eram eliminados.

"Não introduziram novas instituições, nem novas ideias". [...]

"Em uma palavra, o término gradual da autoridade imperial na Europa do Oeste foi uma revolução interna; não veio do exterior. Foi uma transformação interna, nem remotamente parecida a uma conquista externa, e muito menos a uma conquista bárbara.

"Tudo que aconteceu foi que a Civilização Romana, tendo envelhecido muito, não pôde manter o método vigoroso e uni-

versal do governo local subordinado ao central, que havia sido o seu durante quatrocentos ou quinhentos anos. O mecanismo impositivo foi-se debilitando gradualmente; também se debilitou a ação burocrática central." [...]

"Com o objetivo de entender o ocorrido, devemos, antes de tudo, recordar claramente o fato de que a estrutura sobre a qual repousou nossa civilização unida em seus primeiros cinco séculos foi o Exército Romano." [...]

"A instituição em torno da qual girava o pensamento humano e que se reconhecia como fundamento de todo o restante, era a instituição militar.

"A Cidade-Estado original do Mediterrâneo caiu pouco antes do princípio de nossa Era.

"Quando – como sempre sucede, afinal, em uma civilização complexa de muitos milhões – caiu por terra, foi necessário, depois das lutas desesperadas de facções que essa queda ocasionou, estabelecer um forte centro de autoridade. E a pessoa indicada como necessária para exercer tal autoridade – em um Estado constituído como o romano – era o Comandante em Chefe do Exército (Imperador); a palavra latina 'Imperator' não significa outra coisa, senão Comandante em Chefe.

"O Exército fazia e desfazia governos; o Exército projetava, ordenava e ainda prestava seu apoio para a construção das grandes estradas do Império; era em relação às necessidades do Exército que se construíam as grandes estradas; era o Exército que assegurava – e mui facilmente, pois a paz era popular – a ordem civil de tão vasto organismo. Era o Exército, especialmente o que guardava suas fronteiras contra o não civilizado mundo exterior, desde os confins do Saara e do deserto árabe,

desde o extremo das montanhas da Escócia, desde o extremo das serras pobres e incultas entre o Reno e o Elba.

"Nessas fronteiras, as guarnições formavam um muro atrás de cuja proteção podiam desenvolver-se os bens e o bem-estar."

Esta longa e esclarecedora citação de textos do capítulo III de "*Europa e a Fé*", do grande historiador britânico Hilaire Belloc, responde à ideia de destacar que os bárbaros, tendo contribuído com sua vitalidade renovadora do sangue, foram romanizados em espírito, isto é, civilizados pelos romanos, e em forma definitiva, desde que a Roma de Pedro irradiou sua luz e sua força sobrenaturais.

Pode-se afirmar que jamais, nem mesmo quando os exércitos estavam integrados e comandados por bárbaros germanos, a partir do século V, nem mesmo então, repetimos, passou pela mente desses fiéis servidores a crise do poder central. Logicamente, a responsabilidade do governo foi assumida em cada região pelo Chefe das forças auxiliares do Exército Romano.

Quer dizer que a própria aventura de Alarico e seu saque de Roma não é mais que uma luta entre romanos. Não houve, pois, conquista do Império, mas transformação interna da sociedade como consequência da crise do poder central.

Foi assim que a civilização ocidental – greco-romana-cristã – teve continuidade através do sistema feudal, até alcançar a sólida arquitetura da Monarquia e do Império nas grandes nações regentes da Europa.

A Igreja Divina de Cristo e seus instrumentos humanos de valor universal, a Língua Latina e o Direito Romano, são os princípios formativos e ordenadores do Ocidente. Não se esqueça de que tanto a língua como o direito se enriqueceram

de valiosas essências, do sentido de proporção e sereno equilíbrio, com a helenização da cultura romana, antes do advento do Cristianismo. A influência da filosofia clássica de Platão e Aristóteles, assim como das escolas derivadas dos estoicos e epicuristas, acadêmicos e neoplatônicos, gravitou decisivamente nos trabalhos dos grandes juristas, período áureo da jurisprudência romana, por obra de Gaio, Pompônio, Papiniano, Ulpiano e outras eminências.

O rescrito do ano 313, do imperador Constantino, pelo qual se declara o Cristianismo como a Religião oficial do Império, não só converte os povos romanos, mas a Doutrina Católica e a ação da Igreja começam a renovar espiritualmente a política imperial e as instituições sociais. Dois séculos depois, elevado Justiniano ao trono do Império Romano do Oriente, seu longo reinado, muito mais que pela glória de seus generais Narsés e Belisário, prestigia-se pela glória imperecível que lhe conquistaram seus grandes juristas Triboniano, João, Teófilo, Constantino e Doroteu. Aqui, é importante sublinhar que, apesar de a imensa e incomparável obra de codificação das Constituições Imperiais, da Jurisprudência e das Instituições Romanas ter-se realizado em Constantinopla, e de que já existia um governo central no Ocidente, a projeção e aplicação do Direito Romano se traduziu em legislações das nações latinas, principalmente França, Espanha, Portugal e Itália.

Entre os anos 528 e 534, por expressa disposição de Justiniano, o jurista Triboniano e seus colaboradores integraram o Código, isto é, a coleção legal dos rescritos desde Adriano até Constantino, mais os editos até Justiniano, incluindo as cinquenta decisões sobre os pontos controvertidos. Além disso,

selecionaram, extraíram e ordenaram cento e cinquenta obras dos maiores jurisconsultos romanos na *Pandectas* ou *Digesto*, monumento à jurisprudência romana, fonte obrigatória de consulta nos tratadistas medievais e modernos do Direito. Santo Tomás de Aquino apela com frequência à sua autoridade nas questões sobre a lei e o direito na Suma Teológica.

No preâmbulo das *Instituições* de Justiniano, faz-se referência expressa à tarefa realizada no *Código* e no *Digesto*:

"*Depois de ter reduzido a uma perfeita harmonia as constituições imperiais, até agora tão confusas, temos dirigido nossa atenção para os imensos volumes da antiga jurisprudência, e caminhando como submersos em um abismo de dificuldades, terminamos, com o favor do céu, esta obra de tão ímprobo trabalho*".

Neste manual clássico destinado ao ensino, evidencia-se que, na concepção greco-romana e cristã, o fim do Direito é operar a Justiça nas relações humanas e o Bem Comum da sociedade.

Assim, lemos no Livro I estas definições e posições básicas:

"*A Justiça é a constante e firme vontade de dar sempre a cada um aquilo que é seu.*"

"*A jurisprudência é o conhecimento das coisas divinas e humanas, com a ciência do justo e do injusto.*"

"*Os preceitos do Direito são: viver honestamente, não prejudicar a ninguém e dar a cada um aquilo que é seu.*"

"*Este estudo tem dois pontos: o Direito público e o Direito privado. Chama-se Direito público aquele que trata do governo dos romanos; e privado é o que se refere à utilidade dos particulares. Trataremos, pois, do Direito privado, que consta de três partes: dos preceitos do Direito Natural, do Direito dos Povos e do Direito Civil.*"

"Todo o nosso direito se refere ora às pessoas, ora às coisas, ora às ações."

O direito civil (*jus civile*), o mais solicitamente explicitado, refere-se à legislação comum do Estado Romano em particular. O direito natural (*jus naturale*) e o Direito dos Povos (*jus gentium*), nem sempre bem distinguidos pelos juristas romanos, referem-se a princípios geralmente admitidos e que valem para todos os homens, em virtude da natureza racional que torna semelhantes o romano, o estrangeiro e o escravo, o varão e a mulher. É assim que o escravo se eleva, ao menos idealmente, à dignidade de pessoa e à consideração efetiva do direito. Na culminação da legislação romana, sob a influência do cristianismo, o escravo já não se confunde com a propriedade *mancipi*, a terra, a casa e os animais domésticos. A elevação da mulher é absolutamente obra do sentido cristão da existência, tanto quanto a condenação universal da usura.

A veneração da Santíssima Virgem Maria, Mãe do divino Redentor e Corredentora, promoveu na Idade Média a reabilitação da mulher ao posto de companheira e colaboradora do varão, esposa, mãe e senhora de seu lar.

O ideal e estilo do cavalheiro cristão também se forjou no culto do supremo arquétipo feminino, tal qual o define nosso Dom Quixote: "*Há de guardar a Fé em Deus e em sua dama, há de ser casto em seus pensamentos, honesto em suas palavras, valente em seus feitos, sofrido nos trabalhos e, finalmente, mantenedor da Verdade, ainda que lhe custe a vida ao defendê-la*".[28]

28 Segunda Parte, capítulo XCIII.

a) A cristandade ocidental é obra da Cruz e da espada.

Em um árduo e demorado trabalho de mil anos, que culminou no século XIII, os Padres e Doutores da Igreja Católica Apostólica Romana – uma fúlgida constelação de Santos – realizaram a integração do pensamento e da conduta da Divina Revelação; Sobre muros e torres denteadas ou pelos caminhos da cavalaria andante, preclaros varões velavam com as armas o ócio e a contemplação pura, o repouso ativo da oração e da meditação.

Definir-se como ocidental e cristão é pôr a inteligência a serviço da Verdade e da Realeza de Cristo: filosofar na Fé, legislar com Caridade e governar com sentido de missão.

"*A defesa do Ocidente exige a unidade da doutrina e da ação que só podemos alcançar com a instauração de todas as coisas em Cristo.*"[29]

Não depende de nós que creiam na palavra de Deus, nem se pode impor a fé pela força, mas é nosso dever fazê-la respeitar em nossa pátria, nascida de Cristo e de sua Igreja.

A missão das Armas é hoje a mesma que no tempo da antiga Roma: defender o espaço de vida comum onde se cultivam as essências, os valores e normas universais que constituem toda a honra da criatura humana.

Assim como, ao desmoronar a estrutura imperial de Roma, o exército auxiliar de cada província assumiu o governo político vacante, na queda do monarca espanhol o exército patrício que

29 São Pio X.

Saavedra comandava assumiu o cargo do governo vacante em Buenos Aires, em 25 de maio de 1810. A missão das Armas, tanto na formação das nações europeias quanto nas americanas, foi preservar a unidade religiosa, idiomática e jurídica do Ocidente.

Note-se que na América Espanhola a religião é a Católica; a língua castelhana é um romance latino, e o Direito espanhol, uma continuação e adaptação das Instituições Romanas.

A defesa da pátria é a do patrimônio de bens espirituais e de bem-estar material: a tradição viva de essências e valores que duram e configuram *uma unidade de destino no universal*, suprema razão de viver e razão suprema para morrer em sua defesa.

A Verdade é o que é, e o Direito é o objeto da justiça.

Ser ocidental e cristão é saber que:

1. *Estar na Verdade é pensar no outro enquanto é outro*; afirmar, por exemplo, que Deus é Deus, o homem é homem, o pão é pão, o vinho é vinho.

2. *Estar no Direito é fazer o que é justo, dar ao outro aquilo que se lhe deve*; por exemplo, a remuneração devida por um serviço prestado.

3. *A verdade e a justiça se consumam ainda além da afirmação daquilo que o outro é, e dar-lhe o que é seu, no ato de dar-se a si mesmo por amor, generosa e gratuitamente, como Deus se dá na Cruz por amor aos homens.* Meditemos no que significa para nós, cristãos, adorar um Deus crucificado.

"Deus é Caridade." Cristo, a Verdade de Deus que nasce homem, não veio para explicar o que as coisas são, nem para dar a cada um o que é seu. Ele veio para muito mais, inclusive para tornar possível a verdade e a justiça humana; veio para preencher,

para cumular com sua abundância a nossa indigência, cobrir nosso desamparo, satisfazer nossa necessidade com sua plenitude.

- Por que Ele o fez?

- Porque assim o quis; porque lhe deu vontade; por um ato de amor gratuito, uma generosidade a mais; a primeira foi a Criação. Ele, que não tinha culpa, assumiu a culpa dos outros e a expiou na morte de Cruz para saldar a dívida do pecado. E assim a Verdade consumou a Justiça com seu Amor.

É a mesma coisa que o homem faz, às vezes, imitando a Cristo e com sua divina ajuda, quando faz um bem gratuitamente, sem esperar reciprocidade; quando se empenha sem estar obrigado, porque lhe dá vontade, em uma boa obra; quando se põe como nosso Dom Quixote "*a desfazer coisas tortas e a socorrer necessidades*"; quanto até faz o dom de si mesmo, de sua liberdade, de sua integridade, de sua vida, por uma Causa Justa.

Ser ocidental e cristão é saber que não basta, para servir a Deus, à Pátria, à família, à profissão, aos amigos, "*uma vida honesta, não prejudicar ninguém e dar a cada um o que é seu*", como se diz no livro primeiro das *Instituições* de Justiniano.

Não é suficiente, para bem servir, a justiça comutativa (não causar prejuízo) nem a justiça distributiva (dar a cada um o seu); isto é, *não faças a outrem o que não queres que façam a ti.*

É um princípio de justiça natural, mas negativo. Trata-se de não fazer o mal ou de pagar o que se deve. Com a vigência desta justiça, cuja expressão jurídica universal é o Contrato, pode-se aspirar a manter um certo equilíbrio, a paz exterior entre os homens, com base na relativa conformidade de cada um com o seu e na segurança, também relativa, de não ser molestado em seu tranquilo desfrute. Mas é o equilíbrio ou a paz

de uma coexistência entre seres estranhos e indiferentes uns aos outros; jamais uma real convivência, comunidade ou comunhão entre próximos. A verdade é que sem amor, sem esforço generoso, sem sacrifício e sem abnegação, sem o dom gratuito de si mesmo não se pode fundar nem levar adiante uma pátria, nem uma família, nem uma amizade verdadeira, nem uma empresa comum de serviço e de risco.

O princípio dessa justiça positiva é a Caridade, o amor de Deus que Cristo nos enviou em seu regresso ao Pai, depois da Ressurreição:

"*Amarás a Deus, teu Senhor, sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo*."

É a lei divina que nos manda fazer o bem gratuitamente: abundar na justiça; amar por amor a Deus.

Não basta ser honesto, não fazer dano a outrem, nem dar a cada um o seu; tudo isto não é justiça suficiente para a união com Deus e entre os homens. A comunhão das almas, a comunidade verdadeira, a paz de Cristo funda-se no amor, no gesto generoso de se dar ao próximo, até o limite de suas forças, até não poder mais, até perder a vida. O próximo é aquele que mais necessita; aquele a quem o próprio Deus, a natureza ou as circunstâncias colocaram mais perto de nós: a Igreja, a Pátria, a Família, o amigo, o camarada.

A Justiça abundante é aquela que se consuma em atos de serviço.

"*Ama e faze o que queres*", disse Santo Agostinho. Aquele que ama só pode querer o bem do amado; aquele que está para servir faz o bem a quem serve. Aquele que ama, aquele que serve é o único livre para fazer o que quiser, e seu ato não tem

expressão jurídica. Não a pode ter porque exclui toda forma de coação exterior, pois exclui a força de obrigar que distingue a lei jurídica positiva.

"*O amor une no bem que é plenitude de ser e de verdade. É anterior e superior ao direito e ao dever, que não são mais que substitutos do amor.*"

O ódio separa no mal, que é a indigência de ser e de verdade. Ele isola os homens e os confronta para combaterem e se destruírem mutuamente. No extremo do ódio, a alma presa do ressentimento devora a si mesma.

O pecado é ódio, falta de amor; separa o homem de Deus e de seu próximo. Nesse estado de separação em meio aos demais, cada um é avaro de si mesmo, reserva-se para si, e seu egoísmo só se dirige ao outro para tirar proveito. Não existe outra amizade, senão a amizade efêmera do prazer ou do interesse. Nesse estado de separação, é imprescindível a força para unir; tanto mais força quanto mais falta o amor. Aí têm seus foros o dever e o direito, a obrigação e a sanção. A palavra dada cede lugar ao contrato escrito.

É claro que as mutáveis leis positivas humanas devem fundamentar-se na lei natural imutável. E que esse direito deve ser exercido com espírito de Caridade, que é ao mesmo tempo justiceiro e misericordioso.

As *Instituições* de Justiniano, redigidas em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, síntese e perfeição do Direito Romano, demonstram cabalmente a estrutura fundamental da Cidade Ocidental e Cristã; sua arquitetura jurídica que constrói na justiça a autoridade competente, isto é, aquela que exerce o Poder Político para servir ao Bem Comum.

Deus – Cristo Rei – é origem e princípio de todo poder e, em consequência, do Poder Político; aquele que o exerce governa em nome de Deus e promulga o que é justo no direito. Não existe lei sem justiça, e o justo é o reto conforme a razão. A primeira regra da razão é a lei natural, pela qual se discerne o bem e o mal, e é uma participação da lei eterna que reside na Mente Divina.

A soberania de Deus rege e governa todas as coisas pela providência de sua Sabedoria. O governante da Cidade Cristã deve ser a imagem de Deus e governar em seu Nome, com sua divina assistência e para melhor servir o Bem Comum dos governados. Em tudo a Caridade.

DOUTRINA NEGATIVA

A Revolução Liberal da Política. Secularização radical do Poder e a substituição da Soberania de Deus pela Soberania Popular. O laicismo maçônico da Revolução Francesa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, contra seus deveres prévios em relação a Deus, à Pátria e à Família. O Direito Liberal contra o Direito Católico, tradicional em nosso país.

A doutrina jurídica, cuja vigência é um dos pilares da Ordem Ocidental e Cristã, reconhece que o Direito é objeto da Justiça. Sua cabal perfeição exige que seja legislado, promulgado e aplicado com espírito de Caridade, a virtude sobrenatural que nos faz participantes do Amor de Deus. O Direito humano positivo está assim essencialmente compenetrado e incluído na ordem moral, natural e teológica, e, em consequência, refere-se

imediatamente – Direito público – ou mediatamente – Direito privado – à Política que cuida do Bem Comum temporal, na mesma linha do fim último e transcendente.

O âmbito da moral no homem abarca sua relação com Deus, consigo mesmo e com o próximo. É regido pela lei natural e pela lei divina que confirma, potencializa e aperfeiçoa a anterior. O direito intervém sobretudo nas relações com o próximo para assegurar o império da justiça e da paz sociais, até onde possa estender-se a força de obrigar e de sancionar que a autoridade legítima emprega, deriva de Deus para governar com justiça e misericórdia.

Fora da Divina Redenção e da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, a natureza humana ferida pelo Pecado Original é inclinada ao mal e à injustiça. O vazio do Amor de Deus e da amizade natural é ocupado pelo egoísmo, o ser avaro de si mesmo que vê o outro apenas em função de seu prazer, interesse ou proveito. Tanto o egoísmo individual quanto o coletivo, seja de casta, grupo, classe ou partido, nação ou raça, confundem-se com a lei natural e o Direito, que ainda mantém alguma referência à justiça, mas se limita ao lado puramente negativo do *não faças aos outros aquilo que não queres que te façam*.

A intervenção progressiva da força é consequência inexorável da diminuição do amor, do dom generoso de si mesmo, até que não reste outra coisa, senão a força de obrigar o outro a fazer o que se quer, e vice-versa.

A descristianização e desumanização do Direito tem sua origem radical na Reforma de Lutero e de Calvino. As bases doutrinárias do liberalismo jurídico se estabelecem ao longo do século XVII, com Grocio, Spinoza, Locke. O primeiro, em seu

tratado sobre a *Justiça da Guerra e da Paz*, do ano de 1625, postula a independência absoluta do Direito em relação à teologia e, portanto, da ética cristã: o Direito natural subsistiria mesmo que Deus não existisse. Por seu lado, o judeu Baruch Spinoza, em seu *Tratado Teológico-Político*, de 1670, identifica o Direito natural com o poder exterior, com a força física: na ordem natural, tudo o que se quer e se pode fazer é justo. É a ética do homem novo que faz do egoísmo a lei natural, a manifestação espontânea de sua natureza divina, ou seja, naturalmente boa. Assim ele diz em seu capítulo VI: "*O direito de cada um se estende até onde alcança o seu poder. E como é uma lei geral da Natureza que cada um se esforce por manter-se em seu estado, sem levar em conta além de si mesmo, isto é, sua própria conservação...*"

"Como se percebe à primeira vista, aqui se está longe de condenar o egoísmo, expressão pura da avareza. Ao contrário, essa inclinação viciosa é proposta como lei da natureza individual, como a própria tendência de seu ser, cuja satisfação é a felicidade."[30]

Locke, por sua vez, em seu *Tratado do Governo Civil*, conclui que o fim do Estado é assegurar e garantir os direitos individuais, ou seja, os direitos do egoísmo de cada um.

Em meados do século XVIII, *O Contrato Social* de Rousseau, que é o manual das democracias liberais contemporâneas, não reconhece nada mais que o egoísmo como fundamento do

30 GENTA, Jordán Bruno. *Libre Examen y Comunismo*, capítulo I, p. 188 desta edição.

Direito: "*Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo e permaneça tão livre como antes*".[31]

Kant, filósofo do liberalismo, culmina esta exaltação do egoísmo individual como princípio jurídico, e do *Contrato Social* como o pressuposto ideal do Estado: "*O Direito é o conjunto das condições pelas quais o arbítrio de cada um pode coexistir com o arbítrio dos demais, segundo uma lei universal de liberdade*".

O século XVIII, que se vangloria de ser o século das Luzes ou da Ilustração, porque proclamou a suficiência da razão natural sem a Fé sobrenatural, consumou na Revolução Francesa a secularização do Poder Político e do Direito, isto é, o laicismo integral das instituições: família, escola, profissão, Estado.

Em lugar da Igreja de Cristo, começa a gravitar decisivamente na política das nações ocidentais a Maçonaria, organização secreta que se irradia de Londres para o mundo inteiro. Sua substância ideológica é o laicismo e seu desígnio: "*destruir até os alicerces toda ordem religiosa e civil estabelecida pelo Cristianismo, e levantar à sua maneira outra nova ordem, com fundamentos e leis extraídos das entranhas do naturalismo e do laicismo*".[32]

O Poder Político já não é exercido em nome de Deus, nem é imagem da divina Providência. Deriva do povo, ou melhor,

31 Livro I, capítulo VI.
32 LEÃO XIII, *Humanum Genus*.

da multidão informe, e é expressão da vontade das maiorias acidentais; governa em seu nome e como seu delegado.

A famosa *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* – as liberdades e direitos do indivíduo postos como princípio e fim da sociedade – não é mais que a expressão jurídica do egoísmo, erigido em lei natural.

O Direito deixa de ser o que é justo, o que é devido ao outro, o devido em primeiro lugar a Deus, de quem recebemos tudo; o devido aos pais e à Pátria, dos quais nascemos e onde fomos criados e educados. E o devido à esposa, aos filhos, aos amigos, aos compatriotas, ou seja, aqueles que mais necessitam de nós.

Leão XIII, em sua encíclica *Immortale Dei*, nos explica com soberana nitidez o significado da revolução liberal na Autoridade e no Direito:

"*Entretanto, o pernicioso e deplorável afã de novidades promovido no século XVI, depois de perturbar primeiramente a religião cristã, veio a transtornar, como consequência necessária, a filosofia, e desta passou a alterar todas as ordens da sociedade civil. Deve-se retroagir a esta fonte a origem dos princípios modernos de uma liberdade desenfreada, inventados na grande revolução do século passado – Revolução Francesa – e propostos como base e fundamento de um direito novo, desconhecido até então e contrário, em muitas de suas teses, não só ao direito cristão, mas inclusive também ao direito natural. O princípio deste novo direito é o seguinte: todos os homens, da mesma maneira que são semelhantes em sua natureza específica, são iguais também na vida prática. Cada homem é de tal maneira dono de si mesmo, que por nenhum conceito está submetido à autoridade de outro. Pode pensar livremente o que quiser e fazer*

o que lhe apraz em qualquer assunto. Ninguém tem direito de mandar nos outros.

"Em uma sociedade fundamentada sobre estes princípios, a autoridade não é outra coisa, senão a vontade do povo, o qual, como único dono de si mesmo, é também o único que pode mandar em si mesmo, elegendo as pessoas às quais deverá submeter-se. Mas o faz de tal maneira, que transmite a estas não tanto o direito de mandar, quanto uma delegação para mandar, e mesmo assim somente para ser exercida em seu nome. Fica em silêncio o domínio divino, como se Deus não existisse ou não se preocupasse com o gênero humano, ou como se os homens, já isolados, já associados, não devessem nada a Deus, ou como se fosse possível imaginar um poder político cujo princípio, força e toda autoridade para governar não se apoiassem no próprio Deus. Deste modo, como é evidente, o Estado não passa da multidão senhora e governadora de si mesma. E como se afirma que o povo é em si mesmo a fonte de todo direito e de toda autoridade, segue-se logicamente que o Estado não se julgará obrigado diante de Deus a nenhum dever; não professará publicamente religião alguma, nem deverá buscar, entre tantas religiões, a única verdadeira, nem escolherá uma delas, nem a favorecerá de modo especial, mas concederá igualdade de direitos a todas as religiões... Segue-se também, destes princípios, que em matéria religiosa tudo fica ao arbítrio dos particulares, e que é lícito a cada indivíduo seguir a religião que preferir, ou rechaçar a todas elas, se nenhuma lhe agrada. Nascem daí uma ilimitada liberdade de consciência, uma absoluta liberdade de cultos, uma total liberdade de pensamento e uma desmedida liberdade de expressão... Assim, na situação política que muitos

preconizam atualmente, existe uma tendência, nas ideias e na ação, a excluir por completo a Igreja da sociedade ou a mantê-la sujeita e encadeada ao Estado... A natureza ensina que toda autoridade, seja qual for, provém de Deus, como de sua suprema e augusta fonte. A soberania do povo que, segundo aquelas, reside por direito natural na multidão feita totalmente independente de Deus, embora apresente grandes vantagens para louvar e acender inumeráveis paixões, carece de todo fundamento sólido e de eficácia substantiva para garantir a segurança pública e manter a ordem na sociedade. Hoje em dia, prevalece a opinião de que, sendo os governantes meros delegados, encarregados de executar a vontade de povo, é necessário que tudo mude ao compasso da vontade do povo, donde se conclui que o Estado nunca se vê livre do temor das revoluções."

A vontade não acompanha a razão, a liberdade não segue a verdade na instituição do Direito e da Lei. É o mero arbítrio individual ou a vontade das maiorias acidentais o exclusivo fundamento jurídico. O Liberalismo se expressa no voluntarismo extremo ou, o que dá no mesmo, no império exclusivo da força bruta, mais ou menos dissimulada na formalidade vazia da mera legalidade externa, indiferente em relação à moral, sem a menor exigência de justiça humana ou divina.

A crítica marxista deste Direito liberal e burguês denuncia que "*o direito não é mais que o reconhecimento oficial do fato*".[33]

Quer dizer que o Direito como ordem coercitiva e instrumento do Estado supõe uma sociedade dividida em classes

33 MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*.

antagônicas, uma das quais, que é minoria, explora e domina a outra. O Comunismo Marxista, contra o Reino de Cristo e sua divina justiça, que não são deste mundo, promete o remédio demasiado humano de uma sociedade de justiça, sem classes, sem direitos e sem Estado. É a utópica e sedutora promessa de Satanás que se prega no Ocidente, há dois séculos, em nome da nova trilogia: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, caricatura maçônica da Santíssima Trindade.

A crítica dialética de Marx, Engels e Lenin não se aplica jamais à doutrina do Estado, da autoridade e do Direito que é o fundamento da Ordem Ocidental, mas à ideologia liberal, burguesa, individualista, radicalmente anticristã e antinatural da Revolução Francesa.

Esta crítica não faz mais do que demonstrar que o Direito sem justiça, nem caridade, é injusto e iníquo, ou seja, que é a negação da negação desde o princípio; mas apresenta-o equivocamente como uma etapa dialética necessária do processo histórico-social que leva do regime feudal ao regime burguês, ao mesmo tempo que transforma a Religião Católica em um instrumento de resignação para as massas oprimidas, em "*ópio do povo*". O Comunismo Ateu pretende ser a real e verdadeira realização dialética – negação da negação burguesa – dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade: o que significa a realização da justiça social a partir de sua negação extrema.

Compreende-se claramente que a defesa do Ocidente Cristão quanto ao Direito não pode nem deve ser a defesa da concepção liberal e burguesa que temos perfilado historicamente. Reivindicar o "Direito novo", como o denomina Leão XIII, exaltar os ideais jurídicos da Revolução Francesa é estimular e

favorecer a crítica marxista, ou seja, justificar o Comunismo e, inclusive, antecipar sua plena juridicidade, sua perfeita legalidade ali onde se imponha efetivamente, seja pela via pacífica de democracia, seja pela via violenta da revolução social. A Guerra Revolucionária logra seus objetivos por qualquer meio, porque começa por se assenhorear da mentalidade da classe dirigente e do ressentimento exasperado das massas.

A verdade é que no mundo chamado livre, nas Nações do Ocidente que invocam a Democracia e a Liberdade, por exemplo na Argentina, predomina oficialmente a mais consequente concepção liberal do Direito: a teoria pura do Estado e do Direito.

Kelsen e sua escola vienense realizaram a mais cuidadosa depuração crítica das categorias jurídicas, a fim de apresentar cientificamente o Direito como "*a técnica social específica de uma ordem coativa*".

Em sua "*Teoria Geral do Direito e do Estado*", insiste Kelsen em que "*o direito se refere a esta técnica social específica de uma ordem coativa que, apesar das grandes diferenças existentes entre o Direito da antiga Babilônia e o dos Estados Unidos na atualidade... é essencialmente o mesmo para ambos, a saber: a técnica social que consiste em provocar a conduta socialmente desejada, através da ameaça de uma medida coercitiva que deve ser aplicada em caso de um comportamento contrário.*

"O ato antijurídico é delito se tem uma sanção penal, e é uma violação civil se tem como consequência uma sanção civil.

"Um comportamento é mau somente quando está proibido.

"Aquilo que foi apresentado como Direito Natural ou, o que é o mesmo, como justiça, consiste em sua maior parte em fórmulas vazias como, por exemplo, 'a cada um o seu'... A

justiça é um ideal inacessível, irracional... Somente no sentido de legalidade o conceito de justiça pode entrar no âmbito da ciência jurídica.

"Uma comunidade só é possível se cada indivíduo respeita certos interesses – vida, saúde, liberdade e propriedade – dos demais; isto é, se cada um se abstém de interferir violentamente nas esferas dos outros. A técnica social que chamamos 'Direito' consiste em induzir o indivíduo para que ele se abstenha de toda interferência violenta nos outros, graças ao emprego de um meio específico. Se tal interferência se produz, a comunidade jurídica reage interferindo, por sua vez, na esfera de interesses do responsável. Olho por olho*: a ideia de retribuição se encontra na base desta técnica social... somente em um estado mais avançado ela é substituída pela ideia de prevenção.*

"É da essência de democracia que as leis sejam criadas pelos mesmos indivíduos que acabam obrigados por ela. As leis públicas se configuram assim na forma do contrato, começando pela Contrato Social que constitui o Estado.

"A validez da primeira Constituição é o pressuposto último, o postulado do qual depende a validade de todas as normas de nosso sistema jurídico. Prescreve-se que cada um deve conduzir-se na forma como ordenaram o indivíduo ou os indivíduos que estabeleceram a primeira Constituição. Esta é a norma fundamental.

"A norma básica de uma ordem jurídica estabelece que é preciso conduzir-se na forma prescrita pelos "pais" da Constituição e pelos indivíduos direta ou indiretamente facultados – mediante delegação – pela própria Constituição.

"Em uma revolução, sempre ocorre que a ordem jurídica de uma comunidade é anulada e substituída de forma ilegítima

por uma nova ordem, isto é, quando a substituição não se faz da maneira prescrita na ordem anterior...

"Se os revolucionários fracassam... sua empresa já não é interpretada como um ato jurídico, como um ato criador de Direito ou como o estabelecimento de uma Constituição, mas como um ato ilegal de acordo com a Velha Constituição que continua em vigor.

"A ordem social da União Soviética é uma ordem jurídica com os mesmos títulos que a da Espanha de Franco ou a da França democrática e capitalista.

"O princípio de legitimidade fica assim restringido ao princípio de eficácia... O Direito é uma ordem de organização específica do Poder."

Prolongamos a citação para que se perceba qual é a consciência jurídica que se cultiva oficialmente na Universidade Nacional, de onde saem nossos advogados e doutores em Direito, futuros magistrados, legisladores, governantes, assessores, professores etc.

O Direito Romano é ensinado no primeiro ano da Faculdade como um anacronismo cada vez mais superado pelo Direito novo, em sua expressão pura que o reduz à técnica de uma ordem social coercitiva, de uma legalidade eficaz, seja qual for ela em sua norma fundamental: democrático-liberal, burguesa ou proletária, individualista ou comunista.

O Direito não é objeto da justiça, nem divina, nem natural. Não existe sentido absoluto do bem e do mal, do justo e do injusto, da Caridade ou da iniquidade. Só existe o Poder efetivo que se impõe pela via pacífica das urnas ou pela violência revolucionária. Se esse Poder perdura e impõe acatamento às

leis que ele promulga, sejam elas quais forem, sua legalidade é legítima desde que dure sua eficácia de obrigar e sancionar. Não há Decálogo nem consciência moral, nem senso comum daquilo que é justo por sua própria natureza. Existe crime, existe delito se um ou outro está proibido expressamente por uma lei vigente. A própria iniquidade pode ser perfeitamente legal, juridicamente válida.

Marx, ao definir o direito como a expressão oficial do fato, coincide com o critério jurídico de Kelsen e de sua escola da teoria pura do Direito, isto é, com o critério dominante entre os juristas argentinos de hoje e no ensino universitário oficial, salvo as exceções que confirmam a regra.

O fato consumado do Poder é a única fonte originária do Direito. O indivíduo ou os indivíduos que têm a força para obrigar e sancionar aos outros são os pais da Constituição, não importam se forem católicos, liberais, maçons, monarquistas ou republicanos.

A ciência e a arte puras do Direito prescindem da essência e do fim, como a ciência e a técnica do mundo físico; mas manejar pedras não é a mesma coisa que conduzir almas.

A pedra existe para ser usada, mas a alma imaterial existe para conhecer, amar e servir a Deus e ao próximo. Existe um fim temporal, que é o Bem Comum, e há um fim último, que é a salvação pessoal.

A própria iniquidade é um Direito sem moral nem religião: sobretudo sem a Religião e a moral verdadeiras. O técnico das ciências físicas e matemáticas, o empresário industrial podem ser indiferentes em relação às causas metafísicas – o quê, o porquê e o para quê – das séries fenomênicas que manipulam com base

no conhecimento da pura legalidade matemática de sua sucessão reversível; mas o jurista, o legislador, o juiz, o governante, o chefe não devem prescindir jamais, em sua função específica, do quê, do porquê e de para quê da existência do homem e da sociedade.

Uma técnica social coercitiva adotada à maneira "científica" da técnica física, dominadora das forças cósmicas, é a mais completa expressão de barbárie no Ocidente Romano e Cristão; barbárie precursora da escravidão irremediável do Comunismo.

A crítica kantiana reduz a causalidade que se refere à essência e ao fim do que existe (a coisa em si) a uma categoria do entendimento, isto é, a representação externa de puros fenômenos na sucessão. Estender esta crítica ao dever ser e à imputabilidade dos atos morais, para reduzi-los a meras categorias de uma representação exterior da conduta – o vínculo que une a ação antijurídica à sanção jurídica conforme a lei vigente – significa abrir mão daquilo que é o homem e do fim transcendente de sua existência.

O *dever ser* e a *imputabilidade* não são categorias de uma suposta lógica transcendental que relaciona esquemas jurídicos abstratos. As relações humanas concretas localizam-se acima do mercado das puras transações (contrato); as partes que se vinculam não são iguais jamais, a menos que prescindamos de suas necessidades e tentações reais. As equações matemáticas não são igualdades justas na moral, mas iníquas desigualdades: 100 pesos no bolso de um milionário não são iguais a 100 pesos no bolso de um indigente. Até uma criança avalia que, se um rico empresta a um pobre uma quantia em dinheiro, mesmo sem juros, ao ser-lhe devolvida não recebe o mesmo em justiça, ainda que seja exatamente a mesma soma. Desde Aristóteles, sabe-se que o número não se comunica com o bem nem com a justiça.

Sem a Caridade, sem uma Justiça que seja mais abundante que a dos escribas e fariseus, não há justiça social nem Direito realmente justo. Finalmente, não resta mais que essa justiça negativa de que fala Claudel, cujo preceito já enunciamos: "*Não faças a outro o que não queres que façam a ti*".

Este preceito não fala "*da assistência que os homens devem prestar entre si, mas do prejuízo que não devem causar mutuamente. Não é um princípio de ação, mas de conservação e de equilíbrio. Limita-se ao domínio da abstenção e do contrato. Não se fundamenta em uma igualdade equitativa, mas convencional. Pela troca, as duas partes convêm simplesmente em livrar-se de toda obrigação ulterior, longe de unir os homens, a justiça assim compreendida os separa e, longe de criar obrigações, ela as extingue... Esta justiça é, por si só, uma justiça de morte.*"[34]

É por isto que ela se degrada finalmente até essa mera legalidade externa, vazia de toda substância humana e moralmente indiferente que nos arrasta inexoravelmente para o Comunismo. É o melhor caldo de cultura para a crítica marxista e para sua Guerra Revolucionária.

a) O Direito Liberal contra o Direito Crítico tradicional em nosso país

O predomínio da influência maçônica sobre a tradição católica deixa-se notar decisivamente na Constituição Nacional de 1853 com as reformas de 1860 e 1957.

34 CLAUDEL, Paul. *Proposições sobre a Justiça*.

A Convenção de 1860 não faz mais que sublinhar as conquistas liberais.

O artigo 2º sobre a relação entre o Estado e o Culto Católico, o 14 sobre a liberdade de cultos, o 67 sobre a admissão de novas congregações religiosas, e o 86 sobre o direito de Patronato em um Estado que deixou de ser confessional, documentam o triunfo do liberalismo ou laicismo maçônico sobre a tradição católica e hispânica. Mais ainda, fica aberto o caminho da legalidade para ir privando a Igreja Católica de seus direitos e para arrancar o nome de Cristo das almas e das instituições.

Segundo o artigo 2º, e contra todos os precedentes constitucionais do país, o Estado não adota, mas se limita a sustentar o Culto Católico, Apostólico e Romano. Quer dizer que a Igreja de Cristo, depois de ter sido despojada de seus bens temporais na época de Rivadavia, deixa de ser a Religião do Estado para conservar certa primazia sobre os outros cultos. E isto ocorreu quando a imensa maioria da população era católica praticante, sendo insignificante o número de estrangeiros dissidentes.

A astúcia maçônica para consumar esse novo atentado aos direitos do catolicismo foi a suposta necessidade de estimular a imigração nórdica, recomendável por suas qualidades de indústria, liberdade e progresso, segundo Alberdi e Sarmiento.

Um punhado de maçons estrategicamente situados, invocando a democracia e a liberdade, conseguiu impor à Nação Argentina as condições de sua decomposição moral e de sua submissão ao imperialismo plutocrático, assim como se prepara agora para o terror comunista.

Voltando à Constituição de 53, compreende-se que ao deixar o Estado de ser confessional – artigo 2º - logicamente

siga-se a liberdade de cultos que consagra o artigo 14. E esta liberdade, em lugar de ser simples tolerância, conduz à injusta e irritante igualdade de todas as crenças, superstições e idolatrias, reconhecidas publicamente e anotadas na lista de cultos do ministério das Relações Exteriores e Culto.

E assim como se vinha preparando a Babel espiritual, a confusão de crenças e das tábuas de valores que nivelam a verdade com o erro, o bem com o mal e a virtude com o vício.

Mas a Constituição vigente não se limita a fundar um Estado não confessional e a nivelar todos os cultos. Vai muito mais longe no artigo 86, pois tendo rompido com a tradição católica, insiste em manter os direitos do Patronato, enfraquecendo os poderes do Papa e dos Bispos nas decisões internas da Santa Igreja Católica. Quer dizer que subordina a Igreja Católica ao Poder temporal. O Estado condiciona a liberdade da Igreja, intervindo na designação dos bispos diocesanos e na entrada em vigor dos decretos conciliares, bulas, breves e rescritos dos Papas.[35]

Os cultos não católicos, incluindo grosseiras superstições como o espiritismo, gozam da mais ampla liberdade. O Estado não intervém na designação de seus mestres nem na circulação de suas diretivas internacionais.

O espírito maçônico de Caseros, que hoje pregam seus afins, orienta as sucessivas medidas legais que vão completando a descristianização de um povo católico.

---

35 Atualmente já não está em vigor o Patronato, cuja supressão é uma libertação da Igreja Católica

É assim que, na década de 1880 a 1890, se introduz o laicismo escolar – a escola sem Cristo, ou melhor, contra Cristo – com a lei 1420 da Educação Comum.[36] Para o ensino médio, tanto nas escolas normais como no bacharelado, preparam-se planos de estudo com base nesse naturalismo radical que Leão XIII denuncia como doutrina maçônica: não reconhece outro conhecimento válido senão o da ciência positiva, e repele a teologia e a metafísica, isto é, toda sabedoria divina e humana como expressão de uma mentalidade retrógrada, definitivamente superada.

A Universidade também sofre o impacto maçônico na orientação dos estudos superiores e já se apresenta como um conjunto amorfo de faculdades profissionais; mas é preciso esperar até 1918 para que vejamos arrasada por maçons e comunistas aquela onde a tradição católica se mantinha com maior firmeza: a Universidade Nacional de Córdoba.

À descristianização oficial da Escola Argentina segue-se a da família, com a Lei de Matrimônio Civil que se sanciona em fins de 1888. A família, já ferida em sua estabilidade pela Lei de Herança – partilha forçosa –, é absorvida totalitariamente pelo Estado que se prepara para desfazê-la com suas mãos de Leviatã.[37]

No período da perseguição religiosa, no final da época peronista, completa-se a destruição legal da família com a Lei de

36 Foi sancionada no ano de 1884, mas seus princípios laicos tinham sido aprovados no Congresso Pedagógico reunido em Buenos Aires em 1882, no mesmo ano em que Sarmiento foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria Argentina.

37 GENTA, Jordán Bruno. *En defensa de la Fe y de la Patria*

Indiscriminação dos Filhos e a Lei do Divórcio. Ainda que esta última se encontre suspensa em seus efeitos, as municipalidades continuam outorgando titularidades de família a divorciados que voltam a casar-se no México ou no Uruguai, em virtude dos Tratados de Montevidéu.

Além dos direitos do habitante e do cidadão, de claro viés liberal, que consagram os artigos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 28 na primeira parte da Constituição Nacional, devemos sublinhar o direito de greve outorgado aos sindicatos no artigo 14bis, aprovado na Convenção Constituinte de Santa Fé, no ano 1957.

Justificam-se plenamente os direitos dos trabalhadores e as proteções sociais que se outorgam em tal ampliação do artigo 14, mas não são fixados os deveres correspondentes; e o direito de greve como preceito constitucional significa, em princípio, o direito de paralisar a vida da Nação em dado momento.

É claro que tampouco se prescreve contra a liberdade de especular e de explorar, em favor do câmbio livre, com as necessidades da população e com as riquezas naturais do país.

É evidente que o Direito Novo ou o Liberalismo Jurídico, através de um século de contínuos progressos na Pátria, contribuiu em grande parte para a decomposição moral, a anarquia institucional e o empobrecimento material que estamos padecendo, e que nos entrega inermes à pressão do Comunismo.

Compreende-se que não é possível combater seriamente o Comunismo, nem empreender nenhuma guerra contrarrevolucionária apoiando-se na Babel de crenças e costumes, na mentalidade marxista da classe dirigente universitária e no Direito Liberal em vigor. O pluralismo, a subversão e a anarquia

no espiritual, mais a prostração material que a Pátria padece, assemelham-se a um paralítico a quem falta apenas o empurrão revolucionário para sua queda definitiva.

A Guerra Contrarrevolucionária exige peremptoriamente a unidade de doutrina, sobretudo nas Forças Armadas da Nação. E a unidade só pode ser conseguida com o retorno aos Princípios Católicos, Romanos e Hispânicos que fundaram a Pátria, e que são os mesmos do Ocidente Cristão.

Sem unidade de doutrina, o militar não sabe o que fazer com as armas que tem nas mãos. A unidade é o primeiro e o principal, aquilo que é mais urgente e verdadeiramente prático. O restante acontece por acréscimo.

TEMA V

DOUTRINA POSITIVA

A Pátria é a história verdadeira da Pátria. O Império Católico e Romano da Espanha: sua obra missionária e civilizadora da América. O território estável e as legítimas tradições de nossa Pátria.

Em nossa língua castelhana, existe uma palavra que significa, como nenhuma outra, a condição humana. É a palavra *Hidalgo*, cujo antigo prestígio a preserva do uso vulgar através dos séculos. *Hidalgo, em português seria Fidalgo,* quer dizer *filho de algo, de alguém de bem*; e o homem é em sua origem, raiz e dignidade, filho de alguém e com uma tríplice filiação: divina, histórica e carnal. Filho do Pai que está nos céus enquanto é criatura e por adoção em Cristo; filho de seus pais e da Pátria.

Quer dizer que o homem não é princípio primeiro, nem começo absoluto, mas *vem de outro* ou *de outros*, dos quais recebe um patrimônio de bens espirituais e materiais, extremamente superior ao que pode chegar a adquirir e retribuir por si mesmo. E ainda aquilo que consegue com seu próprio esforço, lúcido e voluntário, é com a ajuda de Deus e de seus próximos.

Somente o materialismo, que põe em nós o esquecimento e nos isola no egoísmo e na ingratidão, pode suscitar a estúpida ficção do *self made man* ou a fatuidade burguesa que não se cansa de repetir: "Eu não devo nada a ninguém".

No castelhano antigo das "*Partidas*" de Afonso, o Sábio, o significado metafísico da palavra *fidalgo* se completa com o termo *rico home*, o homem que nasce e morre em nobreza.

Nem Deus, nem a Pátria, nem a Família são bens que se escolhem. Pertencemos a eles e devemos servi-los com fidelidade até a morte. Desertar, esquecê-los ou voltar-se contra eles é traição, o maior dos crimes.

Assumir consciência de nossa origem divina, de que o próprio Deus veio na carne para imolar-se na Cruz por amor aos homens; assumir consciência da verdadeira história da Pátria, saber-se herdeiro, continuador e responsável de uma grande empresa nacional e da honra familiar, é proclamar a nobreza de origem, o brasão de fidalgo, seja rico ou pobre de bens materiais. O general San Martín, como Dom Quixote, era fidalgo pobre e uma expressão cabal do cavalheiro cristão.

Dedicar lúcida e livremente a vida à imitação de Cristo e de Maria, dos santos, dos heróis, dos arquétipos divinos e humanos, é querer viver e morrer na nobreza, como um "*rico home*".

O Direito espanhol, que integra nossa autêntica tradição ocidental, nos deixou a mais pura e plena afirmação da dignidade da pessoa humana.

A Lei de Partida diz: "*Nobres são chamados de duas maneiras, ou por linhagem ou por bondade; e ainda que a linhagem seja uma coisa nobre, a bondade supera e vence; mas quem possui ambas, este pode ser chamado em verdade de rico home, pois é rico por linhagem e é homem completo pela bondade...*

E como a ninguém deram a escolha da linhagem quando nasceu, e a todos foi dada a escolha de costumes quando vivem, não parece fora de razão ser o bom admitido à honra, e o mau privado de tê-la, ainda que seus antepassados a tenham possuído...

De sorte que se deve chamar verdadeiramente de nobre, não aquele que nasce na nobreza, mas o que nela morre."[38]

Pátria, etimologicamente, é aquilo que se refere ao pai ou aos pais, não na geração carnal, mas na continuidade solidária das gerações, de famílias que se esforçaram, desfrutaram e sofreram juntas, edificando seus lares, suas igrejas, suas cidades, suas instituições, seus usos; isto é, tudo o que promove e preserva uma boa vida humana. Pátria é uma terra e seus mortos; uma terra cultivada e uma tradição que perdura, onde se fundem as raízes do homem real, de cada um de nós. Sem Pátria, fica-se desenraizado, sem essa memória coletiva que é a história verdadeira, a própria substância da Pátria. É por isso que Pio XII, em sua alocução de 20 de fevereiro de 1946, nos ensina que "*o homem, tal como Deus quer e a Igreja o abraça, jamais se sentirá firmemente consolidado no espaço e no tempo sem território estável e sem tradições*". E ressalta que a Igreja "*tem o cuidado de unir, de todas as maneiras possíveis, a vida religiosa com os costumes da Pátria*".

Nação significa o mesmo que *Pátria*, mas não do mesmo modo. Há um matiz diferencial. *Pátria* se refere propriamente à herança comum, ao patrimônio de bens espirituais e materiais comuns. *Nação* são os herdeiros, o conjunto de famílias e gerações contemporâneas, continuadoras e solidárias com o passado, que devem procurar defender, consolidar e fazer prosperar o Bem Comum temporal, na própria linha do Bem Comum transcendente e eterno, que é Deus.

---

38 BOBADILLA, Jeronimo Castillo de. *Política de los Corregidores*, Livro I, Capítulo IV.

Povo é a multidão que integra uma nação, mas a multidão organizada, disciplinada, hierarquizada. A multidão informe, anarquizada e subvertida não é povo, mas *massa*.

O sentido de Pátria tem primazia sobre o de Nação ou de povo, porque se refere à essência e ao fim de uma individualidade histórica ou "unidade de destino no universal". E como ensina Santo Tomás, o culto da Pátria é um ato da virtude da piedade, subordinada ao culto da Religião.

O amor à Pátria, o sentimento do patriotismo em sua expressão mais elevada, é a abundância do coração na piedade para com o passado, no orgulho de prosseguir no presente e com a esperança de um futuro de grandeza, o cumprimento de um destino histórico intransferível, assumido desde o princípio pelos pais da Pátria.

Quer dizer que a Pátria é uma essência fixa e imutável como a Bandeira de Guerra, que é seu símbolo e o preço de sua existência soberana. E esta essência de destino, de missão, se revela e se torna consciência em sua história verdadeira, porque a Pátria é a história da Pátria.

A verdade histórica é a exigência primeira do patriotismo. "*Comete um ato de infidelidade aquele que a falsifica, convertendo os fatos do passado em armas para os combates de hoje: a História é a Pátria. Se nos falsificam a história, é porque querem roubar-nos a Pátria.*"[39]

A piedade argentina exige, em primeiro lugar, o reconhecimento pleno e gratidão nacional pela obra civilizadora da

39 HUGO WAST, *Año X,* Capítulo I, p. 89.

Espanha na América ao longo de mais de 300 anos, Sentir, compreender e amar a Pátria em sua história verdadeira nos leva à Mãe Espanha e à missão universal realizada pelo Império dos Reis Católicos, de Carlos V e de Felipe II. Integramos o Ocidente Cristão porque a Espanha cultivou esta terra no espírito das duas Romas, a humana de César e a divina de Pedro.

A herança recebida em bens espirituais, culturais, políticos, sociais etc., é parte constitutiva essencial do ser da Pátria: a Religião Católica, a língua castelhana com seu tesouro inesgotável de sabedoria divina e humana, as instituições fundamentais de uma sociedade cristã, o sentido de Justiça e de Direito que consagra a fidalguia para todos os homens e sua possibilidade de salvação.

Ramiro de Maeztu, em *Defensa de la Hispanidad*, sintetiza esse legado de um sentido e de um estilo de fidalguia na valorização universal do homem: "*Este humanismo é uma profunda fé na igualdade essencial dos homens, em meio às diferenças de valor das diferentes posições que ocupam e das obras que fazem...*

"Aos olhos do espanhol, todo homem, seja qual for sua posição social, seu dever, seu caráter, sua nação ou sua raça, é sempre um homem. Não há pecador que não possa ser redimido, nem justo que não esteja à beira do abismo... Este humanismo espanhol é de origem religiosa. É a doutrina do homem que a Igreja Católica ensina."

Daí a suprema exigência de um tratamento de honra para toda criatura, assim como a disposição cavalheiresca para socorrer toda indigência e prover a necessidade do próximo com a abundância do coração.

As destruições do espírito jacobino, a ruptura com o passado, o egoísmo burguês, o ressentimento marxista do prole-

tariado, a moral do êxito e a demolição constitucional operadas pelo Liberalismo em nossa Pátria a partir de Caseros, não conseguiram apagar por completo esse sentido de fidalguia nos argentinos.

A Caridade de Deus projetada na conduta pessoal se traduz na fidalguia do cavalheiro cristão, cujo arquétipo ideal é Dom Quixote de la Mancha. E projetada nas relações humanas, a instituição jurídica da fidalguia é a verdadeira justiça social.

O que faz falta em tudo, aquilo que a Caridade exige, por exemplo, nas relações do capital com o trabalho, é um tratamento de honra a todos os que participam na empresa e, em primeiro lugar, aos que só possuem como propriedade a sua idoneidade manual ou técnica e sua capacidade de trabalho.

A Argentina foi terra de fidalgos e ricos homens em suas origens gloriosas, em seus momentos de grandeza: as Invasões Inglesas, a Revolução de Maio, a Guerra da Independência, a consolidação da unidade nacional e a defesa da soberania contra a agressão estrangeira em tempo de Rosas e da Confederação. Nossa Argentina tem de voltar a ser de fato, tem de ser sempre uma terra de fidalguia, de verdadeiros senhores, cavalheiros gaúchos como aqueles manchegos.

Não se escolhe a Pátria; tampouco sua soberania política é conseguida por eleições. Não se afirma nem se sustenta sobre as urnas, mas sobre as Armas.

A história pátria é propriamente a história da soberania, que é a plenitude de sua existência e sua posição como unidade de destino no universal. Existe uma guerra justa na conquista do direito à soberania. O sacrifício do sangue generoso, a vida que se imola no campo de batalha é o preço da regeneração

política da Pátria como o Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo foi o preço da Redenção do homem.

Expressão carnal, concreta, viva da Pátria em soberania, são as Forças Armadas; com elas ingressa na História Universal e com elas perece. A missão específica das Armas é a defesa da unidade, da integridade e da honra, assim como de tudo o que é essencial e permanente na Pátria: os supremos interesses da Nação. E é a herança sagrada do primeiro Exército patrício que comandou Don Cornélio Saavedra, e do Exército da Independência que organizou e conduziu à vitória o herói nacional Don José de San Martín.

A Revolução de Maio foi um pronunciamento militar. Assim o declararam solenemente os membros da Primeira Junta, na *Proclamação e Regulamentação da Milícia,* datada de 20 de maio de 1810:

"*Corpos Militares de Buenos Aires! A energia com que destes uma autoridade firme a nossa Pátria não honra menos vossas armas do que a maturidade de vossos passos distingue vossa generosidade e patriotismo... um heroico esforço se propôs vingar tantas desgraças, ensinando ao opressor geral da Europa que o caráter americano opõe à sua ambição uma barreira mais forte que o imenso pélago que até agora conteve seus empreendimentos. Quem não respeitará doravante os Corpos Militares de Buenos Aires?... Conservai a oliveira dos sábios sempre unida ao laurel dos guerreiros e esperai da Junta um zelo pelo vosso bem, igual ao que manifestastes para formá-la...*"[40]

40 Inserida no *Registro Oficial da República Argentina,* Tomo I, p. 28.

Diante do dilema inexorável de submeter-se a Napoleão, que havia provocado a queda da monarquia espanhola, ou de assumir a responsabilidade do próprio governo, o chefe militar de Buenos Aires decidiu como verdadeiro soldado e patriota. Do mesmo modo, a Declaração da Independência pelo Congresso de Tucumán, em 9 de julho de 1816, foi também uma decisão militar, apressada e garantida pelo general Don José de San Martín, comandante do Exército dos Andes.

"*Em ambos os casos, não houve realmente maiorias tumultuosas nem sufragistas, mas Chefes que decidiram o que se devia fazer. E o povo, que sempre esteve por trás dessas decisões, não foi uma multidão inorgânica, arbitrária e abstratamente nivelada na urna, ou no tumulto, mas a multidão organizada, hierarquizada e constituída em Exército.*

"*Além disso, o clero nativo apoiou resolutamente essas decisões transcendentais para o destino da Pátria. E o que é ainda mais significativo, é que ambos os pronunciamentos se consumaram no seio de assembleias de notáveis que se manifestaram como monárquicos e antiliberais.*"[41]

Os Corpos Militares se devem à soberania nacional, não à soberania popular. Servem à essência que é a Pátria, e não ao acidente que é a forma de governo. A Pátria em soberania é anterior e superior à Constituição do Estado; e ainda mais, se esta última se apresenta como uma lei de circunstâncias que pode ser modificada, no todo ou em cada uma de suas partes.

41 GENTA, Jordán Bruno. *La Masonería en la Historia Argentina*, II.

A Pátria é fixa, imóvel, sua fisionomia tem de ser sempre a mesma que foi no dia de seu nascimento:

"1. Católica, *embora hoje fartamente envenenada pelo liberalismo, pelo marxismo e por essa porta de todas as heresias: o católico liberal. Uma pátria construída desde seu começo por militares que lhe infundiram amor ao sacrifício e à Hierarquia.*

2. Hispanófila. *A História Argentina é uma continuação da espanhola. Apesar de ser hoje a Argentina um cadinho de raças, e aqui se misturarem todas as que existem no mundo, é tão forte a sua entranha hispânica, que conseguiu fundir um só povo que, quando não está infectado de marxismo, mantém-se fiel a seu idioma e a sua velha estirpe... e cuida dos únicos esteios que sustentam a Pátria: sua Igreja e suas Forças Armadas, ainda sãs."*[42]

Católico e hispânico é, pois, o perfil essencial da Pátria; ou como especifica a *Declaração do Episcopado Argentino contra a Maçonaria: "Católica é a origem, a raiz e a essência do ser argentino"*.

A grande contribuição da imigração italiana não fez mais que acentuar e revigorar o caráter eminentemente romano, latino, ocidental da Pátria.

A tradicional fidalguia espanhola, que continua e define o mais autêntico do ser argentino, responde ao reconhecimento universal da dignidade da criatura humana, feita à imagem e semelhança de Deus. Nem antes, nem depois do Império da Espanha, ergueram-se monumentos jurídicos comparáveis aos

42 WAST, Hugo. *Año X*, Capítulo XXI, p. 315.

códigos hispânicos que objetivam a política dos Reis, dos Corregedores, das Índias etc. Todos eles inspirados no mais justo e caritativo tratamento de honra aos homens, seja qual for sua condição humana.

Isto nos explica que tenham sido seus teólogos e juristas, como Francisco de Vitoria, os criadores do Direito dos Povos, egrégia expressão da fidalguia, da riqueza humana e da abundância sobrenatural do coração crente da Espanha missionária.

O culto à Santíssima Virgem, o respeito pela mulher, a hospitalidade ao estrangeiro, a proteção dos fracos, a proibição da escravidão, a liberdade dos indígenas, a regulamentação do regime das *Encomiendas* para prevenir os abusos, a instrução e doutrinação dos indígenas, a conversão voluntária, os direitos da guerra e aquilo que é a síntese da fidalguia espanhola: *humilhar os soberbos e exaltar os humildes*.

A igualdade essencial de todos os homens com suas notórias desigualdades acidentais – qualidades, condições, capacidades, méritos, responsabilidades – compensadas pela Caridade Sobrenatural, a abundância do coração, o tratamento de honra.

A Argentina tem de ser terra de fidalgos e de *ricos homes* na medida de sua fidelidade a essa grande tradição, e que "*seja capaz de não se deixar vencer por nada que seja estranho a seu espírito*".[43]

A fidalguia chega ao máximo na vida heroica, a mais pura e elevada manifestação do patriotismo que resplandece na conduta dos próceres, verdadeiros arquétipos da nacionalidade.

43 SÊNECA.

São aqueles que fazem de toda a sua vida um dom, um ato de serviço em prol do Bem Comum da Pátria. E o fazem lucidamente, porque assim o querem, generosamente e gratuitamente, sem esperar retribuição alguma. A suprema fidalguia dos heróis consiste em não reivindicar jamais direitos para si mesmos e em não reconhecer mais que deveres para com Deus e a Pátria, cujo cumprimento o exige até o limite de suas forças, até não poder mais, até o sacrifício da própria vida, se preciso for. A Divina Providência permite que seus trabalhos penosos e seus imensos serviços fiquem sem recompensa alguma neste mundo – Belgrano morre na indigência e no esquecimento; San Martín é forçado a desterrar-se da Pátria que ele libertou e continua servindo até sua morte -, a fim de que chegue em toda a sua pureza para a posteridade o testemunho do dom espontâneo e gratuito de sua pessoa para o bem da Pátria. E deste modo deve ser proposto à imitação da juventude.

Pelo vínculo sagrado da paternidade, a Pátria tem a preeminência sobre seus filhos, muito mais que seus pais carnais. Em seu diálogo *Críton*, Platão fixou para sempre o caráter dessa preeminência moral:

"*A Pátria é, aos olhos de Deus e dos homens sensatos, um objeto mais precioso, mais augusto, mais respeitável e mais sagrado que uma mãe, que um pai e todos os antepassados. Em relação à Pátria irritada, é necessário ter mais respeito, mais submissão e mais consideração do que com um pai; se não conseguimos fazê-la desistir pela persuasão, devemos obedecer a suas ordens e sofrer sem murmurar tudo o que ela nos mande sofrer, quer nos faça açoitar e carregar correntes, quer nos envie à guerra para sermos feridos ou para morrer; nosso dever*

é obedecer... e se é uma impiedade fazer violência ao pai ou à mãe, é uma impiedade muito maior fazer violência à Pátria".

Trata-se exatamente da Pátria que é sua história verdadeira, sua tradição legítima, e não das coisas da Pátria – extensão, população, riquezas materiais, formas de governo, leis circunstanciais -, que são suscetíveis de mudanças, enquanto aquela permanece sempre igual a si mesma.

É justo e belo morrer pela Pátria e por tudo aquilo que nela é essencial e permanente: unidade do ser, integridade moral e natural, a soberania nacional, a Igreja de Cristo.

Não é justo nem belo morrer por coisas acidentais, transitórias ou contrárias ao ser da Pátria: leis de circunstâncias, a soberania popular, o sufrágio universal, o laicismo, o pluralismo etc.

DOUTRINA NEGATIVA

Ruptura liberal da Pátria com o passado e sua mediatização pela liberdade individual. O obscurantismo medieval e a legenda negra sobre a Espanha. A ruptura liberal com o passado na história pátria: civilização e barbárie. A maçonaria na história argentina.

A Pátria é sua história verdadeira. Se se deseja conseguir uma consciência histórica objetiva e equilibrada nas gerações que vão chegando – sobretudo em uma população integrada por uma grande corrente imigratória e sua descendência, não basta a história monumental com sua evocação exemplar dos heróis e suas façanhas, os grandes homens e os grandes feitos. Não basta tampouco que se cultive, ao mesmo tempo, a história com sentido

tradicionalista, com uma piedade fervorosa em relação ao passado como tal. Exige-se a história de ambos os critérios, monumental e tradicionalista, com a história crítica para discernir no passado da Pátria aquilo que vale e merece durar para sempre, porque está em referência com o eterno, daquilo que não tem valor e deve ser eliminado, porque é espúrio, falso, arbitrário e negativo. Somente uma integração ajustada dos três modos de interpretar o passado – que se deve a uma genial distinção de Nietzsche – permite desenvolver uma autêntica consciência histórica e um sadio patriotismo ou nacionalismo, livre de exageros chauvinistas ou de deformações jacobinas, marxistas ou racistas.

O nacionalismo, enquanto exaltação ou incentivo ao amor à Pátria, justifica-se plenamente quando ela está enferma ou em perigo de perder-se. Não é uma atitude egoísta, nem de ódio ou desprezo pelas outras pátrias, mas a máxima solicitude em relação à própria, a que mais necessita de nós e nos reclama em sua necessidade. É por isso que, diante da Pátria ameaçada em sua própria existência, o nacionalismo assim entendido é um dever inescusável de seus filhos.

Não é possível o bom amor pela Pátria nem uma política da Verdade sem a *história verdadeira*. A partir de Caseros, a Maçonaria – "Sinagoga de Satanás" – desaloja progressivamente a Igreja Católica do centro da Cidade e vai imprimindo o caráter da Argentina oficial. Conforme sua ideologia liberal, laicista, naturalista, falsificou-se inteiramente a História Pátria com a chamada linha Maio-Caseros, que inicia a Legenda Negra acerca da Espanha e de sua obra na América; prossegue com uma interpretação jacobina, democrática e populista da Revolução de Maio, e com a apresentação da Independência Nacional

como uma ruptura com o passado católico e hispânico, que pretende restabelecer a sinistra tirania de Rosas. A vitória de Caseros seria a libertação definitiva da Barbárie e a rota segura da Civilização e do Progresso, da Liberdade e da Democracia.

1. Com a Constituição Nacional de 53.

2. Com as reformas laicistas da família e da educação – decisivas na ruptura com o passado – e a autonomia da razão.

3. Com a Lei Sáenz Peña de Sufrágio Universal, secreto e obrigatório;

4. Com a Reforma Universitária de 1918, cuja divisa anticatólica e antimilitar resume um de seus mais autorizados mestres, o doutor José Ingenieros: "*Jovem é aquele que não tem cumplicidade com o passado*".

5. Com a entrada das massas proletárias organizadas como "classe" na política nacional para a "conquista da Democracia".

6. Com a educação civilista e jacobina das Forças Armadas da Nação para pô-las a serviço da Democracia e das autoridades civis consagradas pela Soberania Popular.

Percebe-se claramente que a linha Maio-Caseros conduz inexoravelmente, querendo ou não, para o Comunismo, pela via pacífica das urnas ou pela via violenta da Revolução Social.

É que a ruptura com a tradição católica e hispânica, que evidenciam as instituições liberais da República e a mentalidade da Argentina oficial, significa uma ruptura com os princípios espirituais, filosóficos e jurídicos do Ocidente Cristão, reconhecidos e afirmados na Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária.

A falsificação liberal e maçônica da História nos faz perder o verdadeiro sentido da Pátria e nos precipita em sua confusão

jacobina com a democracia: servir à Pátria é servir à democracia; isto é, à soberania popular, às maiorias acidentais, ao poder cego do número abstrato e vazio.

Trata-se justamente do mito da democracia que substitui a ideia de Pátria; ou, como diz Leve: "*Pátria e democracia integram um só valor vivo e institucional para os argentinos*".[44]

É urgente desfazer o funesto equívoco que confunde a Pátria com a democracia e ensinar que a formação de nossa nacionalidade argentina é uma gesta militar, católica e hispânica, uma história com claro sentido nacional e não cosmopolita, como pretendem Mitre, González ou Levene. É urgente proclamar que o povo como multidão tumultuosa e majoritária, como massa inorgânica, não decidiu nada em nossa história que tenha valor construtivo.

A história que temos aprendido nas escolas públicas é uma mitologia vulgar forjada por aprendizes de feiticeiro para que as gerações argentinas ignorem a grandeza épica, militar, missionária e heroica de nossas origens históricas. Uma gesta de capitães e sacerdotes, caudilhos e fidalgos, transformada em uma rebelião de nativos ressentidos, de comerciantes e fazendeiros enredados em seus negócios, de hábeis demagogos que refletem as paixões do povo soberano.

Como é possível que Mitre, biógrafo minucioso e documentado de Belgrano e San Martín, tenha podido escrever a enormidade de que "*os nativos eram uma raça à parte e uma raça oprimida?*"

---

44 LEVENE, Ricardo. *Historia de las ideas sociales argentinas*, capítulo VII, p. 181.

E a verdade é que dedica um parágrafo inteiro do Capítulo I de sua "*História de San Martín*" para apresentar os *criollos* como desalojados e deserdados que gemiam sob o despotismo espanhol:

"*Os nativos da América do Sul, submetidos ao bastardo regime colonial da exploração em favor da metrópole e da exclusão em favor dos espanhóis privilegiados, formavam assim uma raça à parte e uma raça oprimida que não podiam ver em seus antepassados e semelhantes, nem padres nem irmãos, mas patrões... Esta era a base do sistema colonial que convertia os naturais do solo em coisas e os assimilava de certo modo aos indígenas conquistados, determinando de antemão o divórcio etnológico e social entre os hispano-americanos e a Mãe Pátria... A Mãe Pátria não era, nem poderia ser, para os americanos uma Pátria, nem uma Mãe: era uma madrasta*".

Queira ler o leitor, ou voltar a ler, as biografias de Belgrano e de San Martín nas respectivas histórias escritas por Mitre; também a biografia de Moreno, que tanto espaço ocupa na obra de Levene. Ver-se-á que Belgrano, San Martín e Moreno – e o mesmo poderia ser verificado com Saavedra, Pueyrredón, Anchoreana, Paso, Monteagudo, Rivadavia, o Deão Funes, Alvear, Paz, os caudilhos etc. – eram privilegiados e não deserdados sob o regime espanhol. É realmente inconcebível que Mitre tenha podido escrever semelhante impostura e sem sequer tem a desculpa de tê-lo feito em meio às paixões desatadas pela luta, já que havia passado meio século desde Ayacucho.

Aqui se põe em evidência a sugestão maçônica que orienta o juízo e a avaliação de Mitre: a Revolução de Maio tem de ser um arremedo da Revolução Francesa, uma filha legítima da

Maçonaria, levada a cabo por nobres corrompidos pelo espírito voltairiano e por demagogos que contagiam seu feroz e incurável ressentimento à turba dos *sans culottes*.

A bandeira maçônica é o ódio absoluto ao passado espanhol. À Espanha teologal e cruzada, dos Reis Católicos, de Carlos V e de Felipe II, à Espanha de Trento e da Contrarreforma.

"*É preciso infundir um desprezo e uma repugnância insuperáveis sobre essa grandeza e essa glória da Espanha; as futuras gerações argentinas têm de renegar as origens históricas de sua Pátria e têm de admirar, amar e imitar exemplos estranhos – ingleses, franceses, ianques -, todos eles muito modernos e progressistas. Os fundadores da Pátria eram desalojados e ressentidos sociais, odiavam profundamente a madrasta que os humilhava, odiavam profundamente tudo o que ela queria e representava e, portanto, os argentinos devem ser como os outros, ou melhor, ser inteiramente outros: o modelo é o perfeito maçom, o homem novo, sem preconceitos confessionais nem patrióticos que limitam a fraternidade universal, um democrático puro, igualitário, liberal e laicista.*"[45]

O espírito jacobino, anticatólico, antitradicional, anti-hierárquico, introduz a contradição na dinâmica histórica; é um princípio dialético que utiliza habilmente o Comunismo na Guerra Revolucionária. Serve para amolecer, corroer, demolir os alicerces espirituais da Pátria, tudo o que nela é essencial e permanente. Seu objetivo é submergi-lo na corrente do vir a ser de todas as coisas – conceitos e instituições -, assim como

45 GENTA, Jordán Bruno. *La Masonería en la Historia Argentina*, II.

na relatividade de todos os valores, começando pela Verdade e pela Justiça.

A lei deixa de ser a obra principal da inteligência – ordenação racional da convivência em vista do Bem Comum. No novo direito, prescinde-se tanto da Lei divina como da lei natural. Não se reconhece nenhum fundamento estável, nada que tenha a constância do ser, do absoluto e eterno.

O direito e a lei são produtos exclusivos da vontade das maiorias acidentais. O homem não tem outros deveres, senão aqueles que ele se impõe livremente – não é mais fidalgo, mas tudo começa com ele – e, a rigor, é sujeito exclusivo de direitos. Ele faz as leis e as muda a seu arbítrio, inclinando-se para a onipotência do número, a chamada Vontade Geral.

Dividida de Cristo e das tradições seculares, a comunidade degenera em massa. Extingue-se o amor à Pátria e não resta no coração do jacobino nada mais que um fanatismo cego pela seita, pelo partido ou pela classe. E se pretende erigir a democracia, que é apenas uma forma ou instrumento de governo, em um dogma de fé civil, em um ideal de vida e fim último. Pretende-se que ela ocupe o lugar da Religião e da Pátria.

O espírito jacobino é satânico como a Maçonaria que o inspira e propaga sutilmente até os lugares santos. É servidor incondicional do Comunismo. Isto nos ensina Leão XIII em sua encíclica *Diuturnum Illud*: "*Daquela heresia* (a Reforma de Lutero) *nasceram no século passado uma filosofia falsa, o chamado direito novo, a soberania popular e uma descontrolada licença que muitos consideram como a única liberdade.*

"Daí chegaram a esses erros recentes que se chamam comunismo, socialismo, niilismo, vergonhosa peste e ameaça de morte para a sociedade".

A condução eficaz da Guerra Contrarrevolucionária exige recuperar a ideia essencial da Pátria em sua história verdadeira, para que volte a ser na realidade uma terra de fidalguia e de caridade. Só pode ser forte em Cristo e nas tradições hispânicas, que são as do Ocidente Cristão.

A Pátria restabelecida em seu ser, livre de toda confusão com o mito da democracia jacobina, será uma fortaleza invulnerável à dialética e à agressão marxista. Una, íntegra e soberana; fiel à missão universal do Ocidente Cristão, que é a de assegurar um tratamento de honra e colaborar para a salvação de todos os homens, sob a suprema divisa de Belgrano que o coronel Domingo French interpretou deste modo insuperável ao falar a seu regimento:

"*Soldados... de agora em diante somos o Regimento da Virgem, jurando nossas bandeiras, vos parecerá que beijais o seu manto... aquele que faltar à sua palavra, Deus e a Virgem, pela Pátria, cobrem dele*".

TEMA VI

DOUTRINA POSITIVA

A família cristã fundamentada no matrimônio indissolúvel e no Pátrio Poder.

O homem é um ser social por natureza. Desde o princípio de sua vida, ele se apresenta enquadrado em diversas formas de associação, das quais necessita para sua subsistência, criação, educação, expansão da personalidade, aquisição e exercício de habilidades e virtudes, a salvação de sua alma. A primeira sociedade natural é a família, a mais simples e irredutível; base de todas as outras e elemento integrante da paróquia, do município, da província e da Nação.

A família é, antes de tudo, o lar que oferece a intimidade e protege o pudor dos membros em um ambiente recolhido e vedado aos estranhos. Ali, e somente ali, ele encontra o cuidado mais solícito, a individualidade de cada um dos filhos; ali se atende ao modo de ser peculiar a cada um e se perfilam os caracteres. O mais forte carrega o peso dos fracos e se consumam, em silêncio, os maiores sacrifícios.

Se a família se relaxa ou se desfaz, o lar se extingue e o homem fica entregue às intempéries, isolado, desamparado, desprovido dos cuidados e afetos mais necessários. Fica na indigência e à mercê do Estado, que o esmaga como um verme com seu peso de Leviatã.

Quer dizer que da unidade, coesão, solidez e estabilidade da família dependem a unidade, coesão, solidez e estabilidade da Nação. Aquilo que são e valem as famílias, isto é e vale a Nação.

A transcendental e decisiva importância da instituição familiar é percebida através da atenção que Deus quis dispensar-lhe. Não é apenas uma instituição de ordem natural, mas nossa Religião Católica nos ensina sua origem divina e sua divina reparação. O primeiro casal, Adão e Eva, Deus o fez diretamente ao comunicar-lhes o poder de transmitir a vida: "*Crescei e multiplicai-vos!*" E o próprio Deus encarnado, Nosso Senhor Jesus Cristo, a refez sobre a base de um sacramento, "*o grande Sacramento*", como o chama São Paulo.

E o que Deus uniu em matrimônio pela expressa vontade dos crentes não pode ser dividido na terra pelo arbítrio dos mesmos. Ele é tanto um vínculo sagrado como um vínculo natural de caráter indissolúvel, porque somente unidos, em mútua fidelidade, podem cumprir plenamente a finalidade do matrimônio, que é gerar, criar e educar os filhos. Daqui deriva também o pátrio poder, que é a autoridade do marido sobre a mulher, e de ambos sobre os filhos, assegurando a indispensável unidade de governo para melhor servir ao fim da família.

De acordo com a tradição da antiga Roma, depurada e enaltecida pelo divino magistério de Igreja Católica, nas "*Partidas*" de Afonso, o Sábio, destaca-se essa soberania do chefe – *pater famílias* – sobre o "conjunto" composto por: "*o senhor dela e sua mulher, e todos os que vivem sob sua dependência e sobre os que tem autoridade, assim como os filhos, os servos e os criados*".

A instituição da família em nossa grande tradição católica e hispânica, até a sanção da Lei de Matrimônio Civil, em fins do ano de 1888, por um Parlamento jacobino, é a que define e especifica a Cátedra Infalível: "*A família é o princípio de toda*

sociedade e de todo reino. A reta forma desta instituição, segundo a própria necessidade do direito natural, apoia-se primariamente na união indissolúvel do varão e da mulher, e se complementa nas obrigações e mútuos direitos entre pais e filhos, patrões e criados".[46]

"*Nenhuma lei humana pode tirar do homem o direito natural e primário que ele possui de contrair matrimônio, nem tampouco nenhuma lei humana pode pôr limites à causa principal do matrimônio, tal como o estabeleceu a autoridade de Deus no princípio: 'Crescei e multiplicai-vos'.*"54

A doutrina católica em relação à família tem sua mais completa formulação na encíclica *Casti Connubii*, de Pio XI:

"*Como a família ou sociedade doméstica se concebe e de fato existe antes que a sociedade civil, segue-se que os direitos e deveres daquela são anteriores e mais imediatamente naturais que os desta*".

E no que se refere à autoridade do pai e chefe da família, imagem da prioridade de Deus, ela nos ensina:

"*A igualdade de direitos deve, sem dúvida alguma, ser admitida enquanto está ligada à pessoa e à dignidade humanas, e nas coisas que derivam do pacto nupcial e vão anexas ao matrimônio, porque neste campo ambos os cônjuges gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações; quanto ao mais, há de reinar certa desigualdade e moderação, como exigem o bem-estar da família e a devida unidade e firmeza da ordem na sociedade doméstica*".

46 LEÃO XIII, *Quod Apostolici Muneris*

A autoridade que investe o varão – marido e pai – está penetrada de amor, sustentada pelo amor, o que não significa que tenha de ser débil ou complacente. Ao contrário, à imagem e semelhança do modelo divino, deve ser ao mesmo tempo justo e misericordioso, rigoroso e terno.

A subordinação voluntária e sincera da mulher é também um ato de amor; não deve ser algo que se suporta, mas que se quer e aceita. Esposa e mãe, ela é a senhora junto ao senhor, sua ajuda, seu alento, sua companheira na missão que deve realizar e a verdadeira educadora dos filhos. Seu modelo é a Virgem Maria, a excelsa Mãe de Deus, Senhora e Rainha da grande família humana, onipotência suplicante e corredentora com seu divino Filho.

Nossa Argentina jamais deixou de ser fiel à tradição eminentemente mariana da Mãe Pátria. E o espírito jacobino não conseguiu desarraigar o elevadíssimo respeito pela mulher que evidencia, por exemplo, o regulamento de San Martín para uso do Regimento de Granadeiros a Cavalo, ao mencionar os delitos pelos quais um oficial deve ser expulso da corporação:

"*10. Por pôr a mão sobre qualquer mulher, mesmo que tenha sido insultado por ela*".

O homem geralmente deixa a família de onde provém para fundar a própria família. Não é conveniente que a esposa e a mãe, assim como os filhos menores, saiam para trabalhar fora. A vida do lar se ressente em sua intimidade, no diálogo, na proximidade e na assistência aos filhos, imprescindíveis para uma boa educação. Deve-se garantir um salário familiar e uma assistência social suficientes para evitar a dispersão do lar e o desencontro de seus membros.

A tarefa docente constitui uma exceção; por certo continua e completa a missão educativa da família. A mulher é insubstituível no cuidado da infância.

Não se trata, por certo, de excluir a mulher casada do exercício de outras profissões ou ofícios, mas é evidente que a ausência durante o dia, assim como uma ocupação mais ou menos absorvente em questões estranhas, não favorecem a vida do lar nem a educação dos filhos.

A liberdade, a segurança e o decoro da instituição familiar exigem a Propriedade Privada e a Herança.

A posse e o uso de um patrimônio suficiente, assim como a transmissão do mesmo juntamente com o sangue, estão na ordem natural e servem para a estabilidade, consistência e vontade de perpetuar a linhagem.

Existem bens para desfrutar e bens para obter uma renda ou salário. A primeira coisa de que necessita uma família é a habitação, a posse de uma casa, um local privado, independente, isolado, para a vida do lar. O bem familiar por excelência é a casa, o solar, a herdade. Dispor de um teto, cultivar uma terra própria é um princípio de liberdade para a família, já que oferece melhores condições econômicas e uma maior estabilidade.

A defesa do homem, de sua personalidade e de sua vida interior reclama uma casa independente, ainda que seja pequena, habitada por uma só família, e não esses grandes pombais coletivos que agora se costuma usar.

A família constituída como Deus manda é também o primeiro organismo político dentro do Estado. Garantida em suas liberdades jurídicas e protegida em sua formação e desenvolvimento, deve participar por intermédio de seu chefe na eleição

das autoridades das corporações administrativas, começando pelo município.

É que a família, tal como a paróquia, o município, a província, os corpos docentes, culturais, militares, profissionais, empresários e operários são os órgãos vivos da Nação. Deles deve emanar a representação mais natural e mais bem qualificada para constituir os organismos supremos do Estado.

Os iguais em cada ordem elegem seus iguais para serem representados no governo. É a mais autêntica, a mais justa das formas representativas.

A família, instituição de direito divino e natural, está enquadrada na missão sagrada da paternidade. Ela não *é do* Estado, mas se encontra *no* Estado. Deve ser reconhecida em seu verdadeiro ser, reverenciada em sua altíssima dignidade, protegida e fortalecida em seu vínculo, em sua missão, em sua liberdade pelo direito positivo.

DOUTRINA NEGATIVA

Dissolução liberal da família. O Matrimônio Civil em lugar do Grande Sacramento. O Divórcio e a indiscriminação dos filhos. A situação atual da família em nosso Estado de Direito.

Não é possível compreender a mentalidade oficial, nem as sucessivas reformas institucionais na República Argentina a partir de Caseros, caso se desconheça que a Maçonaria foi o poder ideológico orientador da política até o dia de hoje.

A substância da Maçonaria é o liberalismo até suas últimas consequências: o laicismo integral, o espírito jacobino, destruidor implacável da ordem cristã e ocidental.

Há mais de dois séculos a Igreja Católica tem denunciado constantemente os estragos da "*peste maçônica*"[47], que se nutre no ódio e na negação de Cristo. O católico sincero não pode ignorar esta reiterada advertência, nem negar-lhe a atual importância, como se a virulência da Maçonaria se houvesse atenuado até ser inócua.

As ruínas acumuladas em mais de cem anos de inovações institucionais está à vista na desordem, na anarquia e na sublevação imperantes em nossa República.

A família é a instituição que mais sofreu o impacto maçônico e liberal, desde a sanção da Lei de Matrimônio Civil em 1888, até a Lei de Indiscriminação dos Filhos em 1954 e a Lei do Divórcio em 1955, suspensa em seus efeitos, mas amplamente compensada pela vigência dos Tratados de Montevidéu, como se verá mais adiante.

A verdade é que a família em nosso país foi destruída tanto no direito como no fato. Ainda existem famílias bem constituídas em número apreciável, mas a instituição da família não é mais que uma entidade nominal, uma simples etiqueta oficial que cobre qualquer forma de ajuntamento e de filiação.

As municipalidades outorgam novos registros de família a cônjuges que se divorciaram e voltaram a se casar no México ou no Uruguai. E na República Argentina não existem filhos ilegítimos, venham eles ao mundo como vierem. Sob o pretexto de não lesar os filhos inocentes, estimula-se oficialmente os pais a tê-los de qualquer maneira.

47 Papa Leão XIII.

Houve argentinos ilustrados e fiéis que previram e denunciaram publicamente estes males irremediáveis no exato momento em que se projetava a Lei de Matrimônio Civil. Foi assim que, na sessão de

18 de outubro de 1888, na Câmara dos Deputados da Nação, foram ouvidas estas fundamentadas razões do líder católico Dr. José Manuel Estrada:

"*O projeto da comissão de legislação é uma tentativa que conspira contra a filosofia social, que conspira contra o princípio cristão, que conspira contra a família, que conspira contra os fundamentos da liberdade civil, que conspira, finalmente, contra as bases essenciais da civilização nacional...*

"*A Família não procede do Estado, mas, ao contrário, o Estado procede da Família; em segundo lugar, o Estado não pode constituir o núcleo fundamental da família legislando sobre o vínculo conjugal, porque isso seria o mesmo que subordinar a causa ao efeito...*

"*Jesus Cristo disse esta grande frase: 'Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus'. Nesse dia ficou separado o poder espiritual do poder político. Santificou o matrimônio, elevando-o à categoria de Sacramento; e desde esse dia ele retirou a Família do poder do Estado, e assim restabeleceu o homem em sua iniciativa, e a família em sua independência.*

"*Se, pois, são estes os caracteres da família; se a este nível a levantou o Cristianismo, convertendo o contrato natural do matrimônio em um Sacramento, é evidente que a Igreja, instituída por Jesus Cristo como depositária da doutrina, agente de sua autoridade e intérprete definitiva do direito natural, tem*

uma capacidade exclusiva de legislar sobre a essência do vínculo conjugal entre cristãos...

"Assim, a doutrina da Igreja sobre o matrimônio se converte em princípio do direito, e a regra que se aplicara somente em consciência aos cristãos sob o peso da escravidão pagã, converte-se em preceito geral de legislação no dia em que César entra na Igreja, isto é, no dia em que o Estado pagão se converte em Estado cristão...

"E para deixar claro se na República Argentina a legislação relativa ao matrimônio cabe ao Estado ou à Igreja, analisai e resolvei outra questão: se a Nação Argentina é ou não é uma sociedade cristã.

"A imigração não alterou de maneira notável as condições religiosas da sociedade argentina, porque em sua imensa maioria os imigrantes que afluem ao nosso território são católicos...

"Além disso, como poderemos conceder que seja um ato de bom governo, que seja justo e patriótico, empenhar-nos em apagar todos os nossos traços distintivos de caráter, aqueles que nos dão unidade e o modo de ser, para dobra-nos diante das exigências variáveis da população imigrante?

"Seria converter a República em uma imensa casa de comércio governada a partir de um hotel.

"Que pode ser um homem se não é católico? Só pode ser uma de duas coisas: herege ou infiel. E se a doutrina e os cânones proveem o matrimônio dos hereges e dos infiéis, é claro que abarcam todos os casos possíveis de matrimônio e que, por conseguinte, é desnecessária qualquer tentativa de inovar na legislação...

"Disse muito bem o senhor membro informante da comissão que o matrimônio civil nasce da Revolução Francesa... segundo a doutrina do pacto social, o estado de sociedade é um estado permanente adventício. Fora da sociedade o homem é um ser absoluto, soberano, dono de si mesmo, sem outras regras que aquelas que voluntariamente aceite, sem limite algum, nem para seguir as impressões de sua razão, nem para seguir os impulsos apaixonados de sua natureza. Se ele se constitui em sociedade, ele o faz voluntariamente... por isso Diderot diz que o matrimônio perpétuo é um abuso e uma tirania... E depois de apresentar seus direitos, que vêm da lei de Deus e da lei natural, estabelece que o homem não se liga para completar-se e desenvolver-se no seio de uma família, a não ser de modo precário e revogável... E o matrimônio civil, realização legal daqueles pontos de doutrina, foi seguido por instituições em que tomaram forma os apotegmas impuros dos sofistas mais desenfreados...

"É o divórcio, de fato, uma consequência necessária do matrimônio civil. Não se pode subscrever um contrato civil que seja perpétuo, que não seja revogável. Por isso, atenta contra a estabilidade do matrimônio e deixa a família exposta a todas as contingências nascidas da mutabilidade das leis... são leis que agradam às maiorias parlamentares... Para que a instituição da família seja sólida, é mister que tenha fundamentos inamovíveis, como a natureza da qual emana, eternos como Deus que a preside e a legisla... mas quando tudo está exposto às interpretações caprichosas dos partidos e das assembleias populares, tudo é cambiante como fundamentado sobre a areia...

"Acuso este projeto de lei, finalmente, de ser uma lei de péssima tendência para o porvir, radicalmente contrária aos

princípios da civilização nacional e aos interesses morais da República...

"Os partidos revolucionários, as seitas franco-maçônicas, apoderadas do governo, estas confabulações dos partidos em que estão os sectários da escola liberal, por um lado, donos do governo, e os judeus por outro, donos das finanças; essas conjurações contra o direito, contra a justiça e contra a consciência das nações; esses são os agentes que produziram no mundo a legislação civil do matrimônio...

"Logo, esta lei é um projeto de ação e expressa uma tendência doutrinária destinada a produzir situações lamentáveis e arremessar o país em revoluções e desordens...

"Converter as desordens em costumes, os casos de consciência em casos legais, será, por acaso, um meio de atuar eficazmente sobre o ânimo dos homens para corrigi-los?

"Não é outra coisa, por consequência, senão um ato de desenvolvimento do programa da escola revolucionária liberal; da escola revolucionária anticristã, introduzida desde cedo nas correntes da vida americana, e que teve sombrias encarnações nas Repúblicas do Prata...

A República Argentina está em decadência moral, e se afundará mais e mais, e em maior abatimento por meio desta e de análogas instituições. Eu e aqueles que combatem comigo invocamos o patriotismo dos cidadãos que se assentam nesta Câmara, e lhes pedimos que recusem este projeto de lei... Pedimos-lhes que retrocedam da senda funesta em que os precipita uma política destruidora; que garantam, no reino social de Jesus Cristo, o futuro da República, justa, vigorosa e nobre; e lhes dizemos, por fim, reconciliai-vos com a verdade, e a Verdade vos fará livres!"

A lei foi aprovada apesar desta palavra esclarecedora e deste chamado premente ao patriotismo, assim como fora aprovada, quatro anos antes, a Lei 1.420 da Educação Comum, que eliminou Cristo da educação oficial. E como foram aprovados, faz menos de uma década, a indiscriminação dos filhos e o divórcio para completar a destruição legal da família.

O processo secular da revolução jacobina parece deter-se por um tempo ou seu ritmo diminui; sofre tropeços ou demoras, reveste-se de mansidão ou atropela com violência, mas nunca cede nada do que já foi obtido e avança implacável na demolição das instituições cristãs. Não só não retrocede, mas acaba por conseguir invariavelmente o conformismo dos católicos. É a arma mais eficaz que o Comunismo emprega em sua Guerra Revolucionária.

Prolongamos a citação de Estrada para que o leitor perceba que a linguagem de um católico verdadeiro e de um patriota insubornável é sempre a mesma no testemunho da Verdade, quer fale em 1888, quer em 1963.

O ataque final contra a instituição da família realizou-se brutalmente em forma de surpresa nos anos 1954 e 1955, por motivo da perseguição religiosa desencadeada oficialmente pelo governo de Perón.

Primeiro foi a sanção da Lei de Indiscriminação dos Filhos, pela qual só existem filhos matrimoniais e filhos extramatrimoniais. Apagou-se oficialmente a infamante distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Todos são igualmente filhos e com os mesmos direitos. Dá no mesmo ser bem nascido ou mal nascido; ou melhor, já não existe bem, nem mal, e o que está sobrando é a família.

Depois veio a Lei do Divórcio em plena perseguição religiosa e de um modo fraudulento: "*... a sanção se efetuou em bloco com disposições sobre imóveis, utensílios, herança etc.; por volta de meia-noite, em sessão extraordinária citada e convocada para tratar de outros projetos de lei*".

Tão irregular quanto a sanção foi o decreto de 1º de março de 1956, que suspende os efeitos da lei peronista "*até que se adote sanção definitiva sobre o problema do divórcio*".

E o governo de fato da Revolução Libertadora completou a fraude legal ratificando o Tratado de Montevidéu, de Direito Privado Internacional, segundo o qual as sentenças de divórcio, facultando aos cônjuges contraírem novas núpcias nas nações divorcistas signatárias do mesmo, têm pleno valor na República.[48]

Somos hoje um dos países mais divorcistas do mundo inteiro; e o mais grave é o conformismo católico perante a fraude jurídica e o fato público e notório de que as municipalidades outorgam novas certidões de matrimônio, "legalizando" divórcios e os seguintes concubinatos.

A família bem constituída em uma sociedade cristã é a barreira mais firme contra o Comunismo. A dissolução jacobina e maçônica da família é a via franca para seu avanço avassalador nas almas e nas nações.

Restabelecer a família em Cristo e na lei natural; restabelecê-la em sua unidade, coesão, estabilidade moral e material é a exigência primordial de uma política nacional em harmonia com as verdades essenciais que alicerçam a civilização ocidental.

---

48 Ver *Gaceta del Foro,* Ano 32, Tomo 220, pp. 29 e 30, 13 de maio de 1957.

TEMA VII

DOUTRINA POSITIVA

A Propriedade Privada. Posse e uso. O capital e a extensão da propriedade privada ao trabalho produtivo. Encíclica 'Mater et Magistra' de João XXIII.

A INSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA É PERMANENTE E FUNDAMENTAL na Civilização Ocidental. É uma necessidade da pessoa humana para existir em conformidade com seu ser. É claro que nem sempre se definiu, nem se situou, nem se legislou sobre ela com adequação e justiça.

Aristóteles nos deixou as primeiras indicações acerca desta instituição, motivado pela crítica ao sistema comunista proposto por Platão:

"*É preferível a propriedade privada, completada pelos bons costumes e um sábio ordenamento de leis que reúna as vantagens da propriedade individual e da propriedade comum. Assim a propriedade tende a ser comum no uso, permanecendo individual. Estando divididos os cuidados, não darão lugar a recriminações de uns contra outros; e sobretudo serão fecundos e prósperos cuidando cada um do seu. E quando este sistema for enaltecido pela virtude, se verificará o provérbio: 'Entre amigos as propriedades são comuns'...*

"É evidente, portanto, que é preferível o sistema da propriedade privada, da posse individual integrada com a comunidade no uso: ao legislador cabe habituar os cidadãos neste sentido"[49]

49 ARISTÓTELES. *Política*, Livro II.

Santo Tomás reafirma esta teoria aristotélica que fundamenta na razão a conveniência da instituição da propriedade privada:

"*Em relação aos bens terrenos, o homem possui dois privilégios: o primeiro é a faculdade de consegui-los e de dispor deles; neste sentido, é lícito possuir coisas próprias, e também é necessário à vida humana por três motivos:*

1. Porque cada um é mais solícito em cuidar daquilo que lhe corresponde, do que aquilo que é comum a todos ou a muitos.

2. Os assuntos humanos são tratados mais ordenadamente se cada um se ocupa particularmente de uma coisa determinada.

3. Mantém-se mais pacífica a condição dos homens quando cada um está conformado com o seu.

*O outro privilégio é o uso; e em relação a isto, o homem não deve considerar as coisas externas como próprias, mas como de todos."*59

Na verdade, a Instituição da Propriedade Privada no claro sentido da licitude de possuir bens próprios e de usá-los como se fossem comuns, nunca foi discutida na teoria e na práxis até a revolução comunista anabatista da Baixa Alemanha – entre 1534 e 1535 -, cujo ideólogo foi Thomas Münzer; e seu principal executor foi o alfaiate Johann de Leyden, na cidade de Münster, que esteve sob o terror comunista durante um ano.

Tergiversando sobre os textos bíblicos, o chefe anabatista sustentava: "*Nós somos todos iguais, todos humanos pela fé e temos em Adão o nosso pai comum. De onde vem, pois, esta diferença de classes e de bens que a tirania introduziu entre nós e os grandes deste mundo?... Restituí-nos, ricos do*

século, avaros usurpadores, restituí-nos os bens que retendes na injustiça".[50]

Devemos a um grande humanista espanhol, Juan Luis Vives, contemporâneo e testemunha direta da primeira revolução comunista do Ocidente, a interpretação mais profunda e definitiva do sentido religioso radicalmente anticristão do processo dialético do Comunismo. Ele deixou-nos um esquema que, a partir do Livre Exame aplicado à Verdade de Fé, leva até a comunidade dos bens materiais; um esquema objetivamente válido para todos os seus ensaios históricos, inclusive a Revolução Comunista Mundial de nossos dias:

"*Em outro tempo, na Alemanha, as coisas da piedade estavam de tal modo constituídas, que se mantinham firmes e sólidas, assentadas em gratíssima quietude, e ninguém pensava que fosse lícito duvidar daquelas coisas, já geralmente aceitas. Mas houve quem tivesse por primeiro a ousadia de pôr algumas delas em dúvida, de início com timidez e receio, e em seguida às claras, não somente para discuti-las, mas para negá-las, para ab-rogá-las, para suprimi-las, e muitas delas com uma certeza tão impávida como se tivesse baixado do céu e dos arcanos da divindade ou se tratasse simplesmente de costurar um sapato ou um vestido...*

Da dissensão de opiniões passou-se à dissidência de vida... Logo a seguir, àqueles que, por um falso nome de igualdade e por uma injustíssima igualdade entre os inferiores e os superiores promoveram a guerra, sucederam os que já não somente decre-

50 AQUINO, Santo Tomás. *Suma Teológica*, IIa. IIo, 66,2.

tam, reclamam e exigem aquela igualdade, mas a comunidade de todos os bens".

Com esta síntese luminosa, inicia Vives o seu opúsculo acerca "*Da Comunidade dos Bens*", escrito em latim, no ano 1535, na cidade de Bruges, onde residia.

O esquema de Vives descreve as etapas de um processo ideológico e político que se veio repetindo em diversos cenários históricos com diferente amplitude e duração; mas que se inicia invariavelmente com a Crítica da Religião, prossegue com a Crítica das Hierarquias Intelectuais, Políticas e Sociais, para finalizar com a Crítica da Propriedade Privada e a pretensa implantação da comunidade dos bens materiais.

Dez anos antes, em presença dos abusos da usura e da avareza que provocavam, como em todo tempo, a exasperação do ressentimento social dos despossuídos, Vives havia publicado um opúsculo onde se reconhece, pela primeira vez, que a propriedade privada em seu reto uso é uma instituição de direito natural. Além disso, e de maneira taxativa, estabelece-se que o uso avarento, egoísta, arbitrário dos bens possuídos anula o direito de posse.

O inestimável opúsculo se intitula "*Do Socorro dos Pobres*", e em suas páginas juntam-se a sabedoria divina e a prudência humana. É por isso que ele faz residir seu exame da natureza humana nas consequências penais do Pecado Original e na Redenção pelo Amor de Deus, a Caridade:

"*O Senhor apiedou-se do homem em sua infinita clemência... e continuou a lhe reservar o mesmo lugar que lhe havia indicado em seus primeiros conselhos, mas que desde aquele instante devia consegui-lo em uma luta mais árdua e*

em condições mais duras, e ainda nesta vida quis que uns socorressem aos outros mediante a reciprocidade do afeto. Em primeiro lugar, para que com aquele amor inicial de Caridade já começassem a se preparar para a Cidade Celestial... e, além disso, Deus dispôs que o homem que devia atuar em sociedade e comunicação de vida, distorcido em seu espírito e arrogante na mancha de sua origem, necessitasse do auxílio alheio, porque de outra maneira não cresceria entre eles nenhuma associação duradoura nem firme, já que cada um, em sua soberba original e sua inclinação natural para o mal, iria desprezar e abandonar o companheiro se não o contivesse a receosa previsão de que, mais dia, menos dia, poderia precisar dele... Até mesmo a virtude ele a recebeu de Deus, que no-la deu; deu a alguns por causa dos outros. Primeiramente a Natureza, pela qual quero que entendam Deus, pois a Natureza não é outra coisa senão a vontade e o mandamento divinos...

Saiba, portanto, todo aquele que possui os dons da Natureza, que ao comunicá-los ao irmão, legitimamente os possui, e por vontade e instituição da Natureza; se não for assim, é ladrão e roubador, convicto e condenado pela lei natural, já que retém e se reserva aqueles bens que a Natureza criou não só para ele. Platão escreve a Arquitas, filósofo pitagórico: 'Não nascemos somente para nós, mas a Pátria reclama uma parte de nossos haveres, e os amigos a outra parte...

Ninguém ignore, portanto, que nada recebeu para seu uso e exclusiva comodidade, nem o corpo, nem a alma, nem a vida, nem o dinheiro, mas que é o despenseiro e escrupuloso distribuidor, e que não foi para outra finalidade que os recebeu de Deus...

Não nos coloquemos diante do testemunho dos homens, mas do mandamento do próprio Deus, que diz: 'Recebestes de graça, de graça dai!'

E, em resumo, ladrão é todo aquele que não faz aos pobres a partilha do que lhe sobra; se não o alcança o castigo das leis humanas, algumas das quais são punitivas, com toda a certeza não irá evitar o castigo das leis de Deus".

No texto de Vives que acabamos de ler, está contida a mais clara e precisa, a mais ajustada e completa definição da Propriedade Privada em seu duplo aspecto de *posse* e de *uso*:

1. É uma instituição de direito natural que deve ser reconhecida e protegida por legislação positiva, em sua justa posição.

2. Está na natureza de todo bem e, em consequência, dos bens materiais, o seu caráter difusivo, comunicativo, participável por todos.

3. Quer dizer que não é um direito absoluto, mas condicionado. Não os possuímos para dispor deles ao nosso arbítrio, nem para reservá-los somente para nós. Possuímo-los em depósito e para tornar participante o próximo necessitado.

4. A legitimidade da posse privada depende do reto uso social que fazemos dos próprios bens. Se não os comunicamos, perdemos o direito de possuí-los, e sua retenção indevida é roubo. Assim nos convertemos em "*ladrões convictos e condenados pela lei natura*l". E a lei positiva deve reconhecer o caráter criminoso de toda forma de avareza, usura ou especulação sobre a necessidade do próximo.

A doutrina acerca da Propriedade Privada, assim como da posição respectiva do Capital e do Trabalho na empresa econômica, que nos ensina nossa Santa Igreja através das en-

cíclicas e outros documentos pontifícios, coincide plenamente com aquela que nos deixou o espanhol Vives em seus dois magistrais opúsculos.

O Papa João XXIII, em sua transcendental encíclica *Mater et Magistra*, resume na primeira parte o pensamento de seus predecessores, começando por Leão XIII, na *Rerum Novarum*:

"*A propriedade privada, inclusive a dos bens instrumentais, é um direito natural que o Estado não pode suprimir. É intrínseca a ela uma função social; mas é também um direito que se exercita para o bem próprio e dos demais*".

Por sua vez, Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, confirma o caráter de direito natural que compete à Propriedade Privada, e acentua o aspecto social e sua respectiva função... Avalia que é oportuno suavizar o contrato de Trabalho com elementos tomados do contrato de sociedade, de tal maneira que os operários participem de certo modo da propriedade, na administração e nos ganhos obtidos.

Percebe-se neste ponto a justiça e a conveniência de que o trabalhador tenha uma participação efetiva na empresa, a qual ele deve sentir como algo seu, como um bem que lhe pertence em alguma medida, conforme sua função e responsabilidade na mesma.

A seguir, resume-se o conteúdo da radiomensagem de Pio XII em Pentecostes do ano 1941:

"*O direito de propriedade sobre os bens é um direito natural, mas está disposto de tal maneira que não pode constituir obstáculo para que seja satisfeita a exigência indispensável de justiça e caridade em relação aos bens criados por Deus para*

todos os homens... O trabalho é um dever e um direito de cada um dos seres humanos. A eles corresponde, em primeiro lugar, a regulação de suas mútuas relações de trabalho. Somente cabe ao Estado intervir no caso de que os interessados não cumpram devidamente a sua função.

Em relação à família, a propriedade privada, um patrimônio suficiente deve ser considerado 'como espaço vital da família'".

Até aqui, a palavra dos predecessores. A primeira parte termina expressando o motivo da nova encíclica sobre a Questão Social. As condições científicas, técnicas e econômicas, sociais e políticas, desta época da energia nuclear e de uma extrema complexidade nas relações humanas, exigem recolocar o problema social para a orientação de soluções "*mais de acordo com nosso tempo*".

O Papa João XXIII inicia a segunda parte reafirmando os princípios naturais da economia: "*Em primeiro e principal lugar, a iniciativa pessoal dos cidadãos, quer em sua atividade individual, quer no seio das diversas associações para a consecução de interesses comuns".*

Em segundo lugar, "*os poderes públicos responsáveis pelo Bem Comum", sua intervenção natural é a de ajudar, estimular, orientar os membros do corpo social, sempre em forma subsidiária, sem pretender absorvê-los, nem oprimi-los, nem destruí-los.*

"A presença do Estado no campo econômico, por mais ampla e profunda que seja, não pode ser jamais para diminuir, mas, ao contrário, para estimular e potencializar a liberdade de iniciativa das pessoas, quer atuem individualmente ou associadas."

Em seguida, o Papa destaca o desenvolvimento e incremento das relações sociais, das formas de convivência e atividade

associada, assim como de sua institucionalização jurídica em nossa época. No texto latino da encíclica, o único oficial, usam-se as expressões "*socialium rationum incrementa*" e "*socialium rationum processus*". Porém, na tradução castelhana, emprega-se um termo lamentavelmente equívoco: *socialização*. Se bem que a explicação clara, precisa e detalhada do texto não deixe lugar a dúvidas sobre o significado – *incremento das relações sociais e da atividade associada* -, socialistas e comunistas têm especulado com o uso vulgarizado pelo marxismo, que identifica *socialização* com *coletivização* ou *estatização da propriedade*. Para evitar o equívoco, é imprescindível um esclarecimento expresso acerca do significado desta palavra na encíclica toda vez que ela for empregada. Trata-se, ademais, de prevenir o perigo que comporta por si mesma a multiplicação das organizações sociais que envolvem a vida das pessoas humanas; isto é, a socialização progressiva. Tal como se indica no texto da encíclica, "*é necessário que tais organismos apresentem forma e substância de verdadeiras comunidades; e que, por isso mesmo, os respectivos membros sejam considerados e tratados como pessoas, e estimulados a tomar parte ativa em sua vida*". Também se requer "*uma atividade oportuna de coordenação e de direção por parte do Poder público 'a serviço do Bem Comum'*".

É a vida *corporativista* – tradicional no ordenamento católico das relações socioeconômicas - que o Papa João XXIII julga que "*se concretiza em uma reconstrução orgânica da convivência que Nosso Predecessor Pio XI, na encíclica 'Quadragesimo Anno', propunha e defendia como condição indispensável para que sejam satisfeitas as exigências da Justiça Social*".

É por isso que, na primeira parte da *Mater et Magistra*, cita-se longamente a passagem em que Pio XI denuncia a estranha dialética da economia liberal-burguesa, fundada no egoísmo individualista que leva inexoravelmente à hegemonia econômica de grupos financeiros internacionais ou do Estado comunista (capitalismo de Estado): "*À liberdade do mercado sucedeu a hegemonia econômica; à avareza do lucro seguiu-se a desenfreada cobiça do predomínio; assim, toda a economia chegou a ser horrivelmente dura, inexorável, cruel, determinando o servilismo dos poderes públicos aos interesses de grupos, e desembocando no imperialismo internacional do dinheiro*".

É a iníqua situação de nossa economia nacional, que se veio agravando nos últimos vinte anos, até o extremo de encontrar-nos maduros, neste ano de 1963, para cair na Ditadura do Proletariado, isto é, *na hegemonia econômica estatal camuflada de democracia popular ou república socialista*.

A doutrina da Igreja, na palavra de Pio XI e de João XXIII, ensina que "*para dar remédio a tal situação, o Supremo Pastor indica como princípios fundamentais a reinserção do mundo econômico na ordem moral e o prosseguimento dos interesses, individuais e de grupo, no âmbito do Bem Comum. Isto traz consigo, segundo seus ensinamentos, a reedificação da convivência mediante a reconstrução dos organismos intermediários, autônomos, de finalidade econômico-profissionais, criados livremente pelos respectivos membros, e não impostos pelo Estado*".[51]

51 Papa João XXIII. *Mater et Magistra*, Parte I.

Trata-se, é claro, da estruturação corporativa ou sindicalista dos ofícios, profissões e relações socioeconômicas, em sentido vertical e autônomo. De nossa parte, acrescentamos que a corrupção plutocrática e marxista dos agentes naturais – patrões, empresários, profissionais, operários, empregados – pode exigir a *intervenção subsidiária* do Poder Público para promover, orientar e ordenar para o bem comum tais organismos intermediários, corporações, sindicatos, associações ou como queiram nomeá-los. A finalidade política, inclusive nesta função supletiva, deve ser a expansão da pessoa humana, estimulando sua liberdade de iniciativa e de responsabilidade.

Quanto à retribuição do trabalho, a *Mater et Magistra* insiste "*em que não se pode abandonar inteiramente a lei do mercado, nem tampouco fixar arbitrariamente, mas há de ser determinada conforme a justiça e a equidade. Isto exige para os trabalhadores uma remuneração tal que lhes permita um nível verdadeiramente humano e enfrentar com dignidade suas responsabilidades familiares; mas exige, além disso, que ao ser determinada a remuneração, se vise à sua efetiva participação na produção e nas condições econômicas da empresa, nas exigências do Bem Comum nas respectivas comunidades políticas*";

Dado que a finalidade da economia nacional é assegurar o desenvolvimento e a elevação pessoal de todos os seus membros, deve-se procurar o acesso à propriedade privada do maior número possível. Um patrimônio suficiente é garantia de liberdade na pessoa individual e na família, assim como de estabilidade na sociedade.

Neste ponto, João XXIII, na mesma linha de justiça e equidade de seus grandes predecessores, insiste no direito do trabalho a participar da propriedade da empresa.

Se o *trabalho* é tão necessário, e ainda mais que o *capital*, em uma empresa econômica, não só para seus dirigentes e técnicos assalariados, mas também aos operários deve-se proporcionar o acesso à propriedade da mesma. E na medida de sua participação na vida da empresa, como algo próprio, eles têm direito a "*fazer ouvir sua voz e dar sua contribuição para o melhor funcionamento*". É claro que este direito do trabalho à propriedade da empresa não significa privar o capital investido daquilo que é seu; ao contrário, é uma forma de capitalização dos benefícios que correspondem aos que trabalham, além do salário justo de acordo com a capacidade, rendimento e responsabilidade.

Por outro lado, João XXIII adverte "*que a separação entre propriedade dos bens produtivos e responsabilidades de direção nos maiores organismos econômicos foi-se acentuando sempre mais*". E o que é mais significativo, "*deve-se observar que, em nossos dias, aspira-se mais por tornar-se proprietários de bens do que por adquirir capacidades profissionais; e alimenta-se maior confiança nos rendimentos cuja fonte é o trabalho ou os direitos fundamentados no trabalho do que naqueles cuja fonte é o capital ou os direitos fundamentados no capital*".

É que o trabalho tem um caráter preeminente como expressão imediata da pessoa, face ao capital, um bem de ordem instrumental segundo sua natureza.

E não há dúvida de que o reconhecimento dessa preeminência constitui um passo adiante na Civilização cristã, porque no trabalho – dirigente ou dirigido – está a presença imediata do trabalhador, da pessoa que o executa, assumindo a responsabilidade do mesmo. Ao contrário, aquele que é apenas um proprietário de um pacote de ações em uma sociedade anônima

está propriamente ausente da vida da empresa, é quase um estranho que arrisca somente um bem externo e instrumental, ainda que necessário para o funcionamento e com direito a um benefício proporcional a seu montante.

"*Quer dizer que, em estrita justiça, a empresa econômica – agrária, industrial, comercial – pertence mais dos que trabalham, e em proporção à hierarquia e responsabilidade do trabalho de cada um, do que àqueles que apenas aportam capital e se distribuem os dividendos, sem nenhuma participação pessoal e direta em sua atividade.*"[52]

Por isso, incumbe ao Estado "*uma política socioeconômica que estimule e facilite a mais ampla difusão da propriedade privada de bens de consumo duráveis, da habitação, da granja, dos utensílios próprios da empresa artesã e de agricultura familiar, de ações nas sociedades grandes ou média, como já se está praticando vantajosamente em algumas comunidades políticas economicamente desenvolvidas e socialmente adiantadas*".[53]

Compreende-se que a difusão da propriedade privada não exclui o Estado nem outras entidades públicas da posse legítima de bens instrumentais, sobretudo naqueles casos em que comportam um poder econômico de tal magnitude, que não é possível deixá-lo em mãos privadas sem perigo para o Bem Comum.

O *princípio da subsidiariedade* autoriza a intervenção do Estado no campo reservado à atividade privada exclusivamente

52 GENTA, Jordán Bruno. *Conferência sobre a Mater et Magistra*, pronunciada na Paróquia S. João Evangelista, em dezembro de 1961.

53 Papa João XXIII. *Mater et Magistra*.

se o Bem Comum acaba comprometido pelo desenvolvimento da mesma, e até que se encaminhe devidamente.

Até o fim da segunda parte da *Mater et Magistra*, recorda-se mais uma vez que é inerente ao direito de propriedade privada uma função social. É que, como insiste

Vives, nós somos *dispensadores* de todo bem que possuímos, seja ele material ou espiritual, E sua legitimidade depende de que façamos partícipes os nossos próximos. Trata-se da ideia de *difusão e comunicabilidade dos bens*, que é uma constante em nossa Civilização Ocidental, desde Platão até as grandes encíclicas pontifícias sobre a Questão Social.

A terceira parte se inicia com a consideração de um novo aspecto nas relações econômicas, que não se esgotam, por certo, naquelas muito importantes que existem entre o capital e o trabalho, mas que se estendem também às que devem mediar entre os diversos setores – indústria, agricultura, comércio, serviços -, assim como entre as áreas diversamente desenvolvidas no interior de cada nação.

Destaca-se o fato mundial – em nosso país, já há vinte anos – de um êxodo da população rural para a cidade, que se verifica em quase todas as nações e, algumas vezes, adquire proporções multitudinárias e cria problemas humanos complexos, de difícil solução.

É o caso argentino. Não acreditamos que exista outro país com uma distribuição demográfica mais antinatural, mais antieconômica, mais antinacional.

Somente uma prolixa traição ou uma extrema insensatez pode explicar o absurdo de que quase metade da população, em um território de quase três milhões de km2, resida em uma

gigantesca urbe, a Grande Buenos Aires, presa em dificuldades artificiais e irremediáveis: moradia, água, energia, higiene, transportes e a mais funesta de todas, que é o relaxamento moral, consequência da promiscuidade imperante nas chamadas *Villa Miseria*.

Idêntica situação se repete em outras grandes concentrações urbanas como Rosário e Córdoba, inclusive em cidades menores.

O imenso espaço rural da Pátria ainda é em grande parte um deserto. Sua população não chega à terça parte do total, apesar de continuarmos a ser, em 1963, um país agropecuário com um desenvolvimento industrial ligado principalmente a matérias-primas produzidas pela agricultura, pela pecuária ou pela exploração florestal; cereais, algodão, videira e outras frutíferas, madeiras, carnes, produtos de granja etc.

E aqui está outro manifesto contrassenso. Assim como nas grandes urbes, a maioria dos operários e empregados possuem sua moradia longe dos locais de trabalho, as fábricas se concentram principalmente na Grande Buenos Aires, a centenas de quilômetros da zona de produção das matérias-primas que elaboram.

É óbvio que as mais elementares exigências do bem comum e de uma sã economia impõem a desconcentração da população e a transferência das grandes fábricas com seu pessoal, com a prévia construção das plantas industriais e dos bairros residenciais correspondentes. Assim, por exemplo, as indústrias de lá no sul, as algodoeiras no norte do país.

Não existe outra solução viável para as graves dificuldades enunciadas, inclusive para eliminar os grandes viveiros do marxismo que são as aglomerações maciças de operários. Por

outro lado, essa redistribuição racional da população facilitaria o desenvolvimento das economias regionais e o enraizamento na terra.

Uma política econômica orientada nesse sentido elevaria o nível de vida da população rural até a altura da industrial e comercial, ao mesmo tempo que iria impor um desenvolvimento conveniente aos serviços públicos essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, moradia, assistência sanitária, instrução e educação etc.

Desde modo, tender-se-ia a conseguir o objetivo assinalado pela *Mater et Magistra*: "*Deseja-se, além disso, que o desenvolvimento econômico das comunidades políticas seja realizado de maneira gradual e com uma harmônica proporção entre todos os setores produtivos... É preciso lembrar também que no setor agrário, como ademais em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente uma exigência vital; e o é muito mais quando o setor tem como base a empresa de dimensões familiares. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários entre si e colaborar para dar vida a iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais, umas e outras necessárias para se ajudarem na produção com os progressos científicos e técnicos, para contribuírem eficazmente na defesa dos preços dos produtores, para se colocarem em pé de igualdade diante das categorias econômico-profissionais dos outros setores produtivos*".

É compreensível que patrões e operários, dirigentes e dirigidos de todos os setores econômicos, ao utilizarem suas múltiplas organizações, devem enquadrar-se na ordem moral e jurídica, conciliando seus direitos e interesses com os de outras categorias

econômico-profissionais, sempre subordinadas ao bem comum. Para assegurar essa conciliação e essa subordinação, deve intervir a ação do Estado.

Os poderes públicos devem favorecer e ajudar a iniciativa privada como já insistimos anteriormente, mas, ao mesmo tempo, prevenindo toda forma de especulação e usura. A produção e o comércio não devem ser jamais a finalidade da economia nacional, mas as necessidades reais da comunidade. A economia não deve estar a serviço da produção nem do lucro, mas do consumo.

Repetimos que somente uma estrutura corporativa e a máxima difusão da propriedade privada podem equilibrar harmonicamente os interesses econômicos e as aspirações sociais, sob o cuidado de um Estado soberano, livre de pressões internas e externas, sejam elas plutocráticas ou operárias.

Em lugar de luta de classes, solidariedade social de todos os estratos para colaborar na obra comum, dentro de cada família profissional. Esta colaboração requer que os grandes grupos profissionais se organizem em corporações mistas – patrões, quadros dirigentes e operários e autônomos. Também a seguridade social e a jubilação ou aposentadoria devem ser resolvidas no seio de cada corporação, sem a ingerência estatal.

O Estado intervém como supremo regulador do bem comum, isto é, como árbitro e em forma subsidiária para compensar defecções ou corrigir abusos no funcionamento dos corpos intermediários.

Eis aqui as diretivas da magistral encíclica *Mater et Magistra* para a solução católica da questão social; a única capaz de enfrentar e superar o Comunismo em seu avanço avassalador.

DOUTRINA NEGATIVA

O absolutismo da propriedade privada no Direito Liberal e a crítica marxista da propriedade privada, completando sua crítica da Religião e do Estado. Estrutura econômica da sociedade e as superestruturas ideológicas: religiosa, filosófica, jurídica etc., na concepção do Comunismo.

É oportuno recordar, uma vez mais, que o Liberalismo, em todas as suas manifestações teóricas e práticas, tem um sentido negativo, dissociador, radicalmente anticristão. Isto se evidencia em seu postulado da liberdade individual ou da pessoa humana como princípio primordial e fim último, isto é, como o bem supremo da vida. É o sentido absoluto da liberdade do homem que se pretende afirmar na negação de todo limite e de toda lei que não emanem dela mesma. É a liberdade do egoísmo que só reconhece a si mesmo no processo de libertação de todo compromisso ou obrigação anterior ou superior à sua expressa escolha.

Compreende-se que este processo dialético de negação em negação culmine inexoravelmente na negociação da própria liberdade de negar-se, de recusar-se, de reservar-se inteiramente para si. A progressiva dissociação do egoísmo termina com o aniquilamento completo do eu na massificação coletivista, na escravidão do Comunismo Ateu e Materialista.

O Cardeal Ottaviani nos ilustra sobre esta dialética da liberdade liberal:

"*O homem, segundo Rousseau, está preso por culpa da sociedade, não obstante ter nascido livre, mas acontece que ele*

rompeu as pretensas cadeias: as do serviço de Deus, a do culto à Verdade, as do respeito à tradição e as da civilização (a barbárie está na moda). O homem rompeu todos os vínculos mais sagrados e, não obstante, nunca se achou mais aprisionado".

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que traduz fielmente o espírito liberal e maçônico da Revolução Francesa, é a máxima exaltação do homem egoísta. Karl Marx soube descrever isso com aguda perspicácia e o expõe cinicamente em um breve ensaio juvenil sobre a questão judaica: "*Os chamados direitos humanos, diferentemente dos direitos do cidadão, não são outra coisa senão os direitos do homem egoísta, membro efetivo da sociedade burguesa que o Estado deve proteger e garantir. Daí resulta que a vida é um simples meio a serviço da sociedade do homem egoísta, cujo fim ao associar-se não é a união com seus semelhantes, mas garantir o isolamento e o tranquilo desfrute de seus bens, ao amparo das leis convencionais*".

E Rousseau disse: "*Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja, com a força comum, a pessoa e os bens de cada associado; e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo e permaneça tão livre como antes. Tal é o problema fundamental do contrato*".[54]

Evidencia-se nesta proposta liberal, democrática e burguesa, que não se leva em conta em absoluto o Bem Comum, e que se considera exclusivamente o bem do indivíduo, princípio e fim da sociedade.

---

54 ROSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*, V.

A sofística liberal consiste na separação abstrata do homem como ser político, o cidadão genérico, e do homem como ser social, o indivíduo real e concreto, que é rico ou pobre, virtuoso ou vicioso, honesto ou hábil para parecê-lo; tudo isso nos mais diversos graus.

O Estado anula aparentemente, no plano político, todas essas diferenças de nascimento, de fortuna, de condição, de cultura, de profissão, de conduta; considera o homem como um ente abstrato e o torna membro imaginário de uma imaginária soberania, coparticipante por igual da soberania popular (Marx); isto é, o reduz a algum vazio e indiferente do Sufrágio Universal, secreto e obrigatório (Lei Sáenz Peña). Ao mesmo tempo, porém, deixa atuar o egoísmo na livre concorrência das diferenças acidentais entre os indivíduos, desde as econômicas e sociais até as raciais e culturais.

A apregoada igualdade perante a lei não significa relações entre iguais, por mais livre que cada um seja de contratar ou não: são interesses, necessidades e tentações diferentes que se enfrentam nas relações cotidianas.

A esfera do egoísmo é radicalmente dialética; sua dinâmica é a contradição infinita, a negação da negação, como assinalamos. O amor excessivo pelo próprio eu acaba em aniquilamento do eu na massa informe e servil: "*Não heróis, mas massa*", como disse Marx.

É que o homem egoísta, longe de ser o homem natural ou essencial, é a própria figura do pecado, o estado de separação de Deus e do próximo.

A política liberal desconhece o Pecado Original e a necessidade da divina Redenção para a natureza decaída. Pelo contrário,

ela legitima o homem egoísta, que se supõe naturalmente bom – Locke, Rousseau e o Iluminismo anglo-francês. Quer dizer que ela é anticristã em sua raiz e essência.

O Liberalismo, que se define na ruptura com a tradição católica e na autonomia da razão, inspirou todas as constituições democráticas contemporâneas, inclusive a nossa de 1853 e suas reformas de 1860 e de 1957. Em todas elas, se reconhecem como direitos naturais e imprescritíveis: a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança do indivíduo.

Interessa-nos examinar a instituição da Propriedade Privada nesse *novo direito*. Ela é apresentada, assim como todas as outras, como uma prerrogativa do homem egoísta.

A constituição francesa de 1793, em seu artigo 16, a define: "*O direito do cidadão de gozar e dispor a seu bel prazer de todos os seus bens, de suas rendas, dos frutos de seu trabalho e de sua iniciativa*".

O código de Napoleão, em seu artigo 544, reitera que é "*o direito de gozar e de dispor das coisas da maneira mais absoluta*".

Nossa Constituição Nacional não é tão categórica e precisa, mas estabelece no mesmo sentido liberal, no artigo 14, que é o direito de todo habitante de usar e dispor de sua propriedade, e que "*a propriedade é inviolável*", no artigo 17.

São todas estas posições do egoísmo que se afastam radicalmente da justiça e da caridade. Já expusemos na parte positiva da Doutrina o pensamento tradicional. A exigência constante é a comunicação dos bens que se possuem, sejam materiais ou espirituais. Não se concebe que o proprietário possa gozar e dispor a seu capricho dos bens possuídos. Nada do que temos é somente para nós. A legitimidade da posse depende do uso

social, de que tornemos participantes os nossos próximos, aqueles que mais necessitam de nós.

O exercício do direito da Propriedade Privada, assim como toda a atividade econômica do homem egoísta, afasta-se absolutamente do Bem Comum divino e humano. Manifesta-se como usura, especulação e exploração plutocrática na economia de lucro, inevitável no regime liberal e burguês.

"*Por outro lado, nenhum dos chamados direitos humanos vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo dobrado sobre si mesmo, dissociado da comunidade... o único nexo que mantém os indivíduos em coesão são a necessidade e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta.*"[55]

É notório que a crítica marxista da Propriedade Privada, assim como a crítica da Religião e do Direito, jamais se refere à instituição tal como foi concebida e realizada no Ocidente Cristão ao longo de mil e quinhentos anos, durante o processo de formação das grandes nações europeias: França, Inglaterra, Espanha, Portugal.

Marx e Engels falsificam impudicamente a história da Civilização Ocidental quando declaram, no *Manifesto Comunista* de 1848: "*A revolução comunista é a ruptura mais radical com o regime tradicional da propriedade; não existe nada de estranho se, no decorrer de seu desenvolvimento, ele rompe da maneira mais radical com as ideias tradicionais*".

55 MARX, Karl. *A Questão Judaica.*

A verdade é que não se trata de ruptura com o regime da propriedade, nem com as ideias da tradição, mas com as instituições e as ideologias do regime liberal burguês, inspirado na Revolução dos modernos, a partir da Reforma Protestante no século XVI.

A crítica marxista é puramente negativa, dialética, niilista. Ela deixa a descoberto, é claro, a raiz egoísta da Civilização liberal, plutocrática e progressista de 1600 a 1900, que quis levantar-se sem Cristo e ser exclusivamente do homem, mas como se fosse a verdadeira Civilização greco-romano-cristã.

A crítica marxista pretende que a própria Religião de Cristo não passa de uma superestrutura ideológica que surgiu como uma compensação ilusória do egoísmo frustrado em sua felicidade terrena. O homem egoísta, na futura sociedade comunista, terá alcançado a felicidade real nesta terra, e já não terá necessidade de uma suposta felicidade no além. Consumada a redenção humana, não lhe fará falta nenhuma Redenção divina, e Cristo passará a ser uma curiosidade da época em que o homem necessitava das ilusões para viver.

"*A destruição da Religião como felicidade ilusória do povo é uma exigência de sua felicidade real.*"[56]

A crise marxista do Direito não é a crítica das instituições jurídicas da grande tradição católica e romana, mas daquelas que o liberalismo esvaziou de toda substância ética, de todo espírito de justiça e caridade, para reduzi-las ideologicamente a uma nova ordem coactiva e externa às relações sociais: "*expressão*

56 MARX, Karl. *Para uma crítica da filosofia do Direito de Hegel.*

oficial do fato" – diz Marx – da exploração da maioria por uma minoria erigida em classe dominante, inclusive à sombra augusta da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.

A inspiração satânica da crítica impiedosa de Marx e dos marxistas se evidencia na deliberada confusão mental e no ressentimento feroz que propagaram universalmente: a confusão generalizada entre a ordem cristã ocidental e a desordem liberal e burguesa, transpondo o ódio que provoca o espírito de usura e avareza do homem egoísta para o Cristo crucificado por Amor e sua Igreja que prolonga a Encarnação do tempo.

É claro que também contribui eficazmente para exasperar o ressentimento social face ao aburguesamento da Igreja humana e dos católicos.

Vamos resumir agora a crítica marxista da Propriedade Privada e da economia capitalista. É uma prova a mais da sinistra transposição que acabamos de denunciar, e que é toda a força ideológica do Comunismo:

"*A dialética sofista de Marx, empenhada profundamente em 'O Capital', apresenta a famosa sentença socialista de seu adversário Proudhon – 'a propriedade é um roubo' – como uma conclusão cientificamente demonstrada.*

"*A chamada acumulação primitiva dos futuros empresários capitalistas na primeira fase do desenvolvimento da sociedade moderna, foi o fruto da rapina, do roubo violento.*

"*Os ganhos que os capitalistas obtêm em suas empresas resultam da apropriação do excedente de valor – mais valia – que o trabalhador produz sobre o salário recebido. E esta exploração do operário é uma consequência necessária do mecanismo da estrutura econômica, de tal modo que enquanto subsistir a*

forma da economia capitalista, o operário será explorado, será despojado, será uma vítima, sejam quais forem os sentimentos e disposições éticas de seus patrões.

"Quer dizer que os proprietários têm de desaparecer para que se libertem os proletários da condição de explorados. Aqui está a contradição funcionando nos termos extremos que se excluem absolutamente entre si.

"E Marx acrescenta, além disso, que os proprietários vão desaparecer necessariamente pela própria lei do desenvolvimento capitalista: 'A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que são incompatíveis com o invólucro capitalista. Este se rompe. Soa a hora final da propriedade capitalista, os expropriadores são expropriados.'[57]

"Não só está compreendida na consciência marxista de classe a posição do proprietário como a de um ladrão que se apropria, queiram ou não, daquilo que pertence ao assalariado como fruto de seu trabalho, mas também inclui a certeza absoluta de que os expropriadores serão expropriados e que este desenlace ocorrerá tão fatalmente como um processo natural."[58]

A União Soviética e os demais Estados comunistas atrás e à frente da "cortina de ferro" documentam a respeito da grande farsa e do caráter dialético – nada mais que aparente – da crítica teórica e prática do marxismo: suprime-se a Propriedade Privada na massa escravizada e inerte; mas não só não se suprime a economia de produção, de lucro e de poder, à margem do Bem

57 MARX, Karl. *O Capital.*
58 GENTA, Jordán Bruno. *Libre Examen e Comunismo,* Capítulo II, pp. 203 e 204 desta edição

Comum e do bem da pessoa, mas ela se levanta agora sobre o supercapitalismo do Estado Comunista ou Socialista e o egoísmo satânico de seus dirigentes.

E a Internacional Supercapitalista dos Bancos vai coincidir finalmente – se Deus o permitir – com o Estado Supercapitalista da Internacional Comunista no domínio único e exclusivo do mundo inteiro: um só rebanho e um só pastor que, em lugar de ser o Vigário de Cristo, será o de Satanás, o Anticristo.

Tal é o objetivo final da Guerra Revolucionária do Comunismo financiada pelos Bancos Internacionais – cujos titulares são principalmente judeus -, mas não o conseguirá, nem sequer por um instante, se, com a ajuda de Deus, nos dispusermos a lutar pela instauração de todas as coisas em Cristo, Nosso Senhor e Senhor da Pátria.

O Liberalismo e seu espírito de liberdade individual fora da Verdade que é Cristo, no melhor dos casos é uma posição suicida: tem de desaparecer para abrir passagem para a abolição da liberdade, que é o inferno comunista.

Não é prudente, nem sensato, nem razoável acreditar que se pode chegar a restaurar a Pátria e o mundo em Cristo pela via democrática e burguesa do Sufrágio Universal. Ainda mais, é imprudente, insensato e absurdo, porque o próprio Marx já no-lo antecipou: "*O Sufrágio Universal é o medidor da maturidade do proletariado*".[59]

O liberalismo não é solução, nem por meio de eleições nem pela força, porque "*o aspecto mais sinistramente típico*

59 MARX, Karl. *Origens da Família*.

da época moderna se encontra na tentativa absurda de querer edificar uma ordem temporal sólida e fecunda fora de Deus".[60]

A solução da Questão Social, reiterando o exposto na *Doutrina Positiva*, deve ser buscada na estruturação corporativa ou sindical, autônoma, harmônica e solidária, e na máxima difusão da propriedade privada, graças à capitalização dos benefícios legítimos do trabalho em favor do trabalhador, e independente do justo salário. Tudo isto sob a proteção, assistência e intervenção subsidiária do Estado, que tem o cuidado do Bem Comum. E em tudo a Caridade, porque a justiça natural não basta para a paz estável, para a tranquilidade duradoura na ordem.

A Fé Católica nos ensina que sempre haverá ricos e pobres, assim como fortes e fracos, lúcidos e brutos. A verdadeira justiça social não consiste em abolir essas diferenças acidentais, já que resultam da natureza individual de cada um e das condições próprias de família e de nação.

A pretensa solução comunista – comunidade de bens – é uma violência contra a natureza humana que acaba com a dignidade e a liberdade, tanto da pessoa como da família.

Nosso Senhor Jesus Cristo ama a pobreza decorosa, humilde e sossegada, sem inveja nem ansiedade; a pobreza desses pobres ricos que têm o seu coração no d'Ele, porque ali está o seu tesouro.

Também ama os ricos generosos, simples, caritativos, que sabem fazer-se perdoar por sua riqueza e até se fazem amar pelos pobres.

---

60 Papa João XXIII. *Mater et Magistra*.

Deus não suporta, ao contrário, a avareza, raiz psicológica do pecado; isto é, o sórdido egoísmo que se manifesta igualmente na soberba insensível dos ricos e na soberba rancorosa dos pobres sem humildade.

A diferença gera ódio, mas entre ricos miseráveis e pobres miserabilizados pela insensibilidade burguesa e pela ideologia marxista. O Estado Liberal e o Estado Comunista não são mais que expressões dialéticas do homem egoísta, dissociado de Deus e do próximo.

"*Não haveria socialismo nem comunismo se os governantes dos povos não tivessem desprezado os ensinamentos e advertências maternais da Igreja; mas os governos preferem construir sobre as bases do liberalismo e do laicismo outras estruturas sociais que, ainda que à primeira vista parecem apresentar um aspecto firme e grandioso, demonstraram prontamente sua carência de fundamentos sólidos, pelo que foram ruindo uma atrás da outra, como tem de cair por terra tudo o que não se apoia sobre a única pedra angular, que é Jesus Cristo.*"[61]

A questão social não é principalmente econômica, mas religiosa. É por isso que tampouco existe uma solução econômica para a mesma, como pretendem os materialistas da História, sejam eles liberais manchesterianos ou marxistas. A solução é religiosa porque, acrescenta Pio XI: "*a doutrina da Igreja é a única doutrina que, como em todos os outros campos, e também no terreno social, pode trazer verdadeira luz e ser a salvação diante da ideologia comunista*".

61 Papa Pio XI, *Divini Redemptoris*.

TEMA VIII

DOUTRINA POSITIVA

A Educação Cristã e Nacional. A Escola e a Universidade a serviço da Verdade e da Pátria.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA ARGENTINA EM TODOS OS SEUS GRAUS – PRIMÁRIO, secundário e superior – deve ser *cristocêntrica, patriótica, tradicionalista e hierárquica:*

1. Porque é a educação verdadeira, completa e perfeita do cidadão: "*forma o homem como deve ser e como deve comportar-se nesta vida temporal para conseguir o fim último, a vida eterna*".[62]

2. Porque é a melhor que corresponde à Argentina real e à íntegra tradição católica e hispânica da Pátria: "*Católica é a origem, a raiz e a essência do ser argentino*".[63]

3. Porque o fator principal da Escola que educa para conhecer, amar e servir a Deus e à Pátria é o mestre, o professor, o diretor. E educador é a alma da escola e a Hierarquia natural em sua ordem: "*O elemento mais importante da escola católica é o mestre*".[64]

4. Porque é preciso "*desenvolver na alma das crianças e dos jovens o espírito hierárquico, que não nega a cada idade o seu próprio desenvolvimento para assim dissipar, tanto quanto possível, essa atmosfera de independência e de excessiva liber-*

62 Papa Pio XI, *Divini Illius Magistri*.
63 EPISCOPADO NACIONAL, *Pastoral sobre a Maçonaria*.
64 Papa Pio XII, Carta de 5 de agosto de 1957.

dade que em nossos dias respira a juventude, e que a levaria a repelir toda autoridade e todo freio".[65]

5. Porque é a educação que reclama peremptoriamente a Guerra Contrarrevolucionária, o enfrentamento eficaz do Comunismo e de seus aliados ideológicos, o laicismo maçônico e a subversão marxista da Universidade Nacional: "*o mal que se há de combater, considerado em sua primeira fonte, é de natureza espiritual; e é dessa fonte que brotam necessariamente todas as monstruosidades do Comunismo...*

Combatê-lo com meios puramente econômicos e políticos é deixar-se arrastar por um erro perigoso".[66]

Trata-se, pois, de implantar uma educação cristã, nacional, hierarquizada, de acordo com a exigência de um patriotismo intensificado pelo perigo mortal e iminente que significa a decomposição interna e o avanço devastador do Comunismo na Pátria. Não é um nacionalismo egoísta, avarento, exclusivo, excludente, o qual não seria mais que um princípio liberal, dialético e desagregador. Ao contrário, é a posição docente de um nacionalismo generoso, aberto, compreensivo e caritativo, pois se ordena à universidade católica, à transcendência cristocêntrica.

Nacionalismo falso, vicioso, aberrante é o da parte que está usurpando completamente o lugar; é o nacionalismo particular e relativo proposto como se fosse universal e absoluto: o nacionalismo da raça, da classe, do partido, do clube, da seita ou do

65 Papa Pio XII, *Radiomensagem de 6 de outubro de 1948*.
66 Papa Pio XI, *Divini Redemptoris*.

Estado, aquele que Hegel deifica em sua "Filosofia do Direito" e pretende que seja "*a entrada de Deus no mundo*".

A doutrina pontifícia nos ensina que "*a missão de educar cabe, antes de tudo e sobretudo, à Igreja e à Família, por direito divino e natural... e cabe à Sociedade Civil, conforme seu fim próprio, o Bem Comum Temporal*".[67]

O Estado ou Sociedade Civil tem uma dupla função relativa à educação: *proteger* e *promover,* sem jamais absorver a família nem o indivíduo; e *substituir* a família em caso de sua ausência, incapacidade manifesta ou comprovada indignidade dos pais. É público e notório na Argentina de hoje o estado de dissolução em que se encontra a instituição da família, tanto de fato quanto de direito. Ainda existem famílias bem constituídas, verdadeiros lares como exige a criação e a educação dos filhos, mas a nota característica é, cada vez mais, a confusão e a desordem. Sua consequência inevitável se manifesta na extrema corrupção dos costumes públicos e no relaxamento moral da juventude – impudicícia e liberdade sexual, ociosidade e vícios nefandos, promiscuidade e delinquência, em constante aumento -, e tudo isso amolece, perverte e decompõe as forças da resistência da Nação e a prepara para a escravidão mais abjeta.

O Estado restaurador deve suprir essa ausência da família no cumprimento da missão educativa: "*remediá-la com os meios idôneos, sempre em conformidade com os direitos naturais da prole e os direitos sobrenaturais da Igreja*".[68]

---

67 Papa Pio XI, *Divini Illius Magistri*.
68 Papa Pio XI. *Divini Illius Magistri*.

Essa intervenção subsidiária do Estado é tanto mais necessária e peremptória quanto mais se faz sentir a falta de uma classe dirigente, moral e intelectualmente idônea para servir ao bem da Pátria. Um século de liberalismo jurídico, de economia semicolonial, de absurda distribuição demográfica, sob a ação aviltante do laicismo escolar, do enciclopedismo naturalista e do profissionalismo utilitário, completado por 45 anos de Reforma Universitária Marxista, converteu-nos em uma Babel de crenças, ideologias e costumes.

Com o *criollo* desarraigado da terra e de suas antigas tradições, com o filho do imigrante cosmopolitizado, e ambos descristianizados pelo laicismo escolar e pelo marxismo universitário, temos deixado de ser um verdadeiro povo, organizado, disciplinado, hierarquizado. Lamentavelmente, viemos declinando até o nível da massa informe, anárquica e confusa, sem unidade espiritual nem ética. A falsificação maçônica da História Pátria nos privou do sentido do ser, de uma verdadeira consciência nacional que se afirma na continuidade solidária com nossas egrégias origens católicas e hispânicas.

Compreende-se que o direito, a educação e a economia da nova Argentina soberana deveriam ser propostos e decididos em identidade essencial com o espírito das velhas fundações espanholas, o que não iria significar, em absoluto, excluir ou rechaçar nenhuma das prodigiosas conquistas do progresso científico e técnico.

A vontade de grandeza futura exige fidelidade à grandeza passada. Os homens da Organização Nacional, com sua mentalidade diminuída e subvertida pelo liberalismo, não entenderam essa grandeza e a desprezaram como uma interminável noite

da barbárie. E se empenharam febrilmente na separação do passado histórico, da terra e de seus mortos; edificaram a nova República sobre a suposta legitimidade do homem egoísta, divorciado de Deus e de seus próximos, que começa e termina em seus interesses individuais.

E foi assim, à sombra desse novo direito do homem egoísta, que se consumaram as

sucessivas violências contra a Nação real e as exigências do Bem Comum, e igualmente em relação à educação, à economia e a administração da justiça.

Alberdi postula uma Constituição que tenha "*o poder das Fadas que construíam palácios em uma noite*"[69]. Em lugar de edificar sobre as instituições da Tradição, construiu-se em uma noite, e em vista de um futuro imaginário, uma República sem alicerces firmes, apoiada em abstrações vazias.

Este desencontro entre o Estado de Direito e a realidade nacional nos explica as ruínas acumuladas em um século de governos oligárquicos ou demagógicos. São as instituições liberais, anárquicas, subversivas, ainda mais que os homens, que impediram o desenvolvimento de um dos países mais extensos e pródigos em riquezas naturais, com uma população majoritariamente europeia, que atualmente ultrapassa os vinte milhões.

As instituições tornaram possível a descristianização progressiva das gerações argentinas: Estado sem Cristo, a família sem Cristo, a escola sem Cristo, a Universidade sem Cristo, a economia e os bancos sem Cristo, o capital e o trabalho sem Cristo.

---

69 ALBERDI, Juan B. *Bases*, Capítulo XVIII.

Uma mentalidade dirigente sem sabedoria, cega para as verdades essenciais e reduzida ao plano empírico da habilidade; o auge e a impunidade da especulação, a usura e a exploração plutocráticas; a luta marxista de classes antagônicas, exasperada por um feroz ressentimento social do proletariado. Tais são as características do deplorável quadro da atual Argentina.

Nós deixamos de ser um verdadeiro povo. E "*massas sem Deus, depois de algum tempo, só se deixam conter pelo terror*", como disse o papa Pio XII.

Assumir a realidade tal qual ela é, saber que a Pátria está gravemente enferma, é a primeira exigência de uma correta colocação do problema educacional.

A tarefa mais urgente deve ser a renovação do espírito que anima a educação nacional e da mentalidade dos educadores – mestres e professores -, junto com a restauração do princípio de autoridade em todos os graus do ensino oficial.

1. A renovação espiritual se iniciará com a implantação do ensino optativo da Religião Católica, Apostólica e Romana, em todos os institutos oficiais de educação primária, secundária e superior. E com o ensino obrigatório da Moral Cristã, que deve chegar a moldar os costumes e usos da vida civil.

Para que esta imprescindível e inadiável renovação espiritual do povo argentino possa ser conseguida, o ensino e a prática da Religião devem ser integrados com:

2. A renovação da mentalidade de mestres e professores em exercício será iniciada com a criação imediata da Escola Superior do Magistério e da Escola Superior do Professorado Secundário, sobre o modelo daquela que funcionou em Buenos Aires, no ano de 1944, sob a dependência do Conselho Nacional

de Educação. O pessoal dirigente deverá assistir e ser aprovado em seus cursos de dois anos – para permanecer em seus postos -, e o pessoal docente para ocupar cargos de direção.

O plano de estudos em ambas as escolas se orientará para a renovação da mente dos educadores, por meio do saber teológico e metafísico, do saber de salvação e do formativo. Trata-se da integração das disciplinas humanistas – filosóficas, pedagógicas, históricas, o estudo da língua castelhana – no Cristocentrismo. A razão disso é que "*não basta ministrar a instrução religiosa para que uma escola se conforme aos direitos da Igreja e da família cristã... Para isso é necessário que todo o ensino e toda a organização da escola – mestres, programas, livros, em cada disciplina – estejam imbuídos de espírito cristão sob a vigilância maternal da Igreja, de sorte que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda instrução, em todos os graus, não só no elementar, mas também no médio e superior*".[70]

É imprescindível que a mente católica informe e oriente o ensino de todas as ciências, virtudes e habilidades, inclusive a educação estética e física das crianças e jovens argentinos. Sem a mente católica no docente, não existe educação católica, por mais que se intensifique a instrução e a prática da Religião.

3. O restabelecimento imediato do princípio de autoridade e da hierarquia docente, com a supressão radical de toda ingerência estudantil no governo das Universidades e Colégios Oficiais. Compreende-se facilmente o que há de subversivo na

70 Papa Pio XI, *Divini Illius Magistri*.

aberração do "companheirismo" [*muchachismo*], assim como em toda forma de demagogia na vida escolar.

Isto não significa que o educando seja uma parte passiva e inerte, mas se encontra dinamicamente subordinado ao educador, como a potência ao ato. Esta subordinação vai diminuindo à medida que se cresce no saber e no domínio de si mesmo.

Reiteramos que a tarefa mais urgente consiste em conseguir essa renovação espiritual, mental e hierárquica do educador em exercício. Depois se há de propor a reforma dos Planos de Estudo em todos os graus e ramificações do ensino; sem pressa, metódica e progressivamente, sempre em vista de uma educação cristocêntrica, patriótica, tradicionalista e hierárquica.

As linhas essenciais da educação integral do homem argentino são:

1. A disciplina do corpo é para a alma, e a da alma é para conhecer, amar e servir a Deus e à Pátria. "*Não esqueçais que o corpo de que vos servis, e em cuja agilidade e harmonia se reflete um traço da beleza e onipotência do Criador, não é mais que um instrumento que possuís para tornar dócil e aberto ao forte influxo da alma... Essa contínua preparação, mesmo quando tenda primordialmente a afirmações do prestígio físico e técnico, deve ter, entretanto, uma influência fecunda e duradoura sobre a alma, que deste modo se enriquece com preciosos costumes*".[71]

71 Papa Pio XII, *Alocução ao Congresso Nacional do Esporte Italiano,* em 26 de abril de 1959.

Por outro lado, a disciplina da educação física e do esporte praticados sem coeducação colabora eficazmente para o cansaço e a dissipação do demônio na idade mais difícil da juventude.

2. A educação da alma inteligente e capaz de querer realiza-se por meio do saber e do domínio de si mesmo.

O saber se diversifica em três graus docentes, conforme sua respectiva finalidade, e se ordena hierarquicamente em vista do fim último do homem:

a. O saber de instrução: sem valor propriamente educativo em si e por si mesmo. Compreende os conhecimentos empíricos, manuais, técnico-científicos, isto é, as verdades utilitárias que nada dizem da essência nem do fim. Aqui, o critério de verdade é o êxito, a eficácia prática, o rendimento útil para a satisfação das necessidades materiais da vida humana. É o saber próprio das ciências empíricas, exatas e experimentais, assim como das artes úteis, manuais ou técnicas.

Não se discute a necessidade deste saber para o homem, que é uma inteligência carnal, o animal racional; mas não é um saber que se busca por si mesmo e para o gozo da contemplação. Ele é buscado para ser usado na prática e na indústria humanas. Não é sabedoria, mas pura habilidade. Confere-nos o domínio do mundo exterior, mas não o do homem interior, o domínio de si mesmo. É por isso que o homem pode ser dono da energia nuclear e dos espaços siderais e, ao mesmo tempo, escravo de suas paixões e arrastar-se em uma existência servil.

O saber de instrução é fator decisivo do Progresso Material, mas não serve por si mesmo, em absoluto, para a Regeneração Moral do homem. Cultiva-se com a mesma eficiência na Cidade Cristã e na Cidade Comunista, sob o sinal da Cruz e sob o sinal

da foice e do martelo. É uma expressão de barbárie somente reconhecer valor científico e docente ao saber de instrução. A escola ativa, de aprender fazendo, de habilidade pura e exclusiva, não educa na Verdade que nos torna livres, mas nas verdades servis que nos degradam até a servidão irremediável. A política que não passa de habilidade trata o homem como se ele fosse uma coisa, um utensílio, um valor de uso.

O saber de instrução é necessário, imprescindível, e deve ser oferecido na escola elementar em uma escala suficiente para preencher as exigências mínimas de um mundo que se tornou altamente técnico. Também se requer a preparação média e superior dos artesãos, técnicos, profissionais e pesquisadores de que o país necessita para seu desenvolvimento material. Mas deve-se compreender que este saber não é educativo em nenhum de seus graus; não educa porque não faz o homem melhor nem pior, não o aperfeiçoa em sabedoria nem na justiça.

b. O saber de formação: propriamente educativo, compreende a metafísica, a lógica, a retórica, a estética, a ética (psicologia, política, história pátria e história universal); são as verdades essenciais que revelam a razão de ser e a finalidade do que existe. É um saber para entender, ver dentro, contemplar aquilo que cada coisa é e seu lugar na hierarquia do Universo. Dá-nos o sentido da medida, o sentido da proporção que nos permite tratar com adequação e justiça todos os outros seres. São verdades para servir, não para usar; ensinam-nos a definição que distingue e hierarquiza, assim como o respeito devido aos demais. O saber de formação aperfeiçoa nosso ser na Verdade que nos faz livres e senhores de nós mesmos. É a sabedoria humana que fundamenta a virtude prudencial e o sentido do que é justo.

As disciplinas formativas por excelência, além da Religião e da Moral, são a Linguagem e a História, tanto nos Planos de Estudo do curso primário como do secundário. A Filosofia, a Lógica, a Psicologia e as Ciências Pedagógicas são estudadas nos últimos anos do Bacharelado e do Magistério. A Linguagem e a História, ao contrário, são disciplinas permanentes, e sobre elas deve estruturar-se a educação intelectual e a formação do caráter das crianças e dos adolescentes. Um erro funesto dos pedagogos modernos foi erigir as Matemáticas, segundo o critério cartesiano, na Ciência que rege a educação. E incorreu-se em semelhante desordem apesar do que se sabe desde Aristóteles: que "*as Matemáticas não comunicam com o Bem*". A Ciência da Quantidade não tem outro valor formativo da inteligência, senão como o escalão intermediário entre o primeiro e o terceiro grau da abstração, entre o plano empírico e o plano metafísico. Sua aplicação prática se estende ao mundo corpóreo, sensível, espacial, isto é, a tudo o que se pode medir com a unidade vazia e indiferente do número.

O mundo do homem interior, a alma imaterial e imortal com seus estados, hábitos e atos, com seu amor à sabedoria e suas virtudes éticas, com as instituições sociais, culturais e religiosas, que desdobra o cenário da História Nacional e Universal; em uma palavra, nada que seja do espírito pode ser medido com a unidade abstrata do número.

A unidade da medida para a alma e seus bens próprios é Deus, suma perfeição do ser, de verdade e de bondade. A maior ou menor distância de Deus, sua proximidade na semelhança ou seu afastamento na dessemelhança, medem a beleza ou a feiura da alma e da Cidade. É por isso que a educação integral e plena é regida pelo saber formativo.

Deve-se incluir a Geografia na educação formativa do homem, na medida em que estuda o espaço onde acontece seu destino pessoal e histórico, e sobre o qual se imprime o selo de sua espiritualidade.

c. O saber de salvação: que eleva o homem acima de si mesmo e o torna participante, pela graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, da vida de Deus na Fé, Esperança e Caridade sobrenaturais. Ensina Pio XI que "é errôneo todo método de educação que se fundamente, em todo ou em parte, sobre a negação ou o esquecimento do Pecado Original e da Graça e, por isso, se fundamente sobre as forças isoladas da natureza humana".[72]

Quer dizer que toda verdadeira pedagogia tem seu ponto de partida no reconhecimento de que o homem é uma natureza ferida pelo Pecado Original e redimida na Cruz pelo próprio Verbo de Deus, que veio na carne e permanece junto de nós na Igreja de Cristo.

Fora da Graça, sem a união com Deus em Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não existe formação completa, nem educação integral. O Cristocentrismo é uma exigência da natureza decaída e do fim último, que é a salvação eterna.

A formação do homem não é somente a passagem gradual da potência ao ato, mas a agonia de sua divina Redenção: a sabedoria humana necessita integrar-se na Fé Sobrenatural para entender as coisas de Deus e as coisas do homem em relação com Deus; o anelo de imortalidade necessita da Esperança sobrenatural, e a plenitude da justiça necessita da Caridade sobrenatural.

---

72 Papa Pio XI. *Divini Illius Magistri.*

Os três graus do saber docente ordenam-se hierarquicamente no corpo da doutrina, cuja cabeça é Cristo, a Verdade de que participam todas as coisas, por quem todas as coisas foram feitas e em quem todas elas permanecem.

"Insistimos no Cristocentrismo como supremo princípio pedagógico, porque o homem não pode superar, com recursos simplesmente humanos, as contradições de sua existência. Ele é o autor exclusivo de sua queda, mas não pode levantar-se por si só: Cristo é a única ajuda eficaz, a única escada possível, o único caminho de retorno ao Princípio.

"Somente em Cristo se pode educar o corpo para a alma, e a alma para Deus e o próximo.

"Cristo é o único e verdadeiro Mestre. Seu magistério tem sua raiz em ser ele o Princípio, e nos fala porque é o Verbo.

"Que é, então, o magistério humano:

"Imitação de Cristo, pedagogia do Verbo.

"A atividade escolar, inclusive na preparação para os fins temporais, deve promover um verdadeiro ascetismo: máxima exigência e disciplina constante até conseguir o domínio de si mesmo na fidelidade a Deus, à Pátria e à família, junto a uma comprovada idoneidade profissional".[73]

A Universidade Nacional, que forma a futura classe dirigente, deve ser estruturada e governada de acordo com sua missão.

"*O fim da Universidade é a contemplação da Verdade imutável e o cuidado da alma da Nação.*

73 GENTA, Jordán Bruno. *Derivaciones Pedagógicas del Pecado Original.*

"A Universidade é uma instituição definitivamente medieval; nasceu na velha Cidade europeia cumulada pelo espírito e pelo sangue de gerações que foram disciplinadas na Fé ilustradíssima. Mas a Universidade que se levanta e se apoia em um solo histórico não está envolvida pelo horizonte da Cidade mortal. Enquanto ela é essencialmente uma disciplina da inteligência, só está submetida às exigências da Verdade que transcende todas as relatividades humanas e todos os limites temporais.

"A Universidade é a instituição corporativa dos mestres e dos estudantes que se diversifica e hierarquiza segundo os graus do saber e da verdade; é também o ordenamento jurídico autônomo que protege o repouso da contemplação e da pesquisa puras, diante das agitações dos homens ocupados na administração e na economia da Cidade.

"O governo da Universidade é naturalmente a autoridade dos que sabem e ensinam sobre os que não sabem e devem aprender para alcançarem, por sua vez, a autoridade da sabedoria e das ciências. Qualquer outra espécie de governo corrompe e destrói a Universidade.

"Se a Universidade é o lugar natural da vida da inteligência separada, seu regime de governo não pode ser a cópia nem o arremedo dos múltiplos e variáveis regimes das Cidades.

"A lei da Universidade é invariável como toda lei natural; é imóvel como a Verdade que constitui a razão de ser e o fim de sua existência. O estatuto da Universidade não pode incluir um artigo 30 que diga: 'Esta constituição pode ser alterada no todo ou em cada uma de suas partes'.

"A Universidade existe no Estado, mas não é uma instituição do Estado; deve ser reconhecida, respeitada, protegida pelo Estado em seu regime natural e em sua autonomia."[74]

A educação política e militar do cidadão, naturalmente a cargo do Estado, deve conformar-se ao sentido de serviço do bem da Pátria em Cristo. O Bem Comum Temporal está na mesma linha do Bem Comum Eterno.

A educação em todos os seus graus e diversificações deverá cooperar, com a ajuda de Deus, para a reconstrução da Pátria e do mundo em Jesus Cristo.

DOUTRINA NEGATIVA

A Reforma Laicista da Educação em todos os seus graus. A implantação de uma Escola sem Religião e sem Tradição. Descristianização e desenraizamento progressivos. A Reforma Educacional de 80 em nosso país e a Reforma Universitária de 18. Laicismo e Marxismo na formação das gerações argentinas e, em particular, em sua atual classe dirigente. Consequências para a luta contra o Comunismo.

Em 8 de julho de 1884, sanciona-se a lei 1420 da Educação Comum. O significado e a transcendência de sua aplicação durante gerações ficaram manifestos ao final do memorável discurso pronunciado pelo Dr. Pedro Goyena durante o debate na Câmara de Deputados da Nação:

74 GENTA, Jordán Bruno. *Rehabilitación de la Inteligencia*.

"*Senhores, amanhã regressareis para as províncias que vos enviaram a esta Câmara. Ali onde a Fé se conserva, vão perguntar-vos qual é o principal trabalho legislativo do ano.* 'Descristianizamos a escola', *será a resposta se prevalecer o projeto dos senhores deputados. Imaginai o efeito dessa notícia no seio das famílias; e não esqueçais que nesses assuntos devemos legislar inspirando-nos nas tradições do povo e sentindo as palpitações de seu coração*".

E o projeto tornou-se lei; o que, na prática, se traduziu não só na eliminação do ensino religioso, mas na descristianização total da educação primária e secundária; isto é, na implantação sistemática de um laicismo integral nas escolas públicas; e também nas privadas, devido à obrigatória subordinação ao molde oficial, sobretudo no ensino da Língua Castelhana, da História Pátria e Universal, da Moral e Instrução Cívica, da Filosofia e da Pedagogia.

Desde 1871, com a criação da Escola Normal de Paraná, modelo das subsequentes que se espalharam por todo o país, Sarmiento havia iniciado a formação de mestres e professores argentinos na mentalidade laicista e na ruptura com a Tradição Católica e Hispânica da Pátria.

Contrataram-se professores e mestras norte-americanas, protestantes e maçons, para preparar os primeiros grupos de educadores argentinos. O presidente Sarmiento e, em geral, os condutores e organizadores da Nação, acreditavam servir deste modo à causa da Civilização e do Progresso, gravemente comprometida por nosso passado espanhol, obscurantista, retrógrado e bárbaro.

Nos capítulos 13 e 14 da edição definitiva das *Bases* de Alberdi, fixa-se claramente a política educacional em harmonia com a Constituição Nacional que nos rege desde 1853:

"*A instrução, para ser fecunda, há de limitar-se às ciências e artes de aplicação a coisas práticas, a línguas vivas, a conhecimentos de utilidade material e imediata.*

"*O idioma inglês como idioma da liberdade, da indústria e da ordem, deve ser ainda mais obrigatório que o latim; não se deveria dar um diploma nem título universitário a um jovem que não o fale...*

"*A indústria é o grande meio da moralização... A Inglaterra e os Estados Unidos chegaram à moralidade religiosa pela indústria; e a Espanha não pôde chegar à indústria e à liberdade devido à simples devoção...*

"*Com a revolução americana, acabou a ação da Europa espanhola neste continente, mas tomou o seu lugar a ação da Europa anglo-saxã e francesa. Os americanos de hoje somos europeus que trocamos de mestres; à iniciativa espanhola sucedeu a inglesa e a francesa... à necessidade de glória, sucedeu a necessidade de proveito e comodidade, e o heroísmo guerreiro não é mais o órgão competente das necessidades prosaicas do comércio e da indústria, que constituem a vida atual destes países.*"

Estendemos a citação para que se aprecie devidamente que a mesma ideia orientadora presidiu a constituição do Estado, do Direito, a Economia e a Educação nacionais. À Constituição sem Religião nem Metafísica deve corresponder um Direito, uma Economia e uma Educação sem Religião nem Metafísica: o Laicismo Integral.

No capítulo 30, Alberdi insiste que a missão da Constituição "*é essencialmente econômica*" e tem um caráter circunstancial.

Em harmonia com esse espírito liberal, econômico e burguês que preside a Constituição de 53, Sarmiento e seus irmãos

maçons tinham de propor uma educação nacional com sentido positivista e utilitário. Uma escola sem Religião nem Metafísica em todos os seus graus, que espera dos princípios da vida civilizada e progressista a Democracia Liberal e a Técnica Científica.

José Manuel Estrada e seus irmãos católicos de 80 denunciaram esse viés naturalista e utilitário da nova educação já oficializada:

"*É uma insânia incomparável negar a ordem sobrenatural, a Providência, a imortalidade da alma, as recompensas e os castigos futuros... É um atentado derrogar o direito divino retirando da Igreja, e derrogar o direito natural, retirando da família suas respectivas funções na educação da infância, aniquilando o organismo da Sociedade cristã e subjugando-a sob a pressão do Estado de molde cesáreo em que o poder é tudo e o homem é nada.*"[75]

Para compreender em todo o seu alcance esta acusação da prepotência totalitária do Estado jacobino – demoliberal -, é preciso ter presente a população argentina até 1890, católica em sua quase totalidade, incluindo o aporte imigratório, em sua maioria italiano e espanhol.

Uma insignificante minoria ilustrada e uniformada nas Lojas Maçônicas, cuja substância doutrinária é o Laicismo Integral, impôs oficialmente um Direito sem Cristo, uma Economia sem Cristo e uma Escola sem Cristo a um povo cristão. Esta é a verdadeira história pátria nos últimos cem anos.

---

75 ESTRADA, José Manuel. *O Liberalismo e o Povo*, 7 de julho de 1889.

O laicismo escolar é a projeção pedagógica da concepção naturalista e utilitária da vida. O protótipo humano é o bom homem Ricardo, versão idealizada de seu autor, Benjamin Franklin, grão-maçom, inventor do para-raios e da conhecida sentença burguesa: "*tempo é dinheiro*".

Sarmiento não vacilava em sustentar que Franklin supera em moral a Jesus Cristo, que ignora o lado econômico da vida. E a verdade é que a contemplação e a doação generosa de si mesmo não conseguem que o dinheiro gere mais dinheiro. Mas é fácil fazer fortuna com trabalho e poupança, com zelo e pontualidade, com castidade por economia e com honestidade pelo negócio da consideração pública.

É por isso que o máximo promotor do laicismo escolar em nossa Pátria insiste em propor esse modelo à infância e à juventude argentinas:

"VIDA DE FRANKLIN. *Encomendei a um amigo a tradução, a fim de popularizar o conhecimento desse homem extraordinário, porque sei quanto bem pode fazer ao pensamento das crianças o exemplo de suas virtudes e de seus trabalhos.*"[76]

Integrar essas virtudes menores do trabalho e da economia nas grandes virtudes intelectuais e morais de ordem natural e sobrenatural era uma necessidade e uma urgência do Bem Comum. Não se discute sequer o valor da comodidade, da segurança, da previsão e da prosperidade material, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Não se discute a importância da técnica científica, nem da indústria, nem da habilidade para

76 SARMIENTO, Domingo Faustino. *Recuerdos de Provincia*.

o desenvolvimento, o bem-estar e a defesa da Nação. Trata-se, porém, de meios e de bens instrumentais, cuja consideração nos conduz necessariamente a perguntar-nos pelo Fim e pelo Bem superior a que devem servir.

O saber de instrução e suas verdades utilitárias estão subordinados ao saber formativo e ao saber de salvação. A habilidade deve ordenar-se à sabedoria, e o trabalho à contemplação. A economia deve ser função da Justiça e da Caridade.

O homem não é um fim em si mesmo, mas existe para servir a Deus e ao bem do próximo, à Pátria, à família, a seus amigos.

São diminuídos as verdades e os fins quando a educação nacional em todos os seus graus – como em nosso caso, desde a Lei 1420 e a Lei Avellaneda – prescinde da Religião e da Metafísica para limitar-se às ciências e artes úteis, junto com as virtudes pequeno-burguesas da economia.

O mais grave e funesto para a Pátria é que o processo de descristianização do povo argentino operado pelo laicismo escolar se consuma agora com a subversão marxista da inteligência e o ressentimento social que se promove oficialmente a partir as Universidades Nacionais.

A Lei Avellaneda, sancionada no ano de 1885, estrutura a Universidade como um conjunto administrativo de faculdades puramente profissionais. Mas em 1918, no ano seguinte à Revolução Russa, impõe-se em Córdoba, para toda a América Latina, a Reforma Universitária, isto é, o soviete na Universidade.

A partir desse momento, e de forma progressiva, com algumas interrupções e retrocessos, mas firmemente, a Universidade Nacional vai-se configurando como o Estado Maior do Comunismo, na Guerra Revolucionária desencadeada na América Latina.

Quer dizer que, em uma primeira etapa, o laicismo produziu a descristianização da Universidade até reduzi-la ao profissionalismo utilitário. Em uma segunda etapa, a Reforma Universitária de 18 converteu-a no viveiro do Comunismo. Do serviço à burguesia liberal triunfante, no fim do século e até a Primeira Guerra mundial, passou a servir ao proletariado organizado como classe pelo marxismo para a conquista da democracia.

Nada melhor que citar os documentos oficiais da Reforma Universitária, ou a interpretação de seus protagonistas e sucessores, para compreender o verdadeiro significado desse primeiro triunfo decisivo do Comunismo na Pátria:

"*...Estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana... a Federação Universitária de Córdoba... reclama um governo estritamente democrático e sustenta que o demos universitário, a soberania, o direito a dar-se um governo próprio, radica-se principalmente nos estudantes.*

"*A juventude... não se equivoca nunca na eleição de seus próprios mestres...*

"*Levantar bem alto a chama que está queimando o velho reduto da opressão clerical. Na Universidade Nacional de Córdoba e nesta Cidade não se presenciaram desordens; contemplou-se e contempla-se o nascimento de uma verdadeira revolução que prontamente há de agrupar sob sua bandeira todos os homens livres do Continente.*"[77]

Um dos protagonistas cordobeses da Reforma, Dr. Deodoro Roca, declarava no ano de 1920: "*Os jovens tomaram as*

77 *Manifesto da Juventude Argentina de Córdoba,* de 21 de junho de 1918.

Universidades proclamando o direito de se darem seus próprios dirigentes e mestres".

E o dirigente estudantil cubano Julio A. Mella anunciava profeticamente em 1925:

"*No amanhã, quando a América não for o que é hoje, quando a geração que passa hoje pelas universidades for a geração dirigente, as revoluções universitárias serão consideradas como um dos pontos de partida da unidade do Continente e da grande transformação que acontecerá*".

O Dr. Julio V. González, que tinha sido um dos gestores reformistas, em seu livro sobre a Universidade interpreta o movimento iniciado em 1918 nestes termos inequívocos:

"*Em nome da Reforma Universitária, os estudantes incitavam o povo a tomar a Bastilha, a varrer com as oligarquias, a revelar as mentiras sociais, a acabar com os privilégios, a extirpar os dogmas religiosos, a realizar ideais americanos de renovação social... a transformar a Universidade na Casa do Povo*".

"*A Revolução Russa surgia como um luzeiro anunciando a aurora de um mundo melhor...*"

A Reforma Universitária inspirou no Peru, sob a direção de Haya de la Torre, a criação do movimento marxista APRA (Aliança Popular Revolucionária Argentina), com seu programa de cinco pontos, entre os quais se contam:

a. Pela unidade política da Indo-América.

b. Pela socialização da terra e da indústria.

No décimo aniversário da Reforma, o dirigente da FUBA, Alberto Ciria, sublinha os três caracteres essenciais da ação reformista:

1. Anticlericalismo.
2. Antimilitarismo.
3. Anti-imperialismo.

E nas vésperas da entrada triunfal de Castro em Havana, ele recorda que "*Cuba é herdeira de uma trajetória viril no Movimento Estudantil Latino-americano*".

O governo tripartite das Universidades Nacionais – representação igual nos Conselhos Diretores de estudantes, egressos e professores -, hoje em plena vigência, significa a consagração do *soviet* universitário.

"*A Reforma Universitário de 18 é a negação e a destruição da Universidade Argentina, pois faz a Universidade um arremedo e uma caricatura da Cidade Jacobina.*

"*A Reforma Universitária de 18 é uma adulação da juventude. Ao contrário, as Universidades são uma exigência e um rigor para a juventude.*

"*Aqueles que não sabem e devem submeter-se à disciplina de aprender são revestidos com uma máscara de fingida autoridade para dirigir e mandar. Os mestres são, cada vez mais, um produto dos aprendizes e todo o seu empenho consiste em adular os jovens.*

"*A liberdade de pensamento deixa de ser a autoridade da Verdade para converter-se na liberdade ilimitada de opinião, cujo verdadeiro fundamento é o pretenso direito da ignorância a qualquer problema e de tudo discutir.*"[78]

78 GENTA, Jordán Bruno. *Rehabilitación de la Inteligencia.*

Estas são as razões fundamentadas pelas quais se demonstra que a Universidade Nacional em nossa Pátria e em toda a América Latina é o Estado Maior do Comunismo.

Depois de 45 anos de Reforma Universitária, pode-se afirmar, sem lugar para dúvidas, que a classe dirigente intelectual e as equipes de governo em todas as Repúblicas centro e sul-americanas são marxistas ou pró-marxistas.

Compreende-se que a Guerra Contrarrevolucionária deve conseguir, entre seus objetivos principais e mais urgentes, o restabelecimento da Hierarquia na Universidade e de sua missão a serviço da Verdade e da Pátria. É claro que esta tarefa deve ser parte do plano de recuperação total da Escola Argentina para uma educação cristocêntrica, patriótica, tradicionalista e hierárquica.

Não há outro caminho possível para inverter a corrente da anarquia e da subversão rumo à unidade e à hierarquia. Não existe outro modo de chegar a ser realmente fortes e invulneráveis diante do Comunismo.

TEMA IX

DOUTRINA POSITIVA

O Estado, organização jurídica da Soberania e Governo para o Bem Comum. O Estado de Direito e os supremos interesses de uma Nação Católica e Ocidental. Relações entre o Estado e a Igreja Católica. Relações do Estado com as Sociedades Intermediárias.

Ao propor um Estado conforme à doutrina de Cristo, para tornar realmente una, forte e grande a Nação Argentina, nada mais oportuno que recordar a passagem de uma epístola de Santo Agostinho, citada por Leão XIII em sua encíclica *Immortale Dei*:

"*Aqueles que dizem que a doutrina de Cristo é nociva à República, que nos deem um exército com soldados tais como manda a doutrina de Cristo; e nos deem igualmente regentes, governadores, cônjuges, pais, filhos, patrões, servos, reis, juízes, tributários, enfim, e cobradores de impostos tal como os quer e forma o ensinamento de Cristo; uma vez que no-los tenham dado, atrevam-se a pensar que semelhante doutrina se opõe ao interesse comum. Não o farão; ao contrário, terão de reconhecer que sua observância é a grande salvação da República*".

Com este sentido católico e ocidental da política nacional, é preciso desenhar o Estado sobre a tela desta sociedade e destas almas argentinas, à maneira de Platão no Livro VI da "*República*".

Fixado o olhar nas essências e em sua ordem imutável, a reta razão ilustrada pela experiência da Fé em Cristo tem de projetar a constituição mais conveniente e que melhor sirva ao Bem Comum.

É claro que o estado de sujeira da tela exige uma tarefa prévia de limpeza para deixá-la asseada e ordenada. Mais de cem anos de liberalismo oficial e quase cinquenta de subversão universitária bagunçaram as instituições sociais e confundiram a mente da classe ilustrada.

Daí a necessidade peremptória da Ditadura, apoiada nas Armas e não nas urnas, para devolver as instituições a seus gonzos e reabilitar a inteligência.

A crise do poder civil, insuperável pela via de uma legalidade vazia e indiferente, torna imprescindível a intervenção das Forças Armadas para assumirem a responsabilidade política da Nação. Trata-se de um dever inescusável e intransferível em defesa do essencial e do permanente, daquilo que não se pode perder sem deixar de ser. *Se recusam a cumprir seu dever eminentemente político, quando periga a própria existência da Pátria, sob o pretexto de uma suposta vocação civil ou de horror à Ditadura, é que as Forças Armadas da Nação se reconhecem incapazes e sem razão de ser. E aquilo que os militares não fizerem para salvar a Pátria, hão de fazê-lo os milicianos para perdê-la definitivamente.*

O primeiro e principal dos objetivos patrióticos é tornar unida, disciplinada e forte a Força Militar na Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária; isto é, na Verdade e no serviço do Bem Comum. Somente assim poderá voltar a ser a coluna vertebral da Pátria na restauração e consolidação das outras instituições sociais.

Não existe outra saída, senão a militar, se o que se quer é inverter a correnteza da dispersão para a unidade, do caos para a ordem, da subversão para a hierarquia. Tal como no

nascimento da Pátria, são as corporações militares que podem erguê-la e sustentá-las pelas armas, até sua total recuperação.

As instituições não são fins, mas meios para o melhor ser do homem. Social por natureza, a pessoa humana necessita das instituições para desenvolver-se e alcançar o fim de sua existência; e necessita delas tanto para a suficiência de sua vida temporal quanto para a salvação eterna. A Igreja Católica, Apostólica e Romana foi instituída pelo próprio Cristo para a salvação do homem.

Quer dizer que o indivíduo é o que são as instituições onde nasce, é criado, educado, exerce uma profissão, funda um lar, adora a Deus e rende culto de piedade a seus mortos. Sua personalidade se expande livremente no seio da família, da escola, da profissão, dos centros de cultura e recreação, do município, da província, da Nação, do Estado e da Igreja de Cristo.

O indivíduo isolado não poderá satisfazer suas necessidades materiais e espirituais; precisa unir suas forças a outros para colaborar para o bem comum. Nada mais natural, nem mais conveniente, que a organização corporativa da sociedade humana em todas as ordens. E o Estado deve estimular, favorecer e proteger a atividade e o lugar próprio de cada um dos corpos sociais; e, ao mesmo tempo, coordenar suas respectivas funções e harmonizar os interesses divergentes ou comuns, em sua posição de árbitro imparcial, cujo cuidado é o Bem Comum.

"*O Bem Comum é um bem do qual devem participar todos os membros de uma comunidade política, ainda que em diferentes graus, segundo suas próprias funções, méritos e condições. Os poderes públicos, por conseguinte, ao promovê-lo, hão de*

zelar para que desse bem participem todos os cidadãos, sem dar preferência a algum em particular ou a determinados grupos."[79]

Se o homem fosse um fim em si mesmo e não existisse nada mais elevado que o homem, como repetem liberais e marxistas, o Estado não teria nada superior a ele e esgotaria a existência humana; mas o homem tem um fim sobrenatural que consegue atingir por meio da Igreja de Cristo. E em relação ao espiritual, o Estado está subordinado à Igreja: "*Por isso, o Bem Comum há de ser buscado por procedimentos tais que não ofereçam obstáculos, mas sirvam igualmente para a consecução de seu fim último e eterno*".[80]

O Pe. Ramírez, O.P., esclarece e detalha as relações entre as duas únicas sociedades perfeitas que podem e devem existir: "*Na esfera própria e em assuntos de ordem temporal, o Estado tem perfeita autonomia, e o cidadão deve obedecer nestas coisas mais ao poder civil que ao eclesiástico. Ambos os poderes procedem de Deus. No que se refere à salvação da alma, o poder espiritual tem a primazia; mas no relativo ao bem-estar temporal, este pertence ao poder civil, conforme à palavra divina: 'Dai a César o que é de César'*".[81]

Acabamos de demonstrar que o Bem Comum envolve todo o homem, sua alma imortal e seu corpo substancialmente unido a ela; todas as necessidades pessoais e materiais ou espirituais encontram no Bem Comum a sua satisfação legítima e plena. Por isso, é inerente a todo bem a comunicabilidade ou, o que

79 Papa João XXIII. *Pacem in Terris*.
80 Ibidem.
81 RAMIEZ, Padre Santiago. *Pueblo y Gobernantes al servicio del Bien Común*, Capítulo I.

dá no mesmo, não ser ele exclusivamente para quem o possui, mas deve tornar o próximo participante dele, tanto mais quanto mais elevado for seu valor.

O bem próprio é inseparável do Bem Comum, que tem prioridade em caso de conflito, e é de todos e de cada um; mas não com uma igualdade aritmética, porém proporcional à função, ao mérito e à capacidade.

Assim, a natureza humana se ordena ao Bem Comum como ao fim de sua existência individual. Isto significa que a trajetória do homem depende das instituições em cujo seio se expande sua racionalidade, sua liberdade e sua sociabilidade, que sobressaem na política e na religião.

Se as instituições são verdadeiras, conforme o que Deus quer, a natureza exige e a História ensina, cumprem-se todas as condições exteriores necessárias implicadas no Bem Comum para assegurar o desenvolvimento integral da pessoa humana em sua vida material, intelectual e religiosa.

Se, porém, as instituições que se implantam em uma determinada sociedade contradizem a religião que está no princípio de todas as suas fundações históricas e os antigos costumes, sua influência tem de ser funesta para as almas e para a Nação. É o que ocorre com a sociedade argentina sob a ação dissolvente da Constituição Nacional e das instituições liberais que suporta desde 1853.[82]

82 O Dr. Gorostiaga, que redigiu o texto da Constituição promulgada em 1853, disse que o projeto da Comissão estava "embasado no molde da Constituição dos Estados Unidos... por ser o único modelo de verdadeira federação que existe no mundo".

"*Falsificaram-nos as instituições. Rasgaram nossa tradição moral e política que de modo muito fidalgo funcionou em mãos de um Rosas ou de um Hernandarias. Impuseram-nos, a partir de fora, instituições inadaptadas aos nossos costumes, nossa idiossincrasia e nossas crenças, e que são filhas de outros climas pouco ortodoxos.*"[83]

É por isso que as instituições liberais, começando pela Constituição Nacional em vigor, devem ser varridas antes que, devido a suas falsas liberdades, se termine de descristianizar, transtornar e deixar na miséria o povo argentino para ser entregue inerme ao comunismo satânico.

Varrer as instituições liberais e restaurar a sociedade nos princípios que lhe deram o ser. Trata-se, pois, de tornar a construir as instituições sociais e políticas argentinas sobre a Igreja de Cristo e com a experiência da verdadeira história do país: família, município, escola, universidade, propriedade, economia, profissão, província, nação e, finalmente, o Estado Nacional.

Deve-se compreender que não existe, nem pode existir, outra política eficaz de guerra contrarrevolucionária, e que é responsabilidade principal das Armas, com a colaboração de civis patriotas e capazes, conduzir essa política de guerra até que as violências que liquidam a Pátria – confusão ideológica, *dolce vita*, delinquência administrativa, especulação financeira, luta de classes, luxo insolente, favelas, subversão social – sejam vencidas na Paz de Cristo.

Importa decisivamente tomar consciência de que tais violências extremas são aquelas que provocam a Guerra Revolucio-

83 CASTELLANI, Padre Leonardo. *Martita Ofelia*.

nária e sabotam todas as forças de resistência. A violência que estimula ou favorece o Comunismo é a podridão das mentes e dos costumes, conforme a sentença de Lenin: "*A putrefação é o laboratório da vida*".

Uma das expressões mais claras da dialética marxista nas nações ainda cristãs do Ocidente é o contraste entre o horror à guerra atômica e a tolerância para as mais repugnantes aberrações dos costumes públicos. Mas o destino de Sodoma e Gomorra está selado, ainda que se preserve a paz exterior. Tremem diante da perspectiva de que os mortais morrem em massa e que os muros da cidade mortal se arruínem em um instante, mas sequer reagem perante os estragos da *dolce vita* nas almas.

A Guerra Contrarrevolucionária persegue a verdadeira paz, a paz de Cristo. Ou seja, a tranquilidade na ordem justa que preside a Cidade de Deus. É a política das Armas e das Letras que expõe, em seu famoso discurso, o cavalheiro cristão Dom Quixote.

Restabelecida e consolidada a paz cristã em nossa pátria, terá chegado o momento de encarar a organização definitiva do Poder e da Sociedade em um Novo Estado Nacional, a *Segunda República Argentina*.

Não será em virtude de um Direito novo, mas do antigo Direito Católico Romano e Hispânico, adaptado às circunstâncias atuais do país.

A lei constitutiva do Estado tem que ser uma ordenação da Paz orientada ao Bem Comum, "*em harmonia com a Religião, conforme à lei natural, adequada aos costumes, conveniente ao lugar e ao tempo, instituída não para fomentar algum interesse privado, mas para a utilidade comum dos cidadãos*", disse Santo Isidoro de Sevilha.

Não se deve pretender que a Argentina seja o paraíso terrestre, nem tampouco aspirar a uma "felicidade de pasto verde", mas se tente fazer dela uma terra habitável, decorosa e digna de homens livres.

Os artífices da constituição que vão trabalhar sobre um modelo divino, e atento às lições da experiência, na proposição da forma de governo, sem dúvida levarão em conta a recomendação do mais esclarecido dos teólogos: "*a melhor constituição política é aquela em que alguém é depositário do Poder e preside a todos segundo a virtude; e abaixo dele existem também alguns superiores na virtude que participam do governo; entretanto, o Poder é de todos, porquanto todos podem ser eleitos ou tomar parte na eleição.*

"*Tal é a política mais excelente, na qual se integram a* monarquia*, já que é um aquele que preside; a* aristocracia*, pois alguns participam segundo a virtude; e a* democracia*, que é o poder do povo, já que os governantes podem ser eleitos do povo e é o povo quem os elege*".[84]

Este ordenamento jurídico da soberania exige, para sua reta aplicação, um povo verdadeiro, disciplinado, hierarquizado.

Não pode ser instituído em uma massa anarquizada e subvertida pela Democracia Liberal e pela Guerra Revolucionária.

As mais antigas tradições da Pátria verificam de modo constante a Presidência de um só – Rei, Caudilho, Presidente –, assim como a Assembleia de Notáveis, os Cabildos integrados por vizinhos de destaque. Quanto à participação democrática de todos no Poder, a experiência do Sufrágio Universal não pôde ser

84 AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica,* 1o., 2a., q. 105, art. 1.

mais desastrosa. Compreende-se que assim seja, já que se trata de uma eleição inorgânica, niveladora e anônima. O engano, o suborno e a adulação são os métodos obrigatórios para triunfar nas urnas. As maiorias acidentais consagram a incompetência e a irresponsabilidade no governo aparentemente democrático; na verdade, uma irremediável e suja combinação de oligarquia e demagogia. Bem diz Pio IX que "*o sufrágio universal é uma prostituição universal*".

Eleição prudente e justa é aquela em que os iguais no ofício, função ou responsabilidade social, elegem um dentre eles para que os represente ou os presida.

Um entre os pares é a expressão de uma nobre e justa igualdade social: os pais de família de um bairro ou vizinhança elegem um prefeito; os prefeitos de bairro elegem um conselheiro de distrito ou seção; os conselheiros elegem um intendente da cidade ou da comunidade rural; os intendentes elegem o governador da província. Os patrões, técnicos e operários de uma empresa econômica elegem os delegados de seus respectivos sindicatos; esses delegados elegem as autoridades sindicais; as autoridades sindicais, aos membros dirigentes das grandes corporações verticais integradas por todos os quadros, em cada uma das ramificações da indústria, do agronegócio, da água, do comércio, dos serviços.

Sobre a base do sindicato, a organização e a representação corporativas devem estender-se a outras atividades sociais – educativas, culturais, desportivas etc. -, a fim de que a nação inteira se integre, sem se confundir, no Estado por meio da mais idônea e genuína representação democrática, em uma Câmara de Deputados das Corporações, eleitos periodicamente entre os dirigentes de cada uma delas.

Sua função política será legislar juntamente com o Senado ou o Conselho Supremo das Corporações, integrado pelos titulares das mais altas hierarquias sociais, políticas e espirituais, inclusive a Justiça, as Forças Armadas r a Igreja Católica.

O presidente da República Corporativa, Representativa e Federal será eleito pelos governadores de província, junto com o Senado e a Câmara de Deputados, na forma e pelo período que se avalie como o mais conveniente.

Será faculdade do Presidente o poder de decisão, a execução das leis e a escolha de seus ministros.

Os limites do poder político serão os do Estado, que deve ser forte para impor suas decisões como supremo coordenador das atividades dos corpos intermediários, protetor das respectivas autonomias, interventor subsidiário em caso de uma falha grave em seu governo interno, árbitro imparcial em toda divergência de interesses parciais e promotor solícito de toda forma de cooperação dos indivíduos para um bem comum, respeitoso das liberdades e direitos legítimos.

O que deve estar no ponto de partida da política não é o indivíduo abstrato e dissociado, reduzido a um vazio que se soma *ene* vezes, mas o indivíduo concreto em sua vida real, no seio de uma família, de um município, de uma profissão, da cultura etc., onde o próprio interesse é sempre inseparável de um interesse comum. É por isso que a solução do problema político reside na organização da nação respeitando, dentro do possível, as associações livres e espontâneas dos indivíduos em função de seus interesses e ocupações, ou forçando-os com suavidade em tal sentido; somente assim a nação estará socialmente organizada e na plenitude de seu ser.

Todas as atividades da Nação – econômicas, culturais, judiciais, militares, éticas e religiosas -, respeitadas em seu modo de ser e em sua autonomia, por intermédio da organização corporativa, projetam-se na política e participam do governo da República, supremo regulador do Bem Comum Temporal.

O Poder Judiciário deverá gozar da independência que exige a administração de uma justiça severa e compreensiva, ao mesmo tempo rigorosa e caritativa, tanto na determinação do direito de cada como no castigo dos delitos.

As Forças Armadas da Nação, enquadradas na República Corporativa, ferreamente disciplinadas na subordinação e no valor, estarão a serviço do essencial e permanente na Nação: a unidade e integridade de seu ser, a soberania política e a honra de seu nome.

Uma Concordata deverá garantir a liberdade da Igreja Católica e do Estado que a reconhece como Religião Oficial em seus respectivos domínios; assim como a subordinação do Estado confessional à Igreja em tudo o que se relaciona ao cuidado e à salvação das almas.

As religiões não católicas serão admitidas no seio das famílias crentes, sempre que não ofendam a moral pública e não pretendam missionar em território argentino.

As autênticas liberdades individuais e os direitos legítimos do cidadão serão os que derivam de seus deveres para com Deus e o próximo.

Por outro lado, as liberdades e direitos da família, do município, da província e da Nação serão plenamente reconhecidos pelo ordenamento corporativo. Deste modo, se conseguirá a mais efetiva afirmação das autonomias locais e do federalis-

mo tradicional na Pátria, com a máxima descentralização do poder compatível com a unidade de um governo forte, estável e soberano. Os diversos poderes devem estar repartidos de tal modo que cada um dos corpos sociais e cada um dos habitantes participem de algum poder; e que este seja suficiente para sua liberdade e para o cumprimento de sua obrigação.

Eis aqui um esboço da grande obra arquitetônica que Deus e a Pátria esperam do esforço lúcido e abnegado de seus filhos. Trata-se nada menos de uma nova *restauração das leis*.

Compreende-se que para realizar esta empresa de regeneração política é necessário arrancar a juventude argentina da vulgaridade e da vida fácil; despertá-la para sua vocação de grandeza e para sua capacidade de heroísmo; reavivar em seu coração a chama abrasadora de uma Fé intrépida e do mais exaltado patriotismo. É a obra da escola e do quartel a serviço de Deus e da Pátria.

DOUTRINA NEGATIVA

Concepção liberal do Estado: contrato social, direitos individuais e soberania popular. Mediatização do Bem Comum pelo interesse individual de classe ou de partido. O Estado sem religião não é um Estado neutro, mas irreligioso, contra a Religião Católica, Apostólica e Romana. Crítica Marxista e sua proposta utópica da abolição do Estado na futura Sociedade Comunista.

A concepção antropológica do Ocidente Cristão afirma que o homem real e verdadeiro, a pessoa humana, se projeta essencialmente na vida social, à qual se vincula por meio da

família, da escola, da profissão, do município, da província, da Nação e do Estado; e no que se refere a seu destino último e à salvação pessoal, ele nasce, vive e morre cristão na Igreja fundada pelo próprio Cristo.

Isto significa que, em todos os domínios de sua vida, o bem próprio de cada homem está ligado normalmente a um Bem Comum, seja temporal ou eterno, natural ou sobrenatural.

Associado a Deus e a outros homens, cooperando com Deus e com outros homens para um Bem Comum, é como ele alcança seu próprio bem e a plena expansão de sua personalidade. Segue-se daí a primazia do Bem Comum, tanto para a suficiência da vida temporal como da vida eterna.

A concepção antropológica do Liberalismo nega que o homem esteja ligado essencialmente à vida social, política e religiosa. Seu ponto de partida é *o homem dissociado de Deus e do próximo*. Em princípio, ele só se refere a si mesmo: "*sua principal lei é velar pela própria conservação*".[85]

A ordem social não é uma lei natural: "*fundamenta-se em convenções*". Todos os homens, "*tendo nascido livres e iguais, só alienam sua liberdade em troca de sua utilidade*".[86]

O homem real e verdadeiro na concepção liberal é o homem egoísta que se reserva inteiramente para si mesmo e só reconhece o outro em função do próprio interesse; seu propósito é, conforme o texto já citado no Tema IV, "*encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com a força comum a pessoa e os*

85 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social,* Livro I, Capítulo II.
86 Id., *O Contrato Social,* Livro I, Capítulo II.

bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça a si mesmo e permaneça tão livre como antes. Tal é o problema fundamental, cuja solução é o Contrato Social".[87]

Aristóteles nos adverte, na "*Política*", que o *contrato social* não é uma forma de associação que une as partes, mas antes as separa. Trata-se de uma "*união que é antes uma separação*", porque fora do estritamente fixado como obrigação recíproca, cada um permanece livre, sem que nada do outro lhe importe.

É por isso que, no Estado Contratual, a vida egoísta se desdobra ferozmente em toda gama de relações sociais que se resolvem na luta dos apetites, interesses e tentações individuais. A regra burguesa é: "*deixem fazer, deixem passar*"; isto é, a livre concorrência, o livre pensamento, o câmbio livre, a liberdade de amar e o direito de morrer etc.

Os direitos do homem egoísta, que são os do indivíduo real e concreto, se distinguem dos direitos do cidadão, o indivíduo abstrato, "*membro imaginário de uma soberania imaginária*": na realidade cotidiana, a luta sórdida dos indivíduos, das classes, dos partidos; na ficção da política, o nivelamento genérico e abstrato de todos os cidadãos no sufrágio universal, com sua lei das maiorias, que não é mais que pura convenção.

Os Direitos Humanos são quatro nas diversas formulações da Revolução Francesa: igualdade, liberdade, segurança e propriedade.

E na versão atual do Presidente Roosevelt, continuam sendo quatro:

87 Id., *O Contrato Social,* Livro I, Capítulos I e II.

1. Liberdade de palavra e expressão em qualquer parte do mundo.

2. Liberdade de adorar a Deus à sua maneira em qualquer parte do mundo.

3. Liberdade da necessidade.

4. Liberdade do temor.

A rigor, a segunda não é mais que uma repetição da primeira Declaração, com fórmulas mais precisas e com a pretensão de validez em qualquer parte, à margem do Estado e de toda referência ao Bem Comum.

A Concepção Liberal do Estado o mediatiza e subordina ao homem egoísta. Importa exclusivamente a proteção e a segurança do interesse individual. Trata-se de um Estado policial que existe somente para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua vida, de seus direitos e de seus bens.

Quanto à soberania popular como fundamento da autoridade política e da Constituição do Estado, não passa de uma projeção imaginária do homem egoísta e uma usurpação da soberania de Deus: "*A soberania do povo que, segundo as leis liberais, reside por direito natural na multidão tornada totalmente independente de Deus, ainda que apresente grandes vantagens para adular e acender inumeráveis paixões, carece de todo fundamento sólido e de eficácia substantiva para garantir a segurança pública e manter a ordem na sociedade*".[88]

O nivelamento quantitativo do egoísmo – ninguém é superior no campo político – traduz-se na soma de alguns vazios e

88 LEÃO XIII, *Immortale Dei*.

indiferentes até metade mais um dos sufrágios, para consagrar invariavelmente a incompetência e a responsabilidade como expressão da soberania popular, fonte primeira e exclusiva do poder.

Em nossa Pátria, a Concepção Liberal e Jacobina da Política se manifesta na Primeira Junta de Governo, surgida na Revolução de Maio, na pessoa de seu secretário, Dr. Mariano Moreno. Por sua iniciativa, editou-se em Buenos Aires uma tradução castelhana de *O Contrato Social*, de Rousseau.

A linha ideológica de Moreno prossegue com Bernardo Monteagudo e tem sua expressão oficial na Assembleia Constituinte do Ano XIII. A Oração inaugural da Sociedade Patriótica, pronunciada pelo próprio Monteagudo, em 13 de janeiro de 1813, define a posição com clareza e precisão:

"*Gravar no coração de todos esta sublime verdade que a filosofia anunciou desde o trono da razão: a soberania reside somente no povo, e a autoridade nas leis. A Sociedade deve sustentar que a Vontade Geral é a única fonte de onde emana a sanção deste* (o povo)*, e o poder dos magistrados deve demonstrar que a majestade do povo é imprescindível, inalienável e essencial por sua natureza...*"

Esta profissão da fé jacobina, que não pôde impor-se como política oficial da Pátria até Caseros, não a manteve Monteagudo, que se corrigiu dez anos depois diante da anarquia resultante de sua aplicação prática: "*As ideias demasiado inexatas que eu tinha, na época, sobre a natureza dos governos, fizeram-me abraçar com fanatismo o sistema democrático.* O Contrato Social *de Rousseau e outros escritos*

do gênero pareciam-me que eram ainda mais favoráveis ao despotismo".[89]

A época de Rivadavia documenta, por sua vez, a ação dissociadora, anárquica e subversiva da filosofia política liberal sobre a sociedade argentina. Nenhum testemunho mais autorizado a este respeito do que o do fundador da Soberania Nacional, general José de San Martín. Sua correspondência lança uma luz decisiva e esclarecedora não só sobre a política nacional da primeira anarquia que conduziu a Rosas, mas da segunda anarquia que padecemos em nossos dias, e cuja solução reclama urgentemente um novo Restaurador das Leis.

San Martín denuncia e acusa aos "*demagogos que com suas loucas teorias o precipitaram nos males que o afligem*".[90]

"*A causa ou o agente que dirige* (os males) *não dependem tanto dos homens como das instituições – em uma palavra -, as quais não oferecem aos governos as garantias necessárias – vou-me explicar – que estão em harmonia com suas necessidades... vinte anos de tristes e espantosas experiências e vinte anos em busca de uma liberdade que não existiu, devem fazer pensar aos nossos compatriotas com algo mais de solidez... o mal está nas instituições e, sim, somente nas instituições*".[91]

"*Já é tempo de deixarmos de teorias que vinte e quatro anos de experiência só produziram calamidades. Os homens não vivem de ilusões, mas de fatos. Que me importa que me*

89 *Memória sobre os princípios políticos que segui na administração do Peru, ano 1832.*
90 *Carta a O'Higgins*, 1829.
91 *Carta a Vicente López y Planes*, Bruxelas, 12 de maio de 1830.

repitam até a exaustão que vivo em um país de Liberdade, se ao contrário me oprimem?... Maldita seja tal liberdade; não será o filho de minha mãe que irá gozar dos benefícios que ela proporciona. Enquanto eu não vir um governo que os demagogos chamem de Tirano e me proteja contra os bens que me oferece a atual liberdade... o homem que restabeleça a ordem em nossa Pátria, sejam quais forem os meios que ele empregue para isso, ele é o único que merecerá o nobre título de seu Libertador".[92]

Estas reflexões *samartinianas* conservam, no dia de hoje, a mais rigorosa atualidade.

Na parte final da *Doutrina Negativa* do Tema IV, já nos referimos à presença do novo direito liberal na Constituição de 53 e nas leis promulgadas à sua sombra. As ruínas acumuladas ao longo de um século por governos oligárquicos e demagógicos estão à vista.

A descentralização, o desarraigamento, o empobrecimento espiritual e material, a anarquia, a subversão imperante no povo argentino são os frutos corrompidos da árvore maçônica, os resultados inevitáveis do sistema institucional imposto ao país com extrema violência.

Não existe política nem Estados neutros em relação à Religião, muito menos em uma sociedade cristã e romana. Se o Estado não nasce da Religião, ele se levanta e se volta contra si mesmo: "*Não é lícito aos indivíduos, como tampouco aos Estados, prescindir de seus deveres religiosos ou medir com a mesma régua todos os cultos contrários, pois não deve ser*

92 *Carta a Tomás Guido,* Paris, 1º de fevereiro de 1834.

considerado em absoluto como um direito dos cidadãos, nem como pretensão merecedora de favor e de amparo, a liberdade de pensamento e expressão... nem podem reduzir a liberdade de ação da Igreja em sua esfera própria, ou arrebatar qualquer dos direitos que Jesus Cristo lhe conferiu".[93]

Apesar de a Constituição Nacional aparecer em sua letra como o resultado de uma transação entre a tradição católica e os princípios liberais, seu espírito é essencialmente liberal, anticatólico e anti-hispânico.

As partes pertinentes à *Doutrina Negativa* da Guerra Contrarrevolucionária documentam de modo exaustivo esta situação na família, na escola, na universidade, na história oficial, na propriedade e na economia. Vamos ilustrar, agora, o viés nitidamente marxista do sindicalismo argentino em favor do regime liberal nas relações do capital com o trabalho.

O desenvolvimento do Comunismo em nosso país reflete com precisão as etapas do Movimento Marxista até a Revolução Mundial.

Até 1917, a penetração ideológica do Comunismo Marxista e do Comunismo Anárquico – ramificação dissidente da Primeira Internacional Marxista de Trabalhadores, constituída em 1864 – esteve a cargo de intelectuais e operários estrangeiros que foram chegando ao país com as correntes imigratórias, procedentes da Itália, Espanha, França, Alemanha etc., em muitos casos obrigados a expatriar-se pelas medidas de repressão contra a agitação social produzida por grupos marxistas e anarquistas.

93 LEÃO XIII, *Immortale Dei*

É interessante destacar que, desde a época dos revolucionários comunizantes de 1848, na Europa, cujo foco inicial foi Paris – recordemos que no ano de 1848 foi publicado o *Manifesto Comunista* -, chegaram ao país intelectuais de tendência socialista, como Don Alonso Peyret, que ocuparam cátedras em institutos oficiais de educação e contribuíram para a formação de sucessivas gerações argentinas.

O professor Peyret atuou como representante argentino no Congresso Operário realizado em Paris, em 1889, onde surgiu a Segunda Internacional – a Primeira Internacional foi dissolvida em 1876 -, que decidiu a celebração do 1º de maio a partir de 1890.

A ação ideológica e corporativa dos intelectuais e operários estrangeiros concretizou-se em fins do século passado e em começos do atual, com a fundação do Partido Socialista em 1896 – no espírito da Segunda Internacional Marxista -, da Federação Operária Regional Argentina (FORA), de tendência anarquista e procedente do grupo dissidente da Primeira Internacional, dirigido pelo russo Bakhunin.

Até o ano de 1917, inclusive, o Partido Socialista e a FORA, exceto algumas expressões sindicalistas de menor significação, foram os movimentos de tendência comunizante e dissolvente da nacionalidade por seu caráter anticristão e antipatriótico, que gravitaram em torno de operários e intelectuais argentinos, mas tendo sempre seu apoio principal nas coletividades estrangeiras radicadas nas grandes cidades. Embora o Partido Socialista tenha atuado desde sua fundação dentro da legalidade e de modo público, tendo conseguido uma representação quase contínua no Congresso da Nação durante este século, sua influência foi

decisiva na etapa anterior a 1917, para a difusão da ideologia e do sindicalismo marxistas – fundamento da Revolução Comunista Mundial – nas camadas operárias e pequeno-burguesas das cidades, assim como nos grupos profissionais: universitários, escritores, jornalistas etc.

Destaquemos, acima de tudo, que o núcleo fundador do Partido Comunista – primeiramente denominado Partido Socialista Internacional – uma fração dissidente do Partido Socialista, incorporou-se à "*tendência bolchevique que impôs Lenin na Revolução Russa. E sobre a base do bolchevismo triunfante organizou-se a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (Komintern), cujo órgão executor se instalou em Moscou para dirigir e unificar a ação de todos os partidos comunistas que se constituíram nos diversos países do mundo, inclusive no nosso, por motivo do triunfo da Revolução Russa*".[94]

Depois da morte de Lenin e do triunfo de Stalin na sucessão do Poder Soviético, a ação ideológica e sindical do Comunismo na Argentina se bifurcou em duas ramificações, a oficial e a trotskista. Ambas se desenvolveram até o dia de hoje, em íntima conexão com o movimento estudantil da Federação Universitária Argentina (FUA), surgida com a Reforma Universitária bolchevique de 1918.

Quando ao sindicalismo oficial da década peronista – 1945/1955 -, vale assinalar que a vasta obra social e a mobilização integral do proletariado argentino se revestiram de um caráter nitidamente marxista, classista e subversivo. Descontrole

94 GENTA, Jordán Bruno. *Libre Examen y Comunismo*.

de gastos, inflação, nivelamento e improdutividade, como consequência da aplicação das bandeiras marxistas na luta de classes: "*trabalhar cada vez menos e ganhar cada vez mais*"; "*todo trabalho é trabalho humano igual*"; "*aplicação à agricultura e à navegação do sistema de trabalho da fábrica*".

E nesta ordem sindical, manteve-se a mais estrita continuidade ideológica, tanto no período da chamada Revolução Libertadora como nas presidências dos doutores Frondizi e Guido.

Dentro do sistema demoliberal, é inevitável o sinistro entrevero entre a oligarquia e a demagogia; a devastadora tensão entre a especulação desenfreada e a crescente reação do proletariado, mobilizado pela necessidade e pelo ressentimento na luta de classes.

A história do sindicalismo ou corporativismo argentino, tanto no setor proletário como no capitalista, documenta que, em geral, não se teve outra finalidade, senão a defesa de interesses particulares de classe, sem nenhuma preocupação com o Bem Comum; isto é, o egoísmo e a hostilidade em lugar da solidariedade e da colaboração entre as partes. Algo semelhante aconteceu com o sindicalismo profissional.

Não pode ser de outro modo em um regime político fundamentado no egoísmo do indivíduo, da classe ou do partido. O contrato social, repetimos, não aproxima nem une as partes; afasta-as e separa em todos os domínios das relações humanas.

A crítica marxista não se refere, em absoluto, ao conceito de Estado nem a suas realizações históricas dentro da ordem cristã e ocidental. A mentalidade marxista, de nítido cunho liberal, nega a essência e o fim, o conceito e a definição daquilo que é. A única realidade é o *devenir*, o processo dialético do material,

tanto na natureza quanto na história, e a expressão ideológica de suas etapas antagônicas, assim como a dos antagonismos internos de cada situação.

A crítica marxista se aplica dialeticamente ao Estado fundamentado no contrato do homem egoísta, como a negação humana da negação inumana do proletariado.

O Estado e o Direito vigentes não são mais que uma superestrutura ideológica que expressa oficialmente o fato da exploração dos mais pelos menos. E na etapa burguesa que proclama a igualdade política de todos os cidadãos, verifica-se a máxima desigualdade social e a exploração extrema da classe proletária pela classe capitalista: irônica coincidência de uma abstrata igualdade com a desigualdade concreta entre os patrões que tudo possuem e os trabalhadores que não possuem nada, segundo o esquema simplista da propaganda.

A superação desta relação inumana é a inevitável sociedade comunista do futuro. Em seu seio, o desenvolvimento original e livre do indivíduo não será mera frase, nem uma simulação ideológica, como na atual sociedade burguesa. Será estabelecido o suposto *estado de natureza* do homem livre igual ao que existia antes da aparição do Estado político, segundo pretende o Liberalismo Jacobino.

Nesse estado de natureza não existia a Propriedade Privada; todos os bens eram de todos igualmente. O Comunismo não faz mais que restabelecer de forma consciente e reflexiva essa situação original da comunidade dos bens, ao mesmo tempo que suprime o Estado que surgiu historicamente, com a instituição da Propriedade Privada e a desigualdade social: "*o governo sobre as pessoas é substituído pela administração das*

coisas e a direção dos processos da produção. O Estado não é propriamente abolido, como pretendem os anarquistas, mas vai-se extinguindo".[95]

É claro que, antes dessa etapa final da implantação do Comunismo, o Proletariado ainda vai necessitar da organização coercitiva do Estado em sua forma mais rígida e implacável – Ditadura do Proletariado, República Socialista ou Popular - , e necessitará disso não no interesse da liberdade, mas para esmagar o adversário, como o está fazendo na metade do mundo, inclusive em Cuba.

Em última instância, comunistas marxistas e comunistas anarquistas coincidem com Locke e Rousseau no pressuposto da bondade natural do homem e de um estado original de livres e iguais pela própria natureza. O Estado é de instituição convencional e uma violência contra a natureza, tal como a Autoridade em qualquer de suas formas, sobretudo o governo político.

É notório que jacobinos, marxistas e anarquistas são variações ideológicas do liberalismo moderno, cuja raiz é uma liberdade anárquica, arbitrária, dialética, que só reconhece a si mesma na negação de toda autoridade divina e humana: a liberdade do pecado, que é a origem de todas as escravidões.

É por isso que, para instaurar a utópica liberdade do homem em tempo sempre futuro, o Comunismo necessita impor uma real escravidão no presente, a mais feroz, esmagadora e totalitária tirania sobre os homens: "*O máximo desenvolvimento da autoridade do Estado a fim de preparar as condições para*

95 ENGELS, Friederich. *Anti-Dürhing*.

a extinção da autoridade do Estado: aí vocês têm a fórmula marxista. Isto é contraditório? Sim, é contraditório, mas é uma contradição viva, vital e reflete totalmente a dialética marxista".[96]

A segunda fase do Comunismo será o paraíso terrestre, a realização integral dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade; a conquista definitiva da justiça social postulada pela Maçonaria através da Revolução Francesa e da Democracia Liberal que se fundamenta na opinião e na soberania popular.

Em lugar das promessas de Nosso Senhor Jesus Cristo, verificadas na Cruz pelo Sacrifício do Amor, a promessa satânica de um imaginário reino da liberdade, aqui na terra e em um futuro sempre remoto, que se pretende assegurar por meio do Terror erigido em sistema de governo.

O Terror Jacobino não é mais que uma antecipação do Terror Comunista no processo dialético destas democracias liberais, inorgânicas e subversivas. Nos extremos da decomposição social que atinge inclusive as Forças Armadas da Nação e se evidencia na irrupção das massas na vida pública, não cabe outra coisa senão uma reação militar e civil, capaz de reorganizar, disciplinar, hierarquizar, nacionalizar e recristianizar a mente e a sociedade argentinas. Do contrário, a rebelião das massas proletárias, universitárias e dos quadros de suboficiais, com alguns chefes castristas na cabeça, vai implantar a República Popular ou Ditadura do Proletariado, a qualquer momento e sem encontrar resistência. Seria a culminação vitoriosa da Guerra Revolucionária do Comunismo.

---

96 STALIN, Joseph. *Informe ao XVI Congresso do Partido Comunista, 1930.*

"*A mais judiciosa estratégia na guerra é atrasar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil desferir o golpe mortal*.", disse Lênin.

Compreende-se que o desgoverno e a anarquia tornados instituição, a igualdade massificadora, a legalidade esvaziada da Caridade e da Justiça que o Liberalismo Oficial promove, estejam a serviço da desintegração moral da Nação que antecipa o triunfo comunista.

A Guerra Contrarrevolucionária exige, repetimos, essa reação capaz de restabelecer a Autoridade, a Ordem, a Hierarquia e a Tradição em todos os domínios da atividade nacional, com estilo militar e espírito de justiça em Cristo Nosso Senhor.

TEMA X

DOUTRINA POSITIVA

As Forças Armadas da Nação. Sua missão específica:
a defesa dos valores essenciais e permanentes;
isto é, daquilo que os Regulamentos Militares
denominam Supremos Interesses da Nação.

As Forças Armadas da Nação são inseparáveis da própria existência da Pátria, cuja unidade e integridade de ser, soberania política e destino histórico estão sob sua custódia e responsabilidade. No Ocidente Cristão, as Armas têm medido tanto o espaço quanto a duração de cada uma das empresas de destino que são as nações, individualidades históricas que concretizam e realizam objetivamente as essências e valores universais da Civilização.

Segundo Charles Péguy: "*O temporal é essencialmente militar... O soldado mede a quantidade de terra onde um povo não morre. Foi o soldado romano que mediu a terra para as duas únicas grandes heranças do homem: a filosofia e a Fé; a sabedoria e a Fé; o mundo antigo e o mundo cristão. Tudo necessitou ser revestido do manto romano, e também do manto militar. O soldado romano fez o berço de Deus... Foi necessário que o Império fizesse o mundo e o berço temporal da Cristandade.*"

Toda a honra militar está aí; e é a primeira coisa que deve aprender o jovem argentino que abraça a carreira das Armas. E deve aprendê-lo de tal modo que nenhuma vicissitude de sua carreira, nem mesmo a mais adversa, nem sequer a mais injusta, possa afastá-lo jamais desse sentido de honra que surge da

consciência lúcida daquele que serve, daquele que deve servir à morte: "*Felizes aqueles que morreram pela terra carnal!*"

É que no campo de batalha se derrama o sangue inocente, como no Calvário de Nosso Senhor Jesus Cristo. Dar a vida pela Pátria é um ato supremo de amor ao próximo, aos que mais necessitam de nós; é a mais completa imitação do Sacrifício da Cruz, na qual Deus feito homem deu a si mesmo por amor aos homens, os que mais necessitam.

Cristo não veio para ser servido, mas para servir. O soldado está por inteiro no ato de serviço e sua personalidade militar surge, cresce e se perfila com nitidez soberana na medida da renúncia a seu ser e a seu ter individuais, da abnegação do próprio eu. O dom de si mesmo até o grau heroico, até o limite das forças, até cair e morrer na missão ou no posto que lhe confiaram na batalha, ainda que seja o mais modesto e obscuro, manifesta-se na personalidade do soldado em toda a sua grandeza humana e no pleno senhorio de sua liberdade. Não se esqueçam de que para Deus, que tudo vê e tudo mede na eternidade, não existe herói anônimo.

A glória militar é a suprema justificação humana de um verdadeiro povo, o direito de uma Nação à existência soberana. É por isso que uma guerra justa está na origem da liberdade política e da responsabilidade de uma empresa de destino na História Universal. A paz é boa, mas as Armas da Pátria devem estar sempre dispostas para renovar a glória de suas nobres origens na prova da guerra. A capacidade de heroísmo se mede tanto na derrota quanto na vitória. O que importa é que as gerações futuras possam sentir-se orgulhosas do valor de seus guerreiros, suprema afirmação do ser, mesmo na adversidade,

porque transforma o mal em bem, "*que não está na quantidade do que se sofre, mas no denodo com que se sofre*".[97]

A espada que se desembainha com honra conserva-se imaculada quando fere e mata, porque faz do sofrimento e da morte servidores da Justiça. Não é verdade que as Armas

simplesmente destroem. Pelo contrário, elas asseguram e preservam, com o sangue inocente que se derrama inocentemente, uma terra abençoada por Deus, de ordem e de paz, de estabilidade e previsão para o trabalho útil, de intimidade para o lar, de ócio para a contemplação, a celebração e a prece.

É claro que se trata das Armas que empunham os verdadeiros soldados. Aqueles que amam sua honra de cavalheiros cristãos e se sabem livres quando ajoelhados diante de Cristo Rei, comprometendo sua fidelidade à Santíssima Virgem Maria, Generala dos Exércitos da Pátria, como a proclamaram para sempre Belgrano e San Martín.

A grande herança da Fé cristã e da filosofia grega, cuja expressão temporal e institucional são as duas Romas, define e identifica nossa Pátria, nascida da mãe Espanha; romana pela Igreja de Cristo e romana pela nobre língua castelhana, ecumênica e imperial, porque sabe falar ao universo inteiro em toda a sua riqueza de essências platônicas, e porque nomeia tudo em nome de Deus, o Verbo que nos criou e nos redimiu.

Conhecer, amar e servir a Pátria é cumprir a lei de Deus, que nos manda amar o próximo; e nada nos está tão próximo como a Pátria, depois de Deus, e ninguém mais necessita tanto de

97 Sêneca.

nós. A honra de servi-la, a honra de morrer por ela é, acima de tudo, a honra do soldado, sua própria razão de ser e de existir, sua missão e sua glória.

São as Armas que elevam e sustentam a Pátria na soberania, a responsabilidade de um homem e de um destino histórico que se cumpre em um território estável e através de uma continuidade solidária de gerações unidas pela Fé em Cristo, por uma língua e costumes, recordações e esperanças comuns.

O homem de armas e seu estilo militar são a mais acabada expressão dessa forma de vida, do arquétipo humano que distingue as Nações de origem hispânica: o cavalheiro cristão, o fidalgo que reclama para si e para todos os homens um tratamento de honra.

Filho de algo: herdeiro daqueles que fizeram o bem, vive para fazer o bem e para bem morrer com a ajuda de Deus. E esta é a verdadeira liberdade daquele que pode fazer o que quer porque ama: "*Ama e faze o que queres!*" – diz Santo Agostinho, porque aquele que ama de verdade só quer o bem do amado. O homem livre, senhor de seus atos e de suas obras, é servidor de Deus e de seu próximo: sua Pátria, os seus, seus amigos.

A raiz de seus direitos individuais é a obediência lúcida a Deus, à Verdade e à autoridade que cuida do Bem Comum.

A igualdade verdadeira que o fidalgo proclama é aquela que se realiza na justa proporção quando cada um ocupa o lugar que lhe corresponde na hierarquia social e política, segundo sua capacidade, seu mérito e sua responsabilidade, sem que a ninguém esteja vedado, em princípio, alcançar as mais altas magistraturas e dignidades.

E a verdadeira fraternidade é "*a justiça que é mais abundante que a dos escribas e fariseus*", a Caridade de Deus que leva a preferir o Bem Comum ao próprio bem, e que nos move a levar a carga dos demais quando é preciso, assim como Cristo levou o peso de nossos pecados e pagou o preço do resgate com seu Sangue inocente.

Serviço, Hierarquia e Caridade constituem a divisa do fidalgo, do homem verdadeiro unido em Cristo ao verdadeiro Deus.

Liberdade, Igualdade, Fraternidade, tal como se declama e se usa desde 1789, constituem a divisa do homem egoísta dividido de Deus e do próximo, cuja liberdade é a negação de toda autoridade divina e humana: avaro de si mesmo até a náusea, quer somente segurança para "beber tranquilo a sua xícara de chá, e que o mundo se arrebente". Ele não reconhece outras obrigações, senão as expressamente convencionadas: contrato para tudo o que tenha a ver com os outros, desde o Contrato Social até o mais insignificante convênio de trabalho.

Burguês e proletário, ele pretende ser tudo e acaba dialeticamente não sendo nada na escravidão irremediável do Poder Financeiro ou do Poder Comunista, as duas faces da mesma moeda falsa.

O burguês Benjamin Franklin recorda que o tempo é dinheiro.

E o agitador do proletariado Friedrich Engels revela o segredo marxista da História: "*a alma não se reforma pela Religião, mas pelo trabalho. Nada de heróis, mas massas. O trabalhador cria o homem*".

O reino totalitário do dinheiro e o reino totalitário do trabalho são as formas abjetas da escravidão, surgidas do li-

beralismo anticristão e antiocidental que proclama a liberdade humana antes que a Verdade de Deus, subversão materialista e ateia que é a fonte de todas as outras subversões.

O reino livre da Cristandade Ocidental reconhece a primazia da contemplação e da oração sobre o trabalho e o dinheiro, porque são atividades intelectuais que se referem à eternidade e ao eterno do homem. O trabalho e o dinheiro se referem, ao contrário, ao material e transitório desta vida temporal.

Todo corpo social ou político é uma unidade de ordem entre pessoas, em funções de serviço, estruturada hierarquicamente e sempre em conformidade com a justiça, ou melhor, com a Caridade.

O corpo militar é de caráter político. Seu serviço é a defesa do essencial e permanente da Pátria ou "os supremos interesses da Nação", como dizem os regulamentos. Sua estrutura é uma estrita hierarquia de quadros e graus, em conformidade com a justiça do mérito e da total doação de si mesmo para o bem do serviço e da corporação.

Esta firmeza inamovível na unidade da ordem e do fim se forja na disciplina de sua subordinação e do valor.

A subordinação é "*a integração na mesma ordem de todos, aqueles que devem obedecer e os que têm de mandar... a disposição espiritual de quem se submete a uma ordem, todos os que integram um exército, desde o chefe supremo até o último soldado. A ordenação à qual se ajusta o estado militar contribui para assegurar a subordinação com o mecanismo da hierarquia. A disciplina é o meio de fazer funcionar esse mecanismo ao pôr em tensão a mola da obediência... a obediência do inferior em relação ao superior é o princípio essencial*

da subordinação... Nas Forças Armadas e Auxiliares, deve ser oficial aquele que sempre saiba onde está o dever e quem está capacitado para cumpri-lo... A injustiça é uma evasão da ordem, da ordenação: é uma insubordinação, porque a subordinação obriga a todos igualmente, ao superior como ao inferior, ao que manda como ao que obedece... impõe não só um dever de obediência, mas também o respeito e a honra aos superiores".[98]

Todos os que estão nas fileiras se subordinam à ordem que servem, cada um em seu posto. Chefe é aquele cujo serviço próprio é mandar e conduzir seus subordinados. E os que obedecem e são conduzidos o fazem com a espontaneidade e o prazer de um ato voluntário, com a entrega confiante dos que se sabem bem mandados, porque é lúcida e livre a obediência ao superior que o é de verdade, como a do superior de todos a Deus, o Supremo Caudilho.

"Este exército que vês
entregue ao gelo e ao calor
a República melhor
e mais política é
do mundo, em que ninguém espera
que possa ser preferido
pela nobreza que herda
ou pela que adquire.

98 Poesia de Jorge Vigón: Hay um estilo militar de vida. Porque aqui o sangue excede / o lugar que alguém se faz / e sem olhar como nasce / se olha como procede. Aqui a mais principal / façanha é obedecer.

As Forças Armadas e Auxiliares são a escola de subordinação e de valor. O valor ou fortaleza é a virtude moral que distingue e prestigia o soldado. A fortaleza compreende dois atos: suportar e atacar, resistir e acometer. E é na *Ordenanza del Requeté* onde melhor se expressa essa dupla disposição de ânimo que compreende o hábito da fortaleza, a virtude do valor militar: "*Sofre em silêncio: o frio, o calor, a fome, a sede, as enfermidades, as penas e as fadigas. Faz da paciência o fundo de teus sofrimentos, e do valor o alívio de tua paciência*".

A educação ético-política do militar prepara-o para morrer e levar outros homens à morte, em defesa daquilo que faz a essência e o fim da Pátria: sua unidade e sua integridade de ser, sua soberania e sua honra, o resplendor da divina Luz sobre a terra. Não é razoável nem justo, nem mesmo compreensível que se chame os militares argentinos como "*soldados da Constituição e das leis*", quando a Constituição e as leis vigentes não passam de decretos de circunstâncias revogáveis pelo voto das maiorias acidentais. Tem sentido preparar-se para sofrer e morrer, para causar o sofrimento e a morte a seus soldados, por Deus e pela Pátria, pela Palavra que não passará nunca, por uma essência fixa e imutável, pelo valor de eternidade que existe em uma pessoa ou em uma Cidade. Mas carece de sentido fazê-lo por algo acidental e mutável ou por aquilo que é vanglória na pessoa ou na Cidade.

As linhas clássicas da educação ética do guerreiro são aquelas que traçou Platão:

"*É preciso escolher os que vão ser guerreiros com toda precaução e prepará-los por meio da filosofia* (hoje, corresponderia dizer a sabedoria divina e humana) *e do exercício físico...*

nosso propósito é que eles adquiram uma marca indelével da Justiça que fundamenta a República... e que sua alma bem educada se eleve a um juízo de tal modo firme sobre as coisas que devam ser respeitadas (e as que devem ser repudiadas)*, que nada possa apagá-los jamais; nem o prazer, que nestes casos produz efeitos maiores do que a cal e a lavagem, nem a dor, nem o temor, nem os desejos, que são os solventes mais ativos. É a esta potência e a esta conservação do juízo, verdadeiro e justo, sobre as coisas que devem ser respeitadas* (e as que devem ser repudiadas)*... que eu chamo de valor e coloco em primeiro lugar*".[99]

A educação ética do militar argentino é eminentemente política, porque os que se preparam para sofrer e morrer pela Pátria devem saber *que coisa* é a Pátria, a essência e o fim, o que a torna forte e o que a debilita, o que a conforma em seu ser e o que o nega. Devem saber o verdadeiro sentido e o valor do sistema institucional vigente; em que medida é conforme ao ser nacional ou o contradiz. E devem saber, por último, que a Força Militar é parte constitutiva e inseparável do Poder Político e do Estado: a força que fundamenta e sustenta a soberania, a ordem e a paz. Mas não é uma força cega e muda; não é um instrumento passivo da autoridade civil, seja qual for sua conduta em relação aos supostos interesses da Nação; tampouco deve submissão incondicional ao sistema político adotado em dado momento, sobretudo se se trata de uma lei de circunstâncias, como é o caso da Constituição Nacional de 1853.

---

99 PLATÃO. *A República*, Livro IV.

Ao contrário, é a reserva política obrigatória em tempo de grave crise da autoridade legal ou de comprovada inoperância do sistema diante de uma ameaça que compromete a própria existência da Pátria, por exemplo a Guerra Revolucionária desencadeada pelo Comunismo.

O militar não pertence a uma das profissões liberais ou socialmente úteis, como o médico, o advogado ou o engenheiro civil. Sua profissão é política, porque está orientada vitalmente para a Soberania do Estado, tanto na Guerra como na Paz.

É errônea e funesta uma concepção *puramente profissional* do estado militar, assim como uma concepção abstrata do dever ou uma orientação civilista que o afasta da defesa da Soberania Nacional para submetê-lo à Soberania Popular, isto é, ao arbítrio do número.

"*É preciso repetir que a oficialidade militar deve entender de política. Pode deixar de lado – e isto não só é lícito, mas um dever – aquilo que a política tem como ofício. Ao contrário, aquilo que a política tem como Ciência há de orientar toda a sua vida. Talvez seja possível conduzir retamente os homens ignorando alguns mistérios das matemáticas ou da física, mas sem conhecer os princípios que orientam a política, dificilmente poderão guiar a juventude que lhes é confiada.*

"*Para abrir a todos o caminho do dever, para fazer compreender a uns e outros quais são os seus deveres atuais e futuros, o oficial necessita de uma claríssima consciência política.*"[100]

100 VIGÓN, Jorge. *Teoria del Militarismo.*

Convém acrescentar que essa educação política deve estender-se ao quadro de suboficiais e sargentos, cujo contato com a tropa é direto e permanente, a fim de que seu exemplo seja completo e possa gravitar em todos os aspectos de condução da tropa, ao mesmo tempo que lhe permite apreciar devidamente e em sua verdadeira significação as decisões dos superiores em relação à política nacional.

Compreende-se a necessidade peremptória de iniciar nos quadros de chefes, oficiais, suboficiais, sargentos e tropa, inclusive o pessoal civil das Forças Armadas, o estudo da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária, adaptando-a a cada um dos níveis. Não existe outro modo de ação psicológica, sobretudo no campo mental, para neutralizar e superar a penetração ideológica do Comunismo Marxista, do Liberalismo Maçônico e de todos os seus companheiros de estrada no ódio a Cristo e à Ordem Católica e Ocidental.

Nada mais urgente que a doutrinação do militar argentino na política da Verdade, que ele deve conhecer, amar e servir até a morte, para fazer das três Armas um Corpo Místico, um verdadeiro Corpo Místico, unido sobrenaturalmente em Cristo, na coesão, na estabilidade, no ímpeto e na força de Deus. Cada um dos membros, em seu nível hierárquico, sentirá o orgulho de estar nas fileiras, inteiramente a serviço de uma grande missão, de modo que poderá dizer com o espírito de San Martín: "*minha vida é a coisa menos reservada que possuo*". Cavalheiro cristão e cruzado, elevará a Deus, do profundo de seu coração, a prece que Pio XII compôs expressamente para os militares argentinos:

"*Que a constante recordação de que militamos sob as bandeiras de uma Nação de histórico limpo e de íntegra tra-*

dição católica nos impulsione continuamente a uma vida cada vez mais sem mancha e a uma adesão cada vez mais perfeita à Igreja de Cristo e a seus ensinamentos salvadores".

DOUTRINA NEGATIVA

Concepção antimilitarista do Liberalismo Burguês e Proletário. Crítica Marxista das Forças Armadas da Nação como instrumento pretoriano do Estado a serviço da classe exploradora. Substituição revolucionária das forças regulares pelas milícias populares.

As Forças Armadas da Nação são as únicas instituições de serviço e hierarquia na ordem humana – a Igreja Católica é de ordem divina – que ainda permanecem de pé, apesar do vertiginoso processo de desintegração que elas vêm sofrendo nos últimos anos. E por serem a "*a coluna vertebral da Pátria*"[101], a armação que a sustenta e a armadura que a defende, sua fratura é também a fratura da Pátria.

Nascida do Exército patrício de Saavedra, afirmada e consolidada em sua soberania política pelo Exército libertador de San Martín e de Belgrano, o destino da Pátria é o destino das Armas: com elas se salva ou com elas se perde.

A democracia liberal, burguesa ou proletária é tão radicalmente antimilitarista como anticlerical. Inspirada e regida pela Maçonaria em sua etapa individualista, burguesa e plutocrática, só pode manter uma Força Militar com mero caráter técnico-

101 Calvo Sotelo.

-profissional e como instrumento cego e mudo, passivamente subordinado à autoridade civil para garantir a ordem. Desde a escola de cadetes e aspirantes, evita-se cuidadosamente toda verdadeira formação política de base teológica e metafísica, sob a alegação de propiciar-lhes uma mentalidade civilista, isto é, antimilitarista e em contradição com seu estado militar.

"*A Maçonaria trabalha para a destruição de todas as forças nacionais; por isso é que o Exército Nacional é o objeto de sua constante solicitude. Com seus habituais procedimentos hipócritas, nós a veremos em toda parte a combater o espírito militar em nome da humanidade; pregar a indisciplina e atacar a hierarquia de graus em nome dos Direitos individuais e da pretensa humilhação que comporta a obediência ao chefe*"[102]

Esta é a razão da falsa e extremamente enganosa antítese entre estado civil e estado militar, como se se tratasse de liberdade e servidão. A doutrina jacobina postula como princípio da política e do estado civil a liberdade como o poder de escolher, como livre arbítrio e faculdade de agir ou não, de servir ou não servir. Mas a Pátria real não se faz com a potência, mas com o ato de liberdade; não com o poder de escolher, mas com a liberdade exercida para o bem, que é a liberdade perfeita daquele que serve. A liberdade exercida para o mal – que é a efetiva servidão daquele que não serve ao bem – incorre em falta e se faz passível de punição.

Estar nas fileiras militares, obedecer à ordem superior e cumprir com o dever até o fim é um ato lúcido e voluntário de

102 DOUMIC, Max. *El Secreto de la Francomasoneria*.

serviço, verdadeira liberdade. O cidadão militar que integra os quadros permanentes ou que está mobilizado assume a forma mais elevada de estado civil, porque é a disposição para sofrer e morrer em defesa da Pátria.

A liberdade do lema jacobino – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – é o poder de escolher que o homem egoísta reivindica como direito supremo de reservar-se inteiramente para si mesmo e viver a seu gosto. Com a Política subordinada à economia burguesa, o Estado de Direito não é mais que um meio do homem egoísta. Isto nos explica a finalidade econômica e utilitária, brutalmente antimilitar e anti-heroica da política oficial depois de Caseros, formulada por Alberdi nas *Bases*: "*à necessidade de glória sucedeu a necessidade de proveito e de comodidade, e o heroísmo guerreiro já não é o órgão competente das necessidades prosaicas do comércio e da indústria, que constituem a vida atual destes países... A América... não está bem; está deserta, solitária, pobre. Pede população, prosperidade*". (Cap. XIV)

"*Cada idade tem sua honra peculiar... A vitória nos dará lauréis, mas o laurel é planta estéril para a América. Vale mais a espiga da paz, que é de ouro, não na língua do poeta, mas na língua do economista.*

"*Passou a época dos heróis; entramos hoje na idade do bom senso...*

"*Reduzir em duas horas uma grande massa de homens à sua oitava parte pela ação do canhão: aí está o heroísmo antigo e passado.*

"*Pelo contrário, multiplicar em poucos dias uma população pequena é o heroísmo do estadista moderno: a grandeza de criação em lugar da grandeza do extermínio.*" (Cap. XV)

Aqui está o espírito da Constituição Nacional de 1853. A rigor, uma progressiva desorganização até o dia de hoje, apesar da ingente riqueza de bens materiais acumulada sobre o empobrecimento espiritual, político e social da Nação.

Compreende-se o viés utilitário e pequeno-burguês do novo Direito, da nova Economia e da nova Educação. E isto sem falar da falsificação maçônica da História pátria para substituir a origem militar e heroica da Soberania argentina por uma revolução jacobina e popular presidida por advogados demoliberais, como Moreno, Castelli, Monteagudo e Rivadavia. E isto para confundir perante a posteridade o testemunho decisivo do herói e libertador, o general San Martín, que abominou as instituições liberais, sustentou a necessidade da Ditadura e serviu até sua morte à política de Rosas em defesa da Soberania Nacional.

A verdade é que nos próprios institutos militares argentinos não se lê nem se comenta a correspondência política de San Martín, apesar da veneração que se professa oficialmente ao herói nacional.

Apenas trinta anos depois de promulgada a Constituição Nacional, um verdadeiro educador argentino, esclarecido e valente, o Dr. José M. Estrada, denunciava em 22 de março de 1883 a crise de patriotismo e a decadência moral da Nação aos jovens estudantes do Colégio Nacional da Universidade de Buenos Aires:

"*É um crime e uma insensatez ter apagado a história. Nós apagamos a história.*

"*Não vedes, senhores, que esquecemos o caráter nacional e a experiência política, subordinando a sorte da Pátria às even-*

tualidades do erro dominante em povos inquietos, sem analogia histórica, nem social, nem política com a República?

"Lamento o cosmopolitismo doutrinário que subordina a marcha da sociedade argentina às influências da demagogia europeia e aos influxos do utilitarismo ianque, em relação às motivações morais que o governam."

E em um artigo sobre *Le Play e o Liberalismo*, ele insiste: "*Jovens, que amanhã formareis a classe dirigente da Sociedade Argentina, enferma sob a influência de várias tradições depravadas: o autoritarismo do rei Carlos III, a onipotência plebeia de Robespierre e o utilitarismo metódico do bom homem Ricardo*."

Apesar deste clima funesto para o desenvolvimento das virtudes militares, a segunda campanha do Deserto, primeiro, e em seguida o perigo iminente de uma guerra com o Chile, impuseram a necessidade de uma intensa preparação das Forças Armadas. Um fato decisivo para aumentar, estender e manter em forma os quadros foi a sanção, no início do século, da *Lei do Serviço Militar Obrigatório*. Isto significou a mobilização anual da juventude argentina de vinte anos para aprender a honra de servir, sofrer e morrer na única escola de patriotismo que não puderam anular nem o laicismo escolar, nem a Reforma Universitária: o Quartel.

Os desvios dos objetivos do serviço militar e o relaxamento da disciplina que vêm-se acentuando há três lustros, não chegam a empanar a grande obra educativa e de afirmação do ser nacional que realizam as Forças Armadas.

Por outro lado, os condutores do moderno Exército Argentino escolheram a melhor escola do mundo. O modelo prussiano foi adotado até o fim da Segunda Guerra mundial, em perfeita

continuidade com o espírito castrense sanmartiniano de raiz hispânica, rigoroso, severo e exigente em extremo.

Lamentavelmente, as sucessivas intervenções militares na política nacional a partir do ano de 1930, para conter o desastre dos governos civis – sobretudo dos autenticamente democráticos e populares em sua origem – não foram feitas com sentido militar e para a regeneração política da Pátria, mas para voltar ao império pleno da Constituição e das leis liberais; isto é, um novo ensaio, sempre mais anárquico e ruinoso que o anterior.

Os militares argentinos da escola de Sarmiento, como os sacerdotes católicos no espírito do Padroado, pensam exatamente como o Sr. Marcelino Domingo, ministro da Instrução Pública da República Espanhola: "*Nós não somos inimigos do Exército nem da Igreja, mas queremos o Exército em seus quartéis e a Igreja em seus templos*".

É a posição liberal burguesa do império totalitário do dinheiro, com sua ideia neutralista, civilista e profissionalista do militar. Exclui as Forças Armadas da Política, fazendo-as aparecer quando pretendem usá-las como "instrumento pretoriano da classe dominante", ou seja, exploradora, na linguagem dialética da crítica marxista.

O Exército nos quartéis e a Igreja nos templos é o primeiro passo para a completa liquidação das duas insuportáveis hierarquias, as duas instituições que vinculam o homem com suas origens e insistem em permanecer fixas e imutáveis em meio ao devenir de todas as outras instituições e da relatividade de todos os valores, começando pela Verdade e pela Justiça, contra as quais se levanta a democracia da livre opinião, da Soberania Popular e do Sufrágio Universal.

O Estado democrático, burguês e individualista se converte necessariamente no protetor dos egoísmos satisfeitos contra os egoísmos insatisfeitos, por meio das forças militares, policiais e burocráticas. A concepção zoológica do homem – evolucionismo darwinista -, ensinada oficialmente como verdade científica, demonstra a igualdade bestial de todos os homens e a necessidade peremptória de eliminar a última das diferenças que geram ódio, antagonismo e exploração: a diferença entre proprietários e proletários, entre ricos e pobres, entre egoístas satisfeitos e egoístas insatisfeitos.

Depois do *Manifesto dos Iguais* de Babeuf, em plena Revolução Francesa, é preciso esperar até 1848 para que ressoe no mundo inteiro o chamado de Marx e Engels, o tremendo apelo ao egoísmo ressentido das multidões:

"*Proletários do mundo inteiro, uni-vos!*"

E as sucessivas Internacionais Operárias – 1864, 1889, 1919 – promovem a irrupção das massas organizadas no seio das democracias inorgânicas para a conquista do Poder, em forma evolutiva ou revolucionária; docemente, pela via pacífica do sufrágio, ou violentamente, pela ação direta, inclusive por meio de uma combinação de ambos os meios. É assim que a democracia individualista e burguesa acaba dialeticamente em democracia socialista e proletária.

"*A República democrática é o acesso mais próximo à ditadura do proletariado, pois essa República que nem suprime a dominação do capital, nem, por conseguinte, a opressão das massas, nem a luta de classes, leva inevitavelmente a um tal alargamento, desdobramento, visibilização e agudização dessa luta, que tão logo surge a possibilidade de satisfazer os interes-*

ses vitais das massas oprimidas, essa possibilidade se realiza, inevitável e exclusivamente, na ditadura do proletariado, na direção dessas massas pelo proletariado."[103]

Na concepção liberal, burguesa ou proletária, marxista ou anarquista, o Estado não é uma necessidade natural do animal político, mas uma convenção ou artifício do animal egoísta. Não existiu sempre e vai-se extinguir finalmente na futura sociedade comunista e sem classes.

É claro que, antes de atingir essa meta, o proletariado ainda vai necessitar do Estado, mas de um Estado que substitui a máquina burocrática e militar da burguesia "*pelo proletariado organizado em classe dominante*".

A crítica marxista faz do Estado, em todas as suas expressões históricas, "*uma organização da violência para a repressão de uma classe qualquer. Qual é essa classe que o proletariado tem de reprimir? Naturalmente, é só a classe exploradora, ou seja, a burguesia... Merece especial atenção a observação extraordinariamente profunda de Marx, de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é condição prévia de toda Revolução verdadeiramente popular.*"[104]

O acelerado processo de decomposição que vêm sofrendo as Forças Armadas da Nação em nosso país, através de falsos enfrentamentos provocados, por exemplo, entre azuis e colorados – setembro de 1962 e abril de 1963 -, significa um avanço decisivo do Comunismo em sua Guerra Revolucionária:

---

103 LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*.
104 Ibidem.

"*A mais judiciosa estratégia na guerra é retardar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil desferir o golpe mortal.*"[105]

Uma vez conquistado o Poder Político, a Revolução Comunista procede à liquidação imediata e total do que resta dos antigos quadros profissionais para substituí-los pelo povo armado, segundo o modelo da Comuna de Paris, dos *Soviets* operários, camponeses e soldados da Revolução Russa, dos milicianos da Espanha ou de Cuba.

O frio assassinato em massa de milhares de oficiais poloneses consumado em Katyn é um pavoroso testemunho daquilo que podem esperar seus iguais nessas instáveis repúblicas centro e sul-americanas, se caírem sob o jugo comunista, inclusive com a colaboração de chefes, oficiais e suboficiais convertidos em milicianos castristas.

Tão logo é suprimida a hierarquia militar como a força de opressão material, a Ditadura do Proletariado "*se apressa a destruir também a força de opressão espiritual, o poder dos padres*".[106]

É claro que o novo Estado totalitário do trabalho não poderia sustentar-se, nem durar, nem chegar a ser forte e irradiar a Revolução se não sai da anarquia e da confusão de sua etapa inicial, das hordas milicianas em primeiro lugar.

Ele tem a necessidade imperiosa de regressar à hierarquia dos quadros e dos graus, ao espírito de subordinação, do es-

105 Ibidem.
106 Ibidem.

trito cumprimento de dever, das prerrogativas de mando e da disciplina rigorosa, conforme o modelo clássico das Armas. É o que aconteceu na União Soviética, na China Comunista, na República Socialista de Cuba e em todos os Estados que estão por trás da Cortina de Ferro.

A diferença está no ideal de Serviço, na Doutrina Política, porque as Forças Armadas da Nação são instituições essencialmente políticas.

Não é a doutrina política dos soldados do Ocidente Cristão, lúcidos e abnegados servidores da Pátria em Cristo, fidalgos que lutam por amor a Deus e pela honra da criatura feita à sua imagem e semelhança. Tampouco é a doutrina dos aburguesados soldados da Democracia e da Liberdade, que não só permitem a entrada do Cavalo de Troia no interior da Cidade, mas o guardam nas urnas, no governo, na Universidade, nas finanças, no trabalho e até nos quartéis. Ao contrário, é a doutrina que postula o advento de um utópico paraíso terrestre e uma "felicidade de pasto verde" para uma humanidade sem Deus, nem Pátria, nem Família, nem hierarquias naturais. Uma doutrina que, em nome dessa quimera, mantém milhões de soldados na dinâmica da ação revolucionária e na defesa fanática de um sistema político de terror, assassinato e desapropriação sem limites; que se assenhoreia do homem inteiro, começando por sua alma, e o extermina sem piedade.

Contra essa doutrina negativa, "*intrinsecamente perversa*", porque apaga no homem a imagem de Deus e o configura conforme o animal, não existe outra resposta válida e eficaz, a não ser a doutrina positiva que afirma o homem verdadeiro, unido em Cristo ao verdadeiro Deus.

Tem razão Mao Tse-Tung quando sustenta que só existem atualmente dois tipos de guerras, a Revolucionária e a Contrarrevolucionária; a Guerra Revolucionária se fundamenta em uma política zoológica e é feita pelos soldados dos "ídolos mudos" e do imperialismo satânico. A Guerra Contrarrevolucionária se fundamenta em uma política teológica e é feita pelos soldados de Cristo e de Maria.

Esta obra foi composta em Sabon, Tox Typewriter, No Safety Zone e Gotham e impressa pela Gráfica Rotaplan em offset sobre papel Pólen Soft 70g para a Editora CDB em novembro de 2020.

COMO ATUAR NA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA

"Quiséramos estar equivocados em nossa apreciação da situação nacional, mas os fatos comprovam a cada dia as nossas previsões. Se não crêssemos firmemente na Divina Providência, uma perspectiva demasiado humana só permitiria esperar o pior, à vista do que está ocorrendo na Pátria e no continente. [...]

Se não somos capazes, com a ajuda de Deus, de empreender esta política da caridade, do sacrifício e da hierarquia para construir a ordem cristã na vida da Nação, não será possível enfrentar a Guerra Revolucionária que nos está paralisando com seu terrorismo implacável em escala galopante."

O AUTOR

9 786589 415473

loja.centrodombosco.org